



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Erika Morais Cerqueira

**UMA PEDAGOGIA DA HISTÓRIA PELO AFETO:
GUSTAVO BARROSO E OS DIVERSOS USOS DO PASSADO**

BELO HORIZONTE

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Erika Morais Cerqueira

**UMA PEDAGOGIA DA HISTÓRIA PELO AFETO:
GUSTAVO BARROSO E OS DIVERSOS USOS DO PASSADO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Dr. Douglas Attila Marcelino

BELO HORIZONTE

2020

907.2
C416p
2020

Cerqueira, Erika Morais.
Uma pedagogia da história pelo afeto [manuscrito] :
Gustavo Barroso e os diversos usos do passado / Erika
Morais Cerqueira. - 2020.
330 f. : il.
Orientador: Douglas Attila Marcelino.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.História – Teses.2. Memória - Teses.3. Brasil -
História militar - Teses. I. Marcelino, Douglas Attila . II
.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"Uma Pedagogia da História Pelo Afeto: Gustavo Barroso e Os Diversos Usos do Passado"

Erika Morais Cerqueira

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino - Orientador
UFMG

Prof. Dr. Francisco Regis Lopes Ramos
UFC

Profa. Dra. Isis Pimentel de Castro
CEFET-MG

Profa. Dra. Aline Montenegro Magalhães
IBRAM

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu
UFOP

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Attila Marcelino, Professor do Magistério Superior**, em 20/10/2020, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Santos de Abreu, Usuário Externo**, em 20/10/2020, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isis Pimentel de Castro, Usuário Externo**, em 20/10/2020, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



Documento assinado eletronicamente por **Aline Montenegro Magalhães, Usuário Externo**, em 20/10/2020, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Régis Lopes Ramos, Usuário Externo**, em 17/11/2020, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0314543** e o código CRC **598538D8**.

Aos meus pais, sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais pela boa acolhida ao meu projeto, o que serviu de incentivo para a realização desta pesquisa. Sou profundamente grata às políticas públicas que ampliaram o número de vagas para o ingresso de alunos na graduação e na pós-graduação, garantindo a pluralidade de ideias, assim como o igual direito a uma educação pública, inclusiva e de qualidade.

Ao meu orientador, Douglas Attila Marcelino, agradeço às críticas inteligentes e construtivas. Sua compreensão, atenção e dedicação, aliados à sua retidão ética, seriedade e honestidade, serão para mim, um eterno exemplo de comportamento profissional e humano a serem seguidos. No curso ministrado, nas reuniões, nas conversas, na disponibilidade em atenção às minhas solicitações, firmou-se um enorme carinho e muita admiração.

À banca de qualificação, composta pelos professores Aline Montenegro Magalhães, Ísis Pimentel de Castro e Marcelo Santos de Abreu, agradeço pelas críticas e sugestões pertinentes que possibilitaram o amadurecimento da pesquisa, além das indicações preciosas de referências e fontes que ampliaram o olhar sobre importantes questões. Aos membros da banca de defesa de tese sou grata pela leitura e avaliação crítica deste trabalho.

A realização desta pesquisa também deve muito a professores e professoras que têm me acompanhado há algum tempo. Agradeço ao saudoso professor Tiago de Melo Gomes, um interlocutor que, pacientemente, ouviu e acompanhou minhas primeiras, ainda muito inseguras, reflexões sobre a obra de Gustavo Barroso. Sou infinitamente grata por todas as suas sugestões quando ingressei no mestrado em história e, principalmente, pelos conselhos em nossa última conversa. O seu falecimento abrupto fez com que a saudade se transformasse motivação para seguir. Espero que a tese esteja, minimamente, à altura do mestre querido.

À querida professora Betzaida Mata Machado Tavares que, há mais de uma década, tem sido uma inspiração em diversos âmbitos da vida, sou grata por me orientar na graduação, quando manifestei o interesse em pesquisar a obra de Gustavo Barroso. Agradeço imensamente por me oportunizar o convívio com sua rara sensibilidade e inteligência que, sem dúvida, transformou-me em uma pessoa melhor.

Ao professor Luiz Henrique Assis Garcia, sou grata pelas muitas interferências em vários momentos de minha trajetória intelectual e, especialmente, por me iniciar nos estudos sobre

historiografia brasileira. Apresentou-me livros e autores e, com ele, aprendi e aprendo muitas coisas. A que mais aprecio é que a erudição pode ser generosa. Vale, portanto, uma afetuosa gratidão pela amizade constante.

Ao professor Jezulino Lúcio Mendes Braga, agradeço por compartilhar ideias e textos de forma sempre gentil e generosa. Agradeço, inclusive, pelo acolhimento constante e bem-humorado, que me oportunizou a divulgação de minha pesquisa de mestrado na graduação em Museologia da UFMG.

Ao professor Luiz Gonzaga Pinto, sou grata pelo curso de “História das Ideias Políticas e Sociais”, que transformou minha percepção sobre justiça social. Sou-lhe eterna devedora pela motivação para a realização de mudanças necessárias e fundamentais à minha trajetória pessoal e profissional.

Não poderei deixar de fazer uma menção especial a Helena Miranda Mollo, minha orientadora durante o mestrado realizado na Universidade Federal de Ouro Preto, pelas inúmeras contribuições em minha trajetória, que excedem o âmbito profissional. Além de sua erudição e olhar perspicaz, que muito contribuíram para minha formação, sou grata pelo apoio e compreensão constantes, baseados, sobretudo, na confiança que depositou em mim.

Aos colegas do grupo de estudo “Ritualizações do Poder e do Tempo”, agradeço pelo convívio intelectual, que possibilitou um aprendizado constante e renovador.

À historiadora e amiga Ana Paula Souza, agradeço pela cumplicidade e pelo carinho cultivados desde a graduação, quando optamos pela docência e passamos a compartilhar ideias, projetos e visões de mundo. Agradeço à amiga e historiadora Sirleia Maria Arantes pelas boas conversas, digressões e secretas confidências que, em muitos momentos, tornaram essa “travessia” menos árdua. Agradeço, especialmente, pelo apoio concedido nas substituições frente a algumas necessidades urgentes que, somente uma pessoa dotada de extrema generosidade, seria capaz de compreender.

Ao querido primo e historiador, Bruno Antunes de Cerqueira, agradeço pela amizade, carinho e incentivo constantes. Nesse pequeno espaço não é possível dimensionar a extensão de minha admiração por você. Aos meus amigos e familiares, especialmente à minha irmã Sabrina Cerqueira, agradeço pelas “boas vibrações”.

Ao Romualdo Santarosa, meu melhor amigo, meu amor, essa tese também é dedicada.

RESUMO

O objetivo da tese é investigar a produção de Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira, na constituição de um projeto de memória nacional. No âmbito das comemorações cívicas, são estudados dois projetos propostos durante sua atuação como Deputado Federal: Os Dragões da Independência e o Dia do Soldado. Paralelamente, empreende-se uma reflexão sobre o ofício do historiador, sua produção e seu lugar social, a partir de algumas obras publicadas por Barroso, especialmente as biografias de militares, editadas entre as décadas de 1920 e 1940. Considera-se que, ao narrar a trajetória histórica dos combatentes, Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou testemunhas, oferecendo-lhes uma experiência do passado. A evocação do passado, encarnado pelos *grandes homens*, compreendia a exposição material dessas personagens no Museu Histórico Nacional, idealizado inicialmente como um museu militar. Considera-se o Museu um instrumento essencial, tal como as biografias históricas, para a produção e a reprodução de uma memória nacional. Nessa incursão pelo gênero biográfico, são analisadas as biografias produzidas por Gustavo Barroso, assim como as reconstruções da sua própria biografia na memória nacional, de forma a desvelar como se articulam e antagonizam as diferentes faces de sua vasta produção em uma dinâmica complexa de construção e reconstrução memorialística. A intenção é investigar os intercâmbios entre sua produção de caráter militar e o espaço que ele veio a ocupar no interior das Forças Armadas, enquanto intelectual reconhecido como porta-voz da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Gustavo Barroso; Memória; História; Comemorações Cívicas; Biografia; Forças Armadas.

ABSTRACT

The aim of the thesis is to investigate the production of Gustavo Barroso (1888-1959), an intellectual dedicated to the study of Brazilian military history, in the constitution of a national memory project. Within the scope of civic celebrations, two projects proposed during his performance as Federal Deputy are studied: The Dragons of Independence and the Soldier's Day. At the same time, a reflection on the historian's profession, his production and his social place is undertaken, based on some works published by Barroso, especially the biographies of the military, published between the 1920s and 1940s. The narrative of the trajectory of the combatants of the past transformed readers into spectators or witnesses, offering them an experience of the past. The evocation of the past, incarnated by great men, included the material exhibition of these characters in the National Historical Museum, initially conceived as a military museum. The Museum is considered an essential instrument, as well as historical biographies, for the production and reproduction of a national memory. In this incursion into the biographical genre, the biographies produced by Gustavo Barroso will be analysed, as well as the reconstructions of his own biography in the national memory, in order to reveal how the different faces of his vast production are articulated and antagonized in a complex dynamic of construction and memorialistic reconstruction. The intention is to investigate the interchanges between his military production and the space occupied by him in the Armed Forces, as an intellectual recognized as a spokesman for the institution.

KEYWORDS: Gustavo Barroso; Memory; History; Civic Celebrations; Biography; Armed Forces.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PARTE I	21
O MAIOR FAUSTO DA NOSSA HISTÓRIA: OS DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA.....	24
A MAIS JUSTA CONSAGRAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL: O DIA DO SOLDADO	51
PARTE II	76
UM MUSEU PARA TUDO GUARDAR.....	79
O coração histórico da pátria: a criação do Museu Histórico Nacional	79
O prazer dos olhos: a inauguração do Museu Histórico Nacional	89
CARTOGRAFIAS DO VESTUÁRIO: UNIFORMES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	95
PALAVRAS, SENTIDOS E OBJETOS	118
A estética da devoção: as salas do Museu Histórico Nacional.....	118
Da biografia dos objetos à biografia por meio dos objetos	136
PARTE III	147
HERÓIS DE PAPEL: LITERATURA E FICÇÃO NA ESCRITA DA HISTÓRIA	150
“Um lobo perseguido e acuado”.....	150
“A mais ensanguentada tirania da América”.....	163
“O caudilho patriota”	170
“O herói epônimo do Brasil”.....	177
“A história viva da Armada Nacional”.....	190
“A espada que sustentou o Império”	197
E A CRÍTICA TOMOU A PALAVRA: INTELECTUAIS NA REPÚBLICA DAS LETRAS.....	203
A MEMÓRIA DE GUSTAVO BARROSO NA MEMÓRIA NACIONAL.....	233
Um Encontro Permanente com o Passado: os funerais de Gustavo Barroso.....	233
O retorno à Terra Natal: a Transladação da Urna Funerária	242
A Memória de Gustavo Barroso nas Forças Armadas	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	274
FONTES DOCUMENTAIS	288
ANEXOS	290

INTRODUÇÃO

Porque não o temos ainda, precisamos criar o culto das nossas tradições, mui especialmente das tradições militares. Sem o amor do passado e a lição dos feitos antigos, não pode haver nacionalidade. Amar a história é amar a terra. Uma não passa de corolário da outra. Até hoje quase não temos esforços nesse sentido. Façamo-los. Os ensinamentos das lutas atuais nos mandam defender o Brasil das ambições que possam vir. Devemos executar esse programa materialmente – fomentando o desenvolvimento físico e a instrução militar; espiritualmente – inculcando em todos os brasileiros a religião do passado, que é alma mesma da pátria. Seria de grande alcance, para tal fim, rememorar constantemente ao povo as cousas antigas, colecionando em museus adequados objetos representativos da vida militar da nação, expondo-os, explicando-os, familiarizando as gentes com eles¹.

Durante seu tempo de vida (1888-1959) e, em particular, na época em que realizou suas produções letradas, Gustavo Barroso foi o intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira. Ao longo de sua trajetória, ele participou ativamente dos círculos de sociabilidade intelectual que marcaram os ritmos da missão de redescobrir o Brasil, decantada por homens de letras e de ciências a partir, notoriamente, de 1930. Embora nossa análise se concentre em sua produção ao longo dos anos 1920 e nas décadas seguintes, consideramos que as questões que orientaram sua “operação historiográfica” estão, em grande medida, relacionadas às ideias que mobilizaram a intelectualidade brasileira no imediato pós-guerra. No período anterior ao conflito, havia um forte sentimento de otimismo em relação ao futuro, o que foi colocado em xeque pela experiência da guerra, que assinalou os limites dessas promessas de progresso infinito.

A crítica à modernidade foi acompanhada por uma sensação de desencanto frente, em muitos casos, a um mundo em ruínas, promovendo questionamentos acerca dos limites e das possibilidades do moderno. A experiência do conflito, assim como as reconfigurações oriundas de seu término, evidenciou a distância que separava o Brasil das nações industrializadas e incutiu o temor sobre nossa capacidade de manter a unidade e a independência nacionais. Mais do que exaltar a beleza natural e as potencialidades da terra, passou-se a “advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território” (DE LUCA, 2003:40). Por um viés ufanista, insuflava-se o orgulho nacional pela

¹ BARROSO, Gustavo. Os Dragões da Independência. *Revista da Semana*. Natal, 23 de dezembro de 1916.

imensidão do território, cujas proporções fomentavam a imaginação. Todavia, assegurar a sua posse parecia uma dificuldade.

O Exército, instituição capaz de garantir a manutenção das fronteiras, foi revestido por um novo simbolismo que visava, fundamentalmente, promover o reconhecimento de suas atividades (CASTRO, 2012). Empreendeu-se uma campanha em prol do Serviço Militar obrigatório, percebido não apenas pelo ângulo defensivo, mas antes como uma escola de civismo que objetivava resolver os problemas de uma nacionalidade inconclusa. Tornava-se premente que os brasileiros se assenhorassem efetivamente de seu país, o que incluía, sobretudo, o conhecimento acerca de seu passado. Afinal, se o futuro poderia ser contemplado como um horizonte aberto, faltava ao Brasil, na visão de muitos intelectuais, o passado glorioso, raiz desse tempo vindouro. Tornava-se necessário, pois, criar esse passado.

Desta feita, a história, enquanto conhecimento disciplinar, fora percebida como um instrumento essencial na constituição da identidade nacional. Contudo, a discussão sobre como ela deveria ser escrita e, especialmente, sobre que sujeitos deveriam protagonizá-la, colocava a questão sobre os indivíduos que, de fato, teriam construído a nação. Na busca pelo desenho das singularidades nacionais, buscou-se identificar aquilo que particularizava nossa cultura, o que fora, mais à frente, denominado de brasilidade (GONTIJO, 2007). Consoante com as questões que mobilizaram seus contemporâneos, Barroso se empenhou em definir nossa origem e, a partir dela, traçar um projeto para a nação, algo que lhe conferisse um sentido histórico e preenchesse o vazio deixado pela queda da Monarquia e suas figuras representativas de estabilidade.

Há um desejo de imprimir uma continuidade à trajetória nacional, algo que justificasse a ideia de processo em direção a um futuro determinado, de acordo com a temporalidade moderna. O perfil de uma nação beligerante, com um povo aguerrido, que soube defender o seu território, atendia ao anseio de criação de relações imaginárias capazes de promover a coesão social. A isso acrescentamos o intento de, sob a clave da prospecção, exaltar os militares como forças disciplinarizadoras indispensáveis para amalgamar os elementos distintos da sociedade, mantendo tal coesão e assegurando a certeza de um futuro harmônico. Há, aqui, o desejo de atualizar historicamente o valor do Exército e estabelecer, ou mesmo recriar, os vínculos com a nação brasileira – entidade da qual, mais do que guardião, o Exército seria também o formador.

Dessa forma, identifica-se na obra barroseana a ideia de que a terra, mais que uma dádiva, deve ser concebida como o resultado de um esforço coletivo, conscientemente realizado pelos antepassados, de forma a garantir a posse do território. O trabalho de reordenação do tempo envolveu a exaltação dos protagonistas da história, personalidades capazes de promover a confiança nos destinos da nação, assim como afirmar a excelência de um povo corajoso, que soube defender o seu patrimônio. A nação, em uma concepção orgânica, teria sido gestada em um longo processo que envolvia o alargamento de suas fronteiras, fruto das campanhas militares empreendidas, especialmente, durante o Segundo Reinado. A produção do espaço nacional, por esta perspectiva, forneceria a moldura capaz de reenquadrar o passado, atribuindo-lhe um tom épico e, ao mesmo tempo, extirpando-lhe tensões e ambiguidades que inviabilizavam a sua utilização na construção da identidade (DE LUCCA, 2003). O pretérito, reabilitado, não poderia ser responsabilizado pelas chagas do presente, sendo, portanto, necessário representá-lo sob uma lente patriótica.

Este processo de convocação do passado, encarnado pelos *grandes homens*, compreendia a exposição material destes vultos no Museu Histórico Nacional, instrumento essencial, tal como as biografias históricas, para a produção e a reprodução de uma nova memória nacional. Idealizado por Barroso como um Museu Militar, o MHN foi fundado no bojo das comemorações do Centenário da Independência. Desde 1911, Barroso iniciou uma campanha na imprensa pedindo a sua fundação. Dessa forma, procuraremos investigar os debates em torno da criação do MHN, reconstituindo os posicionamentos dos diretores de alguns dos principais Museus da época (especificamente o Museu Nacional e o Arquivo Histórico) quanto à abertura de uma instituição dedicada à história nacional. Importa-nos refletir também sobre as políticas de aquisição de objetos, especialmente acerca das práticas de doação de artefatos pertencentes às famílias de militares que, ao serem incorporados ao Museu, teriam assumido o *status* de relíquias.

Identificamos também, no contexto do Centenário da Independência, a publicação do *Livro dos Uniformes do Exército Brasileiro*, de autoria de Gustavo Barroso e José Wasth Rodrigues. A investigação desse material nos permitirá compreender como Barroso pensava a hierarquia militar, as relações étnicas no interior das Forças Armadas, o processo de recrutamento e a importância da estética nas batalhas. Interessa-nos perceber, nos debates acerca da funcionalidade e da utilidade das vestimentas, os sentidos associados a determinadas peças da indumentária militar. As relações entre o uniforme, a padronização e o controle dos corpos também estarão em nosso horizonte de análise.

Paralelamente, buscaremos empreender uma reflexão sobre o ofício do historiador, sua produção e seu lugar social, a partir de algumas obras publicadas por Barroso, especialmente as biografias de militares, editadas entre as décadas de 1920 e 1940. A esse respeito, vários estudiosos argumentam, na contemporaneidade, em favor do retorno do gênero biográfico: “prova disso é que, a partir de meados dos anos 80, alguns dos mais renomados historiadores da atualidade consagraram trabalhos ao estudo de trajetórias individuais” (SCHMIDT 2003: 57). Esta aposta faria parte de uma onda de interesse pela história-memória, onde as biografias históricas objetivariam, na verdade, demonstrar as possibilidades que uma dada época descortinava para o indivíduo. Arnaldo Momigliano lembra ainda que, “em nossos dias, ninguém, sem dúvida, contesta que a biografia seja uma categoria da história” (MOMIGLIANO, 1991: 17).

Muitos historiadores têm provado que o fato de se privilegiar a análise de uma trajetória de vida não implica a impossibilidade de se retratar o contexto social geral no qual o indivíduo está inserido. A oposição entre singular e coletivo é, nesse caso, inexistente. Segundo Giovanni Levi, a biografia demanda uma redução na escala de análise, o que não significa que haverá, com esse método, incompatibilidade entre a história do indivíduo e a história da sociedade (LEVI, 2006). Sob essa perspectiva, personagens do passado seriam “recriados”, como referências para o presente, mas, sobretudo, como “constitutivos de uma suposta identidade de classe, de gênero, racial, geracional, regional, nacional etc.” (ARNAUD, 1989: 44-45).

A legitimidade da biografia estaria, segundo Alexandre Avellar (2011: 142), desde os antigos, associada à busca por transcendência, “através do relato que ilumina e dá sentido à vida evanescente e fulgurante”. A sedução do biográfico estaria, em grande medida, relacionada a um extenso leque de interesses pelo “outro”, por suas experiências de vida, sua exemplaridade, curiosidade essa não isenta de voyeurismo. Jerome de Groot, ao abordar as historiografias populares, nos oferece um caminho para entender essa empatia que as biografias despertam, sobretudo quando pensamos no público leitor por elas almejado. Afinal, as análises da história como experiência evidenciam a existência de um conjunto de narrativas divorciadas de uma estrutura institucionalizada, usadas de maneiras diferentes por uma variedade de grupos sociais (DE GROOT, 2006: 391)².

² Do original: “analysis of history-as-experience illustrates that it is a set of narratives divorced from an institutionalised framework, used in different and dissident ways by a variety of social groups” (DE GROOT, 2006: 391). A tradução é de minha responsabilidade.

O valor deste gênero estaria relacionado, essencialmente, à possibilidade de ruptura “com o excesso de coerência do discurso histórico”, mediante a aposta na singularidade, de forma a recuperar “as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” (AVELLAR, 2011:144). O *boom* de biografias, identificado em nosso contexto de investigação, será analisado, entre ceticismos e avaliações sobre a modernidade em curso, como uma tentativa de valorização do indivíduo, em um contexto que este, isolado, “desaparecia na massa popular”. Márcia Gonçalves, autora que tem se dedicado à compreensão do biográfico nas primeiras décadas do século XX, assegura que “Octávio Tarquínio de Souza (1889-1959) não foi o único que apostou muitas fichas na revisão do biográfico” (GONÇALVES, 2011: 163).

Em seu itinerário pelo biográfico, Gonçalves identificou que a obra do pensador francês, André Maurois, tornou-se, no seu tempo, uma espécie de referência entre os que, em terras brasileiras, decidiram pensar sobre as transformações na escrita de biografias. A autora ressalta ainda que, “nos espaços da crítica literária da época, Maurois e seu livro, mais do que Harold Nicholson, vieram a ser citados e, algumas de suas formulações até mesmo repetidas” (GONÇALVES, 2011: 132). A investigação conduzida por Maria da Glória de Oliveira, embora voltada para a análise das narrativas de vida durante o século XIX, permanece válida para o nosso entendimento, especialmente por nos permitir identificar algumas permanências da cultura histórica oitocentista nas primeiras décadas do século XX.

Entre os textos que tematizaram a discussão sobre a biografia, certo destaque deve ser conferido ao livro de Daniel Mandélenat, “La biographie”, o qual, ao investigar os diversos usos e sentidos atribuídos às narrativas de vida, definiu o gênero como “narrativa escrita ou oral, em prosa, que um narrador faz da vida de um personagem histórico, acentuando a singularidade e a continuidade de sua existência” (MADELÉNAT, 1984:11-20). Ao analisar a história da biografia, o pensador francês distinguiu e caracterizou três paradigmas: a biografia clássica, a biografia romântica e a biografia moderna. A última, em particular, foi associada ao relativismo ético, à psicanálise e às transformações da epistemologia histórica, no alvorecer do século XX. Em diálogo com o dilaceramento realista da subjetividade humana, marcada pelo tom aflitivo que a modernidade lhe conferia, a biografia moderna pretendia, ao reeditar o modelo de folhetim, figurar como o romance de vida de homens comuns a sofrer todas as mazelas da condição humana.

O caráter híbrido do gênero biográfico, mais precisamente as relações entre biografia e obra artística, é algo que pressupõe, dentre as múltiplas formas de se representar o passado, a possibilidade mais ampla de fantasiar a história. Tal concepção, no entanto, nem sempre

orientou o fazer biográfico, embora, em nosso contexto de análise, a biografia romanceada, em seus liames com a ficção, tenha sido exaltada: “é precisamente nesse período [o século XX] que certos biógrafos renunciam ao imperativo da verdade factual, tão caro a Samuel Johnson, e reivindicam o direito, e até a obrigação, de imaginar o passado” (LORIGA, 2011:25).

Sobre este passado deveria pesar, desta forma, o princípio de operatividade, pelo qual importaria, para apreender os sentidos do pretérito, obedecer a certo princípio de identificação: “o eu não permanece rigorosamente idêntico a si mesmo, não cessa de mudar e, no entanto, sente-se ele mesmo e se reconhece em seu passado” (LORIGA, 2011:129). Em um contexto de temporalização da experiência, tal é o ponto que permite, à biografia, restituir a significância da vida humana, assombrada pela modernidade e, por conseguinte, pela “desertificação do passado”. O biográfico assumirá, portanto, um caráter decisivo neste processo de individualização, notadamente a partir dos anos 1920, quando a psicanálise adotará a narrativa biográfica como recurso privilegiado de sua prática de interpretação e cura de patologias do espírito (ALBUQUERQUE JR., 2012:22).

O biográfico faria parte, portanto, desta tentativa de humanizar o passado, algo que, no limiar do século XX, possibilitou usos diversos, como bem demonstrou Sabina Loriga, autora cuja obra norteia nossa investigação. “O Pequeno X” nos auxilia a compreender o canal por onde Barroso, ao relatar o que se passou, conseguiu criar realidades passadas, ao mesmo tempo em que, por um mecanismo de *espelhamento*, atribuía sentidos ao presente. Discurso cuja eficácia estava contida, inclusive, na modalidade narrativa utilizada pelo autor, próxima, em alguns aspectos, à biografia cavalheiresca, fruto, nas palavras de François Dosse, de um processo de laicização e de reivindicação de identidade de uma linguagem no espaço e no tempo. A biografia cavalheiresca permaneceria, ainda segundo Dosse, relacionada ao gênero épico e se inspiraria na literatura, principalmente nas canções de gesta e na tradição oral: “encontramos nesses relatos de vida os motivos épicos e as manifestações do maravilhoso acompanhando as cenas de batalha e os grandes feitos de armas” (DOSSE, 2009: 153).

Elizabeth Gaucher, ao analisar os modelos de biografias cavalheirescas, informa sobre o modelo histórico, que assinala o enraizamento do herói no tempo e no espaço, assim como as interações entre seu meio e seus atos. Estes trabalhos se caracterizariam por uma evocação daquilo que impressionou a memória coletiva, ficando, de certa forma, marcado nela, e pela imaginação do autor. Sob este último aspecto, a biografia informaria melhor sobre o biógrafo que sobre o biografado, e, essencialmente, sobre a imagem que o grupo de cavaleiros veicula

de si mesmo que sobre suas condições concretas de vida. Tal modalidade integrar-se-ia, portanto, “no seio de uma genealogia cuja narrativa é concomitantemente exemplificação e afirmação da autoconsciência de um grupo social” (DOSSE, 2009:152).

As tonalidades afetivas que aproximam Exército e nação, na obra de Barroso, aludem às referências da literatura universal, em especial, à noção de heroísmo, conceito que o escritor chega a operar, não sem metamorfoses e tensões. Conforme argumenta Armelle Enders, por trás dos heróis modernos, “há uma mistura de referências à literatura antiga, ao cristianismo, à figura napoleônica, aos episódios da história nacional” (ENDERS, 2014:18). Contudo, ainda segundo Enders, tal substrato não seria apenas literário, mas englobaria todas as formas de representações, albergadas na iconografia e nas políticas simbólicas. O conceito de herói teria sofrido, a partir do século XVIII, um constante alargamento, de forma que o termo não seria apenas sinônimo de *grande homem*, mas incluiria qualquer indivíduo que tivesse conquistado notoriedade, passando, assim, à posteridade. “O fenômeno é particularmente notável no Brasil, onde ‘herói’ abrange tanto os ‘vultos’ da história quanto os personagens evocados pela vulgata, como os vencidos recentemente integrados ao panteão” (ENDERS, 2014:16).

Desta forma, o culto aos *grandes homens* da pátria seria percebido como um canal por onde seriam introduzidos, na sociedade, as virtudes e os princípios dos novos tempos (CATROGA, 2006). Tal culto não concorreria com o culto aos santos, mas se inspiraria em alguns procedimentos manipulados por ele, evidentes, por exemplo, nos comentários que acompanham o relato da vida de Osório. O santo possui uma marca que o distingue e o universaliza, reunindo a comunidade numa mesma prece e invocação, algo que é do âmbito do maravilhoso e do lendário; onde reside a *força* da personagem barroenseana.

Analisando os processos mitológicos de heroificação na história francesa contemporânea, Raoul Girardet chamou a atenção para o fato de que determinados heróis imaginários podem ser incessantemente reinventados, mas que “tal não pode ser o caso de um ser de carne e osso, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino” (GIRARDET, 1987:81). A vigência, ainda que frágil, de alguns aspectos do mito, pode ser identificada no processo de transposição e heroificação que Barroso faz das personagens históricas que compõem sua escrita biográfica. A utilização deste recurso se faria, essencialmente, pela capacidade que o lendário tem de mobilizar o sentimento. Como assinala Jean-Claude Bonnet, em um momento de *universalização da glória*, o valor “deve se afixar como uma virtude evidente e contagiosa

que seja suscetível de ser adquirida por todos, por meio de uma nova exemplaridade e de uma nova pedagogia heroica” (BONNET, 1998:12).

Ao trabalharmos com a proposta biográfica e historiográfica de Gustavo Barroso seguiremos dois percursos. Em um primeiro momento - voltado para a investigação de sua obra biográfica - mobilizaremos dois tipos de fontes. A fim de compreender o perfil dos *grandes homens*, analisaremos a trilogia publicada pelo escritor: *Osório* (1932), *Tamandaré* (1933) e *Caxias* (1945). Ao caracterizar o herói nacional, consideramos oportuno averiguar como Barroso avaliava as personagens históricas que desviavam deste modelo, o que pode ser verificado nas narrativas sobre os conflitos externos ocorridos durante o Império. A fim de reconstruir o contexto de sua produção, os laços de sociabilidade intelectual e os matizes que orientaram sua escrita, analisaremos o Arquivo Pessoal *Gustavo Barroso*, que se encontra sob a guarda do Museu Histórico Nacional.

Consideramos que a edificação de uma galeria de *grandes homens* a serem cultuados no Museu e nos romances históricos representava um dos aspectos de um esforço de consensualização das representações na memória nacional. Compreendemos que os desfiles cívicos engendraram outra face deste projeto de ritualização da história, marcado pelo apelo à memória, convocada a desempenhar a mesma função pedagógica atribuída à história. No Brasil, coube a Gustavo Barroso a iniciativa de alguns rituais, cerimônias e celebrações cívicas, que visavam, por um lado, “cultuar a tradição histórica do Exército” e, por outro, “despertar a nação para novos feitos”.

Por essa via, compreendemos as comemorações cívicas como uma espécie de rito que ambiciona sacralizar uma determinada versão do passado nacional e fixá-la na memória social, quer se trate de um acontecimento específico ou de alguma personalidade histórica. Conforme Fernando Catroga, trata-se de uma prática que tende a *re-presentificar* pontos altos do devir pátrio, mediante a montagem de “lições vivas” de história, sob a forma de “um culto encenado” e dirigido aos “grandes homens” e aos “grandes acontecimentos” do passado, de maneira a popularizar interpretações consensuais na memória coletiva. Segundo Catroga, são “metamemória(s) inscrita(s) na memória-repetição” (CATROGA, 2009: 49), impulsionadas pela luta contra o esquecimento, que elegem, como exemplos modelares para o presente, determinados grupos e ações, na expectativa de *revivificar* a pátria. Em estreita relação com o

presente que o invoca, o passado exaltado transcende a si mesmo, projetando a sua glória sobre o porvir³.

Inspiradas nas liturgias religiosas, as comemorações reclamavam a sacralidade da pátria e de sua memória, tendo como objetivo “a inserção do indivíduo-cidadão numa mundividência que conferisse sentido coletivo e escatológico à sua vida e o mobilizasse para deveres patrióticos” (CATROGA, 2006: 133). Tendo em vista esse parâmetro de investigação, as festas seriam cenas por meio das quais se poderia fazer uma *verdadeira hermenêutica da nação*, do modo de ser, da identidade do que seria a sociedade e o povo. Sendo uma *ruptura com o cotidiano*, um momento excepcional na vida social, um momento de quebra da rotina, apartado do mundo do trabalho – pensado, muitas vezes, como seu oposto – as festas poderiam ser reveladoras dos códigos e regras que regiam uma dada ordem social (OZOUF, 1991: 04).

Nessas cerimônias seria possível identificar, outrossim, os investimentos feitos, tanto pelos dirigentes, como pelos diversos grupos sociais que participavam dos eventos, investimentos de sentidos, de significados, de desejos e expectativas, tanto no passado, como no presente (OZOUF, 1991:06). Encenações de novas realidades, as comemorações (re)presentariam novas identidades, novas possibilidades de relacionamento e de ordenamento do social, tornando-se, por esta via de análise, momentos privilegiados de simulação da possibilidade de mundos alternativos e de ordens diversas.

Nessa perspectiva, as festas não seriam tradições e, tampouco, indícios ou sinais de outros tempos (CANNADINE, 2015). Configurariam, na verdade, construções e invenções práticas e discursivas de cada temporalidade, na qual elas se deram ou ocorreram e onde foram nomeadas, instituídas e legitimadas⁴. Por conseguinte, as comemorações não deveriam ser

³ Na perspectiva de Fernando Catroga, as cerimônias - seletivas e fragmentadoras da sequência dos acontecimentos - inseriam os eventos em um horizonte prospectivo, pois ao elegerem como objeto de culto cívico os “grandes homens” ou os “grandes acontecimentos, os elevava a exemplos paradigmáticos, cujo lembrança surgia como imperativo que o futuro deveria cumprir. A aparente contradição dessas ritualizações do passado pode ser explicada na medida em que, embora pareçam um culto nostálgico e regressivo, tais re-presentificações são oferecidas como lições ao presente. Logo, o seu significado assenta em uma visão irreversível do tempo e aponta para a produção de efeitos consensualizadores (CATROGA, 2001:63). Importa registrar a importância da obra de Fernando Catroga para a formulação das análises sobre o comemoracionismo expresso no desfile dos Dragões da Independência e nas festividades do Dia do Soldado. Ritualizações da história, título do presente capítulo, é um termo recorrente em sua obra e que intenta sintetizar as relações entre historiografia, memória e práticas cívicas.

⁴ Em Portugal, os rituais cívicos foram introduzidos no período do Vintismo, no quadro do triunfo das ideias liberais, como forma de suscitar a adesão das populações aos novos valores. A iniciativa tanto podia competir às autoridades centrais como aos municípios ou aos particulares. As manifestações cívicas incluíam um número variado de ações, como o juramento das Bases e da própria Constituição, cortejos cívicos e alegóricos, paradas e

interpretadas como atos exclusivamente passadistas e passivos, mas sim como acontecimentos mediados pelos interesses do presente e do futuro, “de modo a funcionar como apelo vivificador e como emulação, isto é, como um incentivo para se alcançar uma fama pelo menos análoga a do evocado” (CATROGA, 2007: 228).

A pretexto de representar o idêntico e o semelhante, a lembrança simula e (re)cria o novo, em um *jogo de espelhos*, no qual o festejar, ao mesmo tempo em que enfatiza a dimensão identitária, ao encenar semelhanças entre passado e presente, entre o ontem e o hoje, instaura as diferenças. As festas podem ser compreendidas como um momento de dramatização da vida e da ordem social, como um texto e um contexto que requer uma dada leitura, que convoca e provoca leituras e recepções diversas. Elas são, a um só tempo, campos de lutas concretas, de enfrentamentos entre pessoas e grupos, em torno dos valores e preceitos que definem o viver em sociedade e, da mesma forma, configuram campos de luta simbólica, entre projetos, sonhos, utopias e delírios. Acima de tudo, elas constituem um momento de invenção da vida social, da ordem social e de seus agentes.

Quando pensadas na esfera da política, as festas teriam como função, essencialmente, atrair e conquistar a simpatia do conjunto da população, assim como a tarefa de comunicar crenças e valores para o coletivo, o que seria facilitado pela linguagem performática - importante característica dos rituais políticos. A esse respeito, Paul Connerton explica que a performatividade não pode ser pensada sem um conceito de hábito, e este não pode ser pensado sem uma noção de automatismos corporais (1999: 05). Segundo Connerton, a performatividade estaria codificada nas atitudes do corpo, nos gestos e nos movimentos. O comportamento postural poderia ser altamente estruturado e completamente predizível, mesmo que não fosse verbalizado e, tampouco, conscientemente ensinado. Na verdade, o comportamento poderia ser “tão automático que não seria sequer reconhecido como uma parte do comportamento passível de ser isolada” (CONNERTON, 1999: 84). Dessa forma, as expressões corporais seriam importantes para a memória comunal, uma vez que o poder e a posição social seriam expressos através de certas posturas em relação aos outros.

Por essa via, seria possível compreender o caráter persuasivo dos rituais. Com efeito, seria precisamente porque aquilo que é representado é algo a que os atores estão habituados que o conteúdo cognitivo daquilo que o grupo recorda em comum exerce essa força tão convincente

desfiles militares, proclamações, discursos, representações teatrais, declamação de poesia e, até mesmo, a plantação de uma Árvore da Liberdade (JOÃO, 1999).

e persistente (CONNERTON, 1999: 101). Durante as cerimônias cívicas, os participantes representariam os “acontecimentos sagrados” de uma forma cerimonialmente corporizada e seria, por meio desses atos representados, que a ilusão do tempo mundano seria suspensa. Dessa forma, tais cerimônias manteriam o passado “vivo” através de uma representação descritiva de acontecimentos passados. *Reencenações do passado*, as festas cívicas seriam repetitivas e a repetição “subentende automaticamente, a continuidade com o passado” (CONNERTON, 1999: 75).

A importância dos calendários estaria no fato de permitirem justapor à estrutura do tempo profano uma outra estrutura, “qualitativamente distinta da primeira e irreduzível a esta, em que os acontecimentos mais notáveis do tempo sagrado são reunidos e coordenados” (CONNERTON, 1999: 75). Dessa forma, cada dia seria “localizável” em duas ordens de tempo bastante diferentes: “existe o dia em que tais e tais acontecimentos ocorrem, no mundo, e o dia em que se celebra a memória deste ou daquele momento de uma história sagrada ou mítica” (CONNERTON, 1999: 75). Embora a coexistência destas duas ordens temporais possa atravessar todo o ciclo do calendário, esse ciclo conteria os pontos especiais em que a ação de recapitulação se tornaria o foco especial da atenção da comunidade. O fato de se celebrar as mesmas festas nas mesmas datas permite que, em cada festividade periódica, os participantes possam, de certa forma, se encontrar no mesmo tempo. Estes intervalos seriam organizados de forma a parecerem ser vividos como idênticos e, desse modo, o tempo ritual seria indefinidamente repetível (CONNERTON, 1999: 76).

Nessas cerimônias comemorativas, a comunidade seria recordada de sua identidade, ao representá-la e contá-la. Ainda segundo Connerton, aquilo que é recordado nas cerimônias comemorativas é algo mais do que uma variante coletivamente organizada da memória pessoal e cognitiva, pois, se as cerimônias devem funcionar para os que nelas participam, se devem ser persuasivas para eles, “então esses participantes não devem ser apenas cognitivamente competentes para executarem a performance: devem estar a ela habituados, e esta habituação deve ser no substrato corporal da representação” (CONNERTON, 1999: 81).

Nesse contexto, o ritual representa uma espécie de texto coletivo simbólico, que se expressa por meio de uma linguagem corporal e alegórica, em que cada gesto corporal cumpre uma determinada finalidade no sentido de transmitir uma *verdade*, que deve ser compreendida por todos (OZOUF, 1991: 39). A repetição gestual seria, por conseguinte, um elemento que explicitaria a unidade e a aceitação das diretrizes do evento, de forma que a repetição de uma

saudação, o desfile e o levantar de um braço significariam mais do que simples ações físicas. A repetição representaria certa *sintonia* com as ideias e ideais veiculados em determinada cerimônia, de forma que, através do festival, “o novo vínculo social deveria se tornar manifesto, eterno e intocável” (OZOUF, 1991: 09)⁵. A posteridade acentuaria a essência do rito, que seria a prática de uma repetição cíclica, pois “os ritos cívicos imediatamente se transformaram em ações anamnéticas, bem consubstanciadas numa política da memória que propagaria a luta selectiva contra o esquecimento, em ordem a transformar-se em *memória histórica* e em *memória nacional*” (CATROGA, 2007: 223).

Dessa forma, com os ritos cívicos criou-se também um suplemento simbólico e sentimental que pretendia mobilizar as consciências para projetos em que o consenso requeria uma interiorização afetiva das novas representações do social. A esse respeito, Mona Ozouf (1991: 12) explica que “a elaboração do festival - onde o desejo e o conhecimento se encontraram, onde a educação de massa deu lugar à alegria - combina política e psicologia, estética e moralidade, propaganda e religião”⁶. As cerimônias cívicas configurariam, assim, um importante espaço de formação de sujeitos sociais e cívicos, concidadãos participantes de uma coletividade espiritual que os envolvia, apelava e mobilizava, chamada povo (CATROGA, 2007: 224).

Nesse sentido, o tema das comemorações cívicas pode ser pensado como um *locus* onde se constroem sistemas abstratos de ordenamento que informam as ações cotidianas dos homens. As comemorações cívicas seriam, nessa chave de leitura, atos de poder que procurariam construir os súditos necessários à legitimação das ações de soberania. Ainda segundo Ozouf, o festival seria um complemento indispensável ao sistema legislativo, pois embora o legislador fizesse a lei para o povo, os festivais fariam as pessoas para as leis (OZOUF, 1995: 09). E estas se manifestam no exercício de pacificação das sociabilidades públicas ao produzir um *lucro político*, que pode ser mensurado, na medida em que cria fidelidades e envolvimento emocional.

As festas representariam, outrossim, a vitória sobre a racionalidade, sobre o espaço e sobre o tempo, pois, conforme Mona Ozouf, “o festival opera um contágio afetivo, inimaginável antes

⁵ Do original: “through the festival the new social bond was to be made manifest, eternal and untouchable. Hence nothing about festivals was unimportant” (OZOUF, 1991: 09). A tradução é de minha responsabilidade.

⁶ Do original: “the elaboration of the festival - where desire and knowledge met, where the education of the mass gave way to joy - combines politics and psychology, aesthetics and morality, propaganda and religious” (OZOUF, 1991: 12). A tradução é de minha responsabilidade.

dele, sem ele” (OZOUF, 1991: 35)⁷. No âmbito político, o ritual assume uma dimensão que extrapola a subjetividade, as cerimônias e celebrações atingem um caráter objetivo, pois concretamente busca-se alcançar a *subordinação* dos expectadores. Isto requer liturgias políticas que hipnotizem *as massas*, garantindo, àquele que orchestra a solenidade, a primazia na tradução do ritual e efetivo controle do poder.

O trabalho de consagração de heróis nacionais, assim como a ritualística que envolve este processo, tem por objetivo central construir um panteão cívico composto por *grandes homens*, capazes de encarnar modelos de comportamento ou personalidades coletivamente valorizados. Os soldados foram, segundo Maurice Agulhon, os primeiros a merecer estátuas em praça pública, em todos os lugares em que se prestavam homenagem aos *grandes homens* da pátria, pois despertavam menos debates, se comparados aos políticos, e figuravam como os primeiros servidores da nação (AGULHON, 1988:159). Cumpre mencionar a maneira pela qual esses modelos são fixados e divulgados no ritual. Como ensina Geertz, trata-se de uma narrativa, de forma que o rito, nesta perspectiva, pode ser entendido como um *lugar de memória*. Tal aspecto, ao que parece, foi observado no Brasil, durante a Primeira República, considerada como um período rico na encenação de rituais cívicos de consagração de heróis, conforme demonstrou Armelle Enders (2014).

Dessa forma, serão analisados dois projetos apresentados por Gustavo Barroso durante sua atuação como Deputado Federal, quais sejam, os “Dragões da Independência” e o “Dia do Soldado”. Os debates no Congresso Nacional permitirão a investigação da complexa malha de relações entre positivistas, republicanos e monarquistas durante a Primeira República. Tais suportes possibilitarão também a compreensão da polêmica recepção aos projetos e o fracasso dessas iniciativas no Senado. Recorreremos à imprensa como estratégia para dimensionar os jogos de interesses e negociações que viabilizaram a implementação dos projetos.

Importa-nos compreender, por entre filtros e seleções, a escolha de Caxias como símbolo do “Dia do Soldado” e como Barroso participou das construções e desconstruções de sua memória. A “Semana de Caxias”, organizada como parte das festividades do “Dia do Soldado”, será pensada no âmbito dos estudos sobre funerais cívicos. Prática que se configuraria em estreita relação com o comemoracionismo expresso no desfile dos Dragões da Independência, cuja operacionalidade estaria, em grande medida, voltada para a *teatralização do passado*, elemento caro à narrativa barroseana. Em suma, a nossa

⁷ Do original: “la fête opere une contagion affective, inimaginable avant elle, sans elle; elle rend le monde harmonique” (OZOUF, 1991: 35). A tradução é de minha responsabilidade.

investigação, ao se voltar para o estudo dos rituais de consagração dos *grandes homens*, também se atentará para a monumentalização destas personagens nas salas no Museu Histórico Nacional. Consideramos que esses espaços configuravam tentativas de personificar a nação, que se expressavam por meio de uma ritualização específica, que poderia ser traduzida como um culto cívico.

Interessa-nos, igualmente, analisar a memória de Gustavo Barroso na memória nacional. A nossa intenção é desvelar como se articulam e antagonizam as diferentes faces de sua vasta produção em uma dinâmica complexa de construção e (re)construção memorialística. Nesse sentido, analisaremos o funeral de Gustavo Barroso, organizado em 1959 no Rio de Janeiro, e a posterior transladação dos despojos mortais para Fortaleza em 1965. O local do velório e os discursos fúnebres constituem aspectos fundamentais para a compreensão da memória que se constituiu logo após sua morte. Cumpre ressaltar que a multiplicidade de atitudes em relação ao funeral de Barroso constitui elemento importante para a compreensão da fabricação de sua memória. É importante atentar também para o fato de que o próprio Barroso participou deliberadamente da elaboração de uma memória a seu respeito, marcada por grande investimento no militarismo, aspecto evidente nos necrológios e na participação dos militares no féretro. A análise dessa questão deve levar em consideração o contexto em que a transladação ocorreu e, fundamentalmente, o valor da obra de Barroso para as Forças Armadas. Assim, esperamos demonstrar que Gustavo Barroso foi alinhavando relações com setores militares diversos ao longo de sua trajetória profissional, que oportunizaram retornos significativos, especialmente, do ponto de vista do simbólico.

PARTE I

RITUALIZAÇÕES DA HISTÓRIA

Nesta parte, analisaremos dois projetos apresentados por Gustavo Barroso durante sua atuação como Deputado Federal, quais sejam, os “Dragões da Independência” e o “Dia do Soldado”. No capítulo inicial, nos deteremos no projeto que denominava o regimento de cavalaria do Exército como Regimento de Dragões da Independência e determinava o uso do fardamento tradicional, da guarda de honra de D. Pedro I, como primeiro uniforme. O projeto estabelecia, como atribuições desse regimento, fazer a guarda do Palácio da Presidência em dias de festa nacional, realizar a escolta do Chefe de Estado e dos diplomatas estrangeiros e participar do desfile cívico de Sete de Setembro.

A expectativa era a de que, nas comemorações do Centenário da Independência, os Dragões pudessem alcançar um espaço de destaque nos desfiles e festas que rememorariam aquele acontecimento. Tal assertiva fomentou amplo debate na Câmara, especialmente entre aqueles que julgavam a proposta demasiado ostensiva e acusavam o relator de não levar em consideração o quadro econômico nacional, marcado por grave recessão. Dessa forma, ao estudarmos os debates no Congresso Nacional, tentaremos reconstituir a complexa malha de relações entre positivistas, republicanos e monarquistas durante a Primeira República. Consideramos ser possível, por meio dessa estratégia, compreender a polêmica recepção ao projeto na Câmara e o fracasso dessa iniciativa no Senado. Recorreremos, da mesma forma, à imprensa como estratégia para dimensionar os jogos de interesses e negociações que viabilizaram, posteriormente, a implementação do projeto.

A investigação da relação conflituosa entre a República e a Monarquia também estará em nosso horizonte de pesquisa, mobilizada a partir do parecer da Comissão de Marinha e Guerra, que eclipsou o projeto por compreender que ele rememorava um feito anterior à República. Consideramos relevante reconstituir o contexto que possibilitou o primeiro desfile dos Dragões da Independência, especialmente a suposta dimensão popular que o evento assumiu, reiteradamente anunciada pela imprensa.

No capítulo seguinte, examinaremos outro projeto apresentado por Gustavo Barroso à Câmara dos Deputados, a saber, o Dia do Soldado. A proposta era a de que o dia 24 de maio fosse considerado, em todo o território da República, o dia dedicado ao Soldado Brasileiro, tornando-se feriado nas repartições militares e ocasião de festas patrióticas e comemorações

públicas nos quartéis. A escolha da data de 24 de maio para o Dia do Soldado, no projeto em questão, obedeceu à intenção de situá-lo conjuntamente com a lembrança de um feito militar de relevo: a primeira batalha de Tuiuti.

Apesar dos esforços de Barroso, a iniciativa não obteve a adesão necessária na Câmara e as cerimônias comemorativas foram instituídas somente em 1925, quando o Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho determinou, conforme o aviso ministerial n. 366, que o “Dia de Caxias” passaria a ser oficialmente comemorado como “Dia do Soldado”. Posteriormente, a própria autoria do projeto foi colocada em suspenso, uma vez que Eugênio Vilhena de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi inicialmente considerado o idealizador da iniciativa.

Nessas seleções de eventos e atores, importa-nos questionar as razões da recusa ao projeto inicial de Barroso. Com efeito, durante quatro décadas, a principal comemoração militar brasileira ocorria no aniversário da batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), considerada a de maior relevo da Guerra do Paraguai, tendo em Manuel Luís Osório (1808-1879), comandante das forças brasileiras, seu principal herói. Nessa perspectiva, seria conveniente associar a comemoração da batalha, já enraizada nas ritualizações militares, ao Dia do Soldado.

As cerimônias do dia 25 de agosto de 1925, data em que Caxias foi elevado às honras de Patrono do Exército Brasileiro, foram repetidas todos os anos nos quartéis, estabelecimentos e repartições militares de todo o país. Importa-nos compreender, por entre filtros e seleções, a escolha de Caxias como símbolo do “Dia do Soldado” e como Barroso participou das construções e desconstruções de sua memória. A “Semana de Caxias”, organizada como parte das festividades do “Dia do Soldado”, será pensada no âmbito dos estudos sobre funerais cívicos. Prática que se configuraria em estreita relação com o comemoracionismo expresso no desfile dos Dragões da Independência, cuja operacionalidade estaria, em grande medida, voltada para a *teatralização do passado*, elemento caro à narrativa barroseana. Como espetáculos de ritualizações da história, marcados pelo apelo à memória, estes projetos serão compreendidos como mecanismos que deveriam desempenhar a mesma função pedagógica atribuída à história.

CAPÍTULO I

O MAIOR FAUSTO DA NOSSA HISTÓRIA: OS DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA

Ao final do ano de 1916, Gustavo Barroso publicou um artigo na *Revista da Semana* intitulado *Os Dragões da Independência* endereçado ao Ministro da Guerra do Brasil, cuja ambição era a de empreender no país, como parte de um culto das tradições, a criação do I Regimento de Cavalaria, denominado Dragões da Independência⁸. Usando a farda tradicional dos Guardas de Corpo, os Dragões escoltariam o Presidente da República e os diplomatas estrangeiros, resguardariam o Palácio do Governo nos dias de festa e participariam do desfile cívico de Sete de Setembro. Nas manobras e nas campanhas, esse regimento seria o primeiro de cavalaria e usaria a farda comum, de forma que o uniforme histórico ficaria somente para a parada e a escolta, “mesmo porque não é com crinas e penachos que se vai à guerra de hoje, em que a prudência é a maior virtude militar”⁹. Segundo Barroso, o fardamento teria grande impacto na “moral” e autoestima dos soldados, pois “os belos fardamentos nas guarnições e revistas contribuem mais do que se pensa para o prestígio das coisas bélicas e o entusiasmo guerreiro”¹⁰. O autor utilizou como referência a tela pintada por Pedro Américo, afirmando que:

O uniforme dos Guardas de Corpo é verdadeiramente bonito: branco com reversos e paramentos vermelhos, o capacete de couro, chapeado de metal, com a cimeira de bronze dourado representando um dragão dentre cujas azas abertas escorre uma crina negra. Pedro Américo pintou essa farda, fantasiando um pouco o casco, no *Grito do Ypiranga*. As altas botas lustrosas dão elegância, as dragonas de escamas guarneciam os ombros, o penacho bicolor coroa a cabeça. Esse admirável cavaleiro deveria ser revivido no Brasil como os Granadeiros de San Martín, heróis dos Andes, de Chacabrico e de Maipú, o foram pela Argentina (...). O primeiro regimento de cavalaria do exército, em virtude de lei, deveria passar a chamar-se Regimento dos Dragões da Independência¹¹.

A intenção era apresentar o projeto à Câmara, de forma que, nas comemorações do Centenário da Independência, os Dragões pudessem alcançar um espaço de destaque nos desfiles e festas que rememorariam aquele acontecimento. Nessa época, Barroso era Deputado Federal pelo Ceará e, simultaneamente à atividade política, exercia a função de jornalista,

⁸ BARROSO, Gustavo. Os Dragões da Independência. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1916.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

ofício que ampliava o alcance de suas ideias. No periódico *A Rua*, Barroso concedeu uma entrevista sobre os Dragões da Independência que foi divulgada em primeira página¹². Ao ser questionado acerca da escolha do uniforme a ser restaurado, respondeu que, como uma reminiscência medieval, a cavalaria sempre foi considerada, em toda a parte, arma nobre e escolhida para os serviços de gala e guarda de palácios. Entretanto, no Brasil, seria muito difícil restaurar os tipos de fardamento do segundo e do primeiro reinados, pois:

Os nossos arquivos nada ou quase nada conservam a respeito. No Ministério da Guerra nada existe sobre o assunto. Depois de certo trabalho consegui alguns pormenores num velho livro em alemão ‘Rio de Janeiro wie es ist’, editado em Hannover em 1829, pormenores sobre uniformes dos antigos corpos estrangeiros, mercenários, e sobre a antiga infantaria. Outros documentos deram algum subsídio do tempo do Paraguai e por fim na obra de Debret que há na Biblioteca Nacional há minúcias acerca das tropas de Pedro I¹³.

A escolha do nome, segundo o autor, fazia referência à tradição portuguesa, em cujo Exército “a subdivisão da arma dos Dragões era a preferida”¹⁴. Sua relação com a trajetória brasileira se fazia presente desde o período colonial, época em que “os nossos sertões eram policiados por Dragões. Daí escolher esse nome”¹⁵. O subtítulo lembraria, ainda, a emancipação nacional e o uniforme significaria “a criação do nosso exército, porque foi o primeiro desenhado com originalidade para as tropas brasileiras do primeiro imperador”¹⁶. Guarda de Honra do Imperador, instituída no dia de sua coroação, em 1822, e extinta por decreto, em 1832, constava de três esquadrões: um de São Paulo, um de Minas Gerais e outro, do Rio de Janeiro, conforme relatou em conferência no Clube Militar.

Tal evento foi anunciado na imprensa semanas antes e obteve a adesão dos principais veículos midiáticos na época e, com ampla cobertura, Barroso discursou para um “auditório escolhido”, no salão nobre do Clube Militar. A conferência seria, essencialmente, um preâmbulo do projeto que Gustavo Barroso intencionava apresentar à Câmara, constituindo, portanto, uma ocasião importante para despertar adesões cruciais ao posterior desenvolvimento de sua iniciativa. A conferência foi lida perante numerosa plateia composta, principalmente, por oficiais do Exército, com destaque para o coronel José Maria Sisson, presidente em exercício do Clube, e o tenente Isauro Ribeiro, com os quais Barroso dividiu a mesa, além dos representantes do Presidente da República e do Ministro da Guerra.

¹² Os Dragões da Independência. Uma ideia interessante. *A Rua*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1916.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

Em defesa dos Dragões da Independência, Barroso discorreu, em um longo percurso histórico, acerca da indumentária militar de nações estrangeiras, cujo sucesso nas armas seria proporcional ao investimento no fardamento. Os engajamentos seriam, portanto, mais evidentes entre aqueles que cultivavam “a elegância, o garbo e o gosto pelo seu uniforme”¹⁷. Todavia, todos os uniformes brasileiros seriam cópia fiel dos uniformes ingleses, franceses ou portugueses, de tal forma que, em sua leitura, teríamos a obrigação de procurar uma farda que recordasse a nossa independência: “revivamo-la, amemo-la, respeitemo-la. Criemos um corpo que a use na paz e a honre na guerra”¹⁸. Isto porque “os belos fardamentos, nas guarnições e paradas, contribuem de modo insofismável para o prestígio das coisas bélicas e o entusiasmo guerreiro”¹⁹. Segundo Barroso, isso ocorreria, especialmente, porque eles “nos transportam pelo pensamento às idades mortas, em que a guerra não era tão somente uma questão de número de homens e quantidade de munições”²⁰.

A atuação deste corpo de cavalaria seria ativa ao longo da história nacional, sempre com os “mais notáveis” nomes do exército a comandá-lo, tendo estado presente na aclamação de D. Pedro I e dele recebendo a primeira bandeira nacional. Dessa forma, “os Dragões da Independência deverão ser, pelo seu simbolismo patriótico, queridos por todos os Brasileiros; o seu uniforme será, tenho esperança, aclamado pelo nosso povo, que nele verá o início da nossa nacionalidade, das nossas instituições e a página mais bela da nossa vida, talvez por ser a primeira”²¹. Ao final do evento, Barroso exortava o auditório a apoiar o projeto que “nenhuma mudança de regime, de instituição, de política ou de ministérios terá coragem de trocar por outro”²².

A conferência obteve relativa repercussão. A *Gazeta de Notícias*, em artigo intitulado *Teremos o Corpo de Dragões da Independência?*, destacou, na “brilhante conferência”, a fala pronunciada no encerramento, quando Barroso expôs sua advertência aos futuros Dragões: “Regimento, o teu uniforme sempre vistas com alegria, uses com orgulho e somente o dispas com pesar”²³. A *Época* destacou, dentre as justificativas apresentadas por Barroso para a concretização de seu projeto, o fato de que “a nossa tradição guerreira não é milionária de

¹⁷ Os Dragões da Independência, *Revista Selecta*, 25 de maio de 1917.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

²³ *Teremos o Corpo de Dragões da Independência?*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1917.

feitos extraordinários. Mas também não é pobre, e relativamente às estrangeiras é rica”²⁴. *A Rua*, menos comedida em seus elogios, pontuou que, no decorrer da palestra, Barroso “mostrou a concepção verdadeira de patriotismo, que derivava do culto sagrado da tradição”²⁵. *A Revista Selecta* publicou a conferência na íntegra, ilustrada com desenhos do próprio autor, com destaque em sua capa, onde enfatizou que “o Regimento dos Dragões da Independência, cuja criação depende do projeto a ser apresentado pelo nosso companheiro, tem merecido os mais francos apoios do exército e da imprensa”²⁶.

Neste ínterim, o então Deputado Federal apresentou à Câmara o projeto que denominava o primeiro regimento de cavalaria do Exército como Regimento de Dragões da Independência e determinava, em seu artigo 1º, o uso do fardamento tradicional, da guarda de honra de D. Pedro I, como primeiro uniforme²⁷. Estabelecia, outrossim, como atribuições desse regimento, fazer a guarda do Palácio da Presidência em dias de festa nacional, realizar a escolta do Chefe de Estado e dos diplomatas estrangeiros e participar do desfile cívico de Sete de Setembro. Indicava, em campanha, o uso do uniforme comum da arma e solicitava, ao Ministro da Guerra, a nomeação de uma comissão de quatro membros que, no prazo de um mês, deveria apresentar o plano completo do uniforme tradicional, cuja aquisição seria feita pelos oficiais, conforme expresso no artigo 6º, mediante um adiantamento fornecido pelo Governo. Tal assertiva fomentou amplo debate na Câmara, especialmente entre aqueles que julgavam a proposta demasiado ostensiva e acusavam o relator de não levar em consideração o quadro econômico nacional, marcado por grave recessão. Alguns Deputados julgavam que o novo fardamento endividaria os oficiais e poderia, devido à antecipação do crédito, onerar os cofres públicos e aconselhavam, inclusive, que se considerassem as circunstâncias internacionais e a urgência do conflito.

O debate ressaltou o contexto de ruptura das relações com a Alemanha, o que exigia o investimento nos estudos acerca da Defesa Nacional, trabalho empreendido por uma Comissão Mista, composta por Deputados e Senadores, de tal forma que a criação dos Dragões da Independência parecia a muitos “um projeto com fins puramente decorativos”²⁸. Recordava-se, inclusive, a atuação da Liga de Defesa Nacional, “preocupada também com o

²⁴ “Dragões da Independência”. *A Epoca*, 25 de maio de 1917.

²⁵ ...Os de ontem... *A Rua*, 25 de maio de 1917.

²⁶ Os Dragões da Independência, *Revista Selecta*, 25 de maio de 1917.

²⁷ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, Projeto N. 71 – 1917, 20 de junho de 1917.

²⁸ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1917.

importantíssimo assunto”²⁹, calorosamente abordado na imprensa, de tal forma que fazer “justiça ao Exército Nacional” não seria estimular “a contemplação de meia dúzia de ginetes, montados mais ou menos garbosamente por soldados transformados em heróis carnavalescos”³⁰.

Antunes Maciel Júnior, Deputado sul-rio-grandense, destacou os generais Osório e Andrade Neves como representativos da “simplicidade dos véros veteranos da nossa cavalaria” e ressaltou que ambos “costumavam entrar no combate à paisana, agitando os seus palas, como a guiar com eles a sua carga heroica aos inimigos”³¹, o que tornava os Dragões da Independência, com suas “armaduras de arabescos e guirlandas”, a negação da simplicidade daqueles que seriam “o tipo representativo da cavalaria brasileira”³². A esse respeito, Antunes Maciel Júnior apresentou um requerimento solicitando que o projeto fosse encaminhado à Comissão de Finanças, cujo parecer informaria acerca das despesas de criação do Regimento Dragões da Independência.

Acusado de desejar protelar o voto da Câmara, Antunes Maciel Júnior argumentou que a Comissão de Marinha e Guerra não estudara adequadamente o projeto, “visto como o parecer sobre o mesmo projeto foi dado pelo seu próprio autor”³³ e, somado a este fato, “o projeto acarretaria para o Tesouro Nacional uma despesa de cem contos de réis”³⁴, informação que teria sido fornecida pelo próprio autor. Em resposta, Alberto de Abreu esclareceu que a despesa seria correspondente apenas ao adiantamento para a aquisição do uniforme e, após o debate, Bueno de Andrada e Pedro Moacyr exigiram que o projeto fosse encaminhado à Comissão de Finanças. Antunes Maciel Júnior informou, veementemente, que seu voto era contrário ao projeto, uma vez que, em sua análise, o “seu estado” não estaria representado nesta iniciativa e, ainda, “por entender que tal projeto está longe de consultar as tradições do Exército nacional”³⁵.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ Idem. Na sessão de 08 de junho de 1917, o presidente da Câmara nomeou Gustavo Barroso para substituir o deputado Ildefonso Pinto na Comissão de Marinha e Guerra. O lugar ficara vago devido à opção de Ildefonso Pinto pela Comissão de Finanças. O deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi o principal articulador dessa substituição. Conforme o *Diário do Estado de Fortaleza*, Antônio Carlos teria informado que o lugar pertencia ao Rio Grande do Sul, contudo a bancada gaúcha teria aberto mão do cargo atendendo a um pedido seu. Antônio Carlos desejava que Gustavo Barroso entrasse na Comissão de Marinha e Guerra em virtude de seus últimos trabalhos sobre questões militares. Ver: *Diário do Estado de Fortaleza*, 08 de junho de 1917.

³⁴ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1917.

³⁵ Idem.

A defesa enérgica dos interesses gaúchos está relacionada à trajetória pública de Francisco Antunes Maciel Júnior, eleito deputado federal pelo Partido Federalista, considerado o principal veículo de contestação ao Partido Republicano Rio-Grandense, dominante na política gaúcha durante toda a Primeira República³⁶. A atuação na imprensa foi fundamental para a afirmação de sua carreira política, especialmente durante o período em que foi diretor do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Federalista considerado um dos principais instrumentos de divulgação do ideário do partido. *A Reforma* manifestava uma oposição intensa aos governos estaduais de Castilhos e Borges de Medeiros, considerados tiranos que, sob a égide do positivismo³⁷, estariam levando o Rio Grande do Sul à destruição.

A esse respeito, Elisabete Leal (2006: 21) explica que, de fato, o positivismo estruturou as bases da política governamental gaúcha, quando foi promulgada a Constituição Estadual, redigida por Júlio de Castilhos, em 1891. A adesão do PRR ao positivismo, entretanto, merece ser relativizada, pois havia diferentes graus de adesão ao positivismo e, fundamentalmente, distintas formas de compreensão da teoria comtiana. De maneira que o apoio ao partido significava “muitas vezes apenas uma adesão personalista a Castilhos e não à sua Constituição de feição positivista” (LEAL, 2006: 193). José Esteves Pereira explica que, com Júlio de Castilhos e depois com Borges de Medeiros, assistiu-se à supremacia governativa do Executivo perante o Legislativo e o Judiciário. Nessa época, “os projetos de lei eram submetidos à discussão pública, durante um prazo de 90 dias, findo o qual ganhavam força de lei” (PEREIRA, 2014: 78). O autoritarismo castilhista estaria presente, conforme Pereira, na base ideológica do Estado Novo, de Getúlio Vargas (PEREIRA, 2014: 71).

Durante a Primeira República, houve relativa participação do Apostolado Positivista no cenário político gaúcho. Embora poucas das lideranças políticas fossem efetivamente

³⁶ No início de seu mandato, Antunes Maciel Júnior participou de diversas comissões de inquérito para o reconhecimento de novos deputados. Após três meses de trabalhos, apenas três candidatos “independentes” foram reconhecidos, entre eles o próprio Antunes Maciel (FERTIG; JÚNIOR, 2010: 531). O conflito entre republicanos e federalistas se estenderia para além das atividades bélicas e parlamentares deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos (JÚNIOR, 2016: 27).

³⁷ O pensamento de Comte, com suas variações, penetrou na realidade gaúcha, sobretudo pela ação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tal partido, hegemônico no Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República, tinha como base doutrinária uma versão própria do positivismo, o castilhismo (por alusão ao presidente do Estado Júlio de Castilhos), que foi institucionalizado através da Constituição Estadual de 1891. (SCHMIDT, 2001). Ricardo Vélez Rodríguez (1980) define o Castilhismo como uma filosofia política que, inspirada no Positivismo, constrói um governo autoritário, não-representativo, colocando a liberdade e as garantias dos indivíduos abaixo do supremo interesse da segurança do Estado, revelando uma forte tendência tutelar, moralista e conservadora. Gunter Axt explica que, com a institucionalização do aparelho de estado por meio da Carta de 14 de Julho de 1891 e a vitória pelas armas em 1895, o vocabulário comtista, caro aos republicanos desde o surgimento do Partido Republicano Riograndense (PRR) em 1882, extravasou o grupo original e se tornou referência para toda a classe política gaúcha (AXT, 2002: 35).

engajadas na Religião da Humanidade, o poder dos positivistas religiosos estaria baseado em seu capital simbólico e intelectual, responsável por ampliar sua influência política durante a época em que Castilhos e Borges de Medeiros recorriam ao grupo para obter legitimidade (AXT, 2002: 35). O importante a mencionar é que o discurso positivista foi, frequentemente, empregado como estratégia de apoio ao regime castilhista e, não raro, resultava em benefícios aos adeptos, brindados com posições-chave na administração estadual e na Assembleia (AXT, 2002: 35). Assim, a retórica positivista servia como “instrumento de exercício do poder”, tornando-se, a um só tempo, “um índice de participação ou de exclusão do poder” (BOEIRA, 1980: 39-41). Repetir o discurso partidário seria, dessa forma, uma maneira de construir a diferença em relação aos federalistas, fortalecendo a adesão ao regime castilhista e borgista, ao mesmo tempo em que aprofundava o isolamento dos grupos opositores.

Os federalistas, por sua vez, assumiam uma postura de enfrentamento e, por meio da imprensa, o passado monárquico era idealizado como uma época em que vigorava uma inconteste liberdade de expressão. Tal característica não teria perdurado durante a República positivista, eivada de violências e conflitos fratricidas, de governos autoritários e sem representatividade. A esse respeito, Antunes Maciel publicou em São Paulo, em 1912, o livro *O Rio Grande: anotações esparsas*, em que criticava a situação do estado gaúcho, principalmente o sistema de governo dos republicanos, que se encontravam no poder desde 1892 (FRANCO, 2003: 268). Críticas em parte endossadas por Pedro Gonçalves Moacyr, dissidente do Partido Republicano que, em 1906, foi eleito Deputado Federal pelo Partido Federalista, permanecendo como representante gaúcho por três legislaturas, até 1914. Em 1915, Pedro Moacyr renovou seu mandato parlamentar pelo estado do Rio de Janeiro e, com o apoio do então presidente fluminense Nilo Peçanha, fez parte das comissões mais importantes da Câmara³⁸.

Pedro Moacyr e Antunes Maciel foram os maiores opositores ao projeto de criação do Regimento Dragões da Independência, em grande parte pela defesa dos interesses regionalistas, embora Antunes Maciel tenha evidenciado a importância dos preparativos para

³⁸ Na sessão de 11 de setembro de 1907, entrou em tramitação um projeto que autoriza o governo a reformar o ensino secundário e superior e a promover o desenvolvimento e a difusão do ensino primário. Em sua crítica ao projeto, o deputado Pedro Moacyr, afirmou que ele “principia por violar flagrantemente a constituição, ingerindo a União na questão de ensino primário, que é privativo dos estados e municípios” (Anais do Congresso Nacional, 1907). Em novembro, a discussão chegou ao final e Pedro Moacyr denunciou que a mobilização dos congressistas pouco resultou de positivo, pois a Comissão de Instrução Pública teria rejeitado quase a totalidade das emendas e substitutivos. Segundo o deputado, isto ocorreu porque a instrução era colocada como uma questão menor, de tal forma que, frequentemente, a própria comissão não tinha todos os seus cargos ocupados (Anais do Congresso Nacional, 1907) (TAMBARA, 2007).

o conflito mundial: “não queria que V. Ex. apresentasse um projeto lembrando os feitos federalistas ou quaisquer outros, neste momento queria que se comprasse material de guerra”³⁹. Pedro Moacyr reforçou a suposta extravagância do projeto: “o que se quer são soldados de valor, mesmo a laço, não dragões de paradas, ridículo e carnavalesco, o soldado rio-grandense de um ou outro partido nunca foi carnavalesco”⁴⁰. O projeto seria ainda, para Antunes Maciel Júnior, uma face “do brilhante espírito do literato João do Norte”⁴¹, mas não poderia ser compreendida como uma proposta do Deputado pelo Ceará.

Maurício de Lacerda, opositor veemente ao projeto de Barroso, afirmou “achar a iniciativa muito jocosa”⁴², especialmente em um momento em que “tão graves cogitações arremessam os soldados para uma linha bem tênue que os separa da mobilização”⁴³, de forma que o próprio Exército não deveria concordar com a ideia. Barroso, por sua vez, argumentou ter obtido a adesão da maioria das Forças Armadas e acusou Maurício de Lacerda de examinar o projeto apenas “pelo lado faceto”. Afirmção que Lacerda retrucou ironicamente, “pelo lado *Fon-Fon*, quer dizer”⁴⁴, ao que Barroso indagou, “onde V. Ex. publicou o seu retrato com poucos anos de idade?”⁴⁵. Publicação que seria, conforme Lacerda, resultado de um pedido da revista e não de um desejo seu.

As provocações prosseguiriam e Lacerda questionou a posição de Barroso na revista: “nunca pedi o lugar de redator da *Fon-Fon*”⁴⁶. Acusação que Barroso respondeu: “nem eu, fui convidado e ganho lá honradamente a minha vida como jornalista, o que V. Ex. não é, não foi e nunca será”⁴⁷. Ao depreciar a posição de Lacerda no meio jornalístico, Barroso buscava valorar a própria inserção em espaço que denotava distinção, o que o deputado fluminense retrucou em tom satírico: “que mal há nisto? V. Ex. acha que alguém fica deprimido só

³⁹ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1917.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem. Publicada no Rio de Janeiro a partir de 1907, a *Fon-Fon* se auto-intitulava como um semanário alegre, político, crítico e esfuziante. Barroso publicou seus primeiros artigos na *Fon-Fon* em 1910 e assumiu a direção da revista em 1916. Na *Fon-Fon*, publicava notas humorísticas, contos, crônicas e algumas ilustrações. As revistas ilustradas proporcionavam aos jornalistas, como Barroso, um trabalho mais regular, se comparadas aos jornais. Por abordar temas do cotidiano de forma “leve”, a revista foi compreendida por muitos como despolitizada e frívola, mais afeita aos mexericos e ao universo feminino que à seriedade política e masculina (DE LUCA. MAGALHÃES. SOIHET. VELLOSO). Provavelmente, a crítica de Lacerda atacava essa suposta futilidade da revista. Importa mencionar a multiplicidade de interpretações acerca desse periódico na atualidade, especialmente sua importância para a leitura da modernidade carioca, incluindo a construção discursiva do gênero naquela sociedade (MACENA, 2010).

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

porque nunca foi jornalista?”⁴⁸. Tais provocações são reveladoras da importância do jornalismo no contexto da Primeira República, tanto como fonte de renda, quanto como possibilidade de divulgação de ideais (DE LUCA, 2012).

Nesse período, o jornalismo constituía também uma alternativa para a entrada em círculos literários, pois “era principalmente através dos jornais que os literatos se tornavam conhecidos do público leitor e reconhecidos pelos seus pares, passo fundamental para conseguir a publicação de seus livros” (VENÂNCIO, 2003: 49). Giselle Martins Venâncio explica que a qualidade de letrado não estabelecia as estratégias de sociabilidade, mas sim que a participação na sociedade dos “homens de letras” definia a condição de letrado. “A convivência fundada nos salões, nos cafés, nas conversas entre os intelectuais era absolutamente necessária e fundamental” (VENÂNCIO, 2003: 29). Dessa forma, ao positivar sua atuação na *Fon-Fon*, Barroso intentou evocar esses espaços simbólicos que denotavam *distinção* social e cultural, ao mesmo tempo em que sugeria a falta desse suposto capital intelectual ao seu interlocutor.

Lacerda, em contrapartida, atacou o caráter aristocrático do projeto de Barroso e, em tom satírico, comentou: “em uma república de barões só faltam os dragões”⁴⁹, gracejo que Barroso replicou: “já temos as sereias votantes de V. Ex.”⁵⁰. Nessa época, Maurício de Lacerda estava em seu segundo mandato como deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense. No dia 12 de junho de 1917, Lacerda apresentou à Câmara um projeto de lei que pretendia estender o alistamento eleitoral para as brasileiras maiores de 21 anos. Em seu discurso, além de acentuar a eficiência comprovada das mulheres em todos os ramos de atividade, o deputado fluminense manifestou-se, igualmente, contrário à interpretação restrita e errônea que excluía as mulheres do termo “cidadãos”, presente na Constituição (SOIHET, 2000: 97). A proposta de emenda à Lei Eleitoral de Lacerda foi a primeira a ser defendida no Congresso Brasileiro desde a Constituinte de 1890-1891, todavia foi considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça e sumariamente rejeitada (KARAWJCZYK, 2014: 78).

A recusa ostensiva ao projeto de Lacerda não o impediu de defender outras iniciativas que contemplavam as mulheres⁵¹ e, na pugna com Barroso, Lacerda explicou que o fato de ser

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Maurício Lacerda encaminhou à Câmara projetos relativos à regulamentação de vários aspectos da condição operária, entre eles, estavam três que tratavam de propostas específicas para a normatização do trabalho

feminista exigia que apresentasse um aditivo, que também restaurasse outras tradições, como as amazonas, afinal: “imaginem como bem pareceria um regimento de amazonas garbosamente montadas”⁵². Em tom de pilhéria, Lacerda afirmou que, caso o projeto de Barroso fosse aprovado, proporia a criação de um batalhão de amazonas, o que seria “mais histórico e, sobretudo, mais elegante”⁵³. Ainda segundo Lacerda, a guerra restauraria, entre outras coisas, o “costume de lançar as mulheres à luta”⁵⁴, protagonismo que poderia ser observado na Rússia, onde “vemos um Regimento comandado pela Sra. Kukutsova, mulher de um dos ministros caídos pela revolução, batendo-se na linha de frente”⁵⁵. Informação que justificaria a criação de um regimento para as brasileiras, ideia que, em sua perspectiva, nada teria de censurável: “imagine V. Ex. um regimento de dragões dando a última carga atrás das amazonas”⁵⁶. Ao final, em defesa irônica, Lacerda explicou que: “longe de ter um ponto de vista faceto, quanto ao projeto, tenho-o orgânico, quero até complementá-lo”⁵⁷.

Em seguida, Lacerda direcionou seus ataques ao Exército, acusando-o de estar preocupado em “mascarar de dragões um regimento”⁵⁸. A eficiência militar estaria comprometida pela “futilaria dos fardamentos”, especialmente porque seus generais pareciam conformados com essa situação, examinando “graciosamente matérias de toilettes militares como qualquer modista ou alfaiate”⁵⁹. A adesão dos militares ao “projeto de mau gosto” somente poderia ser compreendida como uma “gentileza da parte dos generais que não quiseram contrariar a iniciativa”⁶⁰, pois parecia inacreditável que o Exército estivesse “contente com a sua sorte”⁶¹. Em um momento de tensão internacional, entre tantas “preocupações que a organização

feminino. Entretanto, a legislação proposta pelo deputado não encontrava muitos adeptos na Câmara. A bancada gaúcha era a que mais fortemente se opunha à criação de uma legislação trabalhista (KARAWEJCZYK, 2015). O projeto nº 125, de 16 de julho de 1917 pretendia estabelecer as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais, agrícolas e comerciais, determinando a proibição do trabalho noturno e regulamentando a licença da mulher grávida sem perda de seu lugar ou salário. Conforme Giselle Martins Venâncio (2001), é importante notar que essa proposta de legislação estava de acordo com a estratégia de defesa de um tipo de família centrada na divisão “natural” dos papéis sociais. A preocupação com a defesa da moral familiar esteve presente em vários artigos do projeto. Ainda em 1917, Lacerda propôs dois projetos abordando o trabalho feminino. O primeiro deles, o projeto nº 135, de 23 de julho de 1917, estabelecia a idade de 14 anos como a mínima para a admissão de menores no trabalho. O projeto previa a diferença entre os sexos determinando para os meninos a necessidade de autorização dos pais para trabalhar até a idade de 16 anos e para as meninas a exigência dessa mesma autorização até completar 18 anos. O projeto nº 136, também de 23 de julho de 1917, propunha o funcionamento das creches junto às fábricas onde trabalhassem mais de 10 mulheres.

⁵² Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1917.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

militar impõe”⁶², seria descabido se “divertir em fantasiar Regimento de Dragões e mesmo criar regimento de amazonas”⁶³. Argumentos que Barroso procurou rebater evocando o aspecto histórico da iniciativa e sua influência sobre a “moral” dos combatentes durante os desfiles, ao mesmo tempo em que reforçava o uso da farda comum para as manobras e batalhas.

Esclarecimentos que Antunes Maciel interpretou de forma cômica, questionando: “V. Ex. declara que os dragões vão exatamente despír a farda nos dias de combate?”⁶⁴ Barroso respondeu afirmativamente e acrescentou: “aconselho a ler a história militar do seu país”⁶⁵. O comentário de Barroso provocou novas pilhérias e alguns deputados zombaram de suas inúmeras referências. Pedro Moacyr afirmou de forma satírica: “V. Ex. tem boa memória”⁶⁶, seguido por Maurício de Lacerda que declarou: “o nobre Deputado é danado na história”⁶⁷. Gracejos que Barroso retribuiu enaltecendo seus conhecimentos: “posso citar até em francês, felizmente sei história e francês”⁶⁸, comentário que evidencia, mais uma vez, a importância do conhecimento como fator de *distinção* para Barroso.

O esnobismo com que tratava seus interlocutores demonstrava o anseio por demarcar sua inserção em um estreito grupo que se destacava pelo que faltava à maioria da população – o “domínio” das letras. João Felipe Gonçalves explica que o mundo das letras e do poder político eram os maiores emblemas da elite naquele período, especialmente afeita a oportunidades de “ostentação da verborragia complicada e do vocabulário difícil, enquanto grandes símbolos de superioridade social” (GONÇALVES, 2000: 154). Importa mencionar que Gustavo Barroso contava apenas 28 anos nessa época, algo que pode ter influenciado sua postura presunçosa, como um artifício para se afirmar perante interlocutores mais experientes e notoriamente reconhecidos por atividades relevantes na política.

Após o debate, o Presidente da Câmara submeteu o projeto à primeira votação. Ocasão em que se manifestaram vários deputados contrariamente à suposta consagração que um projeto “de ordem ornamental”⁶⁹ estaria angariando, especialmente, quando se observava a existência

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Diário Oficial, Câmara dos Deputados, 25 de junho de 1917.

de outros projetos, consignando medidas percebidas como mais imediatas e sérias⁷⁰. “Inócuo, porque apenas muda a casca ao pão”⁷¹, o projeto teria curso rápido, o que incomodara Pedro Moacyr, sobretudo pelo eclipse que sofrera a iniciativa de Mário Hermes, que pedia a instituição do serviço militar, por um sistema diferente do então existente, visto que “o voluntariado não deu resultado e o sorteio falhou, de modo que era preciso apelar para um novo método de formação do Exército Nacional”⁷².

Em 1874, uma lei modificou o sistema de recrutamento, até então constituído pelo voluntariado ou pelo recrutamento forçado, instituindo o sorteio para o serviço militar, a ser realizado entre os cidadãos aptos. No entanto, essa lei não foi aplicada, devido à resistência de setores do poder econômico preocupados com a perda, embora temporária, de força de trabalho. Em outubro de 1906, foi apresentado pelo deputado Alcindo Guanabara um novo projeto de lei instituindo o voto por sorteio. O deputado discursou no Congresso afirmando que, por meio desse sistema, todas as classes sociais estariam representadas no Exército. Alguns deputados questionaram a constitucionalidade da lei, prolongando o debate por meses. A crítica envolveu a imprensa e diversos segmentos sociais⁷³. Entretanto, apesar dessas oposições, a Lei do Sorteio Militar foi aprovada na Câmara em 04 de janeiro de 1908. No entanto, ela não seria implantada (CASTRO, 2012).

A efetivação do Serviço Militar Obrigatório somente ocorreu após ampla campanha nacional, iniciada pelos “jovens turcos”, oficiais de baixa patente do Exército que haviam estagiado na Alemanha. Não foram, todavia, apenas os militares que defenderam a aplicação da lei. Olavo Bilac, o “Príncipe dos Poetas”, hoje oficialmente cultuado pelo Exército como patrono do Serviço Militar, também se engajou nessa campanha. A Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, divulgou o Serviço Militar Obrigatório e o civismo através de palestras, revistas e cartilhas para o ensino primário. A Liga era composta por representantes das elites econômica, política e intelectual, como: Coelho Neto, Conde de Affonso Celso, Miguel Calmon, Pedro Lessa, Félix Pacheco, entre outros. Apesar dos esforços civis e militares, a questão do Serviço Militar somente se resolveria nas décadas de 1930 e 1940.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Teixeira Mendes, expoente do positivismo ortodoxo no Brasil, criticou reiteradamente o serviço militar obrigatório no boletim “Ainda o Militarismo perante a Política Moderna”, apoiando-se no “Catecismo Positivista” e no “Apelo aos Conservadores” de Comte. MENDES, Teixeira. *Ainda o Militarismo perante a Política Moderna*. Rio de Janeiro: Boletim nº249, Apostolado, 1908.

A preocupação com a mobilização do Exército, identificado como “mutilado, enfraquecido e incapaz de corresponder aos seus destinos”⁷⁴, também se fez presente na fala de Maurício de Lacerda, que adjetivou o projeto como “pilhéria desagradável”, especialmente pelo momento “tão grave que o país atravessava”⁷⁵. A incapacidade de “ver” a realidade, segundo Antunes Maciel Júnior, seria consequência dos “sentimentos paternos que sufocam todas as defeituosidades da criança” e implicaria na constituição de uma “burocracia fardada”⁷⁶. Apesar da resistência de alguns deputados, o projeto passou à segunda discussão e “os dragões que não põem fogo pela goela”⁷⁷ encontraram significativa ressonância nos periódicos da Capital. A *Gazeta de Notícias*⁷⁸ descreveu, em tom jocoso, que “os Dragões da Independência entraram ontem em fogo pela primeira vez. Acantonado num projeto pomposo, o luzido corpo fora, há dias ameaçado, por um requerimento do Sr. Maciel Júnior”⁷⁹. A defesa teria sido difícil e o projeto sofreria seus primeiros reveses, especialmente porque “os inexperientes soldados não souberam carregar de acordo com a tática moderna. Houve cargas de baioneta e fuzilaria. Os atacados responderam a lança”⁸⁰.

Dom Quixote veiculou uma charge intitulada *Dragões e Dragonas*, onde as duas figuras do primeiro plano representavam o público pagante que marchava para os fardamentos⁸¹. Na imagem, Barroso estava montado sobre um dragão gigante, vestindo a indumentária dos Dragões da Independência e com um olhar altivo e distante, sugerindo certo alheamento em relação à população que se aproximava. O animal representado possuía uma aparência feroz e expelia fogo sobre aqueles que transitavam no entorno, cabisbaixos e vestidos de forma desalinhada. A charge criticava a indiferença de Barroso quanto às dificuldades econômicas que comprometiam a sobrevivência da população, que poderia ficar ainda mais endividada devido ao seu projeto, representado por uma figura lendária a sugerir a irrealidade e a inutilidade da iniciativa.

Nesta “verdadeira batalha de estética”⁸², houve quem comentasse a ineficácia da proposta, cuja criação teria sido própria, “à época, ao sistema de governo e às instituições, que o tempo

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Os Dragões da Independência: O Primeiro Combate. *Gazeta de Notícias*, 27 de junho de 1917.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ *Dom Quixote*, 19 de julho de 1917.

⁸² O que eram os nossos Dragões da Independência. *A Noite*, 8 de julho de 1917.

de hoje não comporta”⁸³. *A Rua*, por conseguinte, comentou que o projeto “está suscitando na Câmara mais interesse do que era lícito esperar”⁸⁴, de tal forma que “parece até que a Câmara debate-se com falta de assunto e que, como nós outros dos jornais, nos apeguemos a pequeninos casos”⁸⁵. Contudo, outros veículos recomendaram o projeto, justificando-o como um gesto de patriotismo e destacando, como seu maior mérito, a “virtude de relembrar permanentemente à memória dos brasileiros o mais glorioso dos nossos feitos – a Independência e a fundação da nossa nacionalidade”⁸⁶.

O *Jornal do Comércio*, por seu turno, expressou a importância da significação histórica dos fardamentos, como “grande influência sobre a imaginação de todos”⁸⁷, cujo valor simbólico conferiria maior prestígio aos militares, uma vez que “os povos guiam-se também pelas emoções estéticas”⁸⁸, suscitadas pela beleza dos uniformes e pela tradição de suas cores. A expectativa era a de que, nos festejos do Centenário em 1922, os Dragões fossem o “símbolo vivo dos heróis que confiados na força da nossa raça fizeram o Brasil unido e independente”⁸⁹.

Neste processo de restabelecimento da organização militar, sob um prisma essencialmente nacional, propôs-se, em homenagem aos generais Osório e Andrade Neves, a mudança da denominação de outras unidades de cavalaria do exército, que tenham sido por eles comandadas⁹⁰. Em defesa do projeto e de forma contrária aos argumentos que “revelam apenas estreiteza de espírito e mesquinharía”, retomou-se a questão das despesas, que teriam um valor irrisório, pois “com essa bagatela de dinheiro que se gasta é possível restaurar uma das nossas mais belas e mais decorativas tradições militares”⁹¹. Em entrevista ao *Correio da Serra*, Barroso lamentou que seus adversários “fizessem em torno do projeto um alarido de caçoadas”⁹², solicitando que o “combatessem de boa fé e com argumentos”⁹³ e, acerca da pugna com o deputado Antunes Maciel Júnior, esclareceu, no jornal gaúcho, que não desejava

⁸³ Idem..

⁸⁴ Os Dragões da Independência: Como eles serão. *A Rua*, 24 de junho de 1917.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Os Dragões da Independência. *O Paiz*, 27 de junho de 1917.

⁸⁷ *Jornal do Commercio*, 21 de junho de 1917.

⁸⁸ Idem

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Regimento dos Dragões. *Diário Popular*, São Paulo, 27 de junho de 1917.

⁹¹ Os Dragões da Independência – Interessante debate na Câmara. *A Rua*, 26 de junho de 1917.

⁹² Os Dragões da Independência e o Projeto do deputado Gustavo Barroso. *Correio da Serra*, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 10 de agosto de 1917.

⁹³ Idem.

“perpetuar tradições paulistas nem cearenses, pernambucanas nem gaúchas”. A sua intenção seria, unicamente, “guardar tradições nacionais”⁹⁴.

O projeto teria promovido uma discussão acentuada entre a oficialidade do Exército e despertado a simpatia de parcela significativa da “classe militar”. Conforme *A Rua*, “no Quartel General desde o 2º Tenente até o General todos acham excelente a ideia. É forçoso criar uma unidade de ‘elite’ para o Exército, dizem, para que o estímulo exista”⁹⁵. Genserico Vasconcellos, em artigo publicado no *Correio Paulistano*, positivou a iniciativa e afirmou: “Os exércitos, como as nações, vivem de símbolos e tradições. Um exército precisa de ideias de glória, de honra e de bravura, como alimento para sua armadura moral e para seu espírito de abnegação e sacrifício”⁹⁶.

Propôs, ainda, que as bandeiras dos batalhões e regimentos trouxessem pendentes de suas hastes os nomes das batalhas em que combateram ou o nome de um general falecido que tenha alcançado distinção, afinal, “temos um passado de heroísmo a zelar. Mas é preciso que, em cada corpo, a tradição seja materializada, seja visível, daí a necessidade de uniformes históricos”⁹⁷. Ernesto Claudino retomou a matéria publicada no *Echo de Paris*, em 21 de abril de 1911, onde havia uma citação do general Cheifils expressando pesar pelo desaparecimento dos uniformes históricos, notadamente no exército francês. Acerca dos Dragões da Independência, “não iremos aqui justificá-lo, desnecessário como é repisar a argumentação brilhante do deputado cearense”⁹⁸.

Embora a proposta aparentemente tenha sido apreciada por maioria ostensiva das Forças Armadas, pontua-se a crítica expressa por determinados segmentos do Exército que aconselhavam o abandono da ideia devido, principalmente, ao caráter elitista do projeto. O Capitão Augusto de Sá considerou a iniciativa como algo sem alcance e sem valor, “menos pela técnica e ideal patriótico do autor”⁹⁹, do que pela sua essência, pois “o nosso exército, até hoje, jamais conheceu esse culto pelo princípio sistemático que agora lhe sugere o Sr. Gustavo Barroso”¹⁰⁰.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Os Dragões da Independência – Como o Projeto foi acolhido no seio do Exército. *A Rua*, 28 de junho de 1917.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Os Dragões da Independência e S. Paulo. *Correio Paulistano*, 4 de julho de 1917.

⁹⁸ *Revista Militar*, junho de 1917.

⁹⁹ Palestras Militares – A propósito dos Dragões da Independência. *Correio da Manhã*, 15 de julho de 1917.

¹⁰⁰ Idem.

Cada soldado se interessaria pelo seu agrupamento sem outro motivo que o espírito de classe e de ofício, o que seria a “virtude militar mais pura”¹⁰¹. Porque espelhados nos exemplos estrangeiros, os Dragões seriam uma figura exótica, sem fundamentação na experiência histórica nacional, colocados “no quadro de uma cavalaria sem organização e sem classificação tática de fundações, tornar-se-ia um mau serviço prestado ao nosso exército”¹⁰². Os benefícios desta boa intenção poderiam resvalar em desvantagens, pois a criação de um “corpo estranho e egoístico” poderia contribuir para “a ruptura de uma parte da camaradagem que, até hoje, sempre existiu modelar em nosso exército”¹⁰³.

Somada a esta questão, a escolha de trezentos homens para formar um corpo de elite não influiria no resultado visado para a guerra. “Escolhidos ou preparados para cultivarem um preconceito especial de escól”¹⁰⁴, poderiam facilmente morrer “em uma carga como trezentos mil cartuchos se queimam em um reconhecimento”¹⁰⁵. A distinção, como categoria basilar dos Dragões, acabaria por desenvolver a “simples vaidade”, efêmera se comparada às vantagens do “puro orgulho”, afinal, ambas “são virtudes militares, mas a primeira não tem a nobreza do segundo”¹⁰⁶.

O Capitão Augusto de Sá afirmou, por último, que a criação deste corpo apenas faria sentido nos quadros de uma “elite de jovens e distintos filhos da nossa burguesia, que se fardassem à sua custa e que fossem obrigados a provarem a posse de uma justa mesada”¹⁰⁷. Contudo, as circunstâncias atuais não permitiriam tal empreendimento, tornando-o dispensável, pois constituir-lo “de uma boçal recruta de gente analfabeta e proletária a quem seja preciso pagar tudo e até os uniformes – é cometer dois erros”¹⁰⁸. O primeiro seria gastar dinheiro inutilmente, “porque analfabetos não podem constituir elite”¹⁰⁹ e, o segundo, seria a perda de tempo, “porque regimentos de elite só podem ser feitos por homens de elite”¹¹⁰. Seria improvável, conforme o Capitão, que algum oficial desejasse fardar-se com seus próprios recursos, de tal forma que Augusto de Sá aconselhou, por fim, que se abandonasse a ideia.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

O parecer da Comissão de Finanças foi favorável ao projeto e solicitou que a Câmara não aprovasse a emenda proposta por Maciel Júnior e permitisse que o projeto seguisse sem alteração seu curso regimental. Enfatizou, ainda, que este seria importante preparo para as comemorações do Centenário da Independência, em 1922, de forma que, “a estes festejos cumprirá imprimirmos um cunho à altura do magno acontecimento e no programa, que já tarda, podemos bem inscrever desde logo a criação do Regimento dos Dragões da Independência”¹¹¹.

Esta seria a ocasião de fazer “brotar e florir no coração dos moços um novo civismo, que honre a esta grande Pátria e dignifique a este povo, unindo-nos num só ideal debaixo da bandeira sagrada”¹¹². O tom laudatório do parecer pode ser explicado pelo fato de ter sido redigido por Félix Pacheco, deputado e jornalista, diretor do *Jornal do Comércio*, com quem Barroso mantinha relação amistosa há anos, o que provavelmente pesou na elaboração do texto. O fato é que o projeto passou à 3ª discussão, com grande expectativa de aprovação e, a esse respeito, a *Revista Fon-Fon* lançou uma edição especial, com figuras dos dragões estampadas na capa, desenhadas por Washt Rodrigues, que se dedicara ao estudo dos uniformes utilizados desde o período colonial¹¹³.

Em tom de comemoração, a *Fon-Fon* informou que o projeto e a emenda encontravam-se na ordem do dia da Câmara e, após breve histórico sobre os Dragões, explicou que a matéria servia “para mostrar que a ideia de nosso companheiro de redação ainda está em foco e conquistando cada dia maiores apoios”¹¹⁴. Apesar do otimismo das campanhas na imprensa e na Câmara, o projeto sofreu um revés, pois a Comissão da Marinha e Guerra, presente na proposição da Câmara dos Deputados determinando a criação do Regimento dos Dragões, deu um parecer contrário, informando que “o simples exame dessa proposição evidencia que ela tem por fim criar uma situação privilegiada para o citado regimento, investindo-o de prerrogativas dispensáveis”¹¹⁵. Ressaltou, outrossim, que este em nada influiria para melhorar as condições de defesa nacional, porque “além de invadirem as atribuições de competência profissional, não têm o valor comprovativo de providências exigidas para o reerguimento de nosso poder militar”¹¹⁶.

¹¹¹ Diário Oficial, 26 de julho de 1917.

¹¹² Idem.

¹¹³ Os Dragões da Independência. *Fon – Fon*, 4 de agosto de 1917.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Diário Oficial, 01 de setembro de 1917.

¹¹⁶ Idem.

A iniciativa seria inadequada ao momento “em que a guerra europeia, despertando a atenção mundial, faz convergir o patriotismo brasileiro, para o preparo de nossas forças militares”¹¹⁷. Todas as disposições do projeto estariam voltadas para os “tempos de paz”, o que, por si só, desqualificaria o projeto. Contudo, a comissão destacou que este estabelecia privilégios, situação que poderia dar lugar a ressentimentos e afrouxamento da disciplina militar. Pesaria, ainda, o fato de as despesas para a aquisição da indumentária recaírem sobre os oficiais, “sem nenhuma outra vantagem além do aspecto agradável durante as apresentações”¹¹⁸ e, fundamentalmente, porque o nome não traduzia “o fato de maior realce na folha dos serviços prestados”, que seria “a jornada gloriosa de 15 de novembro de 1889”¹¹⁹.

O parecer da Comissão de Marinha e Guerra descortinou uma importante batalha no terreno do simbólico, que se fazia presente desde a Proclamação da República, uma vez que a mudança de regime político teve, dentre muitos desafios, o de conciliar com a tradição monárquica. Armelle Enders (2014: 276) explica que as políticas simbólicas visavam legalizar um regime que carecia de legitimidade e, nesse ponto, residiria a importância das releituras sobre o passado monárquico. Nos vários grupos que integravam a geração de 1870, os projetos de futuro não se faziam sem a invenção de um passado para legitimá-los e, ao longo desse processo, a propaganda republicana teria se empenhado em identificar a Monarquia ao atraso e associar a República ao progresso¹²⁰. Monarquistas e republicanos constituíam, dessa forma, os dois grupos em conflito nos primeiros anos da República, “construindo cada qual a sua versão dos fatos e dos desafios a serem vencidos” (OLIVEIRA, 1989: 176).

Segundo Lúcia Lippi Oliveira, um dos problemas enfrentados pela República seria o próprio protagonismo dos militares na Proclamação, uma vez que “os militares não tinham até então atuação reconhecida na história nacional” (OLIVEIRA, 1989: 175). A estruturação da República incluiu, dessa forma, uma multiplicidade de conflitos em torno da Monarquia e de

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Lúcia Lippi Oliveira afirma que os monarquistas formavam um grupo de grande consistência ideológica, composto por políticos influentes, jornalistas, intelectuais, ativistas, que se dividiam entre restauradores e adesistas ou neorrepublicanos. Segundo a autora, o fato de os monarquistas terem participado intensamente da luta política não significa que tenham obtido êxito. Entretanto, Oliveira acentua a superioridade dos monarquistas do ponto de vista de sua versão e de seus quadros, pois “inúmeros intelectuais são seus porta-vozes, o que parece ter conferido mais estabilidade e consistência à sua interpretação” (OLIVEIRA, 1989: 177). Segundo Ângela Alonso, o positivismo constituía outro *corpus* de ideias que preocupava os monarquistas. Esses, “abismavam-se com a diligência dos positivistas em soterrar a história do Segundo Reinado e desencavar ícones e símbolos republicanos” (ALONSO, 2009: 140).

seus heróis, imagens e comemorações - todos permeados por uma constante tensão entre o que guardar e o que esquecer. Tal esforço se justificava pois, segundo Luciana Fagundes, “um dos passos mais importantes na organização da República consistia em preencher o vazio institucional e simbólico deixado pela queda da Monarquia e pelo exílio do imperador” (FAGUNDES, 2017: 49). A agenda política da Primeira República foi permeada, portanto, por *tensões e seleções* do passado monárquico brasileiro (GUIMARÃES, 2009).

Os preparativos para as comemorações do Centenário da Independência exigiam o diálogo com esse passado que muitos desejavam esquecer. Afinal, não se tratava de qualquer comemoração, mas sim “dos 100 anos da Independência do Brasil, que ocorreria em setembro de 1922, um evento no qual o primeiro imperador brasileiro teve um papel estratégico, sendo o responsável pelo fato simbólico que a memória já consagrara como o Grito de Independência às margens do Ipiranga” (FAGUNDES, 2017: 159). A morte de D. Pedro II e Thereza Cristina suscitaram ainda o debate acerca do traslado dos despojos imperiais e da revogação do banimento da família imperial, adquirindo certa expressividade na Câmara dos Deputados e na Imprensa¹²¹. Dessa feita, a memória em torno de Pedro II fora investida de novos significados e associada ao Centenário da Independência. Tal processo faria parte de um complexo exercício realizado pela República para inscrever D. Pedro II e a Monarquia em uma narrativa memorial e histórica, permeada de singularidades. Não obstante, “comemorar patrioticamente o centenário e dar provas do progresso brasileiro implicava a necessidade de realizar a ligação entre passado, presente e futuro, no momento ritual das festas dos 100 anos da Independência” (FAGUNDES, 2017: 160).

¹²¹ Segundo Luciana Fagundes, o embarque da família imperial teria conferido poder ao Governo Provisório, conseguido em grande parte pelas condições nas quais se realizou, sem reações, a não ser a do próprio imperador, demonstrando que, a partir daquele instante, havia uma nova ordem no país. No entanto, vozes dissonantes teriam se apresentado na Imprensa, qualificando de precipitado o ato do governo e criticando alguns artigos do decreto de banimento, mas não o banimento em si. Após o exílio da família imperial, houve grande discussão acerca da pensão e da revogação do banimento no Congresso. A necessidade de se fazer justiça foi um tema recorrente nessas discussões. Lúcia Maria Paschoal Guimarães explica que a campanha em prol do traslado dos despojos imperiais se iniciou em 1906, quando 15 senadores da República assinaram um anteprojeto com o objetivo de permitir a transferência e o sepultamento dos corpos dos ex-imperadores em território nacional. A tramitação do anteprojeto, todavia, seria interrompida por um parecer negativo da Comissão de Finanças que teria alegado seus elevados custos. Guimarães afirma que o parecer encobria a forte repulsa que o projeto teria despertado no Apostolado Positivista, que o qualificara como “conspiração contra as instituições republicanas” (GUIMARÃES, 2009: 70). O tema voltou à tona em 22 de julho 1912, sob a forma de dois projetos apresentados na Câmara dos Deputados por Maurício de Lacerda. O primeiro requeria a revogação do banimento e o segundo solicitava o traslado dos despojos imperiais. O projeto de revogação do banimento apresentava uma restrição: o repatriamento da família Bragança deveria implicar sua renúncia a quaisquer pretensões restauradoras. Apesar dessa restrição, os projetos enfrentaram oposição na Câmara e foram rejeitados em primeira discussão. O banimento da família imperial somente foi revogado pelo Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa (FAGUNDES, 2017).

Nesta miríade de batalhas simbólicas, a “ressurreição” dos Dragões da Independência, enquanto Guarda de Corpo de D. Pedro I, exigiria um *investimento* que a Comissão de Marinha e Guerra não estava disposta a *pagar* naquele momento. A Comissão declarou, ao final, que a proposição não deveria ser adotada pelo Senado e Soares dos Santos, Oficial Superior do Exército, relator do projeto no Senado, manifestou-se contrariamente à proposta, assim como o plenário. Contudo, após um longo interregno, o projeto voltou à baila em 1926, por iniciativa do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que anunciou a formação do I Regimento de Cavalaria, na parada de Sete de Setembro, como Dragões da Independência.

O Coronel Euclides Figueiredo, em entrevista ao jornal *Gazeta de Notícias*, explicou que a proposta de Gustavo Barroso despertou grande entusiasmo entre os oficiais que pertenciam ao regimento e, frequentemente, voltava à discussão. Havia, segundo o Coronel Figueiredo, certa esperança de vê-la adotada, e “pode-se dizer mesmo que esta aspiração tem sido amparada por todos os comandantes do regimento desde aqueles tempos”¹²². Lamentou que a adoção da indumentária não tenha ocorrido nas comemorações do Centenário da Independência, conforme se ambicionava, em virtude do grande número de reservistas incorporados.

O momento atual seria mais oportuno, pelo aspecto econômico, tendo em vista que “o atual uniforme, pelo seu tempo de uso, tinha que ser renovado”¹²³, de forma que “o que se aproveitou agora foi a oportunidade”¹²⁴. A despesa com a substituição seria expressiva, conforme orçamento realizado pelo Ministro da Guerra, de tal maneira que a inserção do uniforme tradicional dos Dragões da Independência teria um acréscimo pouco significativo. Além disso, “esta diferença mesmo desapareceu, quase, desde quando o Arsenal de Guerra se dispôs a fazer os capacetes”¹²⁵. O jornal *A Reação* informou que a confecção, tanto dos fardamentos, quanto das peças metálicas complementares, estaria em andamento no Arsenal da Guerra, onde estaria sendo realizado serviço no turno da noite para a entrega do material dentro do prazo, com total sigilo de suas atividades¹²⁶.

Malgrado o suposto entusiasmo nos quartéis, a medida fora recebida como uma transformação irregular que forçava despesas não autorizadas por lei e, o periódico *O Jornal* denunciou que

¹²² Regimento dos Dragões da Independência - Uma visita do Quartel e uma Palestra com o seu Comandante. *Gazeta de Notícias*, 5 de setembro de 1926.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Será Brilhante a Comemoração Militar de 7 de Setembro. *A Reação*, 13 de agosto de 1926.

“não existe lei nenhuma nem crédito regularmente aberto para a manutenção, agora, de um corpo aparatoso de Dragões da Independência”¹²⁷. Destinado a desempenhar “missões de natureza exibicionista”¹²⁸, os Dragões seriam fruto “de um arbítrio de natureza exclusivamente pessoal, daquilo que, pelos canais competentes não foi conseguido”¹²⁹. Acusou, inclusive, a Intendência da Guerra por confeccionar os fardamentos dos oficiais, o que seria uma dupla irregularidade, “uma vez que a lei determina taxativamente que os oficiais se fardem a sua própria custa”¹³⁰ e, ainda, porque não constava terem sido “abertas concorrências públicas para o fornecimento”¹³¹.

Os custos da iniciativa seriam ainda mais vultosos devido à autorização do Ministro da Guerra para adquirir cavalaria nova, tendo em vista que “as compras de montadas deveriam ser feitas dentro do país, em épocas previamente marcadas e por intermédio de uma comissão especial”¹³². Os animais seriam provenientes da Alemanha e da Argentina, o que tornava a compra ainda mais dispendiosa, por “um capricho pessoal e difícil de justificar em época tão calamitosa de desassossego e aperturas financeiras”¹³³. Descrita como “irregularidade condenável”¹³⁴ e aviltada na época de sua criação, “não passara por ser dispendiosíssima”¹³⁵, de forma que, para ser empreendida, nos termos do jornal, “só desviando verbas de outros serviços estimadas para fins diferentes”¹³⁶. Ao projeto “inventado por alta e exclusiva recreação”¹³⁷, espera-se que “deslumbre e empolgue o povo oprimido em sua liberdade com os dourados refulgentes e os penachos suntuosos de seus soldados”¹³⁸.

A parada seria interessante, segundo *A Gazeta*, muito mais pela novidade dos uniformes, do que pela significação e utilidade dos Dragões, vestidos em “complicado e vistoso figurino”¹³⁹. A iniciativa seria digna de estima por retomar “uma bela e heroica tradição”¹⁴⁰, contudo, “obrigar um oficial a fazer despesas superiores a dois meses de vencimento, é que não nos

¹²⁷ Dragões da Independência – Uma transformação Irregular que força despesas não autorizadas por lei. *O Jornal*, 2 de setembro de 1926.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Tradições Heroicas. *A Gazeta*, 17 de agosto de 1926.

¹⁴⁰ Idem.

parece muito belo”¹⁴¹. Em nota humorística, o jornal *A Manhã* informou que Setembrino, o “ministro dos figurinos”¹⁴², resolvera “o maior problema da organização militar” ao fazer desfilar os Dragões, idealizados pelo “pacífico diletante da arte bélica”¹⁴³. E, devido ao “caprichoso gosto indumentário do ministro”¹⁴⁴, cujo maior anseio seria o próprio destaque ao longo do cortejo, “o bolso dos oficiais sofrerão esta nova sangria”¹⁴⁵.

Informações que a *Revista Fon-Fon* procurou refutar, lamentando que, para se oporem a uma resolução do governo, os demais periódicos tivessem “lançado mão de todos os recursos”¹⁴⁶ e, acerca da matéria publicada por *O Jornal*, “matutino com tradições de seriedade”¹⁴⁷, destacou a parcimônia das fontes. Assim sendo, este órgão estaria “muito mal informado quanto a alguns pontos de gênese da tão falada criação dos Dragões”¹⁴⁸ e, quanto às despesas, seria equivocado abordar o assunto, tendo em vista “o efeito moral dessa ressurreição histórica”¹⁴⁹. Atitude que refletiria o patriotismo do Governo, justificada pelos exemplos que, a este respeito, teriam fornecido os países vizinhos, pois a criação dos Dragões recordaria “episódios gloriosos da nossa história”¹⁵⁰. A *Gazeta de Notícias* recordava um detalhe que “não deveria passar despercebido”¹⁵¹: em obediência à tradição, aconselhava que se mandasse fazer o “estandarte do regimento orlado de franja de ouro, tendo as iniciais D.I. em vermelho, colocadas sob a esfera, no losango amarelo, com o que ficará heraldicamente certo”¹⁵².

Conforme o *Correio da Manhã*, a “ressurreição do nosso uniforme dos dragões”¹⁵³ seria um ato altamente significativo, não apenas para o Exército, como para o povo, que veria na “garbosa farda dos nossos soldados o reatamento de uma tradição que não podia morrer, como infelizmente tantas outras”¹⁵⁴. Como símbolo do Exército, os Dragões vaticinavam um futuro glorioso, em oposição às más línguas do presente, que “não poderão mais dizer que somos um povo sem história”¹⁵⁵. Dessa forma, somente com uma “parada grandiosa” poderia ser

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Setembrino, o ministro dos figurinos. *A Manhã*, 14 de agosto de 1926.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Dragões da Independência. *Fon-Fon*, 11 de setembro de 1926.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Reatando uma bela tradição militar. *Gazeta de Notícias*, 14 de agosto de 1926.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Os Dragões. *Correio da Manhã*, 8 de setembro de 1926.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

comemorada a emancipação política e, com o título “Independência ou morte!”¹⁵⁶, o jornal *A Reacção* divulgou uma matéria sobre os preparativos oficiais para a festividade de Sete de Setembro.

Um “espetáculo de rara imponência”¹⁵⁷ estaria sendo preparado pelas autoridades militares, tanto pelo número de homens, quanto pelo aspecto geral do fardamento. A tropa seria composta por forças das três armas da guarnição da Capital, da Polícia Militar, da Marinha e contingentes das polícias dos estados mais próximos, constituindo uma brigada. Conforme o costume, seria concentrada na Quinta da Boa Vista, onde teria lugar a revista presidencial e, tanto a revista, quanto o desfile que se seguiria no Campo de São Cristóvão deveriam ocorrer antes de meio-dia, de forma a evitar que os soldados ficassem sem alimentação conforme teria ocorrido nos anos anteriores: “Desse conjunto sairá, como uma novidade e uma homenagem ao passado, a apresentação dos Dragões da Independência”, de forma a dar ao desfile “o brilho especial que se lhe quer dar”¹⁵⁸.

A eficácia deste programa comemorativo, contudo, precisa ser relativizada. A dimensão popular deste evento, reiteradamente anunciada pela imprensa, parece sugerir uma adesão generalizada à proposta, insinuando um caráter unificador e gerador de comunhão de sentidos. Ângela Cardoso, em sua investigação sobre as cerimônias de entronização monárquicas brasileiras, chama a atenção para a carga fortemente retórica do sentido da noção “popular” que, como estratégia discursiva, insinua um apoio incondicional. Principalmente, “porque não é lícito partir-se da constatação deste tipo de apoio público, manifestado na praça, para uma leitura do fenômeno como essencialmente ‘popular’” (CARDOSO, 2003: 584).

Dessa forma, as descrições da adesão às festividades do Sete de Setembro e, por conseguinte, ao desfile dos Dragões da Independência, devem ser colocadas em suspenso. Da mesma maneira, outras leituras que decorrem dessa noção também devem ser problematizadas, como aquelas que sublinham as dimensões afetiva, moral e comunicativa do evento. Importa destacar que a presença da população durante os desfiles não pode ser compreendida como indício de um consenso moral ou mesmo como fruto da existência de um sistema de valores único capaz de promover a integração social. Pontua-se, inclusive, a possível interpretação dos Dragões como figuras exóticas, cujo sentido perdera-se na experiência histórica da

¹⁵⁶ Independência ou morte! *A Reacção*, 14 de agosto de 1926.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

maioria dos brasileiros, de forma que a suposta adesão popular poderia ser resultado mais da curiosidade que da aceitação de coordenadas e objetivos comuns.

O desfile de Sete de Setembro foi noticiado pela *Fon-Fon* como uma das comemorações mais expressivas com que as Forças Armadas festejam anualmente a data de emancipação política da nação. No ano de 1926, a tradicional revista das tropas, “embora com menor número de soldados, pois nela formou apenas uma brigada mista, teve o mesmo brilho e a mesma imponência de sempre”¹⁵⁹. A *Fon-Fon* apresentou ainda várias fotografias do evento e do idealizador dos Dragões com a oficialidade, expondo a *fabricação* de uma determinada versão do acontecimento¹⁶⁰. Benedict Anderson¹⁶¹, em sua investigação sobre a origem e difusão dos nacionalismos, enfatizou a importância da imprensa na produção das *comunidades imaginadas*, desvelando que tão ou mais importante que a própria encenação do ritual é o seu relato na imprensa - acessível a um público infinitamente maior. Por esta via, o estudo dos relatos jornalísticos permite inferir a tipologia de um público que se ambicionava produzir¹⁶².

O Sete de Setembro faria parte, conforme João Felipe Gonçalves, de um conjunto de celebrações que fomentavam o respeito às autoridades e às elites, constituindo a afirmação das distâncias que separavam os distintos estratos sociais. A nação, para as elites, não podia residir num carnaval, e sim em cerimônias de respeito e de reforço da estrutura: “contra as brincadeiras que transgrediam as hierarquias, cortejos, discursos, homenagens e funerais que as enfatizavam. Contra os carnavais, enterros solenes e paradas militares. Contra a festa do povo que seduzia as elites, as festas das elites que deslumbravam o povo” (GONÇALVES, 2000: 166). Essas festas constituíam, essencialmente, uma demonstração pública e teatral do poder. O Sete de Setembro, devido à associação simbólica e ritual entre as elites e os poderes militares, salientava o reforço das hierarquias que tal festividade almejava.

¹⁵⁹ A Parada Militar. *Fon-Fon*, 11 de setembro de 1926.

¹⁶⁰ Marialva Barbosa explica que o uso das fotografias - fundamentais para a proliferação das revistas ilustradas - foi responsável por uma espécie de redefinição do olhar que passou a existir no começo do século XX. A imagem teria passado a conter em si mesma a ideia de verdade e, segundo a autora, fotografar significava documentar episódios e fatos contemporâneos, fornecendo indícios da presença e inaugurando a noção de tempo real. A fotografia seria capaz, portanto, de *estancar* o tempo a partir do olhar daquele que presenciara a cena, congelando o instante passado e tornando-o presente, ou seja, atual. Por volta dos anos 1920, a imagem teria passado a ser vista como neutra, atual e objetiva (BARBOSA, 2007: 31-37).

¹⁶¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁶² A operatividade desta iniciativa, entretanto, carece de certa ponderação. Os periódicos permitem o acesso ao programa de festividades e informam acerca dos sentidos que seus organizadores desejaram promover, mas não alcançam o que efetivamente ocorreu. Ao tentar definir o universo de adesões e recepção não seria possível atingir, completamente, as múltiplas interpretações que cada indivíduo construiu no transcurso do evento.

De acordo com o programa de festividades, não apenas as hierarquias sociais seriam ressaltadas, como também as hierarquias espaciais. O Sete de Setembro submetia o interior do país à Capital, convertida em centro de um complexo ritual que se estendia por todo o território nacional (PARADA, 2006). A ordem seria reafirmada ao atribuir a determinados grupos um papel proeminente na celebração e, como metáfora de seu protagonismo na história nacional, os militares *desfilavam*, indicando o caminho a seguir (ABREU, 2011).

O desfile dos Dragões da Independência, especificamente, representava a Nação em um de seus momentos históricos. Outro ponto relevante é que esse cortejo pretendia assinalar a continuidade entre as gerações, a continuidade com o passado ou com parte deste passado, estando distante da ideia de um novo marco, inicial, na tradição brasileira. O primeiro desfile ocorreu um ano após a consagração da data natalícia de D. Pedro II como feriado nacional, quando o passado monárquico passava por releituras¹⁶³. Longe de representar uma ameaça à República, no final dos anos 1920, a Monarquia seria compreendida pela lente da saudade (ENDERS, 2014). Interpretação que possibilitava a celebração republicana do monarca deposto, compreendido como o símbolo de um Brasil passado que, embora não devesse voltar, merecia ser comemorado por ter contribuído para a formação da Pátria.

Os Dragões da Independência, contemplados como manifestações simbólicas, reafirmariam a continuidade histórica da nação. Por meio das formulações propostas por Fernando Catroga, seria possível compreender o comemoracionismo expresso no desfile dos Dragões da Independência como um meio de combate contra uma suposta amnésia coletiva, em que, como herança a resgatar, o passado era decantado para funcionar como futuro do presente (2007: 228). Por essa via de análise, compreendemos que, com tais ritos cívicos, procurava-se invocar o passado e suscitar a emergência do invisível, em analogia funcional com as religiões, epifania que, manifesta em um espetáculo cheio de simbologia e de emotividade, criaria um espaço adequado ao reforço da religação dos indivíduos a uma totalidade que os motivasse (CATROGA, 2007: 228). Essas *ritualizações da história* surgiriam a ritmar a concepção evolutiva do tempo e a representar autênticas lições de história, recorrendo à mediação da memória, convocando-a a desempenhar a mesma função pedagógica atribuída a toda a literatura histórica (CATROGA, 2007: 228), uma vez que:

¹⁶³ Luciana Fagundes explica que em 1925, além do traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para Petrópolis, realizou-se a comemoração do centenário natalício do Imperador, que envolveu uma enorme produção memorial e historiográfica sobre esse personagem e seu reinado. Além das produções do IHGB e de suas iniciativas em prol das comemorações, observa-se também a atuação conflituosa do governo republicano, através de decretos assinados por Arthur Bernardes (FAGUNDES, 2017).

As representações racionais só seriam mobilizadoras se fossem acompanhadas por uma vivência cultural que, tal como no rito religioso, conferisse significado simbólico e coletivo ao sentido do tempo e simultaneamente congregasse as consciências atomizadas à volta de memória(s) consensualizadoras(s). Daí a importância de ritualizar a invocação (e a evocação) do passado e de o selecionar de acordo com os interesses do presente (CATROGA, 1998: 550).

Representações que, por mobilizarem o sentimento e a solidariedade, criavam um clima de sublimação e de engrandecimento, cuja finalidade seria, em última análise, vencer o egoísmo e cimentar o altruísmo entre os indivíduos. Visavam, tal como a historiografia, *representificar* o passado, silenciando o fato de a sua evocação assentar em uma seleção, através da qual o presente “paga aos seus defuntos ilustres a sua dívida de reconhecimento, para lhes extorquir uma mais-valia simbólica” (CATROGA, 1998: 548). O importante a reforçar é que os Dragões da Independência, embora assentados na experiência dos agentes históricos, foram (re)construídos a partir de desejos, aspirações e motivações do presente. Segundo Bronislaw Baczko, os imaginários sociais seriam mecanismos efetivos e eficazes de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Uma das funções dos imaginários sociais consistiria, precisamente, na organização e no controle do tempo coletivo no plano simbólico. Nessa perspectiva, tais imaginários seriam capazes de intervir “ativamente na memória coletiva, para a qual os acontecimentos contariam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram” (BACZKO, 1985: 311).

Como parte de uma tentativa de controle do imaginário social, os Dragões corresponderiam a orientações afetivas, constituídas como apelo à ação e capazes de suscitar a adesão a um sistema de valores. Dessa forma, eles poderiam intervir nos processos de interiorização pelos indivíduos, “modelando comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum” (BACZKO, 1985: 311). Elynaldo Dantas explica que, ao reabilitar os Dragões da Independência, Barroso buscava reorientar o próprio tempo por meio de um uniforme que não vestiria apenas os militares, mas que “deveria vestir a Nação” (DANTAS, 2017: 228).

Os Dragões voltaram a estampar as manchetes dos jornais nos Anos Trinta, quando o autor do projeto ingressou no movimento integralista, onde ocupou o posto de chefe de milícias e se tornou uma das principais lideranças do partido. Nessa ocasião, muitos que se opunham ao integralismo manifestaram seus desagrvos na imprensa e atacaram as iniciativas de Barroso, entre eles, Rodrigo de Almeida, em artigo divulgado em *O Estado*. Os Dragões foram

descritos como resultado de um “espírito de esnobismo e amor à novidade extravagante e espetacular, com que se procurou celebrar o Sr. Gustavo Barroso”¹⁶⁴, cuja preocupação seria, unicamente, “fixar as cores vistosas da farda a ser adotada, o corte das jaquetas e das calças, o número dos alamares e a disposição dos adornos, bem como a maior ou menor galanteria dos penachos”¹⁶⁵. Sua formação estética, assim como a amplitude de sua obra, foram identificadas como futilidades e literatices, de tal forma que os Dragões seriam apenas marcas de sua “exterioridade, nisso como em tudo o mais”¹⁶⁶. Marcas que o seguiriam em outros espaços, como no Museu Histórico Nacional, onde foram festejados os setenta anos do autor, ocasião em que o “Pátio de Minerva resplandecia guardado por Dragões da Independência”¹⁶⁷.

¹⁶⁴ ALMEIDA, Rodrigo de. A Semana. *O Estado*. 25 de julho de 1937.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Festa no Museu pelos 70 anos de Gustavo Barroso. *Diário da Noite*, 30 de dezembro de 1958.

CAPÍTULO II

A MAIS JUSTA CONSAGRAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL: O DIA DO SOLDADO

No ano de 1917, Gustavo Barroso apresentou à Câmara dos Deputados outro projeto que contemplava as tradições militares no Brasil, a saber, o Dia do Soldado. A ideia seria criar, no calendário nacional, um dia destinado ao soldado brasileiro, conforme o fazia a maioria das nações consagradas em todo o mundo, segundo o autor. O Governo havia adotado o dia comemorativo à bandeira como símbolo cívico da Pátria e a Municipalidade instituía o Dia da Criança, eventos que teriam configurado a ocasião adequada ao deputado para “estabelecer em lei o dia do soldado, no qual se realizarão festas militares, se melhorará o rancho nos quartéis e se dará, com essa distinção, um novo estímulo ao nosso ‘troupiér’”¹⁶⁸. A medida resultaria em grandes benefícios à nação, uma vez que “todas essas festas e comemorações contribuem muito mais do que se pensa para o desenvolvimento do patriotismo público e incitam o zelo dos soldados”¹⁶⁹.

Em diálogo com tradições comemorativas estrangeiras, a proposta de Barroso poderia ser compreendida como parte de um esforço - que se iniciara em 1890 - pela institucionalização de um calendário republicano. Conforme Lúcia Lippi Oliveira (1989), a criação de um novo calendário expressava a tentativa de romper com o regime anterior, substituindo emblemas monárquicos e aristocráticos por elementos que exaltassem a República e garantissem a lealdade e a cooperação entre os cidadãos. Bronislaw Baczko, em *Le Calendrier Républicain*, abordou o processo de instituição do calendário revolucionário francês, compreendido como um feito notável historicamente devido à tentativa de construção de uma nova memória coletiva por meio de uma nova gestão do tempo coletivo (BACZKO, 1984: 39). A análise do caso francês nos permite pensar algumas especificidades do caso brasileiro. Isso porque a mudança do calendário revelava uma mudança política e social inseparável de uma produção intensa do próprio imaginário, de seus mitos e símbolos.

Baczko explicou que o calendário revolucionário institucionalizava o sentimento de ingresso em uma nova época, ao mesmo tempo em que traduzia a sensação de um retorno impossível ao passado. O novo calendário, ao se afirmar como uma expressão da justiça e da legalidade, deslocava o sentido do antigo, associado ao vazio e ao arbítrio. O ponto central dessa

¹⁶⁸ A Instituição do Dia do Soldado. *Epoca*, 10 de novembro de 1917.

¹⁶⁹ Idem.

construção imaginária estaria na representação de uma “pausa no tempo”, de um corte entre um tempo antigo e um tempo novo. Os ciclos anuais representariam e reafirmariam a história. Os mesmos acontecimentos fundadores seriam comemorados e revividos ao longo de cada ano (BACZKO, 1984: 53). Representação que seria “retransmitida” para todo um sistema de símbolos que, atuando em cadeia, se reforçariam e convergiriam na promessa de um tempo futuro.

Dessa forma, manter o calendário seria uma garantia simbólica da estabilidade do poder, de forma tal que cada novo ano marcaria certa *purificação*, algo como um segundo nascimento da República. A eficácia dessa transmissão discursiva estaria na pretensa capacidade de alcançar todos os cidadãos, durante todos os dias do ano e em todos os lugares (BACZKO, 1984: 45). O novo calendário, laicizado em seus significados e objetos, se inscreveria em uma dinâmica de racionalização que deveria tocar toda a vida social. A ruptura da ordem do tempo teria, evidentemente, a descontinuidade desejada e proclamada dos tempos revolucionários, que fariam reiniciar a história de seu ponto zero (BACZKO, 1984: 58).

No caso brasileiro, a República precisou conciliar ruptura e continuidade. O novo calendário brasileiro integrava o desejo de unificar o Brasil a um contexto celebrativo mais amplo: na França, o 14 de julho fora instituído no começo da III República e, nos Estados Unidos, havia o *Columbus Day* que rememorava o momento primordial da descoberta da América. Dessa forma, as festas republicanas brasileiras poderiam ser divididas em duas categorias: aquelas que privilegiavam a fraternidade universal e as que se referiam diretamente à fraternidade nacional. O calendário de festas ou feriados cívicos foi decretado dois meses após a Proclamação da República. À medida que as festas cívicas ocorriam ao longo do primeiro ano republicano, questionamentos sobre a escolha das datas do calendário entravam no debate, acompanhados pela incerteza quanto ao futuro do novo regime. Acerca das comemorações do 15 de novembro, Carla Siqueira explicou que as festividades de 1890 intentavam abafar as discussões sobre o 15 de novembro de 1889, uma vez que, “um ano após a Proclamação, o patrocinador da comemoração queria afirmar seu poder político” (SIQUEIRA, 1994: 162).

Importa mencionar a contribuição de um grupo específico de republicanos - os membros e aliados da Igreja Positivista do Brasil - no desenho do calendário de festas oficiais e no esforço de torná-lo conhecido e incorporado na cultura política que se desenhava nos primeiros anos do regime (ALONSO, 2009). Elisabete Leal informou que esses grupos estariam preparados com propostas objetivas de organização do novo regime, o que poderia ser observado no modelo da bandeira, no decreto de separação entre Igreja e Estado, na forma

de tratamento na correspondência oficial (usando a expressão “Saúde e Fraternidade”) e no decreto do calendário cívico (LEAL, 2006: 64). Elementos que sugerem “que estas propostas já estavam redigidas antes de proclamada a República” (LEAL, 2006: 64). Apesar do tom positivista do decreto, Leal explicou que não se tratava do Calendário Positivista tal qual o proposto por Comte e adotado internamente pela Igreja Positivista do Brasil: “com exceção do 1º de janeiro, as demais datas do calendário positivista e do republicano brasileiro não coincidem” (LEAL, 2006: 69).

O empenho dos positivistas ortodoxos na elaboração do calendário oficial foi notável. Apóstolos da Religião da Humanidade, conforme a proposta de Comte, esse grupo ambicionava implementar o culto doméstico e no Templo, e também o culto pátrio, estimulando a realização de celebrações cívicas e se esforçando para definir um panteão de heróis (LEAL, 2006: 66)¹⁷⁰. Nessa época, várias controvérsias acerca das datas comemorativas previstas no calendário geraram resistências que acabaram por fomentar tentativas de alteração na lista das datas oficiais. Decretado o calendário, “logo os políticos não positivistas e membros do clero católico se rebelaram, pois circulava a notícia nos jornais europeus que a recém-República brasileira havia adotado o calendário positivista de Comte” (LEAL, 2006: 70).

A alteração desejada, todavia, somente ocorreu na década de 1920, quando os positivistas ortodoxos não tinham poder mobilizatório suficiente para impedir que o calendário fosse modificado. O importante a destacar é que calendários devem ser compreendidos como objetos sociais que se destinam a organizar o tempo, tornando-se depositários de acontecimentos e de um sentido – medido e ordenado – desse mesmo tempo. Conforme Ângela de Castro Gomes, “as relações entre calendários e poder foram e continuarão sendo muito estreitas, uma vez que são conhecidas, através dos tempos, as intervenções dos detentores do poder na medida do tempo” (GOMES, 2003: 126). A comemoração do Dia do Soldado, como registro do passado, apontaria, portanto, para um futuro projetado.

Bandeiras, hinos, marchas e datas comemorativas inaugurariam um tempo novo. Todavia, distante de uma ruptura radical em relação ao passado, as festividades pretendiam “assinalar a continuidade entre as gerações, a continuidade com o passado ou com parte deste passado, estando distante da ideia de um marco zero na tradição brasileira” (OLIVEIRA, 1989: 182).

¹⁷⁰ Segundo José Esteves Pereira, muitos intelectuais positivistas no Brasil, influenciados por Littré, tinham uma postura mais pedagógica do positivismo e, por essa razão, foram chamados de “republicanos metafísicos” pela “ortodoxia positivista em que pontificava a partir de Paris, Pierre Lafitte, com ligação direta a Miguel Lemos e a Teixeira Mendes no Rio” (PEREIRA, 2014: 77).

Essa característica poderia ser observada no projeto de Barroso, pois se o “Dia do Soldado” guardava certa relação com as campanhas militares do século XIX, ainda presentes no imaginário brasileiro, também afirmava o protagonismo dos militares responsáveis pela Proclamação. A iniciativa poderia ser compreendida, igualmente, à luz dos eventos internacionais, especialmente da Primeira Guerra Mundial, responsável por difundir novas formas de relação entre os soldados e a população, assim como uma nova percepção da morte e dos rituais fúnebres (ABREU, 2008: 47).

Segundo o *Diário Oficial*, de 21 de novembro de 1917, Gustavo Barroso apresentou à Câmara um projeto que considerava a “necessidade de, por todos os meios, desenvolver na Nação Brasileira os sentimentos de patriotismo e amor pelas coisas militares, base da grandeza e força das nações diante de agressões e insultos de seus inimigos”¹⁷¹. O dia 24 de maio seria considerado, em todo o território da República, o dia dedicado ao Soldado Brasileiro, tornando-se feriado nas repartições militares e ocasião de festas patrióticas e comemorações públicas nos quartéis. Seria “um estímulo cívico e patriótico demonstrar à Nação o quando é nobre e elevado o papel do soldado, cidadão armado para a defesa de seu país, e quanto é honroso o seu mister”¹⁷². O projeto seria, portanto, “a mais justa consagração de todas as grandes datas da história do Brasil”¹⁷³.

A escolha da data de 24 de maio para o Dia do Soldado, no projeto em questão, obedeceu a intenção de colocá-lo conjuntamente com a lembrança de um feito militar de relevo, qual seja, a primeira batalha de Tuiuti. Contudo, apesar dos esforços de Barroso, a iniciativa não obteve a adesão necessária na Câmara e as cerimônias comemorativas foram instituídas somente em 1925. Posteriormente, a própria autoria do projeto foi colocada em suspenso, uma vez que, Eugênio Vilhena de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fora inicialmente considerado o idealizador da iniciativa. Vilhena de Moraes teria proposto uma comemoração oficial a Caxias em 1923, ano em que se comemorava o 120º aniversário do seu nascimento e seu centenário militar¹⁷⁴.

A informação difundida era de que a proposta, surgida no interior do IHGB, contara com a rápida adesão do Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho. Em 1925, o dia de nascimento de Caxias passou a ser, conforme o aviso ministerial n. 366, oficialmente comemorado como

¹⁷¹ Diário Oficial, 21 de novembro de 1917.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ *A Noite*, 25, de agosto de 1923.

“Dia do Soldado”, embora a autoria do projeto tenha sido eclipsada em proveito da imagem do Ministro da Guerra. Gustavo Barroso reivindicou, exaustivamente, a criação do “Dia do Soldado”, retomando informações veiculadas na Imprensa, ainda em 1917. Acerca da modificação da data, o autor explicou, em entrevista à Revista *Fon-Fon*, ser a medida “absolutamente feliz e me congratulo de coração com quem o fez. A idéia fundamental, porém, é, como os documentos o provam, inteiramente minha e como dela me orgulho, defendo essa primazia”¹⁷⁵.

Nessas seleções de eventos e atores, importa-nos questionar as razões da recusa ao projeto inicial de Barroso¹⁷⁶. Com efeito, durante quatro décadas, a principal comemoração militar brasileira ocorria no aniversário da batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), considerada a de maior relevo da Guerra do Paraguai, tendo em Manuel Luís Osório (1808-1879), comandante das forças brasileiras, seu principal herói. Nessa perspectiva, seria conveniente associar a comemoração da batalha, já enraizada nas ritualizações militares, ao Dia do Soldado. A recusa parece-nos, inicialmente, fruto de divergências na Câmara dos Deputados quanto à viabilidade de um projeto que rememorava um feito militar ainda associado à Monarquia.

Segundo Luciana Fagundes, a agenda política da Primeira República foi marcada por amplo debate acerca da participação da Monarquia na história nacional. Os projetos que solicitavam a revogação do banimento da família imperial e o traslado dos despojos mortais de D. Pedro II e sua esposa teriam provocado discussões acaloradas durante as duas primeiras décadas do século XX, especialmente porque a “República ainda se encontrava em um momento delicado de recuperação política e econômica” (FAGUNDES, 2017: 175). Nesse sentido, o projeto de Barroso poderia *tocar* em uma questão bastante sensível para aquele momento histórico.

A *negociação* com o passado monárquico viria alguns anos depois. O Centenário da Independência teria proporcionado a ocasião adequada para se reabilitar determinada leitura desse passado e seria, sob o governo de Epitácio Pessoa, que o banimento teria fim. A transladação dos restos mortais dos imperadores seria acompanhada por ampla cobertura pela imprensa e, nesse esforço pela reabilitação do passado monárquico, importa-nos retomar as

¹⁷⁵ O dia do Soldado. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1944.

¹⁷⁶ Nas fontes consultadas, (especialmente nos Anais do Congresso Nacional), não foram encontradas informações sobre a recepção da iniciativa de Barroso na Câmara dos Deputados ou mesmo algum debate mais intenso na imprensa que manifestasse os motivos do eclipse de seu projeto. Dessa forma, procuramos responder à tais questões por outras vias.

comemorações do Centenário Natalício de D. Pedro II, ocorrido em 1925, ano em que o Dia do Soldado passou a figurar como a principal festividade do soldado brasileiro.

O deputado baiano Wanderlei Pinho teria apresentado um projeto à Câmara em prol das homenagens ao Imperador requisitando fundos para a construção de um mausoléu. Alvo de intensos debates, a “querela do centenário levou diversos grupos representados no Congresso Nacional a debaterem se era ou não conveniente à República homenagear o imperador” (FAGUNDES, 2017: 288). O debate teria ganhado a imprensa e, novamente, seria defendida uma “identidade republicana em contraposição às homenagens à memória do Império ou do imperador (FAGUNDES, 2017: 290).

Dessa forma, parece-nos insuficiente considerar a recusa ao projeto de Barroso, que visava eternizar na memória nacional a Batalha de Tuiuti, como resultado unicamente de uma possível associação com o passado monárquico. A comemoração a Caxias rememorava igualmente uma figura que obtivera notório reconhecimento pela atuação em prol da Monarquia e cuja origem aristocrática fora, permanentemente, enaltecida por seus biográficos como elemento de distinção. Nessa incursão pelas *intenções de memória*, compreendemos que a associação entre Caxias e o Dia do Soldado se deve também a mudanças internas no Exército e, fundamentalmente, a uma reabilitação dos *grandes homens* na história nacional.

A esse respeito, Douglas Attila Marcelino (2016: 262) explica que, no caso brasileiro, muitos dos cerimoniais dispensados aos *grandes homens* parecem ter sido caracterizados por “traços semelhantes àquilo que Fernando Catroga encontrou em sua análise das comemorações lusitanas, como certa meritocracia de teor mais aristocrático e uma maior ênfase não em acontecimentos, mas em personagens”. Em Portugal, a celebração de “figuras notáveis”, como Camões, infante d. Henrique e Vasco da Gama, por exemplo, discreparia da centralização em acontecimentos fundadores que caracterizou a Terceira República francesa, como aconteceu com o 14 de Julho, ou mesmo os centenários da Revolução (em 1898) e da República (1892). A tendência à maior personalização das evocações memorialísticas durante o regime republicano brasileiro sugeriria, portanto, uma aproximação de certa “cultura da personalidade”, de matriz ibérica, discrepante da tradição francesa (CATROGA, 2005).

O destaque de Caxias dentro do universo simbólico da Primeira República também seria fruto de mudanças internas sofridas pelo Exército a partir de 1925, quando ele foi identificado, pela primeira vez, como “patrono” de uma turma de oficiais formada na Escola Militar do

Realengo. Os formandos teriam distribuído na missa de ação de graças pela formatura um “santinho” com a efigie de Caxias, cujo sentido, na leitura de Celso Castro, apontaria para a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, atuando em prol da unidade interna do Exército, comprometida nos anos 1920 por diversas revoltas internas¹⁷⁷.

Por esta via de análise, a mensagem transmitida pelo Exército parecia funcionar, simbolicamente, como um “antídoto” contra a indisciplina militar, de forma tal que o sucesso militar de Caxias seria mais o resultado de uma ação política, orquestrada pelas lideranças dos anos 1920, do que, necessariamente, expressão de um “eu”, vocacionado, desde o princípio, para as armas, como o queriam muitos de seus biógrafos. Destituído de sua humanidade, Caxias fora feito herói, em um processo de “silenciamento” de aspectos importantes de sua trajetória, conforme a necessidade de determinados momentos históricos. Nas décadas seguintes, Caxias substituiu a figura de Osório como modelo ideal do soldado brasileiro. Contudo, este processo não ocorreu sem discordâncias¹⁷⁸.

A opção por rememorar a *vida* de Caxias aponta para os estreitos liames entre as cerimônias cívicas e os “grandes homens” que, associados a determinada data, conferem a ela um sentido edificante, na medida em que marcam a ruptura entre o tempo antigo e o tempo novo. A reorganização do calendário cívico, em torno de valores e de expectativas, exigia a

¹⁷⁷ Lima Figueiredo sugere que Caxias, do Partido Conservador, passou a ter preferência sobre Osório, do Partido Liberal, devido às diferenças políticas entre ambos. Informações refutadas por Arno Wehling, em artigo intitulado “Caxias e o Imaginário Nacional”, publicado em 2004, onde afirma: “não terá sido pela ação política partidária de Caxias, porque Osório também a teve. Não se justifica, também, pelo prestígio do Partido Liberal a que este pertencia, pois, como os conservadores, ele foi sepultado com o Império” (WEHLING, 2004: 56). Na perspectiva de Wehling, a explicação para o relativo ostracismo vivenciado por Caxias até os anos 1920 estaria relacionada à sua associação à Monarquia, contrária ao “progresso”. Logo, seria compreensível que, no Exército, sua imagem empalidescesse diante do surgimento de outras ideias, notadamente o positivismo, “que começava a difundir-se no Brasil, dentro e fora do Apostolado Positivista do Rio de Janeiro” (WEHLING, 2004: 56). É interessante observar que a oficialização do “culto a Caxias” ocorreu em 1923, ano seguinte à revolta de 5 de julho de 1922, que inaugurou o “ciclo tenentista”. Nos anos seguintes, o Brasil experimentou seguidas rebeliões militares. Fernando Setembrino de Carvalho, o ministro da Guerra criador da “festa de Caxias”, havia comandado, no ano anterior, como chefe do Estado-Maior do Exército, a reação governista contra a revolta “tenentista” (CASTRO, 2000: 107).

¹⁷⁸ A este respeito, Adriana Barreto de Souza, cuja investigação tem se voltado para a análise da construção de Caxias como “Monumento”, destaca a biografia escrita por Pinto de Campos, em que o Caxias oficial do Exército é separado do Caxias político, e “os inúmeros cargos e funções ocupados pelo chefe militar são apresentados pelo biógrafo como uma necessidade, ou ainda, uma exigência imposta pelas circunstâncias nacionais. Jamais expressam um interesse pessoal” (SOUZA, 1998: 96). Souza explica que nem sempre Caxias fora percebido como um “gênio da arte da guerra”, especialmente pelas publicações anteriores às de Pinto de Campos, escritas durante a monarquia, nas quais Caxias foi representado como um homem de talento, mas raramente identificado pela patente militar: “ele é sempre apresentado através dos títulos de nobreza com que foi distinguido pela monarquia, ou ainda pelo termo chefe político, como gostava de a ele se referir José de Alencar” (SOUZA, 2001: 220). Acerca do General Osório, Souza também ressaltou as condições de nascimento, pois, enquanto “Luiz Alves atualizava a herança da família, representando a terceira geração dos Lima a ser distinguida com o título, Manuel Luís foi o primeiro, tanto na linha materna quanto na paterna, a se tornar cadete” (SOUZA, 2009: 100).

intervenção de uma figura aureolada, como uma sombra exemplar, cuja evocação caucionaria a prática dos vivos (CATROGA, 2007: 228). Inscrito em uma tradição, Caxias daria fisionomia ao cumprimento do prolapado desígnio nacional, ligando-o, todavia, ao universal. O trabalho de enquadramento da memória de Caxias, feito por uma comemoração, precisaria estar atento às prerrogativas da consciência moral, traduzidas pela imagem *pura*, agora *editada*, de um “Grande Homem” da história nacional (CATROGA, 2007: 228).

As cerimônias do dia 25 de agosto de 1925, data em que Caxias foi elevado às honras de Patrono do Exército Brasileiro, foram repetidas todos os anos nos quartéis, estabelecimentos e repartições militares de todo o país. A ideia de repetição tornou-se algo muito importante para a compreensão dos rituais cívicos, essencialmente por sugerir a “conservação dos seus elementos constitutivos, geralmente combinados numa fórmula idealmente imutável” (CARDOSO, 2003: 552). Como um conjunto organizado por determinadas regras fixas, as festividades do Dia do Soldado remeteriam a uma tradição, cuja importância poderia estar associada às necessidades coletivas de romper com o transcurso do tempo, conforme as análises elaboradas por Mona Ozouf acerca das celebrações cívicas da Revolução Francesa. Ozouf defendeu a necessidade de uma abordagem antropológica das festas, voltada para a investigação do imaginário, de forma a não abandoná-las totalmente à história, “que as depura inteiramente” (OZOUF, 1976: 220). Assim, importaria menos compreender as tentativas de controle por parte dos seus organizadores do que as interrogações acerca dos desejos e necessidades existenciais a que as festas corresponderiam.

Por esta via, podemos entender o Dia do Soldado como uma luta inconsciente contra a mudança histórica também por parte de seu principal idealizador, uma vez que a defesa da tradição foi constante em sua trajetória. Dessa forma, a repetição ritual dessa festividade poderia ser compreendida como um artifício que permitiria ao seu autor ser perenizado na memória nacional, estendendo-se, por meio da festa, à eternidade e, assim, vivenciado uma ruptura com a perecibilidade da vida humana. O anseio pela *imortalidade* poderia ser interpretado como fruto de uma crise em relação à modernidade e às transformações acentuadas que marcavam as primeiras décadas do século XX (VELLOSO, 1996).

A sensação de perda e desencanto teria levado Barroso a se voltar para algo que pudesse confrontar a finitude e, por essa via, a existência de uma coletividade que se pensava eterna e, portanto, capaz de garantir a eternidade de seus *filhos mais ilustres*, ocuparia um lugar central em seu pensamento. A importância do nacionalismo estaria no fato de assegurar “um sentido

de continuidade e uma promessa de eternização, respondendo melhor a certos anseios existenciais e ao sofrimento humano: pois, se a nação é eterna, também seus heróis o são” (MARCELINO, 2011: 133). Ao perpetuar na memória nacional a trajetória do Exército, enquanto “guarda vigilante da eternidade do Brasil”, Barroso perenizava a si mesmo.

Importa destacar que, em 1949, houve um acréscimo à comemoração do Dia do Soldado, pois fora instituída a Semana de Caxias, com a exumação dos restos mortais do Duque e da Duquesa de Caxias, sua transladação para a Igreja da Cruz dos Militares e, posteriormente para o Panteão. A dimensão desse evento interessa-nos por várias razões. Em primeiro lugar, pelo fato de ter ocorrido durante o governo de Getúlio Vargas. Conforme Douglas Attila Marcelino (2015: 46), de modo geral, a Primeira República constitui um período marcado por grande quantidade de “espetáculos fúnebres”, encenados em meio a uma “retórica tipicamente patriótica e republicana”, conformando um campo privilegiado para análise. Dos poucos estudos sobre celebrações fúnebres, a maior parte se atém aos rituais organizados durante esse período. Dessa forma, a análise de uma homenagem fúnebre que se seguiu aos anos 1930 deve se atentar às particularidades de um momento em que a simbologia republicana passava por reelaborações.

Com efeito, em termos simbólicos, o governo de Vargas seria caracterizado por uma forte personalização do poder, forjando uma mística que ultrapassaria aquela que geralmente acompanha o cargo de presidente da República. Dessa forma, a “percepção do ocupante do cargo como uma encarnação das aspirações nacionais, torna-se um elemento mais efetivo da política brasileira a partir da figura de Getúlio Vargas” (MARCELINO, 2015: 71). Por essa razão, poderemos observar uma grande centralidade da figura de Vargas durante a Semana de Caxias. O programa de festejos foi divulgado pelo *Jornal do Comércio*, que destacou, dentre as personalidades presentes na cerimônia de exumação, os historiadores nacionais que escreveram trabalhos sobre a figura do Patrono, notadamente Gustavo Barroso, que acompanharia as demais solenidades projetadas para aquele ano.

O programa informava ainda que os despojos de Duque de Caxias, depois de colocados na urna pelos médicos legistas, seriam conduzidos para a Capela do Cemitério Catumbi por oito praças da Polícia Militar do Distrito Federal que tinham “bom comportamento”¹⁷⁹, já que esta corporação estaria “ligada ao Duque de Caxias pelos laços históricos de sua criação da

¹⁷⁹ Semana de Caxias, *Jornal do Commercio*, 21 de agosto de 1949.

fundação”¹⁸⁰. No dia 24 de agosto, ocorreria a transladação das Urnas do Cemitério Catumbi para a Igreja da Cruz dos Militares e, entre 9 horas e 9 horas e 15 minutos, repicariam os sinos de todas as igrejas do território nacional. Ao final, a Igreja de São José tocaria o Hino Nacional.

A coroa ducal, o binóculo, a espada e as condecorações do Duque de Caxias seriam conduzidas em “12 jeeps por oficiais em coluna por três”¹⁸¹ e, às 11 horas, haveria Missa solene na Igreja da Cruz dos Militares, onde seriam depositados os despojos. O traje para as Comissões principais seria “fraque e cartola para os civis e para os oficiais, o 1º uniforme, desarmados e condecorações”¹⁸². A vigília seria exercida ininterruptamente por uma Guarda de Honra Especial e, no dia 25 de agosto, seria feita a transladação das Urnas da Igreja da Cruz dos Militares para o Monumento Duque de Caxias. Durante o cortejo, a Artilharia das Forças Armadas Nacionais realizaria salvas de 21 tiros de 30 em 30 segundos.

Maria João (1999), em sua investigação sobre o comemoracionismo em Portugal, aponta que a tradição religiosa esteve presente nas comemorações cívicas que, em muitas ocasiões, começavam pela celebração de uma missa solene, sugerindo uma aproximação entre o militarismo e o catolicismo. Segundo a autora, o som, a luz e a cor exerciam papéis fundamentais, com o destaque, desde as alvoradas, para as salvas de Artilharia. A esse respeito, podemos destacar algumas similaridades com nosso objeto de estudo, especialmente quanto à importância dos rituais católicos ao longo de todo o percurso estudado, notadamente durante a “Semana de Caxias”. A principal comemoração teria início com uma missa e os momentos altos dessa celebração seriam assinalados com repiques de sinos, disparos de armas e pombos-correios, além de animados pela música das bandas militares.

As solenidades seriam realizadas na inauguração do monumento ao Duque de Caxias e teriam início com a recepção do Presidente da República e a entrega do monumento pelo Prefeito do Distrito Federal. Em seguida, desfilaria o Destacamento Misto. A cerimônia terminaria com a colocação das Urnas na cripta do Monumento e a saída do Presidente da República. A cripta ficaria exposta à visita das autoridades e do público. Falariam à entrega do Monumento o Prefeito do Distrito Federal e o Ministro da Guerra, “desenrolando-se o ato simbólico da inauguração”¹⁸³. Após serem executados os toques de Comandante-Chefe por um corneteiro

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem.

do Batalhão de Guardas, executado o Hino da Independência, aos toques compassos do Hino Nacional, teria início uma revoada de 3.000 pombos-correios.

Quanto ao sentido memorial dos monumentos, Valéria Salgueiro chama a atenção para o fato de que a “invocação do tempo e do passado num monumento está longe de resultar de um esforço desinteressado ou neutro” (SALGUEIRO, 2008: 18). Dessa forma, podemos compreender que a inauguração do monumento a Caxias ambicionava atender às necessidades que se colocavam naquele momento, quais sejam, fortalecer o papel do Exército na memória nacional e, em especial, tornar essa recordação algo palpável e corporificado. A localização do monumento também seria um fator importante para a intensificação de seu significado (SALGUEIRO, 2008: 74). Pontua-se, a esse respeito, o fato de o monumento a Caxias estar localizado em frente ao Palácio Duque de Caxias, onde funcionava o Ministério da Guerra desde o século XIX. Na década de 1930, o edifício passou por significativa remodelação e, em 1940, sua ala principal estava voltada para a Avenida Presidente Vargas. A simbiose entre o prédio e a avenida se estendia às instituições representadas, sugerindo a monumentalidade de ambas e certa comunhão de ideais e forças.

Quanto aos rituais fúnebres, João Felipe Gonçalves explica que várias características uniam as diversas cerimônias praticadas, especialmente os longos cortejos com uma rígida ordem hierárquica, a assistência de numerosos populares e a participação de autoridades e pessoas da elite. Sempre com grande pompa, em todos os casos estudados repetiam-se os “carros com figuras importantes, as bandas militares tocando marchas fúnebres, os tiros de canhão dos navios e fortalezas, os batalhões militares em trajes de honra, os postes cobertos de crepe negro e as ruas repletas de populares” (GONÇALVES, 2000: 149). O traço mais evidente seria, conforme Gonçalves, o desejo de imortalização, expresso por meio de um discurso que afirmava retoricamente que os *grandes homens* sobreviviam além de seus corpos inertes. Nesse aspecto, poderia ser feita uma aproximação entre o programa comemorativo da Semana de Caxias e os rituais fúnebres analisados.

A ritualística presente em todas as etapas da Semana de Caxias - desde a exumação e transladação, até o depósito das urnas funerárias no Mausoléu - demonstra uma grande identificação entre o *grande homem* e a Nação. A vigília seria redobrada, pois naquele espaço sagrado repousava uma personificação da Pátria, de forma que, tal como nos enterros estudados por Gonçalves, “era antes de tudo a Pátria que se via em cada um dos heróis celebrados” (GONÇALVES, 2000: 152). Descrito como grande patriota, Caxias teria

devotado sua vida à *defesa* da Nação, algo que o distinguia dos demais *não glorificados* e o aproximava da imortalidade.

Constaria ainda, no programa de festejos, a criação de uma condecoração intitulada *Medalha do Pacificador*, comemorativa da “mais alta glorificação nacional de Luiz Alves de Lima e Silva”¹⁸⁴. A condecoração tinha por objetivo a assinalar aqueles que tivessem prestado, direta ou indiretamente, relevantes serviços em prol do “maior brilho e melhor realização das solenidades glorificadoras do maior patriota de todos os tempos”¹⁸⁵. A identificação de Caxias como “Pacificador” remete à construção de uma galeria de *grandes homens*, cada um deles associado a um ideal nacional, elemento que Felipe Gonçalves identificou como recorrente no estudo de funerais cívicos: “Pinheiro Machado era a Ordem; Rodrigues Alves, a Conciliação; Rui, a Liberdade e o Direito; Machado de Assis, a Literatura; Osvaldo Cruz, a Ciência; Rio Branco, o Território etc.” (GONÇALVES, 2000: 152).

Dessa forma, o discurso sustentava a ideia de que o Brasil foi o resultado dessas vontades individuais, desses indivíduos que materializavam uma virtude, mobilizados “quase como alegorias, como indivíduos específicos que passavam a representar, por seus atributos e por sua vida, ideias, coletividades ou épocas” (GONÇALVES, 2000: 153). Noções que os sobreviventes queriam celebrar e, no caso de Caxias, a difusão do termo “Pacificador” funcionaria ainda como um incentivo à concórdia, haja vista que o contexto em que tais comemorações ocorreram fora marcado por repressão às manifestações populares e pela exaltação da ordem (CANCELI, 1991).

A identificação de Caxias como “Pacificador” faria parte, ainda, de um processo de decadência dos heróis guerreiros em proveito da imagem do *grande homem*, conforme explica Jean-Claude Bonnet. Em *Les Morts Illustres*, Bonnet analisou o declínio da oração fúnebre e a afirmação do elogio enquanto gênero discursivo desenvolvido na Academia Francesa, por meio de seus concursos. O elogio faria parte de um processo de laicização das regras de exorcização da morte, em que as últimas palavras acerca do homenageado não se direcionariam mais a Deus, mas sim ao julgamento dos homens. Segundo Bonnet, a *República das Letras* e seus cidadãos seria formada pela ideia de posteridade e mérito, de forma tal que os *Homens de Letras* exerceriam uma espécie de dominação simbólica, sendo percebidos como aqueles que *portavam a palavra* e, por essa razão, se distinguiam do restante da sociedade (BONNET, 1986: 219).

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

Nessa nova *gestão da glória*, o elogio não implicava na rejeição completa aos reis e soldados, mas, sobretudo, que esses seriam selecionados por outras qualidades além daquelas com as quais haviam sido adornados anteriormente (BONNET, 1986: 220). Quanto aos heróis estritamente militares, eles seriam, de certa forma, pacificados e a glória passaria a ser resultado de algo diferente de suas façanhas. Ao contrário dos guerreiros que encarnavam os melhores, o guerreiro louvado como *grande homem* seria modesto e desinteressado, demonstrando uma glória mais sublimada (BONNET, 1986: 221). Essa nova imagem do militar prudente, cuja virtude seria pacífica e distante do espetáculo, condiz com a face que os organizadores do 150º aniversário do nascimento de Caxias intentaram mobilizar. Imagem que, embora representada pela lente da excepcionalidade, não excluiria o observador na construção histórica da nação, uma vez que estava em jogo a difusão de um ideal passível de ser cultivado por todos.

No programa de festejos, aconteceria, da mesma forma, a criação da *Medalha Comemorativa da Inauguração do Monumento de Caxias*, e das homenagens tributadas à “magna personalidade do Consolidador do Império, nesta memorável efeméride da mais alta significação cívica”¹⁸⁶. Com significado semelhante ao monumento, as medalhas¹⁸⁷ sugerem uma dupla interpretação, qual seja, a materialidade da lembrança e a distinção, por parte daquele que a recebe, como algo a equiparar sua trajetória de vida à daquele que seria o maior entre os brasileiros.

Especialmente elaboradas como objetivos comemorativos, tais peças não possuiriam uma finalidade econômica como a moeda. Imagem alegórica, a sua principal função consistiria em celebrar o nascimento de Caxias, inscrevendo-o na memória nacional, como nome e como data. Condecoração de Dedicção e Mérito, a *Medalha do Pacificador* pertencia à tipologia de objetos simbólicos que “reconhecem o valor individual, premeiam atuações ou obras que servem os interesses do Estado e também comemoram os feitos daqueles que ganharam o direito a ser distinguidos pela sociedade” (JOÃO, 1999: 569). O carácter místico, como dádiva, e o aspecto político, como associação dos valores do presente aos do passado comemorado, constituiria a essência deste gesto cerimonial.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ A sua origem remonta à Antiguidade e manteve-se como uma prática importante nos centenários. É uma chapa metálica, geralmente redonda, que apresenta no anverso a efígie de alguma personagem que se quer comemorar ou a perspectiva de um monumento, obra de arte, representação simbólica alusiva ao objeto da celebração, à qual se juntam inscrições em ambas as faces alusivas ao assunto e, por vezes, uma imagem e dedicatória da entidade que mandou fazer a medalha (JOÃO, 1999).

Neste propósito, o Major José Venturelli Sobrinho, presidente da Academia Brasileira de Belas Artes, apresentou, como sugestão, a criação da *Ordem Templar da Pátria*, compreendendo diversos graus de condecorações para “distinguir grandes sacrifícios da Causa-Pátria ou da Causa-Humana”¹⁸⁸. A este respeito, Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional, indicou a revalidação das Ordens de São Bento de Avis, de Santiago e da Ordem de Cristo, que “estão visceralmente ligadas à nossa história”¹⁸⁹. O General Paulo de Figueiredo ressaltou a conveniência de se realizar um retrato de Luis Alves de Lima e Silva que “esteja mais próximo da realidade física dos seus últimos tempos, com a presença das condecorações excepcionais”¹⁹⁰ e a possibilidade de abertura de um concurso público para a escolha dos “melhores artistas plásticos brasileiros para a realização artística dessa obra”¹⁹¹.

As comemorações do Dia do Soldado guardam alguns elementos comuns aos cultos aristocráticos. A revalidação de Ordens Imperiais e a criação de novas insígnias revelam o desejo por assinalar a existência de uma relação hierárquica de poder, notabilizando determinados sujeitos pelo *pertencimento* a um grupo *distinto* do restante da sociedade. Importa recordar que, após a Proclamação da República, os principais ícones da nobreza foram banidos pelo novo governo, de forma que esses elementos já não faziam sentido para a maioria da população durante as décadas de 1940 e 1950. A necessidade de manter valores nobiliárquicos, em um contexto de total desuso dessas condecorações, sugere a permanência, ainda que frágil, desses elementos no imaginário de algumas camadas sociais. Sobressai a ideia de que alguns sujeitos, incluindo Barroso¹⁹², almejavam tais distinções e demonstravam certa *saudade* do Império. O Dia do Soldado, enquanto comemoração ao nascimento de Caxias, proporcionava uma ocasião adequada a esses grupos para saudar o Império, seus “filhos ilustres” e suas conquistas – o que demonstrava a multiplicidade de *usos do passado*.

“Caxias no Pantheon”, artigo publicado pela *Revista da Semana*, destacou o caráter inédito das comemorações do Dia do Soldado, ressaltando a exumação dos restos mortais do “grande soldado”, pontuando que “todos os anos são realizadas as mais justas homenagens à memória

¹⁸⁸ Semana de Caxias, *Jornal do Commercio*, 21 de agosto de 1949.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Mário de Souza Chagas explica que Gustavo Barroso manifestou certa saudade do Império ao longo de toda a sua trajetória pública. Segundo Chagas, Barroso faria parte de uma família proeminente durante o Império, mas que perdera todo o seu capital simbólico e material com o advento da República. A decadência da família de Barroso teria influenciado sua percepção acerca da Monarquia e da República, especialmente devido ao fato de Barroso ter sido educado por suas tias em um antigo sobrado, sendo alfabetizado por elas e residindo em um espaço que, em tudo, exaltava o passado. CHAGAS (2003). SANTOS (2006). ABREU (1995).

do grande vulto nacional”¹⁹³. O Panteão Militar, obra anexa ao monumento em homenagem a Caxias, localizado em frente ao Ministério da Guerra, encerraria as cinzas “de nossos expedicionários mortos no cumprimento do Dever nos campos de batalha da Itália, ao lado das do patrono do Exército”¹⁹⁴. O culto ao soldado comum constituía uma novidade pois, conforme Marcelo Abreu, “a tradição existente até então reservava aos generais ou aos monarcas a representação das vitórias dos Exércitos de cidadãos mobilizados em nome da nação” (ABREU, 2008: 46).

Segundo Sílvia Correia, até o início da Primeira Grande Guerra, aos militares não era destinado nenhum espaço cemiterial exclusivo, sendo “majoritariamente depositados em valas comuns (muito devido à dificuldade de identificação) e honrados em monumentos impessoais, onde as altas patentes figuravam com maior destaque” (CORREIA, 2010: 306). Todavia, a construção da ideia de exército nacional teria exigido que esses homens passassem a ser respeitados e homenageados, de forma que a Primeira Guerra teria levado a que, “pela primeira vez, fosse criada legislação para o tratamento dos soldados mortos, projeção e concepção de cemitérios militares” (CORREIA, 2010: 306). Conforme Marcelo Abreu, essa nova relação com a morte indicaria uma mudança no *status* do homem comum dentro dos Estado-Nação, generalizando “a ideia de que a nação era composta pelo conjunto de cidadãos dotados ou não de direitos plenos” (ABREU, 2008: 46). No Brasil, os expedicionários mortos *repousariam* ao lado do Patrono do Exército, sugerindo, por um lado, a afirmação do culto ao soldado comum e, por outro, a permanência do culto aos *grandes homens* no começo do século XX. A construção do Panteão fora acelerada, de forma a ser entregue antes das comemorações do Dia do Soldado, ocasião de sua inauguração, reafirmando a íntima relação entre o Exército e seu Patrono.

Ao pesquisar as políticas de memória da I Guerra Mundial em Portugal, Sílvia Correia procurou compreender, através de projetos oficiais de rememoração, os elementos que teriam determinado a especificidade do processo rememorativo português. A autora afirmou que, ao término da Guerra, houve um esforço por parte da I República em produzir uma leitura do conflito que dignificasse os combatentes e assegurasse, de alguma forma, a continuidade do regime político. Nesse período, a impossibilidade de repatriar os corpos exigiu que se pensasse em alternativas para homenagear os mortos, como a construção de cemitérios próximos aos locais das batalhas e, essencialmente, “a criação de símbolos representativos

¹⁹³ Caxias no Pantheon, *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1949.

¹⁹⁴ Idem.

que legitimassem o culto e, acima de tudo, o esforço de guerra” (CORREIA, 2010: 324). Todavia, a incapacidade da I República em projetar uma consistente política memorial e a incapacidade de lidar com os traumas gerados pela guerra teriam refletido, em grande medida, a sua fragilidade.

Segundo Fernando Catroga, a morte nunca é um ato politicamente neutro (CATROGA, 199: 136). A esse respeito, Ricardo Oriá (2010) comentou que, ao longo da Primeira República no Brasil, seria possível identificar várias propostas de construção de panteões cívicos em homenagem a determinadas figuras da história do Brasil. Algumas delas teriam surgido, inclusive, no Congresso Nacional. A esse respeito, o autor destacou a proposta do deputado Aristides Lobo por ocasião dos debates da Assembleia Constituinte de 1890-1891. Oriá explicou que, como forma de homenagear um dos próceres do movimento republicano, Lobo teria proposto a criação de um panteão ao fundador da República - Benjamin Constant. A expectativa era a de se criar um panteão “em honra aos grandes homens da pátria brasileira, onde sejam inumados os que assim bem merecerem da pátria, conforme decretarem os futuros Congressos, sendo desde já indicado o Dr. Benjamin Constant”¹⁹⁵.

Dessa forma, a medida proposta pelos deputados constituintes de 1891 daria continuidade à criação de uma simbologia para o recém-instalado regime republicano, que necessitava de signos e imagens para sua legitimação perante a sociedade. Por essa via, consideramos possível compreender a inauguração do Panteão Militar como parte de um forte investimento simbólico nos suportes de recordação da trajetória do Exército nacional. Ao designar um espaço para a inumação dos expedicionários mortos, é possível inferir que se desejava dar um lugar à memória dos combatentes na memória nacional, integrando a experiência da guerra e enquadrando leituras de acordo com as orientações oficiais do governo.

A exumação dos restos mortais de Caxias e sua transladação para o Panteão, algo como um *novo funeral*, indicam a necessidade de dar um *novo lugar* ao Patrono do Exército dentro do ideário republicano. A esse respeito, Avner Ben-Amos, em seu estudo sobre os funerais de Victor Hugo, explicou que a exploração política dos cadáveres figurou como uma tradição republicana e, no caso específico de Victor Hugo, os funerais simbolizariam tanto a unidade do país, quanto o começo de uma nova ordem republicana. Os funerais triunfais não apenas testemunhariam a popularidade de Hugo, mas mostrariam, da mesma forma, que a multidão

¹⁹⁵ MOTTA, Baptista da. Sessão da Câmara dos Deputados, 9 de novembro de 1911. Embora não tenha sido, de fato, criado um panteão cívico em homenagem aos grandes homens da história do Brasil, sendo o primeiro a ser alçado a essa condição Benjamin Constant, o governo federal adquiriu a casa em que faleceu Benjamin Constant, inaugurando, em 1926, um monumento em sua homenagem.

estaria preparada para participar das festividades republicanas e, mais particularmente, do culto aos *grandes homens* (BEN-AMOS, 1984: 512). Ainda segundo Ben-Amos, a organização das exéquias civis significava que a República deveria oferecer a Hugo uma cerimônia que não desapontaria em nada ao funeral religioso que a França moderna conheceria (BEN-AMOS, 1984: 498).

Nessa perspectiva, a “Semana de Caxias”, ao refazer suas exéquias, também contribuiria para a criação de um *espaço* em que as tensões políticas pareceriam suspensas. As cerimônias prestradas a Caxias, em íntima relação com o catolicismo, criariam uma aura sagrada, santificando o Panteão e, por conseguinte, a instituição por ele representada. Importa destacar que as faces do *grande homem*¹⁹⁶, expostas e consagradas, demandaram um duplo investimento, qual seja, a comemoração de seu nascimento e a consagração de seu corpo, vida e morte cultuados no tempo e no espaço, na festa e no mausoléu. A panteonização de Caxias promoveu a veneração da morte, não em sua finitude, mas como abertura para a eternidade, uma vez que se atribuía ao ritual comemoracionista “uma função ‘ressucitadora’ e de representificação, agora conseguida através da decantação das virtudes do homenageado elevado a *representative man* da alma nacional” (CATROGA, 1998: 554).

O ato de lembrar depende, invariavelmente, de uma considerável seleção daquilo que é digno de ser lembrado. Conforme Koselleck (2011: 67), o memorial não somente evocaria os mortos, mas também apontaria sentidos aos sobreviventes. Dessa forma, como espaço ritualizado e privilegiado para a mobilização da sociedade, o panteão erigido a Caxias deveria despertar os sentimentos que orientariam uma adesão aos valores e aos símbolos republicanos, uma vez que “não só a morte dos soldados serve a fins políticos, mas também a memória é colocada a serviço da política” (KOSELLECK, 2011: 72)¹⁹⁷. Dotado de um sentido político e social, o monumento à morte de Caxias, mais do que a personalização da política, teria uma “função intramundana”, qual seja, continuar a estabelecer metas para o futuro dos sobreviventes (KOSELLECK, 2011: 72).

¹⁹⁶ Temístocles Cezar sugere que as noções de herói e grande homem estariam ainda muito mescladas na experiência nacional. Em seu estudo acerca das biografias e da escrita da história no século XIX, Cezar explica que a referência aos atores clássicos e, mesmo a alguns de alguns de seus pressupostos temáticos, teria sido recorrente na escrita da história do XIX, especialmente pela força dos argumentos de autoridade que a tradição clássica teria o hábito de conferir. Consideramos que o recurso à tradição clássica não se esgotou no XIX, mas antes que permanecera válido no começo do século XX, conforme temos observado em nosso estudo (CEZAR, 2003).

¹⁹⁷ “No sólo la muerte de los soldados la que sirve a fines políticos, sino que también el recuerdo es puesto al servicio de la política” (KOSELLECK, 2011: 72). A tradução é de minha responsabilidade.

Revestido por certa aura, o mausoléu representaria o local em que *repousariam* as relíquias da pátria, cuja funcionalidade estaria na abertura à emotividade do expectador, uma vez que os monumentos “devem satisfazer à sensibilidade política dos observadores sobreviventes e as razões para a morte dos soldados devem coincidir com as razões pelas quais eles devem ser lembrados” (KOSELLECK, 2011: 72)¹⁹⁸. Ao celebrar os mortos, editava-se a nação, documentando um passado distinto do que foi, em um culto à personalidade, derivado de um conjunto de investimentos destinados ao *culto da tradição militar*.

O Jornal anunciou, em 12 de agosto de 1952, os preparativos para as comemorações pelo 150º aniversário de Duque de Caxias e destacou que, em solenidade presidida pelo chefe do Governo, seriam entregues condecorações no Dia do Soldado e, dentre as personalidades agraciadas, estaria Gustavo Barroso, que receberia o “Grau de Comendador” da Ordem do Mérito Militar¹⁹⁹. A primeira parte da cerimônia foi composta por uma missa solene, no “altar de campanha do Duque de Caxias, relíquia histórica, que foi levado ao Convento de Santo Antônio”²⁰⁰ e, durante a solenidade, uma banda de música da Polícia Militar tocou o Hino Nacional. Logo após, foi executado o Hino de Caxias, seguido por uma salva de 19 tiros. A segunda parte da celebração ocorreu diante do Panteão, com a presença do Presidente da República, membros do Conselho da Ordem Militar, corpo diplomático e autoridades civis e militares.

Durante as festividades em honra ao Patrono do Exército brasileiro, foram entregues os espadins aos novos cadetes da Academia das Agulhas Negras. Os classificados nas primeiras colocações receberam diretamente das mãos do presidente Getúlio Vargas a condecoração. Concluída a solenidade, os cadetes desfilaram em continência ao presidente, que, em seguida, assinou um decreto nomeando, entre outras figuras, Gustavo Barroso para a comissão responsável pela organização e execução do programa de festejos comemorativos da passagem do tri-cinquentenário do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. A solenidade ocorreria em 25 de agosto de 1953, ocasião em que “todo o país realizaria comemorações em honra ao Patrono do Exército”²⁰¹.

¹⁹⁸ “Estos [monumentos] deben satisfacer la sensibilidad política de los observadores supervivientes y las razones de la muerte de los soldados deben coincidir con las razones por las cuales se les deben recordar” (KOSELLECK, 2011: 72). A tradução é de minha responsabilidade.

¹⁹⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1952.

²⁰⁰ Noticiário. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 26 agosto de 1952.

²⁰¹ Festeja o Brasil o Dia do Soldado. *Tribuna da Imprensa*, 25 de agosto de 1952.

No ano seguinte, a cerimônia fora novamente presidida pelo “chefe da nação”, em frente ao Panteão Militar e, nesta ocasião, Getúlio Vargas entregou as condecorações da Ordem do Mérito Militar a civis e militares. Entre eles, figurava Gustavo Barroso, agraciado com distinção. Após o desfile e as solenidades regulamentares, o presidente foi conduzido ao seu automóvel, encerrando a primeira parte das festividades relativas ao Dia do Soldado. No Teatro Municipal, à tarde, ainda com a presença do representante da República, general Caiado de Castro, do chefe da Casa Militar da Presidência e corpo diplomático, fora realizada uma sessão cívica - com vários oradores, entre eles, Gustavo Barroso - seguida por um espetáculo de balé.

No decorrer desta sessão, foram cantados hinos pelos coros orfeônicos do Instituto de Educação e da Escola Carmela Dutra, com o toque do Hino Nacional, ao final, assinalando o encerramento das atividades. A Rádio Roquete Pinto transmitiu a solenidade e “colaborou para a maior divulgação desta festa cívica”²⁰², demonstrando a ampla cobertura que a Imprensa nacional forneceu ao evento. No salão nobre do Ministério da Guerra, o seu titular, general Ciro Cardoso, teria ouvido uma mensagem lida pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses, em “agradecimento às Forças do Exército pela sua conduta em face dos destinos nacionais”²⁰³.

Ao término da leitura do documento, o ministro da Guerra agradeceu, “com palavras patrióticas”²⁰⁴, ressaltando, sobretudo, o papel da imprensa no processo de unificação nacional e, após os cumprimentos, o brigadeiro Nero Moura proferiu um discurso em relevo à “camaradagem existente nas Forças Armadas, para a felicidade e tranquilidade da Nação”²⁰⁵. Os festejos em honra ao 150º aniversário do Duque de Caxias se estenderam para além das fronteiras nacionais e, em Paris, o Coronel Braga, adido militar junto à Embaixada Brasileira na França, compareceu ao Arco do Triunfo, onde depositou uma coroa de flores no túmulo do Soldado Desconhecido, acompanhado do general Serignan, representante do Exército francês. Em Buenos Aires, o adido militar do Brasil depositou uma oferenda floral no “mausoléu do libertador”, na Catedral.

A solenidade seria responsável, portanto, por reafirmar a permanência de Caxias no Panteão Nacional, sacralizando sua trajetória e inculcando o respeito. Nessa “gestão da glória”, Caxias

²⁰² Imponente a Solenidade de Hoje Junto ao Panteão Militar. *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1953.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem.

fora apresentado como o *grande homem* que encarnava valores universais e suscitava uma identificação mais ampla, como outras figuras no século XX, exportadas para fora de suas fronteiras e associadas às religiões civis (ENDERS, 2014). A esse respeito, merecem destaque essas manifestações públicas conduzidas por brasileiros no estrangeiro, em estreita relação com panteões locais, sugerindo sua incorporação a um panteão universal, devido a determinados valores cultivados.

O Dia do Soldado continuou a ser comemorado nos anos seguintes. Em 1959, o então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, através da *Voz do Brasil*, saudou o Exército, na passagem do Dia do Soldado, nos seguintes termos: “nesta etapa em que nos aprestamos a ser um grande País - necessitamos de dois elementos: uma atmosfera de ordem e serenidade, e a consciência de que o nosso maior patrimônio, herança preciosa e inalienável, é precisamente essa unidade nacional que o Exército tem sabido defender na paz e na guerra”²⁰⁶. Referindo-se aos soldados como “depositários da confiança da pátria”, o presidente frisou que, ao enaltecer o Exército, obedecia a um impulso de justiça, pois “é de plena justiça proclamar as virtudes de disciplina e o sentimento de dever”²⁰⁷, que fariam do Exército brasileiro uma “garantia da nossa civilização, uma valiosa força de coesão da nacionalidade”²⁰⁸.

Exaltou, em outro trecho de seu discurso, a missão histórica e o papel do Exército na manutenção da ordem “para que haja justiça, liberdade e possibilidade de desenvolvimento”²⁰⁹ e, na proteção da unidade nacional, “para que este País não só conserve a presente dimensão territorial, mas venha a adquire a dimensão política e econômica correspondente ao aspecto físico”²¹⁰. À memória de Caxias, destacou que o “patrono do Exército é também condestável da unidade nacional”²¹¹, cuja ação como soldado sempre teve por finalidade uma função pacificadora e, em seguida, enalteceu suas qualidades como militar e cidadão, afirmando que sua presença “vela sobre todo o Brasil, unidade intocável, contra a qual não prevalecerão as arremetidas da paixão política, venha ela de onde vier”²¹².

Recomendou, por fim, que os ouvintes seguissem seus ensinamentos e se dedicassem ao que constituía sua grande preocupação: “concordia, entendimento e solidariedade entre os

²⁰⁶ Dia do Soldado Sob o Signo do Congraçamento das Forças Armadas. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1959.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Idem.

²¹² Idem.

brasileiros para a tarefa comum de defesa da unidade nacional”²¹³. O ponto alto das comemorações pelo transcurso de mais um aniversário do patrono do Exército, a entrega de medalhas da Ordem do Mérito Militar, teve lugar no palanque presidencial, armado junto ao Panteão de Caxias. O “chefe” da nação, como dirigente ou celebrante do ritual, ocupava lugar de destaque na solenidade.

Em um palanque central, a posição do presidente sugeria, a um só tempo, a superioridade de sua figura e a personificação da nação, conduzida pelo largo alcance do *olhar* na multidão. O recurso à “palavra” foi igualmente importante, como estratégia educativa nesse projeto de construção de uma memória nacional, mediante identificação com a história militar, que priorizava a integração nacional. Observa-se um grande esforço de produção de discursos, assim como sua transcrição nos veículos midiáticos da época, tanto por parte dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, quanto de autoridades militares.

O importante a destacar é que o povo esteve *ausente*, em certa medida, das comemorações do Dia do Soldado. Os programas de festejos informavam, minuciosamente, os lugares a serem ocupados pelas figuras de destaque - autoridades, militares e presidentes. Havia, igualmente, uma definição quanto à indumentária a ser utilizada e o tempo seria *marcado* rigorosamente, com uma determinação precisa sobre a duração de cada uma das etapas do evento. Todavia, não há menção ao lugar a ser ocupado pelo povo durante as solenidades e sequer informações sobre o papel que este deveria desempenhar durante os eventos. Se o programa não se refere ao povo, tampouco a imprensa registra a sua participação. Em todas as notícias analisadas, não há informações sobre os populares e muito menos fotografias que reproduzam a sua presença.

Dessa forma, para quem a festividade seria organizada? Há uma nítida separação entre as autoridades civis, os militares e o povo. Se os primeiros assumiam posição de destaque na direção do evento, com seus discursos eloquentes, os segundos seriam reverenciados ao longo da solenidade, *desfilando* para si mesmos e para aqueles que consideravam dignos de os assistir. O povo, por seu turno, deveria guardar certa *distância* durante a encenação do poder. Nosso estranhamento se deve à ostensiva dimensão popular que as comemorações cívicas assumiram no período estudado, especialmente registradas durante a Era Vargas²¹⁴, o que nos

²¹³ Idem.

²¹⁴ Getúlio Vargas contava com todo o aparato, inédito no país em termos de tecnologia e estruturação, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Responsável não só pela censura como pela divulgação sistemática e articulada da imagem do presidente por todos os ministérios e meios de comunicação oficiais, o

conduz a supor que tal característica também poderia ser observada nas comemorações do Dia do Soldado.

A inexistência de dados não significaria, portanto, a total ausência de um público mais amplo, especialmente se levarmos em consideração que a noção de auditório passava por redefinições. Nessa época, houve ampla difusão dos meios de comunicação, que passaram a acessar os expectadores mais distantes, especialmente por meio do rádio, que figurava como o principal veículo de contato entre os setores dominantes e o povo (HAUSSEN, 2001). Instrumento de encenação de caráter simbólico e envolvente, o rádio difundiu certa ilusão participativa e contribuiu para a criação de um imaginário homogêneo da comunidade nacional (DUTRA, 2012: 169). Nesse sentido, a narrativa sobre o ritual seria tão importante quanto o próprio ritual, pois seria “acessível a um público infinitamente maior” (BONAFÉ, 2008: 28)

Ao narrar as solenidades para o povo, os meios de comunicação não apenas *explicavam* o ritual, mas conferiam um *lugar* para o povo em uma hierarquia demarcada, afirmando sua ação como expectador, não isenta de certa passividade. Quanto à estrutura do ritual, importa destacar a recorrente oferta de condecorações, como mecanismo de reforço dos laços de distinção que uniam o *grande homem* cultuado e os indivíduos considerados dignos de se atarem à sua trajetória. Nesse sentido, merece destaque a cerimônia ocorrida em 1959, quando, após a missa solene, oficiada no Convento de Santo Antônio e assistida pelo Presidente da República e Ministros de Estado, foram ofertadas as medalhas de “Grande Oficial”, “Comendador”, “Oficial” e “Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar”. Nessa ocasião, foi promovido ao grau de “Grande Oficial”, entre os militares, o civil Gustavo Barroso, autor do projeto do Dia do Soldado, algo que parecia aureolar sua figura indefinidamente.

Embora o projeto apresentado por Barroso à Câmara dos Deputados tenha sido rejeitado e, posteriormente adotado com modificações substanciais, o Dia do Soldado figurou como uma realização sua. Se, em um primeiro momento, Barroso não fora reconhecido e reverenciado por seu projeto, por outro lado, ele fora bastante habilidoso em suas articulações, movendo-se às margens de outras *intenções de memória*, chegando a assumir um lugar de destaque nas comemorações que se seguiram após 1925. Participou ativamente na organização das

DIP teve a importante atribuição de converter o 1º de maio, por exemplo, em data de celebração da figura de Vargas e do pacto trabalhista que fundava. PARADA (2006). GOMES (2003).

solenidades pelo 150º aniversário de Caxias e recebeu homenagens e condecorações em várias ocasiões. Importa registrar a atenção que ele conferira a tais distinções, especialmente a de “Grande Oficial”, geralmente ofertada apenas a militares²¹⁵. Em suas autobiografias, Barroso se referiu a essas insígnias algumas vezes, afirmando que, apesar de não ter sido militar, seriam “militares todos os pendores de meu espírito”²¹⁶.

Um dia após as festividades, a convite do Lions Clube de Fortaleza, Barroso proferiu uma palestra sobre Caxias, exaltando as qualidades do “grande soldado”, com presença relevante de associados e lideranças militares do estado²¹⁷. Em honra ao “valoroso soldado e cidadão exemplar”, o diretor do Museu Histórico Nacional veiculou, no periódico *Luta Democrática*, uma página “consagrada à tarefa gloriosa de unir os brasileiros separados pelas paixões políticas”²¹⁸. Segundo o autor, raros seriam os brasileiros que figurariam nas grandes enciclopédias ou dicionários universais, mas Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, constituiria uma exceção. A missão a que o escritor se propõe é a de comparar o que está expresso em tais enciclopédias, apontando “aqueles senões indesculpáveis a propósito duma figura de tanto relevo”²¹⁹, cuja presença neste espaço seria um indicativo de ter “transposto não somente as fronteiras de sua pátria, mas as do seu próprio continente”²²⁰.

A pesquisa se inicia com a análise da “Enciclopédia Portuguesa Ilustrada”, de Maximiliano Lemos, e prossegue com o exame do “Nouveau Larousse Illustré”, publicado pela direção de Claude Angé. Aponta imprecisões quanto ao local de nascimento e morte, assim como à cronologia das batalhas mais significativas e, ao abordar a enciclopédia francesa, escolhe manter o texto no idioma original, “para não haver nenhuma dúvida que a tradução poderia despertar”²²¹ e, não obstante algumas inexatidões, esta lhe parecia bastante aceitável. Entretanto, “se a Enciclopédia Britânica esqueceu a figura de Caxias, a ela mais do que a portuguesa e do que a francesa, se refere a espanhola”²²², divulgada na “Enciclopédia Universal Ilustrada Europea-Americana”. Nesta biografia, há uma pequena bibliografia sobre Duque de Caxias, citando obras clássicas a respeito, porém “mostrando ignorar tudo o que de

²¹⁵ O Arquivo Gustavo Barroso, conservado no MHN e composto por recortes de jornais recolhidos por ele, guarda registros fotográficos desses eventos.

²¹⁶ BARROSO, 1939.

²¹⁷ Lions Clube Comemora o Dia do Soldado. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 26 de agosto de 1959.

²¹⁸ A Glória mais Pura do Brasil. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1959.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Idem.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

novo se escreveu sobre ele, em especial os trabalhos eruditos e seguros de Vilhena de Morais”²²³. A investigação é encerrada com um balanço:

Demos neste artigo três curiosos exemplos da maneira como ao grande público é apresentado nas enciclopédias de três povos e de três línguas essa glória das mais puras do Brasil. E nesses bronzes que ela se perpetua, mais do que no bronze dos monumentos, nas memórias das gerações, pois *o livro penetra em toda parte e a estátua permanece ereta e fria nas praças urbanas, o livro dá vida, transmite vida, se multiplica e se espalha*²²⁴.

Pontua-se, a esse respeito, o fato de Gustavo Barroso ter vulgarizado, em palestras, livros e notícias biográficas, informações acerca da vida de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Os discursos eram peças que evidenciavam as virtudes que caracterizavam sua dimensão de Patrono do Exército, sem ignorar o fato de que, em cada exposição sobre sua vida e seus feitos, hierarquias entre o que deveria ser exaltado e o que deveria ser ocultado, eram estabelecidas. O âmbito privado de sua vida praticamente não foi mencionado, merecendo destaque, em cada construção, a trajetória pública, demarcada por vitórias sucessivas, pelas armas e pela palavra: “Caxias, o pacificador”. Narrativas que remetem ao gênero do elogio, como discurso de louvor, em estreita relação com um regime de glorificação, sob uma configuração específica dos valores que conferem grandeza²²⁵.

Conforme Douglas Marcelino, as biografias, assim como os rituais fúnebres de homenagens aos heróis nacionais, caros ao comemoracionismo dos séculos XIX e XX, teriam assentado suas bases no complexo processo de individualização moderno. Tal processo se caracterizaria por transformar o indivíduo no valor culturalmente mais significativo e, “certamente sintonizado com o papel central que o culto dos ‘grandes homens’ ganharia a partir da Revolução Francesa, intimamente relacionado à glorificação da nação como entidade encompassadora mais ampla” (MARCELINO, 2011: 129). Dessa forma, o culto moderno dos mortos e o processo a ele associado que relacionava a morte à constituição de uma biografia foram aspectos fundamentais ao estabelecimento dos funerais como liturgias cívicas. Ainda

²²³ Idem.

²²⁴ Idem. [grifo nosso].

²²⁵ Desde o ideal da “bela morte”, representada nos poemas homéricos, a palavra conferia imortalidade, como o principal meio de memória na luta do homem contra a finitude, projetando a imagem do herói e divulgando os critérios de distinção - centrados no desejo de eternização. A oração fúnebre, tematizada por Nicole Loraux, concebida não apenas como gênero discursivo, mas como palavra política, fora compreendida como parte de um processo que visava à glorificação do sacrifício coletivo em prol da pólis, em detrimento dos sacrifícios individuais. A inauguração do elogio acadêmico, no século XVIII, como forma de celebração dos mortos, remete a um novo ideário de virilidade, encarnado no personagem do filósofo, cujo destinatário passa a ser a opinião pública, podendo ser associado ao: “Imaginário da República e da Nação, se expressando no Panteão revolucionário, nos grandes funerais nacionais e, posteriormente, nos diversos tipos de ‘suportes’ por meio dos quais o elogio como discurso de glorificação se manifestaria no século XX” (MARCELINO, 2017: 54).

segundo Marcelino, os processos de formação do individualismo moderno e de mudanças nas formas de comemoração dos mortos foram acompanhados por outro elemento fundamental ao estabelecimento das liturgias cívicas, qual seja, “a configuração do sentimento de pertencimento a uma coletividade nacional, fruto das transformações que marcaram particularmente os séculos XVIII e XIX” (MARCELINO, 2011: 130).

Parte de um projeto cívico-pedagógico, tal como o panteão, as biografias seriam uma pré-condição para o culto aos *grandes homens*, pois o julgamento da posteridade se basearia em um trabalho ainda mais sólido e duradouro do que as estátuas, que poderiam ser derrubadas. Em outros termos, o alcance das biografias, em virtude da possibilidade de reprodução, poderia ser significativamente maior. Por meio desses *projetos de memória*, o *grande homem*, personificado no Dia do Soldado, e o *grande acontecimento*, rememorado pelos Dragões da Independência, emergiriam dotados de uma capacidade precursora e profética. Simultaneamente, esse trabalho de glorificação aparecia como uma prova de que, agindo-se de acordo com ideais altruístas e patrióticos, a conquista da imortalidade não seria uma quimera (CATROGA, 2007: 228). Ao *teatralizarem* uma determinada visão do passado, linear e cumulativa do tempo, as solenidades cívicas propostas por Barroso almejavam extirpar quaisquer versões conflituosas que antagonizassem a formulação de um panteão nacional. Como suportes cívico-educativos do *grande acontecimento* e do *grande homem*, em uma perspectiva de continuidade histórica, destacamos a organização das salas do Museu Histórico Nacional e a escrita de biografias de militares brasileiros por Gustavo Barroso.

PARTE II

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Dentre as várias formas de representar a história, consideramos que havia, em Barroso, uma intenção de convocar o passado mediante a *exposição material* dos vultos pátrios, o que tornava o museu um instrumento essencial, tal como as comemorações cívicas, para a produção e a reprodução de uma memória nacional. Dessa forma, no capítulo inicial desta parte, abordamos a criação e a inauguração do Museu Histórico Nacional, idealizado como parte de um vasto conjunto de preparativos para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922.

“Cartografias do Vestuário” constitui o segundo capítulo, no qual analisamos o livro *Uniformes do Exército Brasileiro*, publicado por Gustavo Barroso e Wash Rodrigues, atendendo ao pedido do Ministério da Guerra. A obra, em seu conjunto, elabora uma narrativa da história militar do Brasil por meio dos uniformes do Exército, descrevendo a formação dos primeiros corpos e regimentos, assim como a fundação das primeiras fábricas de armamentos no país. O emprego das estampas ao longo do livro é pensado como parte do desejo de transmitir, o mais intensamente possível, o realismo do vestuário, desempenhando uma *encenação* dos gestos e do corpo.

No intuito de compreender os intercâmbios entre a historiografia e a museologia de Barroso, procuramos recuperar, ao longo do terceiro capítulo, os possíveis sentidos atribuídos aos objetos em exposição. Dessa forma, julgamos importante investigar a política de aquisição de objetos praticada por Barroso, considerando que a transferência de bens privados para o Museu possibilitou a composição de suas primeiras salas, configurando uma narrativa da história que privilegiava determinados personagens e eventos.

Nesse sentido, destacamos a Sala Osório, dedicada à memória do Gal. Manoel Luís Osório e que evocava a Guerra do Paraguai, por meio de uma coleção composta por peças oriundas de múltiplas doações desde a criação do Museu. Outro objeto de nosso estudo é a “Sala Caxias”, espaço bastante frequentado pelos visitantes e, a esse respeito, destacamos a visita realizada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1939. Por essa via, refletimos sobre o “poder do Museu”, enquanto fabricante de culto aos heróis, mediante uma visão profundamente idealizada do passado e uma relação sensível com os objetos - expressas na forma como o público se relacionava com o acervo.

Um elemento importante na mediação das relações entre o público e o acervo foi a produção de uma vasta obra historiográfica que, ao referenciar os objetos expostos no Museu, convidava expectadores a vasculharem as salas da instituição. O acervo do MHN, reunido e exposto em determinadas salas, conformava a biografia de determinadas personagens da história nacional. Contudo, para assegurar a efetividade dessa construção, Barroso fazia uso de outros dispositivos narrativos sobre o passado, como suportes de informação externa ao objeto. E, por essa razão, consideramos relevante investigar as narrativas e os discursos sobre os objetos para compreender como Barroso mobilizava as diversas formas de narrar o passado e, fundamentalmente, como elas dialogavam em sua obra.

CAPÍTULO I

UM MUSEU PARA TUDO GUARDAR... O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL E O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

O coração histórico da pátria: a criação do Museu Histórico Nacional

Ao longo de sua trajetória profissional, Gustavo Barroso fez uso da imprensa como meio de divulgação de ideias, que oportunizava a mobilização do espaço público, além de possibilitar o contato com expoentes das letras e da política. Destaca-se, neste vasto conjunto de iniciativas, a campanha pela criação de um Museu Militar, iniciada em 1911 e veiculada na edição vespertina do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, sob o pseudônimo de João do Norte²²⁶. Barroso lamentava a ausência de instituições comprometidas com a guarda de objetos históricos, “mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis”²²⁷, descuido que denunciaria uma suposta inferioridade nacional, tendo em vista que “todas as nações têm museus militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas”²²⁸.

Na França, o Museu dos Inválidos seria uma referência de Museu Militar, pois, em suas salas, brilharia “austeramente as armas dos heróis”²²⁹, formando “todo um arsenal”, cujas peças possuiriam grande valor pela “riqueza das pedrarias” e “pela perfeição do cinzel que as trabalhou”²³⁰. Na Sala Richelieu, ou Sala das Espadas, se “perfilariam mudamente” lâminas nobres que “evocariam recordações gloriosas”, ao passo que “nós ignoramos o culto do passado e desprezamos as velharias de nossa história”²³¹. A Espanha teria a Armería Real e Portugal possuiria o Museu de Artilharia, onde poderiam ser contempladas as “silenciosas testemunhas das guerras antigas”²³². A Inglaterra difundiria pela Abadia de Westminster, pelo Palácio de Buckingham e pelo Museu Britânico “todas as suas relíquias gloriosas”. No entanto, as “nossas esquecidas tradições guerreiras andam esparsas por mil lugares ou já desapareceram com o caruncho do tempo”²³³.

²²⁶ BARROSO, Gustavo. Museu Militar. *Jornal do Comércio*, 25 de setembro de 1911.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem.

²³² Idem.

²³³ Idem.

As espadas que combateram no Uruguai, no Paraguai e na Argentina teriam se perdido, inclusive a de Solano Lopes, objeto que seria, aos olhos de Barroso, o de maior valor em nossas campanhas, pois conquistado “após cinco anos de cruenta guerra”²³⁴. A espada estaria “abandonada” no Colégio Militar, assim como restavam “empoeiradas nas paredes da Igreja da Cruz dos Militares” as bandeiras que, “à custa do nosso sangue”, “tomamos às suas tropas selvagens”²³⁵²³⁶. Logo, “contra nosso proverbial descaso”, seria fundamental que estes objetos fossem reunidos em um mesmo lugar, para “guardá-los com carinho e legá-los aos nossos descendentes”²³⁷. A ideia seria remexer arquivos, estabelecimentos militares e museus, procurando “religiosamente nossas relíquias”, pois “patriótica e nobre seria a fundação de um museu militar”²³⁸, onde guardássemos:

Espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas nas regiões platinas ou tenham sido entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos; canhões que vomitaram a morte nas fileiras inimigas do alto dos nossos bastiões e dos espaldões de nossas trincheiras; lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos, nos vastos pampas, e golpearam com Andrade Neves os quadrados paraguaios de Avaí²³⁹.

O autor reclama a urgência da criação de um “Museu onde se guardem objetos gloriosos”, denuncia “nossa proverbial preguiça nesse assunto” e condena, no ano seguinte, “um descaso que já se torna um crime”²⁴⁰, tendo em vista que “as maiores relíquias da nossa tradição andam esparsas e ao abandono”²⁴¹. Em “O Culto da Saudade”²⁴², lamenta, “com tristeza”, que, no Brasil, “quase não há culto das tradições” e sugere novamente Paris como um modelo,

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Conferir: 1ª edição: BARROSO, Gustavo. *O Culto da Saudade*. *Jornal do Comercio*, 22 de dezembro de 1912; 2ª edição: BARROSO, Gustavo. *Ideias e Palavras*. Rio de Janeiro, Leite, Ribeiro e Maurílio, 1917, pp. 33-36; 3ª edição: BARROSO, Gustavo. “O Culto da Saudade”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

²⁴¹ BARROSO, Gustavo. *Museu Militar*. *Jornal do Comércio*, 25 de setembro de 1911.

²⁴² O livro *A poeira do passado*, de Francisco Regis, aborda a formação da ideia de história nas primeiras décadas de existência do acervo e das exposições do Museu Histórico Nacional como algo que extrapola a atualização de uma sensibilidade antiquária vinda de séculos anteriores. Nesta pesquisa, Regis investiga os usos do passado que investem no poder simbólico dos artefatos expostos, relacionando-os com a palavra escrita, tanto em legendas quanto nas estratégias das narrativas da ficção e dos relatos de viagem. Gustavo Barroso não chegaria a ser “original”, conforme Regis, mas certamente possuía características que o diferenciavam e “a diferença mais saliente é o compromisso do seu texto com o ‘culto da saudade’ diante da matéria vislumbrada. No Museu Histórico Nacional, a saudade o fez comandante de inventários enxutos e diretos, como se vê no catálogo que ele organizou em 1924 e nas legendas das exposições. Nas viagens, por outro lado, a mesma saudade lhe deu uma escrita romântica e floreada, prolongada por uma narrativa detalhista” (RAMOS, 2014:55). Desta forma, Barroso misturaria princípios que, no século XIX, estavam em oposição: a sensibilidade antiquária e o nacionalismo. O que explicaria a complexidade de seu discurso museológico, permeado por fragmentos de uma sensibilidade mais ou menos articulados numa narrativa romântica.

pois, apesar de sua “refulgência e atração”, a cidade “nunca perdeu os velhos hábitos”²⁴³. Da mesma forma, Nuremberg, Vestfália e Nice seriam exemplos de lugares em que as “ruínas dos castelos se conservam como monumentos nacionais”²⁴⁴, mobilizando “toda uma viva riqueza de recordações” evocadas também “nos elmos repolidos e nos metais florejados”²⁴⁵. Contudo, “nada disto temos”. Em um país no qual “o passado não merece consideração”, o “culto da saudade” parecia não ser uma possibilidade²⁴⁶.

Apesar desta aparente descrença, Barroso divulgou, em dezembro de 1921, um artigo intitulado “Museu Histórico Brasileiro”²⁴⁷, na revista carioca *Ilustração Brasileira*, com algumas fotografias das salas do Museu Naval. Segundo o autor, até aquele momento, o “descuido nacional” teria “consentido que os objetos do passado, lembranças da vida e dos feitos dos nossos avós se tenham perdido”²⁴⁸. Lastima ainda que muitos compradores estrangeiros tenham adquirido peças valiosas nos leilões de antiguidades e reprova a ação do governo que “não ouve, não vê e não pensa nisso”, afinal, “diariamente os jornais anunciam a venda pública de peças do mobiliário e da baixela do Paço Imperial”²⁴⁹. Raridades estariam guardadas no Arquivo Nacional, no Arsenal da Guerra e no Museu da Marinha, mesmo assim, “essa salvação se deve mais a iniciativas particulares do que a uma ação do Governo”²⁵⁰.

Todavia, ainda seria tempo “duma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico”²⁵¹, haja vista que restaria muito o que recolher, a saber, “a cadeira em que o Imperador se sentava no senado”²⁵², guardada no Arquivo Nacional, “um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I”²⁵³ e o “velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas”²⁵⁴, conservado nas estrebarias do Ministério da Guerra. “Relíquias veneráveis”, esparsas em diversas repartições públicas, poderiam ser reunidas e “bastaria um pequeno gesto governamental criando um Museu Histórico no Rio de Janeiro e entregando sua

²⁴³ BARROSO, Gustavo. Museu Militar. *Jornal do Comércio*, 25 de setembro de 1911.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ BARROSO, Gustavo. Museu Histórico Brasileiro. *Ilustração Brasileira*, 03 de dezembro de 1921.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Idem.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem.

organização a pessoa ativa e competente” para a escolha do que há de mais representativo “para ensinar o povo a amar o passado”²⁵⁵.

Tais ideias obtiveram o apoio do Presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), com quem Gustavo Barroso possuía relação amistosa, notoriamente desde 1919, momento em que o escritor acompanhou o então senador e chefe da Delegação Brasileira à Conferência de Paz de Versalhes. Terminados os trabalhos, os dois teriam seguido juntos em uma viagem pela Europa e América do Norte, realizando uma série de visitas oficiais, cujas impressões foram, posteriormente, divulgadas por Barroso em seus livros de viagens. Não é possível afirmar a influência de Barroso na decisão governamental de criação do Museu Histórico Nacional, mas sua indicação para a presidência do Museu é bastante indicativa de uma expressiva atuação, sugerindo a mobilização de outras instâncias para além da imprensa. É possível perceber grande similaridade entre o seu pensamento e as ações empreendidas pelo Presidente, inclusive no trecho extraído do texto oficial de criação do Museu. Conforme o Decreto n. 15.596, de criação do Museu Histórico Nacional, em cuja abertura encontra-se a resolução definindo a instituição:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que será de maior conveniência para o estudo da história pátria reunir os objetos a ela relativos que se encontram nos estabelecimentos oficiais e concentrá-los em um museu, que os conserve, classifique e exponha ao público, e, enriquecido com os obtidos por compra ou por doação ou legado, contribua, *como escola de patriotismo, para o culto do passado*:

Resolve, em vista da autorização expressa no art. 3 do Decreto Legislativo n. 4.492, de 12 de janeiro do corrente ano, criar o Museu Histórico Nacional, expedir para ele o regulamento que com este baixa assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, e organizar-lhe, *ad referendum* do Congresso, o quadro de pessoal.

Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1922, 101º da Independência e 34º da República.

Epitácio Pessoa²⁵⁶

Podemos considerar como motivação para a criação da instituição, do ponto de vista do Presidente Epitácio Pessoa, a possibilidade de reunir, em um único local, objetos representativos da história nacional, capazes de fomentar o “patriotismo”. Proposta semelhante a que Barroso defendia desde 1911 e que, ao ser efetivada, obteve ampla

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ BRASIL, Ministério da Educação e Saúde – Serviço de Documentação. Decreto n. 15. 596, de 2 de agosto de 1922. Folheto n. 46. Museu Histórico Nacional – Legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. [grifos nossos].

divulgação na imprensa²⁵⁷. É interessante notar que o decreto menciona, em primeiro lugar, o estudo da história nacional como motivo da criação do MHN. Trata-se de uma relação com o passado mediada pela história (como conhecimento), que entende o papel desses vestígios como fontes de um saber determinado.

Com a manchete “Vamos ter finalmente o Museu Histórico”, o periódico *A Pátria* comemorou a iniciativa do governo, que seria “um desses atos que merecem todos os elogios”²⁵⁸. Todavia, permanecia a incerteza sobre a localização da instituição e sobre a sua futura direção²⁵⁹. O espaço mais adequado seria, conforme o periódico, o Convento de Santo Antônio, identificado como “Casa de Sagradas Tradições”, local “onde Frei Sampaio recebia quase diariamente D. Pedro I e todos aqueles que foram figuras maiores que procuraram nos dar o Brasil independente”²⁶⁰.

Quanto à administração do Museu, entre os “poucos nomes poderiam concorrer ao honroso e difícil lugar”²⁶¹, figurariam Escragnolle Doria, Noronha Santos e Gustavo Barroso. Entretanto, os dois primeiros deveriam ser excluídos, uma vez que ocupavam a direção do Arquivo Público e a direção do Arquivo Municipal, respectivamente. Ocupações que não deveriam ser questionadas, pois “a eles ninguém pode fazer concorrência dada a inteligência e dedicação com que ocupam aqueles lugares”²⁶². Restaria, assim, Gustavo Barroso, “cultor dos nossos costumes, investigador de vasta cultura e sertanista dos profundos”²⁶³, cujas “reconstituições históricas” seriam marcadas pelo “critério” com que o escritor encarava o ofício. Seria possível, na leitura do jornal, que outras figuras almejassem o cargo, embora fosse “difícil concorrer com o ilustre e brilhante escritor”²⁶⁴. *A Pátria* fazia, dessa forma, uma campanha fervorosa pelo espaço e pela liderança da nova instituição e, ao final do artigo, conclamava “os deuses” a fim de que o governo ouvisse e atendesse “ao nosso patriótico apelo”²⁶⁵.

²⁵⁷ Os esforços de Barroso, apesar da propaganda jornalística, não foram os primeiros clamores em prol da criação de um museu histórico. Em 1918, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representado pelos sócios Max Fleuiss e Edgard Roquette-Pinto, apresentaram à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, uma proposta para a criação de um Museu Histórico, subordinado ao IHGB (ELKIN, 1997).

²⁵⁸ Vamos ter finalmente o Museu Histórico. *A Pátria*, 17 de agosto de 1922.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Idem.

Invocação que fora bem-sucedida, menos pela campanha do jornal que pelos arranjos alinhavados por Barroso anos antes, responsáveis por sua nomeação para o cargo de diretor do Museu Histórico Nacional. Notícia que *A Pátria* registrou com o “maior contentamento”, destacando sua “verdadeira competência”, assim como o seu “talento criador e sua brilhante cultura”²⁶⁶. Com o título “Pela História e Pela Tradição”, *A Rua* divulgou em primeira página a criação do Museu Histórico Nacional e informou que este seria um “gesto acertadíssimo do governo”²⁶⁷. Positivou a localização da nova instituição, destacando que as “reliquias históricas”, embora bem acondicionadas no Museu Nacional, seriam de difícil acesso aos visitantes, situação que se alteraria com a mudança do acervo para o Museu Histórico, “lugar mais apropriado, facilitando, assim, a visita e o estudo dos curiosos ou dos estudantes”²⁶⁸. Acerca das finalidades do Museu, *A Rua* pontuou “a responsabilidade de guardar e colecionar todos os dados, documentos e objetos que se relacionam, diretamente, com nossa história política”²⁶⁹. Quanto à indicação de Barroso para a direção da instituição, ressaltou que “mais acertadamente não podia ter agido o governo na escolha do nome”²⁷⁰, uma vez que Barroso seria, sob a perspectiva deste veículo, um:

Estudioso e erudito investigador das emaranhadas galerias em que se abisma a constituição de nossa nacionalidade e de nosso povo; jovem mas já fulgurante e definitivo escritor; viajante culto e curioso, com uma larga estadia na velha Europa, cujos museus de toda natureza perquiriu e visitou, com uma curiosidade ávida de estudioso e diletante; aliando a esses predicados uma variada e profunda cultura, o Dr. Gustavo Barroso era quem melhor se adaptava no importante e delicadíssimo posto de chefiar e dirigir a repartição a cujo cuidado iam ser entregues as mais preciosas reliquias da nossa história política²⁷¹.

Apesar do tom encomiástico do texto, que não deixaria espaço para questionamentos acerca dos méritos do diretor e da importância do “novo departamento do governo”²⁷², *A Rua* indagou Barroso sobre os propósitos do Museu nos seguintes termos: “mas não é para outros fins nem tem outro efeito a criação, bem antiga do nosso Museu Nacional e do Arquivo Histórico?”²⁷³, exprimindo a inutilidade do novo órgão. Informação que Barroso considerou como um engano, tendo em vista que o Museu Histórico teria “mistérios bem mais largos e definidos” que as repartições citadas, além de abranger “muito mais vastos domínios, indo

²⁶⁶ O Diretor do Museu Histórico. *A Pátria*, 23 de agosto de 1922.

²⁶⁷ Pela História e pela Tradição. *A Rua*, 22 de agosto de 1922.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

²⁷³ Idem.

buscar a todas as fontes possíveis, dados importantes sobre a vida, a gênese da constituição atual e o passado de todos os povos”²⁷⁴. A coleção do novo estabelecimento seria bastante vasta, o que seria condizente com sua missão, qual seja, tornar mais “diretas e preciosas as visitas e os estudos ao seu acervo”²⁷⁵. Resposta que teria sido suficiente para os jornalistas, uma vez que declararam “satisfação com essa explicação reparadora de uma decepção e de uma suspeita que se esboçava no espírito”²⁷⁶.

Ao final do artigo, os jornalistas teceram comentários elogiosos ao “jovem, brilhante e erudito cultor das letras e da arte”²⁷⁷. Há um retrato igualmente laudatório do governo que “tão de perto, e com tanto amor, se interessa pelo culto sagrado e patriótico da tradição”²⁷⁸, compreensão que contrastava com a de outros veículos. O MHN não angariou apoio unânime e, durante meses, muitos periódicos combateram a criação do Museu, assim como a escolha do local ideal para sua instalação. Apontavam a inutilidade de mais um “aparelho burocrático”, que, como dizia o jornal *A Noite*, fora “concebido para criar empregos desnecessários”²⁷⁹. *Dom Quixote* estampou uma caricatura de Barroso, vestido com o uniforme dos Dragões da Independência, guiando uma carroça repleta de objetos, identificada como “Museu Histórico”²⁸⁰. A charge está acompanhada por um texto informando que “foi fundado o Museu Histórico, sendo nomeado para dirigi-lo o Sr. Gustavo Barroso”²⁸¹. O aspecto imponente de Barroso, assim como de seu cavalo, distingue-se da aparência dos objetos mal acomodados no veículo, que parecem artefatos de pouco valor, em geral, utensílios domésticos quebrados.

Em uma época marcada pelo automóvel e pela velocidade, a altivez do cavaleiro aristocrata a puxar uma carroça abarrotada de quinquilharias parecia uma imagem fora do tempo e do lugar. A figura parece sugerir a distância entre os ideais daquele que guiava a instituição e o que ela de fato possuía e representava e, abaixo do desenho, há um pequeno texto atribuído a Barroso: “o que se pode arranjar por aí não é rigorosamente histórico: mas, não há dúvida, eu escrevo lendas a propósito e eles ficam sendo...”²⁸². A crítica problematizaria os métodos empregados por Barroso, tanto no que se refere à seleção dos objetos históricos, que

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ O Museu Histórico. *Dom Quixote*, 30 de agosto de 1922.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Idem.

comporiam o acervo do Museu, quanto no que diz respeito às narrativas históricas elaboradas por ele, que pareciam, diante da sátira, apenas invenciones.

Segundo Isis Castro (2018), os museus modernos seriam norteados pelas noções de “sentido”, “nação” e “utilidade pública”. Na contramão dessas ideias, estaria a representação do MHN feita por Kalixto, permeada por uma áurea de “desordem”, “provincianismo” e “inutilidade”. O MHN, como local do supérfluo e ilegítimo, antagonizava com o que seria próprio do campo científico – a verdade e a autenticidade. Conforme Castro (2018), a construção de uma oposição entre fantasioso/real e falso/verdadeiro estaria na base da legitimação do saber histórico como disciplina, do qual o museu histórico também seria seu devedor, na medida em que flertaria com os critérios científicos para imprimir autenticidade à prática museal. Dessa forma, os museus modernos procurariam se afastar da imagem dos gabinetes de curiosidades renascentistas. No entanto, para compreender a ação de Barroso à frente do MHN, seria fundamental pensar em continuidades, uma vez que, para ele, a leitura histórica deveria se sujeitar ao culto dos objetos – mesmo que tal atitude parecesse fora do *tempo* e do *lugar* aos olhos da crítica.

O tom satírico e combativo nos jornais explicitava um espaço de concordâncias e divergências, que certamente *envolia* e *atingia* Barroso, haja vista que ele atuava como jornalista há mais de uma década. Nestes espaços de sociabilidade intelectual, Barroso certamente estabeleceu laços de amizade e animosidade que refletiram na recepção e divulgação de seus projetos. A oposição também partiu de Luís Gastão d’Escragnolle Dória, diretor do Arquivo Nacional, que ambicionava expandir as coleções do Arquivo, transformando-o em um Museu “pleno”²⁸³. *A Noite* argumentava que Dória havia iniciado a seleção de objetos históricos capazes de compor um museu histórico e lamentava a criação do MHN por decreto, afirmando que a organização das salas se dava de modo desordenado, sem um inventário sistemático das peças existentes nos vários museus instalados na capital. O periódico declarou ainda que o MHN apenas duplicava, desnecessariamente, o trabalho que Dória realizara, devendo sua criação mais à falta de uma política de museus coerente do que a uma necessidade real. O *Correio da Manhã* noticiou que a fundação do Museu Histórico, com seu vasto orçamento, prejudicava o Arquivo Nacional, formalmente a instituição pública responsável pela preservação histórica nacional.

²⁸³O folheto intitulado “O Museu Histórico do Arquivo Nacional: seu papel como Museu do Estado”, publicado em 1919, foi escrito por Luís Gastão d’Escragnolle Dória e endereçado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. O manifesto apresentava os motivos para evitar a aprovação de um projeto de lei que criaria um Museu Histórico subordinado ao IHGB. CF: LOURENÇO, 2014.

Apesar das controvérsias, o Museu Histórico obteve crescente apoio governamental, inclusive da direção do Museu Nacional, que chegou a oferecer expositores e vitrines, bem como a transferência de determinados objetos históricos de sua própria coleção. Entretanto, o Museu Nacional deixou claro que não transferiria sua considerável coleção de objetos históricos, pinturas, bustos e medalhas para o Arquivo Nacional, uma vez que o Arquivo, conforme decisão governamental, não teria capacidade para alojar um Museu Histórico. Um dos maiores propagandistas do MHN, o Museu Nacional informava não ter condições de expandir suas funções e estabelecer um museu de história em seu organograma, exortando o governo a apressar a criação do Museu Histórico – estímulo que fora decisivo para a efetivação das iniciativas de Barroso.

O *Jornal do Comércio* divulgou a visita de Barroso ao Presidente da República, a fim de agradecer “a sua nomeação para o cargo de Diretor do Museu Histórico”²⁸⁴. O periódico *A Pátria* noticiou, por um ângulo semelhante, que a direção do “novo departamento público” fora entregue a Gustavo Barroso, “homem de letras vantajosamente conhecido e dedicado ao estudo de nossas peculiaridades”²⁸⁵. Nesta página, além de informações sobre o novo instituto, o jornal divulgou uma entrevista com Barroso, em que este comemorava, “para a felicidade nossa”, o término “do descaso pelo nosso passado”²⁸⁶.

Caberia ao presidente Epitácio Pessoa “a glória de ter instituído em seu país o culto da saudade”, algo que ele iniciara, nos termos de Barroso, ao revogar o banimento da família imperial, permitindo que viessem “repousar na pátria querida as cinzas daquele que durante meio século de bondade dirigira seus destinos”²⁸⁷. Culto que ele “cimentara” ao instituir o Museu Histórico, responsável por “custodiar as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social durante os mais notáveis períodos”²⁸⁸. Obra que o presidente terminaria ao fazer “renascer” a estrela de cinco pontas da Ordem “genuinamente nacional do Cruzeiro”²⁸⁹, que teria “brilhado” sobre o fardão dos estadistas e sobre o “largo peito de nossos heróis”²⁹⁰.

Ao longo da entrevista, o escritor recordou os projetos apresentados a Câmara quando ainda era Deputado Federal, iniciativas que visariam “a representação viva e solene da nossa mais

²⁸⁴ *Jornal do Comércio*, 23 de agosto de 1922. In: O Museu Histórico, *A Pátria*, 24 de agosto de 1922.

²⁸⁵ O Museu Histórico, *A Pátria*, 24 de agosto de 1922..

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Idem.

bela tradição militar”²⁹¹ e destacou a rejeição do Senado como fruto de “asneiras alinhavadas”²⁹². Circunstâncias que não o teriam feito “perder as esperanças de que um dia houvesse no Brasil um estadista inteligente e culto”²⁹³, que, apesar dos “sectarismos”, fosse capaz de “restaurar o culto da tradição e o amor à sombra do passado”²⁹⁴.

A Pátria exaltou Barroso por “haver pugnado pela criação do museu”²⁹⁵ e destacou o suposto “acerto de sua escolha para dirigi-lo”²⁹⁶. Distinção que o diretor do Museu Histórico Nacional atribuiu “mais à generosa amizade” com o presidente do que a “méritos próprios”. Todavia, destacou que há muito “militava” pelo “culto da saudade” e que seria um “grande júbilo ajudar a triunfá-lo”²⁹⁷. Retomou as publicações na Imprensa, desde 1911, nas quais se queixava de ser o Brasil o “único país do mundo sem esta instituição”, mudança que se devia, “exclusivamente”, ao presidente e seu “espírito culto e seu esclarecido patriotismo, a sua força de vontade e a sua ação sem desfalecimento”²⁹⁸. A escolha de Barroso para o “honroso cargo” poderia ser explicada, em sua leitura, somente por “ter sido um antigo e constante combatente em prol da mesma ideia”²⁹⁹. Acerca da organização do Museu, o recém diretor explicou que este seria inicialmente constituído por:

Objetos e documentos de verdadeiro valor histórico que se irão buscar aos lugares onde mãos piedosas os guardaram das destruições contínuas: Arquivo Nacional, Museu Nacional, Arquivo Municipal, Casa da Moeda, várias repartições públicas, Museu Militar e Museu Naval, bem como da parte de numismática, vigilografia, etc., da Biblioteca Nacional. Mais tarde, quando estiver constituída esta base, procurar-se-á obter por donativos ou compras, buscas e pesquisas, tudo quanto se puder, aumentando-se, assim, as coleções do Museu, a sua biblioteca e os seus documentos de toda sorte. Será um lento, continuado e obscuro labor, que pouco a pouco avultará³⁰⁰.

O Diário Oficial publicara o regulamento do Museu explicando os objetivos desse “importante instituto pátrio”. Conforme adiantou Barroso, seria preciso “fazer notar que ele não será somente um organismo receptor, um depósito de coisas históricas”³⁰¹, mas sobretudo “um organismo vivo”, algo como um “coração histórico da Pátria, que pulsará e derramará

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

pelo país o interesse e o amor pelo culto da saudade”³⁰². Ação que poderia ser desenvolvida por meio da publicação em seus anais de “documentos, peças de erudição e trabalhos notáveis”³⁰³, como também “revivendo” em cursos ou em conferências públicas as “nossas melhores tradições”³⁰⁴.

Seria igualmente importante manter um serviço de correspondência e intercâmbio de ideias com “associações congêneres nacionais e estrangeiras”³⁰⁵ de forma a “combinar” suas ações com a dos “institutos similares para a mesma proveitosa propaganda, além da que farão seus visitantes, as suas salas e as suas coleções”³⁰⁶. Acerca da viabilidade deste programa, Barroso ressaltou o empenho de todas as suas faculdades “físicas, morais e intelectuais” a fim de cumprir a “missão” que o governo lhe confiou, para o “período novo que o país vai atravessar, no ano de seu primeiro centenário, como nação livre”³⁰⁷.

O prazer dos olhos: a inauguração do Museu Histórico Nacional

A inauguração do MHN fazia parte de um vasto conjunto de preparativos para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922³⁰⁸, que incluía, sobretudo, obras de reforma e embelezamento na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. O sucesso do programa comemorativo deveria passar pelo remodelamento da cidade que, embora fosse conhecida por suas belezas naturais, deveria se aproximar do modelo de cidade moderna do século XX, afinal, “um Rio moderno seria sinônimo de um Brasil moderno” (MOTTA, 1992: 53). Fazia parte deste projeto de modificações urbanas a derrubada do Morro do Castelo³⁰⁹ e a

³⁰² Idem.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ O ano de 1922 pode ser considerado um ano paradigmático, na medida em que nele se encontram acontecimentos que a historiografia consagrou como marcos fundadores de um novo Brasil, a saber, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a fundação do Centro Dom Vital, a Semana de Arte Moderna e a primeira manifestação do Movimento Tenentista – além da Comemoração do Centenário da Independência. A Semana de Arte Moderna, de São Paulo, foi considerada pela maioria dos historiadores brasileiros como o evento emancipatório do movimento modernista, que propagava um nacionalismo calcado em novas bases, que oporia São Paulo, associado à modernidade, e Rio de Janeiro, associado à decadência (MOTTA, 1992).

³⁰⁹ Marco histórico de fundação do Rio de Janeiro, o Morro do Castelo era reverenciado por abrigar as igrejas de São Sebastião do Castelo e a de Santo Inácio. Guarda, assinalava a entrada dos navios. Abrigava também o relógio da Torre e o Observatório Astronômico, de onde partiam os avisos de incêndio. Local de proteção e defesa contra os franceses. Habitação de ricos, quando o perigo passou a ser representado pelas epidemias que assolavam a parte “baixa da cidade”. Residência, no começo do século XX, de uma população pobre, composta por aproximadamente 5 mil pessoas distribuídas em mais de 400 casas. “Outeiro Sagrado”, conforme o *Jornal do Brasil*, fazia parte de uma tradição e um passado que estavam sendo repensados no contexto de Comemoração do Centenário da Independência. A derrubada do “infecto monturo” parecia inevitável, tendo em vista os relatórios que, desde o XVIII, denunciavam os “miasmas febríferos”. Cf. RAMOS, 2014.

organização da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil³¹⁰. Berço da cidade e local de identificação da população carioca, o Castelo era habitado por uma população pobre e sua derrubada dividia opiniões, sustentadas por interpretações variadas acerca do que seria uma cidade sintonizada com a modernidade. Apesar das divergências, o prefeito Carlos Sampaio decretou a derrubada do Morro do Castelo em 17 de agosto e, devido à morosidade dos trabalhos, a prefeitura contratou uma empresa norte-americana para acelerar o desmonte do morro. A pressa era justificada pelo fato de que, no local, seriam instalados os Pavilhões da Exposição Internacional do Centenário, o que significou, para muitos, “a vitória da civilização sobre a barbárie” (MOTTA, 1992: 57).

Coube ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, então chefiado pelo engenheiro Pires do Rio, a organização da exposição, que deveria “compreender as principais modalidades do trabalho no Brasil, atinentes à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativa e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes”³¹¹. Era prevista ainda a concessão de uma área anexa à Exposição Nacional, para que os governos ou industriais estrangeiros pudessem construir, com recursos próprios, pavilhões destinados à exibição de produtos originários de seus países. O prédio do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, onde seria instalado um dos principais pavilhões da exposição, era uma edificação remanescente do período colonial e foi o local escolhido pelo presidente Epitácio Pessoa para a inauguração do evento em 07 de setembro de 1922.

A exposição deveria ser, aos olhos de seus idealizadores, uma expressão da grandeza e da unidade nacional, haja vista que a representação que se oferecia ao visitante era a de uma nação coesa, tanto pela integração de suas diversas regiões, quanto pela suposta harmonia entre seus habitantes³¹². Harmonia que deveria se estender ao passado, uma vez que um de

³¹⁰ A Exposição Internacional do Rio de Janeiro, mantida de 07 de setembro de 1922 a 23 de março de 1923, apresentava para o mundo a imagem de uma nação moderna e progressista, projetada nos moldes das realizadas em Londres (1892); Paris (1867); Viena (1873) e Filadélfia (1876). Os pavilhões acolheram produtos e atividades nacionais, assim como de 14 países. A introdução do rádio fora celebrada com a transmissão da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes. A exposição contou com diversas manifestações da cultura popular, que vieram auxiliar na divulgação de uma suposta cultura comum. No entanto, o confronto entre a produção nacional, fortemente agropastoril, e a produção de cada país convidado, evidenciou a dependência nacional, no evento que seria considerado a maior comemoração republicana no início do século XX. CF: MOTTA, 1992. KESSEL, 1996. JAGUARIBE, 2011. MORETTIN, 2011. LEVY, 2014.

³¹¹ Nesta obra, há um artigo escrito por Gustavo Barroso, cujo título é “O Padre Cícero e o Folk-Lore”, onde se observa “a larga influência espiritual desse homem de exercer ação manifesta na criação de lendas e canções populares” (LIVRO DE OURO, 1923: 181).

³¹² O “Palácio das Grandes Indústrias” foi instalado nos antigos Arsenal de Guerra e Forte do Calabouço. No segundo andar foi instalado um museu militar, pelo Ministério da Guerra, em duas salas. Havia ainda uma

seus monumentos fora destruído para dar lugar ao moderno, levantando a suspeita de que o Brasil seria uma nação pouco apegada à própria história. A inauguração do Museu Histórico Nacional seria parte indispensável deste esforço de “diluir” conflitos e “conciliar” passado, presente e futuro:

Passado e futuro reunidos no monumento arquitetônico, conjugam a lembrança da temporalidade que propõe a exposição. A criação de um organismo de caráter permanente, lugar destinado à guarda e à exibição das “reliquias” representativas da Nação, foi um processo previsível. A efemeridade da exposição comemorativa deu lugar à permanência do museu-monumento (TOSTES, 2003: 66).

Criado pelo Decreto n. 15.596, de 02/08/1922, o Museu Histórico Nacional foi instalado no Palácio das Indústrias, simbolicamente no mesmo decreto que revogou o banimento da Família Imperial³¹³. O prédio do Arsenal de Guerra estava ocupado pela seção das Grandes Indústrias Nacionais, de forma que somente uma de suas partes foi entregue ao Museu na data de sua abertura. Inaugurado em 11 de outubro de 1922, o MHN abriu as portas em duas galerias no dia 12, data que era também comemorativa do Descobrimento da América e do Centenário da Aclamação de D. Pedro I, Imperador do Brasil, na sua data natalícia. No espaço, além das duas salas da exposição, foi necessário instalar também a secretaria, o que exigiu a abertura da seção de Numismática em outro lugar, provisoriamente colocada na Biblioteca Nacional.

terceira sala onde ficaram expostos documentos, objetos e livros do Estado Maior do Exército. Os acervos eram constituídos por objetos de dois museus pedagógicos do Exército, então desativados e, posteriormente integrados ao acervo do Museu Histórico Nacional. A participação das Forças Armadas na Exposição foi expressiva, especialmente durante a inauguração, em que as tropas se estenderam por uma linha de 8 quilômetros. Embora o desfile tenha sido “triumfal”, os Dragões da Independência, projetados por Barroso, não chegaram a desfilar. Todavia, há uma referência às solenidades em comemoração ao primeiro centenário da participação de Duque de Caxias nas lutas de Independência. (LIVRO DE OURO, 1923: 333-334).

³¹³ O esforço da República para garantir a sua legitimidade esbarrava na tradição imperial de comemorar o 7 de Setembro como a festa maior da nacionalidade, marca da conquista da liberdade, associada à Casa de Bragança. Celebração que não poderia ser vista com bons olhos pela República implantada em 1889, uma vez que o regime necessitava lidar, não só com uma nova organização social e política, mas também com uma arquitetura simbólica da nacionalidade, que marcasse a República como uma verdadeira entidade representativa da sociedade. Para alguns republicanos, o Sete de Setembro poderia ser mantido, tanto porque estava “fixado” na memória nacional, quanto pela necessidade de buscar certa conciliação com o passado monarquista, de forma a eliminar certas arestas que comprometiam seu esforço de consolidação. A década de 1920 fora marcada por intenso debate acerca da revogação do decreto de banimento da família imperial. O retorno da família imperial simbolizava a unidade nacional, fundamental para a comemoração do Centenário da Independência. Caberia, aos organizadores do evento, evidenciar a República, ressignificando, portanto, a celebração de 7 de Setembro, cujo discurso fora, fundamentalmente, apresentar a nação brasileira como nação moderna. Ao contrário daqueles que, nos primeiros anos de implantação do regime republicano, realizavam esforços pelo retorno da Monarquia, aqueles que exaltavam o Império nos anos 1922 demonstravam apenas uma nostalgia, pois o Império não seria mais um projeto político (ENDERS, 2014).

No dia 11 de outubro, o presidente Epitácio Pessoa, acompanhado de seu “estado maior e altas personalidades”, inaugurou o Museu, dirigindo algumas palavras ao seu diretor e funcionários presentes, conclamando que “todos os brasileiros trabalhassem para a grandeza dessa instituição, que cultuará a saudade e o patriotismo”³¹⁴. Informou ainda que, ao final da Exposição Internacional, todo o prédio do antigo Arsenal de Guerra deveria ser entregue ao Museu, e que este possuiria, desde sua abertura, objetos de grande valor que “despertam o mais súbito interesse”³¹⁵. O acervo reunido representaria o esforço de “um mês de seu diretor” que, não somente obtivera “valiosos donativos”, como também arrecadara as “peças históricas dispersas em vários locais e departamentos públicos”³¹⁶, principalmente no antigo Museu de Artilharia, no Museu Naval, no Arquivo Nacional, no Museu Nacional e no Ministério da Guerra³¹⁷. A primeira sala, identificada como “Da Colônia à Monarquia”, apresentava ao centro uma maquete de uma estátua equestre de D. Pedro II, que não chegara a ser erigida, em meio a objetos e armas históricos referentes aos períodos da Independência e do Primeiro Reinado³¹⁸.

“Da Monarquia à República”, segunda sala do Museu Histórico, por sua vez, apresentava a roda do leme do vapor Aragão que levou para o exílio a família imperial em 1889. Entre outros objetos, observava-se, em primeiro plano, a poltrona de Floriano Peixoto, oferecida ao Museu pela viúva do General Pinheiro Machado. Ao fundo da segunda sala, notavam-se as colunas e a cruz da Carella da Fortaleza de Humaitá. Em uma vitrine, constavam as espadas de oficiais e generais paraguaios e, entre elas, a espada de Solano Lopes, tomada à margem do Aquidabam, em março de 1870. A Revista *Fon-Fon* registrou o evento de inauguração em um artigo, com uma fotografia do diretor do Museu Histórico Nacional no seu gabinete de trabalho, acompanhado por seus principais auxiliares.

O MHN ficaria aberto diariamente às visitas do público, inclusive aos domingos e feriados, de onze horas da manhã às dezesseis horas da tarde e, no seu primeiro semestre, recebeu 6.557 visitantes. Ao término da Exposição, o Museu Histórico Nacional expandiu suas instalações e, no ano seguinte, inaugurou a primeira exposição permanente, ocupando os espaços da Casa do Trem e parte do Arsenal da Guerra. O prédio em que o Museu fora estabelecido abrigou,

³¹⁴ O Museu Histórico Nacional, *Fon-Fon*, 21 de Outubro de 1922.

³¹⁵ *Idem*.

³¹⁶ *Idem*.

³¹⁷ *Idem*.

³¹⁸ O modelo da escultura da estátua equestre de D. Pedro II foi elaborado em 1866 com o objetivo de celebrar a vitória brasileira na Guerra do Paraguai. A imagem, contudo, foi recusada pelo próprio homenageado em manifestação pública e, atualmente, consta do acervo do Museu Histórico Nacional. Sobre a história deste monumento e suas relações temporais, conferir: KNAUSS, 2005.

até o início da República, o Arsenal de Guerra da Corte, função que talvez o tenha marcado mais profundamente, uma vez que neste espaço foram fabricadas e depositadas armas, munições e demais instrumentos bélicos. Após a transferência do Arsenal para outro local, o conjunto foi ainda suporte de uma série de órgãos, como a Real Academia Militar, o quartel do Terceiro Regimento de Cavalaria, criado pelo Marechal Hermes da Fonseca no governo de Afonso Pena, ou mesmo o Museu Militar.

Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), o edifício que abrigava o MHN não era um espaço homogêneo. Na verdade, ele foi constituído por várias edificações, as quais traziam histórias e lembranças muito particulares e que cumpriram diferentes papéis ao longo do tempo³¹⁹. O conjunto arquitetônico não estaria associado apenas a um determinado período, evento ou função, uma vez que seus diversos componentes prestaram serviços a setores diferenciados da sociedade. Não obstante os diversos papéis desempenhados, o caráter militar dos órgãos que ocuparam o prédio parece ter sido predominante, “e foi justamente este passado que norteou os primeiros 40 anos de vida do MHN, durante os quais Gustavo Barroso exaltou a história militar do país” (SANTOS, 2006: 51).

Por sua orientação militarista e de exaltação à nação, pela valorização do popular e do folclórico, bem como pela primazia dada aos objetos considerados autênticos, o Museu Histórico Nacional dos anos 1920 teria identidade com diversos museus militaristas encontrados na Europa - todos eles profundamente influenciados por uma perspectiva romântica. Entretanto, “em 1922, havendo menos de uma década do final da Primeira Guerra Mundial, não se justificava um museu militar” (TOSTES, 2003: 67), de tal forma que sua existência seria um indicativo das relações de poder que o tinham criado, especialmente relacionadas a intelectuais, como Gustavo Barroso, que, por intermédio da imprensa, pediram sua formação. Enquanto a Exposição Internacional direcionava *o olhar* para o futuro, o Museu

³¹⁹ O Governador Mem de Sá, por volta de 1567, iniciou a construção da Bateria de Santiago, conhecida como Ponta do Calabouço. A partir de 1603, essa bateria foi ampliada, tornando-se Fortaleza de Santiago e em 1693 passou a abrigar uma prisão para escravos. Em 1792, Gomes Freire de Andrade ordenou a construção da Casa do Trem destinada à guarda do armamento das tropas enviadas por Portugal para proteção. Neste prédio instalou-se uma fundição e abrigou -se a Real Academia Militar, que deu origem ao ensino militar e de engenharia no Brasil. Em 1764, foi construído o Arsenal de Guerra. No século XIX, a localização tornou-se inadequada e, com a transferência do Arsenal para a Ponta do Caju, os prédios perderam suas funções originais. O complexo arquitetônico formado pelo Forte de Santiago, pela Casa do Trem e pelo Arsenal de Guerra passou por reformas devido à decisão governamental de conservar a edificação e transformá-la no “Grande Palácio das Indústrias”. O Museu Histórico Nacional ocupou inicialmente duas pequenas galerias na Casa do Trem.CF: SANTOS, 2006. TOSTES, 2003. TOSTES, 2014. BEZERRA; JOÃO; LENZI, 2016.

convocava a nação a *pousar os olhos* sobre o passado, por meio de suas “peças históricas de notável valor”³²⁰.

³²⁰ Do conjunto das construções que faziam parte da Exposição, alguns pavilhões foram incorporados ao ambiente da cidade, outros destruídos ou reconduzidos aos seus países de origem. A Exposição Internacional do Centenário da Independência terminou em 07 de setembro de 1923 e, conforme a Imprensa da época, recebeu 3 milhões de visitantes e mobilizou um grande esforço das autoridades (LIVRO DE OURO, 1923: 07).

CAPÍTULO II

CARTOGRAFIAS DO VESTUÁRIO: O LIVRO UNIFORMES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Como parte das atividades do Centenário da Independência, o ministro Pandiá Calógeras encarregou Gustavo Barroso da organização de um álbum para o Ministério da Guerra, onde fossem reconstituídos todos os uniformes utilizados pelo Exército. O ministro teria escolhido Barroso por saber “do cuidado e da honestidade com que estudara o histórico dos Dragões da Independência”³²¹, iniciativa que seria suficiente para se “avaliar o critério com que João do Norte encara as reconstituições históricas”³²². O livro foi impresso em Paris e veio a público como edição oficial do Ministério da Guerra em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Com desenhos, aquarelas e documentos de José Wash Rodrigues e texto organizado por Barroso, a obra foi dedicada ao ministro Pandiá Calógeras.

Dividido em três partes, o livro apresenta 223 estampas elaboradas por Wash Rodrigues, minuciosamente descritas ao longo do texto, de forma a contemplar a “evolução” dos fardamentos ao longo da história³²³. A primeira parte é intitulada “História da Organização do Exército e de seus Uniformes” e está ordenada em oito capítulos, que contemplam a organização política do Brasil, desde a Colônia à República. O último capítulo é dedicado ao estudo da Guarda Nacional - sua história e sua indumentária. Trata-se de uma transcrição pontilhista das alterações da indumentária militar, apresentada como uma sucessão ininterrupta e, de certa forma homogênea, de variações.

A segunda parte apresenta um catálogo com a documentação geral da obra, listando tanto as fontes bibliográficas, quanto as documentais. Os documentos estão dispostos como fontes escritas, iconográficas e peças de indumentária. Há uma preocupação quanto à identificação dos arquivos e acervos pessoais utilizados para consulta. A terceira parte divulga, por fim, o índice geral das estampas, organizado em “Período Colonial”, “Primeiro e Segundo Reinado”,

³²¹ Vamos ter finalmente o Museu Histórico. *A Pátria*, 17 de agosto de 1922.

³²² Idem.

³²³ “Uniformes do Exército Brasileiro” figura como uma referência clássica neste campo de estudos. Conforme Adilson José de Almeida, “além de iniciativas pontuais, o que predomina, de fato, no estudo dos uniformes militares é a produção de Gustavo Barroso e Wash Rodrigues. Na verdade, não se pode afirmar que com eles se consolidou um campo de estudos. Os títulos são poucos ainda, mas não podemos deixar de apontar o fato de que as publicações mais expressivas a respeito dos uniformes do Exército, até hoje, é da lavra destes dois autores” (ALMEIDA, 1998: 18).

“República” e “Guarda Nacional”. A obra, em seu conjunto, elabora uma narrativa da história militar do Brasil por meio dos uniformes do Exército, descrevendo a formação dos primeiros corpos e regimentos, assim como a fundação das primeiras fábricas de armamentos no país.

Há uma descrição das formas de recrutamento, acompanhada por uma exposição acerca da origem social e étnica dos milicianos, com a identificação dos requisitos necessários para as funções consideradas superiores. A análise da indumentária contempla cores, recortes, formatos, adereços, bordados e tecidos - além de preços e origem dos elementos que compunham o vestuário e os utensílios inerentes ao exercício de cada arma. A influência da moda civil nos uniformes militares é mencionada, com destaque para as interferências estrangeiras no fardamento nacional, notadamente a inglesa e a francesa. Evidencia-se, em um primeiro momento, a defesa de uma suposta tradição dos trajes militares e, ao final, um lamento acerca das modificações empreendidas ao longo do tempo, responsáveis pela perda de emblemas e símbolos “exclusivamente nossos”³²⁴.

Os uniformes evocariam a presença do passado e, essencialmente, a figura dos *grandes homens* que os vestiram. Personagens que, desde o período primordial de criação da nação, figurariam como os seus grandes artífices. A defesa da tradição, materializada nos emblemas e símbolos, seria um artifício capaz de assegurar que, aos feitos monumentais do passado, se seguiria um presente igualmente monumental. Os atores do presente, ao *vestirem* os uniformes do passado, *representariam* seus antepassados e se *identificariam* com eles, pois seriam dotados da capacidade de atualizar os *grandes acontecimentos*. A medida em que narra a evolução da indumentária, Barroso narra a história de um povo - suas táticas, suas batalhas, sua coragem e, fundamentalmente, sua tradição.

A história da indumentária portuguesa é recuperada de forma a elucidar aspectos pouco documentados da história nacional e, por meio de decretos portugueses, procura-se reconstituir os trajes utilizados na Colônia³²⁵. As lacunas acerca dos primeiros momentos da

³²⁴ BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, 1730-1922. Aquarelas e documentação de J. Wash Rodrigues. Texto organizado por Gustavo Barroso. Publicação Oficial do Ministro da Guerra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Paris: Ferroud, F. Ferroud, 1922: 68.

³²⁵ As primeiras referências concretas a uma unidade indumentária nas Forças Armadas portuguesas teriam surgido em 1740, na obra *A Milícia Prática*, de Bento Coelho, ilustrada com representações dos fardamentos. Contudo, esses apresentariam um estilo bastante próximo às modas militares francesas, demonstrando sua influência sobre a corte portuguesa de D. João V (COELHO, 1998: 230). Segundo Daniel Roche, a origem do uniforme seria recente. O vocábulo e a indumentária teriam menos de três séculos. A Guerra dos Trinta Anos representaria um passo decisivo neste processo, pois ela teria envolvido uma mobilização maior e mais duradoura de homens, mantidos em permanente estado de prontidão e os teria levado do Norte para o Sul da Europa, confrontando-os além das religiões e das nações. Esta guerra tornaria essencial a adoção generalizada de uma sistematização dos signos distintivos. As mudanças seriam funcionais e responderiam à preocupações

“vida nacional”, todavia, permanecem. A primeira tropa regular brasileira teria sido composta por 600 voluntários que, em 1549, desembarcaram com o Governador Geral, Tomé de Souza, na Bahia. Sobre sua organização, assim como a dos soldados que combateram os franceses no Rio de Janeiro, pouco se saberia, de tal forma que “no século XVI, desde a divisão do Brasil em capitanias, por D. João III, até as invasões estrangeiras, não se conheceriam documentos seguros da nossa vida militar”³²⁶.

Quanto à indumentária, os documentos mais antigos sobre uniformes de soldados no Brasil estariam no Arquivo de Belo Horizonte, acervo que faria referência às duas Companhias de Dragões das Minas, “a primeira com canhões, véstias, forros amarelos, a segunda com eles vermelhos”³²⁷. A recuperação destas informações sugere a erudição do autor, cujo mérito estaria na capacidade de mobilizar fontes diversificadas e no conhecimento de incontáveis arquivos. Aptidões que o permitiram encontrar, em um “manuscrito grande, sem data, com ilustrações, do Arquivo Nacional”³²⁸, as bases para a confecção das estampas 4 a 12, datadas de 1767, essencialmente “porque tais uniformes correspondem pelo corte, cores e ornatos aos desse tempo”³²⁹.

O Regimento de Cavalaria do Exército, “o nosso corpo mais antigo”, criado em 13 de maio de 1808 pelo Príncipe Regente, teve como modelo o esquadrão de guarda dos vice-reis. As referências para a elaboração das estampas deste Regimento foram encontradas em um caderno de figurinos, “ingenuamente pintado”, datado de 1800 e conservado na Biblioteca Nacional. Os uniformes do porta-bandeira e do cabo de infantaria, por outro lado, foram reconstituídos com base em “painéis de azulejos de velha casa do Maranhão”³³⁰. Os azulejos também possibilitaram a reconstituição das indumentárias representadas na estampa 36, conservando “as mesmas cores e minúcias”.

Durante os governos de D. João VI e D. Pedro I, os decretos sobre uniformes seriam acompanhados por figurinos desenhados a mão, gravados em cobre ou aquarelados. Estes documentos deveriam estar nos arquivos, mas, “infelizmente, quase todos desapareceram.

táticas, como a necessidade de distinguir o inimigo e evitar erros. Portanto, o nascimento do uniforme, no século XVII, deve ser visto como parte da transformação social dos exércitos, quando os príncipes, pretendendo reduzir sua dependência à nobreza feudal, recorrem cada vez mais ao pagamento em dinheiro das tropas convocadas ou mercenárias. A palavra “soldado” guardaria a memória dessa fase de evolução social. A imposição do uniforme coincide com várias mudanças na sociedade do Antigo Regime: a consolidação da Monarquia Absoluta, o desenvolvimento de um Exército permanente e a generalização das armas de fogo (ROCHE, 2007: 228-230).

³²⁶ BARROSO, 1922: 05.

³²⁷ Idem, p. 08.

³²⁸ Idem.

³²⁹ Idem, p. 09.

³³⁰ Idem, p. 23.

Nos arquivos do Rio, de S. Paulo e na Biblioteca Nacional, restam os raros que se não perderam e muito serviram na confecção desta obra³³¹. A citação dos arquivos de consulta é recorrente ao longo de todo o texto, sobretudo na pesquisa realizada sobre o plano de uniformes de 1823, onde há numerosas informações sobre a composição das estampas. No Arquivo Nacional estaria o único figurino sobre a artilharia desse tempo. O alferes de Artilharia teria sido composto com base na “gravura de Debret, no pano de boca do teatro, pintado no Rio, e numa aquarela do Instituto Histórico de Pernambuco”³³².

Segundo Maraliz Christo, desde 1808, o Rio de Janeiro teria sido palco de festas civis e religiosas, visando integrar o povo aos eventos da corte. Aos aniversários de D. João VI e D. Pedro I, por exemplo, seguiu-se a divulgação de atos do governo e fundação de instituições, enriquecendo a imagem pública da corte (CHRISTO, 2009: 1150). Para as festividades pela indicação de D. Pedro I, Debret, como cenógrafo da corte, teria elaborado um novo pano de boca destinado ao teatro real. Por meio dele, o artista reforçaria a ideia da monarquia constitucional, da riqueza da terra, da união das três raças e a vinculação do novo país à civilização europeia. “Vivenciando diretamente a efervescência política do período, Debret teria se dedicado à confecção dos novos símbolos nacionais (bandeira, comendas, uniformes...), e às festividades para a coroação do novo imperador” (CHRISTO, 2009: 1151).

Ainda conforme Maraliz Christo, Debret teria produzido não apenas obras referentes aos acontecimentos da corte, mas também muitos desenhos e aquarelas sobre hábitos e costumes brasileiros, guiado pelo olhar de pintor de história. A *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* seria constantemente utilizada pelos historiadores brasileiros como fonte iconográfica pertinente ao estudo dos mais variados temas. Christo explica que, com raras exceções, as gravuras seriam tomadas como documentos visuais, sem subordinação à sua natureza específica. A produção de Debret, a exemplo de outros “artistas viajantes” do período, seria classificada como *iconografia* e sua condição de artista não seria levada em consideração, eclipsada pela de viajante. “A obra criada não seria vista como construção artística, mas registro de testemunha ocular” (CHRISTO, 2009: 1152). E seria, por meio desses registros do passado, que Barroso ambicionava reconstituir a história dos uniformes do exército brasileiro, lançando o seu olhar sobre o olhar do passado.

³³¹ Idem, p. 23-24.

³³² Idem, p. 31.

Graças às fontes pictóricas, seria possível restaurar, portanto, com “precisão e data”, as *imagens do passado* que perdemos. O emprego das estampas desvela o anseio por transmitir, o mais intensamente possível, o realismo do vestuário, desempenhando uma *encenação* dos gestos e do corpo. Tal como as “gravuras de moda”, as estampas sugeririam, ao mesmo tempo, utilidade e sonho, proporcionando uma idealização do *teatro de batalhas* por meio de seus *figurinos*. Enquanto artefato que veste e investe o soldado, a indumentária retratada designava função, situação e posição na hierarquia militar – contribuindo para a compreensão e a aceitação da própria hierarquia social. A possibilidade de reprodução do livro ampliava o acesso à visualidade do passado, até então disponível apenas a poucos iniciados, fomentando a imaginação e o *prazer dos olhos*³³³.

O êxito da investigação seria resultado, inclusive, de vasta pesquisa bibliográfica e, a este respeito, foi destacada a “obra admirável e indispensável” organizada por Luiz Pedro Lecor, em 1858, responsável por “esclarecer completamente a história da nossa indumentária militar”³³⁴. “Otimamente gravados e impressos”, os grandes álbuns de Lecor foram produzidos por ordem do governo com minuciosos desenhos coloridos de todos os uniformes do Exército em um “período de verdadeiro apogeu”³³⁵. Esta obra teria servido para documentar, “irrefragavelmente”, as estampas compreendidas entre os números 87 e 108³³⁶.

O decreto n. 1.729, de 11 de junho de 1894, por sua vez, “cortou ao meio a evolução natural do fardamento brasileiro”, modificando toda a indumentária nacional. Acompanhou o decreto um álbum de figurinos coloridos pelo desenhista e aquarelista tcheque Mucha, no qual “há uns dois pormenores errados”³³⁷. Para além da importância da correção histórica, Barroso sugere a supremacia das fontes visuais como vias de acesso ao passado. Há um contínuo apelo à imaginação histórica, mobilizado pela descrição heroica dos fatos e personagens da história nacional:

Em 1629, quando Mathias de Albuquerque chegou ao Recife, encontrou, para defender a capitania ameaçada pelos holandeses somente 130 homens, imagine-se que valor foi preciso tivessem os chefes a, afim de organizar tropas capazes de escrever aquela epopeia coroada pelas vitórias dos Guararapes. Nelas se distinguiram as celebres companhias de assalto. Como

³³³ Segundo Gilles Lipovetsky, “moda é uma prática dos prazeres, é prazer de agradar, de surpreender, de ofuscar. Prazer ocasionado pelo estímulo da mudança, a metamorfose das formas, de si e dos outros. A moda não é apenas marca de distinção social, é também atrativo, prazer dos olhos e da diferença” (LIPOVETSKY, 2014: 55).

³³⁴ BARROSO, 1922, p. 56.

³³⁵ Idem.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Idem, p. 69.

nessa campanha Henrique Dias se tivesse coberto de glória a frente de seu terço de pretos, durante mais ou menos dois séculos, existiu no Exército do Brasil uma formosa tradição: terços e, depois regimentos, em Pernambuco, na Bahia e no Rio, de caçadores a pé, das milícias com fardas brancas paramentadas de vermelho, compostos exclusivamente de negros - e intitulados Henriques. Essa tradição infelizmente desapareceu³³⁸.

O real e o imaginário estariam imbricados nesta história dos uniformes. Utilizando os recursos da ficção, Barroso manipulava realidade e aparência enquanto elaborava uma história narrativa acentuadamente descritiva. Tal como no romance, a condução da intriga se dava pelas sucessivas mudanças de roupa, que expressavam, por seu turno, as normas e os hábitos das sociedades pretéritas. O uniforme seria apresentado como um dos códigos de leitura social, ao mesmo tempo em que mobilizava os sentidos e a imaginação, por meio das exposições minuciosas de tecidos, signos e cores. O diálogo entre o texto e as imagens atuava sobre o leitor, convocando outras imagens, vistas ou simplesmente imaginadas, ajudando a construir sentidos, além de representações sobre aspectos relativos à identidade pessoal e coletiva.

Os textos que antecederiam as estampas seriam responsáveis por fazer com que o leitor produzisse imagens antes mesmo de vê-las, de tal forma que imagem e palavra pareciam se complementar. Nesse ponto, seria possível fazer uma aproximação entre a proposta do livro e alguns aspectos da produção do Oitocentos, marcada por uma estreita relação entre arte e história, que perpassava a natureza, a função e o método de ambas. Segundo Isis Castro, a disciplina histórica teria se inspirado no exemplo da pintura para legitimar a objetividade de sua narrativa, tomando a imagem como reflexo do passado. Ao mesmo tempo, os pintores teriam se apoderado “não só dos métodos de pesquisa da disciplina, mas também dos debates sobre concepção de história e a tarefa do historiador para definir a natureza de sua obra e de sua condição de pintor” (CASTRO, 2009: 48). Se os pintores do século XIX recorrem aos arquivos, Barroso, em movimento inverso, investiga as pinturas históricas para produzir a sua obra historiográfica.

Durante o século XIX, a consulta às fontes não seria uma opção, mas uma exigência, de tal forma que os pintores de história amparariam suas imagens em obras consagradas e documentos originais. Conforme Castro (2007), o artista precisava reunir dados sobre o fato a ser representado e, por essa razão, realizava observações *in loco*, arrolava a documentação e a bibliografia existentes sobre o assunto e, se possível, entrevistava testemunhas

³³⁸ Idem, p. 06.

contemporâneas ao evento. Os resumos históricos que acompanhavam as pinturas apresentavam a descrição dos quadros e, em algumas descrições, seus autores indicavam onde e como os artistas realizaram suas pesquisas e qual o material analisado (CASTRO, 2009: 35). Tais textos seriam parte integrante da pintura histórica, pois, ainda conforme Castro, eles as completavam, na medida em que conformavam o olhar do observador de acordo com a interpretação oficial da obra.

Postura semelhante pode ser observada no livro “Uniformes do Exército Brasileiro”, onde os textos elaborados por Barroso podem ser compreendidos como roteiros de leitura das estampas, responsáveis por *adequar* o olhar do leitor às representações projetadas. As imagens pareciam cuidadosamente selecionadas, de forma a parecerem “retratos fiéis” da indumentária pretérita, sem abertura para arroubos de criatividade. Haveria todo um *controle* sobre o que seria apresentado. A respeito dessas permanências do modelo oitocentista, Valéria Salgueiro afirmou não restar dúvida de que estava colocado no Brasil, nos primeiros anos da República, um “projeto de culto de virtudes e valores nacionais, e de releitura da história nacional herdada do IHGB, que em tudo favorecia a receptividade do governo federal e dos governos estaduais a uma produção artística de pintura histórica” (SALGUEIRO, 2002: 18). Algo que pode explicar a decisão do Ministério da Guerra em publicar o livro e entregar sua produção a Gustavo Barroso e Wasth Rodrigues, intelectuais que flertavam com o movimento neocolonial e suas buscas pela arte tradicional brasileira (KESSEL, 2002: 110-128).

Embora Pandiá Calógeras tenha publicado o livro, importa destacar que as pinturas históricas eram recebidas com descrédito durante os anos 1920 e 1930, período marcado pela redefinição do conceito de “arte brasileira”. Nesse momento, construía-se um sentido para a história da arte, no qual a genuína arte brasileira estaria associada à arquitetura barroca e à arte moderna. Isis Castro (2018) explica que, nesse contexto, a pintura de história era percebida como instrumento político do Império. Representante máxima do modelo acadêmico de ensino, a pintura histórica era taxada como um produto importado, desconectado da realidade brasileira, responsável por produzir símbolos e imagens fomentadores de uma identidade nacional e glorificadores do Estado Imperial. A Guerra do Paraguai, especialmente, teria servido de tema para a elaboração de cenas heroicas e de glorificação do Império – questão ainda delicada para a República nos anos 1920 (FAGUNDES, 2017).

As pinturas históricas constituem a principal marca da obra de José Wasth Rodrigues, embora sua produção iconográfica seja considerada bastante diversificada, marcada pela produção de pinturas a óleo, azulejos, aquarelas, desenhos a lápis e a bico de pena. Influenciado por Ricardo Severo, Wasth Rodrigues dedicou-se ao levantamento de informações sobre edificações ainda remanescentes da arquitetura colonial, elemento valorizado pelo movimento neocolonial brasileiro, do qual Severo era um dos idealizadores³³⁹. Em 1916, Rodrigues viajou pelo interior de Minas Gerais e realizou trabalhos em aquarelas e bicos-de-pena apresentando trechos da arquitetura colonial. Segundo Carlos Kessel (2002), tão importante quanto essas obras e excursões pioneiras, foi o interesse pela documentação metódica das antigas construções dos tempos coloniais³⁴⁰.

Além das viagens, Rodrigues recorreu aos desenhos e gravuras produzidos pelos artistas estrangeiros que integravam as expedições científicas durante a primeira metade do século XIX. As referências documentais variadas podem ser observadas em suas pesquisas sobre bandeiras, heráldica, mobiliário luso-brasileiro e, principalmente, acerca dos uniformes do exército brasileiro. Características que aproximam sua produção do fazer artístico do Oitocentos, quando as viagens ocupavam um lugar central no ofício devido à dimensão do *testemunho*. Segundo Isis Castro, afirmar que o artista *viu* os vestígios do passado e que, a partir deles, elaborou sua tela, garante mais legitimidade do que um conhecimento obtido por meio de cópias. O ato de ir até o local do evento invoca a dimensão da vivência. Assim, por meio das variadas fontes mobilizadas, Rodrigues conseguiria imprimir na tela a *cor local*, permitindo ao espectador experimentar aquele passado, graças ao seu exímio talento e pesquisa. Aptidões que teriam levado Barroso a escolhê-lo para acompanhá-lo na produção do livro “Uniformes do Exército Brasileiro”, cujas gravuras deveriam ser cuidadosamente analisadas por Barroso antes da publicação.

³³⁹ A trajetória do neocolonial no Brasil está intimamente ligada ao engenheiro português Ricardo Severo, que foi filiado ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e participou da criação da *Revista do Brasil*. Severo publicou vários artigos e conferências dedicados à arqueologia e à arquitetura. As conferências de maior destaque são aquelas que compõem o que Severo nomeia de Campanha de Arte Tradicional no Brasil, que teria influenciado o surgimento do movimento neocolonial. Esta linguagem arquitetônica caracterizou-se pela retomada dos elementos definidores da arquitetura colonial “brasileira” dos séculos XVIII e XIX, cujo objetivo era valorizar o passado arquitetônico, colocando-se como uma alternativa ao ecletismo que então predominava nas edificações. O neocolonial fazia parte, portanto, de um momento no qual já se valorizava a cultura nacional em detrimento da simples importação de linguagens arquitetônicas.

³⁴⁰ José Wasth Rodrigues também produziu retratos de personagens históricos como, por exemplo, o de João Ramalho e Martim Afonso de Souza. Pintou diversas “vistas” da cidade de São Paulo, com base em desenhos e aquarelas realizados por viajantes que estiveram no Brasil no século XIX. Criou muitos *ex-libris* e brasões, como o da cidade de São Paulo, em 1917. Destacou-se por suas publicações voltadas à documentação arquitetônica da construção civil e religiosa e obras sobre mobiliário antigo, indumentária e armas militares (KESSEL, 2002).

O *sucesso* das estampas somente seria possível se fossem apreendidas como um relato fiel do passado histórico, pois, assim, o observador as tomaria como real e estabeleceria uma relação de confiança com elas. Essas gravuras precisavam estar cercadas, portanto, de mecanismos de legitimação e de códigos que as conformavam com o real. Todavia, embora o espaço para a imaginação criativa fosse reduzido, seria possível identificá-la em certos traços dos modelos usados nas estampas, especialmente na gravura que representa a vestimenta do jagunço. Nessa imagem, sobressai o olhar grave e a aparência desalinhada, demonstrando que o jagunço não passara pelo processo preparatório dos demais soldados, de forma que sua postura corporal destoava dos modelos representados em todas as outras estampas. O jagunço seria aquele que não revelaria o *trabalho sobre o corpo*, tão caro à carreira militar³⁴¹.

A composição étnica e social dos regimentos seria abordada novamente na descrição sobre a formação dos terços da Bahia. Criado pelo General Manoel da C. Menezes, o I Regimento de Milícias, chamado de Úteis, cujos comandantes eram os governadores, seria composto por “gente de alto comércio”³⁴². Quanto ao uniforme, este seria “encarnado, paramentado de branco”. No II Regimento de Milícias, entraria “gente mais modesta”, taverneiros e operários, e a farda seria azul e amarela. Havia ainda o “regimento de pardos, para os mestiços com os galões e botões brancos, pluma azul-clara, de ponta rubra, fardamento azul-ferrete com golas, canhões, forros e bandas vermelhas e o correame branco”³⁴³. O regimento de Henriques, para os negros, vestiria “branco, enfeitado de vermelho”.

Nesta *cartografia do vestuário*, a indumentária revelava a hierarquia militar, estabelecendo os artefatos apropriados para cada indivíduo conforme seu *status* social, reproduzindo, portanto, um esquema classificatório³⁴⁴. Enquanto uma linguagem, a vestimenta seria a “maneira mais cômoda, mas também a mais importante e mais direta que o indivíduo poderia usar diariamente para se exprimir, para além da palavra” (LOMAZZI, 1982: 84).

³⁴¹ Conforme Paul Connerton, nós avaliamos se um código de prática corporal é reconhecido, ou, em contrapartida, verdadeiramente incorporado, sobretudo pelas impressões que formamos das pessoas através de sua presença e ações corporais. As impressões criadas pela conformação física e o porte corporal seriam as manifestações do indivíduo menos susceptíveis de modificação deliberada, sendo este o motivo por que consideramos que elas se identificam com a “natureza” habitual do indivíduo (CONNERTON, 1999: 103).

³⁴² BARROSO, 1922, p. 14.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ As Coordenadas Nocionais do vestuário, conforme Marshall Sahlins, demarcam noções básicas de tempo, lugar e pessoa como constituídos na ordem cultural, esquema classificatório reproduzido no vestuário. De tal forma que ao produzir um item do vestuário, produz-se “em primeiro lugar, tipos de tempo e de espaço que classificam situações ou atividades; em segundo lugar, tipos de status aos quais todas as pessoas pertencem” (SAHLINS, 2003: 180).

Os elementos decorativos da indumentária correspondiam a uma outra necessidade fundamental do homem, qual seja, “a de poder reconhecer a pessoa que se lhe deparava através de sinais inequívocos, de maneira a classificá-la em determinadas categorias, a que *a priori* pudesse corresponder um seu comportamento especial” (SIGURTÁ, 1982: 26). Ao primeiro olhar, portanto, seria possível presumir de um desconhecido, “a casta, a posição social, o próprio papel desempenhado no seio do grupo, até a profissão e a idade”³⁴⁵. Para Barroso, o valor destes objetos parecia repousar exatamente nesta pretensa aparência de distinção, característica de uma sociedade aristocrática, cujos valores foram exaltados em sua produção, assim como a virilidade e o poder de comandar.

A este respeito, “violento e curioso” seria o sistema de recrutamento na Colônia, pois “a certa hora, prendiam-se todos os homens que se encontravam na cidade. Depois, entre eles, as autoridades escolhiam os que deveriam assentar praça”³⁴⁶. Este sistema teria sido alterado por D. João VI, época em que o recrutamento seria feito por três formas: “o recruta a força, que servia 16 anos; o voluntário, que servia oito, e o semestreiro, filho do lavrador ou do ricaço, que servia seis meses no primeiro ano de praça e três em cada ano dos sete seguintes”³⁴⁷. Os milicianos, terminado seu tempo de serviço, deveriam conservar o uniforme e o armamento reunidos por tempo igual ao que tivessem passado nas fileiras, estando prontos para convocação e, “ao cabo de 25 anos, pertencia-lhes tudo o que lhes fornecera o governo”³⁴⁸.

O caráter “violento” do recrutamento traduzia o jogo de forças da sociedade colonial, marcado pela demonstração ostensiva de poder, por um lado, e pela passividade resignada, de outro. Após o recrutamento, a obediência e a disciplina constituíam virtudes fundamentais a serem desenvolvidas e, neste ponto, residiria a importância do uniforme, como espelho de adesão e submissão, contribuindo “para distanciar o civil do soldado e para fortalecer o caráter peculiar da sociedade marcial” (ROCHE, 2007: 240). O seu significado para a transformação dos hábitos seria fundamental, uma vez que o uniforme modelaria uma pessoa diferente, encarnando o *ethos* de uma sociedade militar, marcada pela distinção, razão pela qual ele deveria ser diferente da roupa civil. A *disciplina das aparências* seria, portanto, um elo na cadeia de elementos da constituição militar. A postura ereta e coordenada testemunharia um trabalho individual sobre o corpo que, associada a aquisição dos princípios de ordem rigorosos e coletivos, desenvolveria uma *estética*.

³⁴⁵ BARROSO, 1922: 27.

³⁴⁶ Idem, p. 15.

³⁴⁷ Idem, p. 20.

³⁴⁸ Idem, p. 20.

A este respeito, Paul Connerton ressalta a existência de um hábito incorporado nas práticas comportamentais que se manifestaria, especialmente, por meio do vestuário. As roupas informariam, às pessoas que as utilizavam, sobre o papel que deveriam desempenhar, lembrando as responsabilidades e os constrangimentos desse mesmo papel. O vestuário não se limitaria a transmitir mensagens, pois ele ajudaria também a *moldar* o comportamento, alterando, inclusive, a configuração e o movimento do corpo. Desta forma, “o vestuário tinha a função de dizer algo sobre a condição da pessoa que o usava e, o que é igualmente importante, de tornar essa informação habitual” (CONNERTON, 1999: 12).

A história do uniforme estaria, portanto, no cerne do encontro entre as aparências e a disciplina social, pois o sujeito que endossa a farda militar “é constrangido ao máximo limite da passividade (não pode obviamente introduzir modificações originais e pessoais) e ao máximo limite da identificação (na medida em que deve ser igual à fixada e comum aos militares seus utentes)” (LIVOLSI, 1982: 44). O desfile, enquanto demonstração pública de poder, contribuiria para o prestígio do uniforme, tornando-o facilmente reconhecível pela população e contribuindo para a máxima identificação entre o sujeito que o enverga e a personagem social.

Na aquisição do conhecimento da indumentária, uma ordem do mundo era transmitida, na qual a noção central era a de que ela ensinava as virtudes do controle, da ordem, da adaptação do indivíduo a seu meio, idade, *status* e sexo. Ordem que Barroso desejava transmitir, por meio dos seus estudos e, sobretudo, *incorporar*. Tal como o guerreiro aristocrático, cujos hábitos demonstravam um trabalho meticuloso sobre a vontade, Barroso ostentava o saber como um atestado de pertencimento, inacessível à grande maioria, tornando-se sua *marca de distinção*.

O traje militar possuiria uma função substancial no recrutamento e, embora seu atrativo parecesse superficial em um primeiro momento, porque simbolizava poder, ele pesaria na decisão de se alistar. O uniforme auxiliaria a diferenciar armas e unidades de acordo com uma hierarquia e, importa destacar, representaria importante benesse oferecida aos recrutas. Os responsáveis pelo recrutamento teriam consciência do impacto destes benefícios, de forma que os expressavam nos informes de recrutamento e os ostentavam nos desfiles e manobras, conforme Daniel Roche (2007: 240). Evidentemente, não seria somente a farda que atrairia o recruta. Contudo, seria inegável sua influência na difusão de determinados hábitos de vestuário e de comportamento, que teriam se difundido no Brasil na medida em que o Exército se institucionalizava.

A este respeito, o governo de D. João VI seria caracterizado por maior interesse pela organização militar do Brasil, datando deste período a instituição da Real Academia Militar e a inauguração da Fábrica de Armas da Fortaleza de Santa Cruz. A instalação de várias fábricas de espingardas em Minas Gerais e a organização das divisões desta província configurariam, igualmente, importantes realizações. Quanto aos Regimentos, foram criados “pedestres, dragões, pretos, pardos, polícias e milícias na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Ceará, Mariana e Ouro Preto, e a fundação do regimento dos guaranis, composto de índios nas Missões”³⁴⁹.

A diversidade étnica e social dos Regimentos formaria, na visão de seus idealizadores, um retrato heterogêneo que contrastava com o anseio por unidade, aspiração daqueles mais afeitos ao aspecto estético das formações. A padronização que se ambicionava, sob este ponto de vista, poderia ser alcançada por meio do uniforme, que criaria uma moldura estética de similaridade e de obediência. Contudo, as mudanças observadas nos regulamentos e decretos, nos quais se especificavam variações de forma e cor, assim como diversidade de signos militares, demonstram a parcialidade desta intenção de uniformidade. Símbolo de igualdade na desigualdade, o uniforme seria importante marca social e discriminatória, refletindo tanto o desejo por distinção, quanto por consenso. O sucesso do uniforme dependeria, em última instância, de sua importância nas *representações coletivas*.

Lars Svendsen, em sua investigação sobre o discurso da moda, esclarece a importância do vestir para a formação da identidade, uma vez que indumentária não apenas protege e adorna o corpo, mas sobretudo constitui a parte mais visível do sujeito (SVENDSEN, 2010: 12). A vestimenta apresenta o sujeito e, não raro, fala por ele, e, ao fazê-lo, acaba por constituí-lo, traduzindo estados de espírito e mesmo identidades pessoais e coletivas. Por esta razão, Lurie explica que as roupas constituem o vocabulário visual de nossa sociedade, pois, em sua linguagem, elas possuem uma gramática própria e *demarcam fronteiras* (LURIE, 1997). Dessa forma, a necessidade de estar inserido em um grupo social colocaria o indivíduo sob o efeito de coerções, delimitações e regras bem marcadas, que, por sua vez, o conectaria a uma identidade. No caso específico dos militares, estas coerções e este trabalho de produção de identidade seriam levados ao extremo, encontrando no “Livro dos Uniformes” um *espelho* de identificação.

³⁴⁹ BARROSO, 1922: 20.

As roupas constituem a base material da moda, segundo Roland Barthes, ao passo que ela própria é um sistema de significados culturais e, importa ressaltar, o uniforme militar também participa deste sistema, como um elemento de um sistema complexo, cujos componentes específicos - roupas, armas e acessórios - sofrem modificações sucessivas. A evolução desta indumentária, não raro, depende de mudanças nos hábitos da sociedade civil e, neste aspecto, podem ser destacadas as modificações operadas durante o Segundo Reinado³⁵⁰. Devido à Guerra Farroupilha, “os usos gaúchos influenciaram grandemente as fardas do Exército, tanto assim que o governo imperial foi obrigado a regulamentar o uso das túnicas de cores vivas, nos corpos montados do Rio Grande”³⁵¹. A estampa 86 representa o uso dessas túnicas, o 2º Regimento de Cavalaria “andava com blusa vermelha, gola, vivos e canhões azuis ferrete fantasia tomada aos republicanos de Piratini e que Garibaldi levou para o seus denodados voluntários”³⁵².

O ornamental resultaria, assim, da construção coletiva dos uniformes, colocando em questão, conforme Dorfles, o mito da funcionalidade do vestuário: “só em parte pode ser aceite que, como se sabe, é muito menor a importância do fato como elemento que sirva para cobrir algo, do que o é como fonte de prestígio e de *status symbol*” (DORFLES, 1982: 71). Na verdade, para Barroso, o valor da indumentária militar estaria exatamente nos detalhes de cada peça e na harmonia do conjunto, cujo *efeito visual* importava, não raro, mais que a funcionalidade. Por esta razão, há um esforço de reconstrução do detalhe, onde a minúcia convida às origens dos adereços e, nesta procura pelos rastros do passado, Barroso vasculha e desvenda os seus vestígios. Ao traçar o percurso de cada peça, nesta escrita pontilhista da história, Barroso cataloga as *imagens do passado*.

O “corpo de saúde”, por exemplo, seria representado em uma estampa, com destaque para a indumentária dos médicos, que possuía “espadim e uma canana como instrumentos cirúrgicos de urgência”. Em 1825, o Imperador teria regularizado os distintivos dos capelães e, em 1858, estes teriam recebido “fardamento preto, com vivos e banda roxos, de borlas de ouro para os

³⁵⁰ Este sistema, apesar de toda a sua complexidade e impraticabilidade, era viável no Brasil, e no resto do mundo, em um momento em que a fabricação de roupas era totalmente artesanal: não havia produção em larga escala, de forma que o alto preço das roupas era um problema insolúvel com o qual se convivia. A maior ou menor quantidade de detalhes não aumentaria desmesuradamente os já elevados custos de fabricação. Essas despesas não impossibilitavam o funcionamento normal dos Exércitos, na medida em que, na maioria das vezes, a administração da aquisição era descentralizada e a não “uniformidade” dos uniformes não era só compreensível, como até aceitável dentro da conjuntura da época. CASTRO, Adler Homero Fonseca. Uniformes da Guerra do Paraguai. In <<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/guerradoparaguai/artigos>> . Acesso em 03 de outubro de 2018.

³⁵¹ BARROSO, 1922: 56.

³⁵² Idem.

capitães, de prata para os tenentes e de retrós preto para os alferes”³⁵³. Os músicos, cujos uniformes eram, segundo o “costume do tempo”, de “pura fantasia”, foram representados na estampa 61. Tradição oriunda da “pompa dos exércitos napoleônicos”, até aproximadamente 1855, “cada batalhão fardava sua música de acordo com o plano que o comandante arranjava e submetia à aprovação do ministro, sobretudo, de acordo com os recursos da caixa militar”³⁵⁴.

Não raro, havia diferenças significativas nas fardas, mesmo dentro de uma mesma unidade, como entre as roupas dos oficiais, de maior riqueza e qualidade, e a dos soldados, mais simples. Contudo, outras disparidades mais expressivas poderiam ser encontradas entre os membros das bandas de música, que usavam espadas curtas com decorações alusivas à música e trajes com cores bem diferentes do restante da tropa. Os mestres das bandas, verdadeiros “generais da banda”, ostentavam roupas pomposamente adornadas, por exemplo. A guarda das bandeiras nos batalhões de infantaria, formada por um cabo (escolhido entre os que possuíam maior tempo de serviço) de cada uma das companhias do batalhão, possuía autorização para vestir um uniforme mais elaborado, com um chapéu de pele e um avental de couro. Estes homens portavam um machado cerimonial e, por essa razão, eram identificados como “porta-machados” e obrigados a usar barbas longas e espessas.

Tradicionalmente, os machadeiros eram barbados e, “quando não tinham barbas naturais, usavam-nas postiças”. Entretanto, após a campanha paraguaia, este “ornato” teria “diminuído de tamanho”³⁵⁵. O uso da barba seria uma obrigação legal entre os machadeiros e a justificativa para sua ostentação era a de que servia para dar aos soldados uma aparência mais “feroz”. Havia, dessa forma, uma motivação “psicológica” no emprego de determinados elementos na indumentária militar. Existia, por exemplo, a compreensão de que as franjas das dragonas davam uma aparência de ombros mais largos e, portanto, de mais força ao soldado. As barretinas altas, com plumas, teriam a função de dar ao soldado uma aparência de maior altura, o mesmo acontecendo com as bandoleiras brancas cruzadas no peito, usadas pelos granadeiros. As cores fortes e os acessórios das fardas muitas vezes tinham origens práticas, como as dragonas, que teriam surgido para proteger os ombros de golpes de espada. Todavia, estes elementos logo adquiriram funções que excediam esse aspecto utilitário.

³⁵³ BARROSO, 1922: 57.

³⁵⁴ Idem, p. 44.

³⁵⁵ Idem, p. 64.

O ornamental, enquanto elemento de diferenciação social e sexual das aparências, atrairia a atenção e fortaleceria a autoestima, *distinguindo*, mas de modo diferente, de acordo com motivações e impulsos. O adorno seria, conforme Daniel Roche, “particularmente poderoso como expressão de motivação sexual; ele serviria para despertar o desejo. Para o psicanalista, seria o sonhado terreno de caça na busca por símbolos fálicos, quando a moda oferece a possibilidade de frutuosas leituras simbólicas” (ROCHE, 2007: 49). Quanto à linguagem da roupa, Sigurtá explica que a masculina foi sempre e acima de tudo simbólica, pois, de forma distinta da feminina, haveria uma concentração do apelo no órgão genital. “Na impossibilidade de recorrer à exibição específica, porque é exatamente demasiado direta, se refugia no símbolo. Recordemos a espada que desde o fim do século XVIII se tornou absolutamente simbólica na sua frivolidade e fragilidade” (SIGURTÁ, 1982: 25).

Desta forma, tanto os armamentos e seus formatos, quanto os recortes do vestuário e seus acentos sobre partes do corpo, exaltavam a virilidade, como emblema supremo do *universo militar*. Até mesmo os tecidos participavam desta figuração, pois, conforme Marshall Sahlins, qualquer pedaço de fazenda poderia ser sexualizado simplesmente ao cortá-lo em uma forma precisa e, especialmente porque haveria uma correspondência entre sujeito e objeto, resvalando em uma identidade de essências, “de modo que a seda feminina e as mulheres são ‘sedosas’. ‘Fina como a seda’, ‘macia como a seda’, essa fazenda se define, por um lado, em oposição à masculinidade da lã e, por outro, à inferioridade do algodão” (SAHLINS, 2003: 195).

Nessa perspectiva, o tecido é um fato social total, “ao mesmo tempo material e conceitual, que, sem costura, entrelaça o significado espacial do sexo com o significado sexual do espaço” (SAHLINS, 2003: 195). Haveria na indumentária, portanto, vários níveis de produção semântica, de forma que toda a vestimenta seria uma manifestação, desenvolvida a partir da combinação específica de partes dos trajés³⁵⁶. Estes distintivos, ao *promoverem* a masculinidade, amenizavam “os receios que sempre minaram a segurança do macho, o da

³⁵⁶ Marshall Sahlins explica que a moda primavera e outono são marcadas por cores concebidas para repetir as do ciclo da vegetação. Um tratamento similar poderia ser aplicado à classe, sexo e grupo etário da roupa. Todas essas categorias sociais teriam marcas determinadas e variações características no nível do objeto. Linhas seriam uma referência às curvas femininas, ao passo que a reta inflexível seria uma identidade masculina. Linha horizontal denotaria passividade e harmonia, a vertical, por sua vez, postura, equilíbrio, austeridade, dignidade, integridade e exaltação. A ideia central do autor é de que o mundo social é comumente representado pelo chamado objetivo, o que precisamente pode ser figurativo, funciona como ideia. Consequentemente, quando chega a hora de manufaturar um produto, em um conjunto de roupas que objetifica a relação reto/curvo e masculino/feminino, nenhum privilégio pode ser dado à atribuição de gênero à forma. A correspondência já existe completa, antes e fora daquele momento. (SAHLINS, 2003: 182-195).

perda da sua superioridade, da sua potência e afinal da sua virilidade, foi sempre o mais forte” (SIGURTÁ, 1982: 33).

Cercar-se, portanto, de elementos que atestavam a supremacia de seu lugar no mundo estaria no cerne desta luta contra o desamparo, impulso que Barroso parecia compartilhar, pois fortemente *reforçados* ao longo de sua trajetória, como resíduos de valores nobiliárquicos a que ele assentia. Há nesta obra uma exaltação do viril. Embora o uniforme se *cerque* de prestígio³⁵⁷, somente durante a guerra seria possível testar suas qualidades, ou seja, sua funcionalidade e sua resistência às incertezas do tempo, do uso e da inadaptação. A este respeito, a Guerra do Paraguai representaria um divisor de águas, uma vez que o conflito teria obrigado o governo a fazer completa modificação na organização das tropas e, talvez, maior ainda nos seus uniformes. As características climáticas, assim como as condições de luta, obrigavam os generais a “andarem de poncho, de pala, de botas fortes, de espadas próprias para os entreveres e mesmo alguns, como Osório e Câmara, de lança”³⁵⁸. A este respeito, Barroso destaca que muitos oficiais superiores e subalternos também teriam adotado a lança, embora seu uso fosse incomum nesta época, o que configurava uma “uniformização à gaúcha”. Fator de coesão nacional, uma vez que o próprio Imperador ditava a moda, os fardamentos seriam, ao mesmo tempo, mecanismos de reconhecimento e signos dos poderes sociais.

Durante a Guerra do Paraguai teria sido sentida, “de modo definitivo, a influência francesa, que já se acentuava na pomposa indumentária de 1850 e 1860”³⁵⁹. A duração do conflito, assim como as dificuldades de fornecimentos regulares de armamentos, equipamentos e fardamentos, fez com que os soldados “andassem descalços, de alpercatas ou de coturnos, de chapéu de feltro ou de pano, de gorro, de quepe, com capa branca ou sem ela”³⁶⁰. Nesta

³⁵⁷ O século XIX teria representado, no caso dos homens, uma completa mudança de direção, que teria início com a adoção das calças e do casaco, de um certo asseio e rigidez, de uma austeridade na forma, no tecido e na cor. O preto teria triunfado e uma sociedade masculina, e sem cor, se vestiria de forma a proclamar seu apego à noções de decência, correção, esforço, prudência e seriedade. O hábito de se vestir com rigor e sobriedade, adotado por boa parte da burguesia, representou o “triunfo” do uniforme militar, em uma época quando os militares seriam os únicos homens a explorar o impacto das roupas coloridas e ornamentais (ALBERONI, 1982: 52). Segundo Sérgio Veludo, o ideário liberal influenciou a sociedade portuguesa, incluindo o Exército e seus uniformes. A aparência discreta do soldado português, em tons de azul ou castanho, foi progressivamente enriquecida com novos recortes e adornos, típicos do período romântico, sendo o plano de uniformes de 1834 o corolário destas novas tendências (COELHO: 1998: 05).

³⁵⁸ BARROSO, 1922: 61.

³⁵⁹ Idem, p. 60.

³⁶⁰ No Brasil, onde os efetivos mobilizados para a guerra foram aparentemente mais limitados, quando vistos em relação à população muito maior do país, as Forças Armadas, compostas ao longo dos cinco anos do conflito por mais de 130.000 homens, implicaram no recrutamento de perto de 6% da população masculina adulta livre do país. A força enviada para o Paraguai não incluiu os grandes contingentes da Guarda Nacional mobilizados para

época, “o chapéu distinguia o 2º Corpo de Exército, do Comando do Tenente-General Conde de Porto Alegre, e o quepe, o 1º comandado por Osório”. Contudo, tais informações seriam questionáveis, uma vez que foram baseadas em depoimentos de veteranos, haja vista que não haveria, a esse respeito, “documentos de outra ordem”. De acordo com “idênticas informações”, o fundo das capas brancas do quepe tinha cores diversas, em variadas disposições, “servindo para diferenciar uns dos outros os batalhões de voluntários e de linha”³⁶¹.

O chapéu indicaria, neste caso, mais que um ornamento, seu uso revelaria uma diferenciação social e sexual das aparências, atraindo a atenção e fortalecendo a autoestima. Não obstante o seu valor simbólico, o uniforme possuiria também valor mercantil e valor de uso, balizados por noções de utilidade e de inutilidade, organizadas em torno de três temas principais - proteção, decoração e diferenciação. Uma coisa seriam os decretos que descreveriam e regulamentariam os uniformes nos mínimos detalhes, outra seria a realidade do cotidiano, em que a aplicação dos textos esbarraria constantemente nas necessidades práticas. De tal forma que o uniforme em tempos de paz seria um e durante as vicissitudes das campanhas, com os muitos imponderáveis da vida real, seria outro. No papel, o uniforme funcionaria. Entretanto, durante a guerra, ele variaria conforme os recursos e a disciplina, de tal forma que, durante a Guerra do Paraguai, devido ao pequeno efetivo do Exército, “o grosso das tropas que participaram da pugna era composto de cavalaria provisória, guarda nacional e voluntários da pátria”. Para estes, não teria existido um plano definitivo de fardamento³⁶².

O decreto “minucioso” de 7 de agosto de 1852 teria colocado fim às “irregularidades e confusões de nossos uniformes” e constituiria a “melhor fonte oficial de informações acerca das fardas do segundo império”. Por meio dele, seriam aproveitados, quanto possível, “os fardamentos existentes, tanto *por economia como por tradição*”³⁶³. Até 1860, nossa indumentária militar teria atingido o “máximo de seu *splendor*”, o que “não deixava de ser

suprir as necessidades de defesa e policiamento interno do país, uma vez que praticamente todo o exército e forças policiais foram enviadas para o Paraguai. Essa questão do tamanho dos exércitos seria fundamental para se entender o problema dos uniformes usados pelos beligerantes na Guerra do Paraguai: era necessário vestir – e manter vestido – um número imenso de homens, afastados milhares de quilômetros da origem do suprimento dos uniformes, na Corte e em Porto Alegre (CASTRO, 2017: 74-88).

³⁶¹ BARROSO, 1922: 60.

³⁶² Idem, p. 61. A diferenciação entre Exército e Guarda Nacional não era realizada por nenhuma cor privativa, peça de roupa própria ou outro elemento qualquer de indumentária. Na Guarda Nacional, “a ausência de um texto minucioso com a descrição do uniforme possibilitava ao indivíduo alistado conceber alternativas para a composição de sua própria indumentária”. Os guardas nacionais modificaram elementos estabelecidos oficialmente e introduziram outros não previstos na legislação inicial elaborada para a milícia (ALMEIDA, 1998: 99-104).

³⁶³ BARROSO, 1922: 64.

resultado da influência que exerciam sobre o mundo as pomposas paradas e os soberbos *carrousels* da França de Napoleão III³⁶⁴. Desde a Guerra do Paraguai, até 1883, os uniformes nacionais não seriam profundamente modificados, todavia, após esta data, teriam começado a “decair de seu antigo esplendor e a *perder, dia a dia, suas mais belas tradições*, que ainda o plano de 1890 manteve em certas minúcias, mas que quase totalmente se acabaram, posteriormente a transformação de 1894”³⁶⁵.

O decreto n. 1.729, de 11 de junho de 1894, teria alterado profundamente o fardamento brasileiro, “*estragando todas as nossas tradições*”. Por meio deste decreto, teria nascido “a horrível calça garance e o dólmã da cavalaria ligeira europeia, imposto a todos os nossos militares a pé ou a cavalo, com a agravante de haverem copiado o modelo português, derivado do inglês e *o mais feio de todos!*”³⁶⁶. Os oficiais gerais adotariam, novamente, bordados no peito e nas mangas, como os de 1823, e os oficiais teriam, no quepe, pequena peça de metal, “erradamente denominada tope, horrível erro de cópia das bolas de lã com as cores nacionais nos shakos franceses”³⁶⁷.

Há, em Barroso, certa recusa da inovação em benefício da tradição. A legitimidade do legado ancestral e a valorização da continuidade desvelam o anseio pela imobilidade dos hábitos e dos usos. A repetição dos modelos herdados do passado derivaria de um desejo de permanência temporal vivenciado em uma relação mais mítica que real com o passado. Inspirando-se nas supostas tradições enraizadas no Exército, Barroso sugeria a conservação das maneiras de ser e de parecer, como essenciais à supremacia militar e, fundamentalmente, por lembrarem uma época que Barroso considerava como superior ao seu próprio tempo. As modificações colocariam em risco o equilíbrio do conjunto, testado e reconhecido pelas *façanhas* orquestradas durante um período de “verdadeiro apogeu” que a República deveria dar continuidade. Ao rejeitar a mudança, a novidade e a obsolescência do passado, Barroso recusa, em última instância, a própria moda e seus valores, uma vez que ela “instituiu uma ruptura radical na ordem do tempo legítimo substituindo a referência do passado pela do presente” (LIPOVETSKY, 2014: 23).

A novidade comprometia a indumentária nacional, de tal forma que, “em nossa tropa, haveria duas evoluções de fardamento, perfeitamente distintas”, uma seria “histórica, coerente, lógica, inconfundivelmente nacional, tradicionalista, nascida no reinado de D. João VI e morta pelo

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Idem, p. 69.

³⁶⁷ Idem.

reinado da calça encarnada, mal copiada da França, em 1894”³⁶⁸. A outra, “moderna”, seria “absolutamente sem base no espírito nacional, mais ou menos esdrúxula, feita de cópias do estrangeiro - calças francesas, laço das mangas húngaros de origem e italianos de estilização, boné americano, capacetes prussianos ou coloniais ingleses”³⁶⁹.

Das alterações realizadas em 1894, somente teria se conservado a “pior” - “a calça garance”. Da “velha tradição” militar brasileira restaria apenas o “penacho negro em certos corpos de artilharia, os vivos brancos da cavalaria, as dragonas de escamas em relevo, as borlas dos fiadores de grande gala, alguns distintivos de metal como o Castelo e a esfera armilar”³⁷⁰. A estampa 206 apresenta, com “grande gala”, o boné americano de capa branca e penacho, usado na parada de 7 de setembro de 1917, “o que somente a mais profunda e lamentável ignorância da indumentária militar poderia permitir, pois *vai de encontro a todas as regras e tradições*, ao mais corriqueiro sentimento de estética e a própria forma da cobertura em questão”³⁷¹.

Desse ponto de vista, a indumentária militar deveria ser mantida no presente, tal qual fosse “recebida” ou “herdada” do passado, devendo-se limitar ao mínimo necessário toda e qualquer intervenção. O objetivo era permitir que os uniformes *testemunhassem* em seu aspecto a passagem do tempo, a sua *antiguidade*, ou seja, a ênfase estava mais nos aspectos de singularidade e permanência do que nos aspectos de aplicabilidade e funcionalidade. Percebida como um meio de restabelecer os vínculos com a tradição, a indumentária é avaliada pelos critérios de autenticidade/inautenticidade, onde o nacional e autêntico é definido por oposição ao não-nacional e inautêntico.

A esse respeito, importa verificar o estudo sobre sinceridade e autenticidade elaborado por Lionel Trilling³⁷², onde o autor explica que o termo sinceridade somente apareceu em língua inglesa no primeiro terço do século XVI, consideravelmente depois de seu surgimento no francês. Segundo Trilling, um étimo antigo e “meramente fantasioso, sine cera (sem cera), dizia respeito a objetos de arte que não eram remendados e que passavam como uma coisa só, o que nos recorda de que a palavra não se referia inicialmente a pessoas, mas a coisas, tanto as

³⁶⁸ Idem, p. 71.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Idem, p. 72.

³⁷² Apesar de “sinceridade” e “autenticidade” serem usados muitas vezes como vocábulos sinônimos, Lionel Trilling (2014) descreve diferenças semânticas consideráveis que dizem respeito ao modo de se relacionar consigo e com o outro. Pode-se traçar também uma sucessão histórica, na qual é possível averiguar que o termo “sinceridade” é muito usado entre os séculos XVI e XVIII, sendo sucedido por “autenticidade”, que passa a designar ideais morais típicos da modernidade.

materiais quanto as imateriais” (TRILLING, 2014: 23-24). O termo era aplicado para afirmar que determinado objeto não fora adulterado ou desvirtuado, ou ainda, que não havia sido falsificado ou corrompido. A sinceridade atravessaria, portanto, a noção de tradição, conforme Gustavo Barroso.

Para Barroso era fundamental que se pudesse atestar a *sinceridade* dos objetos, pois importava a transmissão “inocorrível” do legado de uma geração à outra, assegurando a permanência em detrimento da transitoriedade. Enquanto parte orgânica do passado, a indumentária militar, na medida em que fosse contemplada, permitiria que se estabelecesse por seu intermédio uma relação de continuidade com o passado. A valorização da aparência seria componente importante desse ideal de sinceridade, em grande medida balizada pela noção de autenticidade. Ainda segundo Trilling, o uso do termo autenticidade, quando empregado como referência à existência humana, advém dos museus: “onde os especialistas verificam se objetos artísticos são de fato o que parecem ou dizem ser e, portanto, valem o quanto é por eles pedido - ou então, caso o valor já tenha sido pago, se de fato valem a admiração que lhes é dedicada” (TRILLING, 2014: 107).

O valor dos uniformes do exército brasileiro estaria relacionado, expressamente, à congruência com o passado. Conformidade que fora “ameaçada durante a guerra europeia”, quanto os oficiais brasileiros, em comissão no estrangeiro, teriam usado, “por tolerância”, calções e blusa de flanela cáqui, tendo essa a gola deitada, à inglesa, com gravata. “A influência da guerra sobre o nosso fardamento não ficou somente nisso. Dela decorreu o uniforme dos nossos aviadores e soldados dos tanques, assim como dos suspensórios para os oficiais em campanha e o talabarte em serviço ou passeio”³⁷³.

As cores constituem importante elemento desta tradição da indumentária militar, notavelmente discutidas na análise dos fardamentos do imperial colégio militar, expostas na estampa 159, onde se observam os primeiros fardamentos desta instituição, “baseados nas descrições oficiais”³⁷⁴. A estampa 160 apresentaria a “cor tradicional do referido colégio, a de pinhão, o castanho da velha infantaria portuguesa, que ainda hoje o colégio militar português usa; o castanho dos caçadores do Brasil Reino e dos músicos da infantaria pesada do Brasil Império”³⁷⁵. O colégio teria “guardado” essa cor por longos anos, mas, no Centenário da Independência, seu comandante, “criminosamente”, a teria trocado pela “azul

³⁷³ BARROSO, 1922: 68.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Idem.

celeste, imprópria, berrante, antieconômica, *sem tradições na história militar do país*, que, há tempos, a escola militar copiara dos modernos hussares franceses, sem razão, por mera ignorância de nossas coisas!”³⁷⁶. A cor seria, inclusive, um dos elementos importantes para a interpretação deste tecido social, pois ela designaria função, situação e posição no seio da hierarquia militar. Na taxonomia das cores militares, conforme Barroso, a tradição deveria imperar.

E seria, com o objetivo de restabelecer uma das “maiores tradições” da indumentária militar nacional, que Barroso teria proposto à Câmara, em 1916, o projeto de criação dos Dragões da Independência. Aprovado pela Câmara, mas rejeitado pelo Senado, o projeto visava “restaurar, para o nosso Centenário, o uniforme tradicional, nobre e profundamente significativo dos primeiros momentos de nossa emancipação política no “histórico 1º Regimento de Cavalaria, que tomaria o nome de Dragões da Independência”³⁷⁷. A “célebre, brilhante e aristocrática imperial guarda de honra”, criada por D. Pedro I, seria a “primeira organização militar de valor no Brasil, da qual data a coesão [do] nosso Exército”³⁷⁸. D. Pedro I teria recompensado com essa “honra” os voluntários, ao mesmo tempo em que constituía para si uma guarda de “gente escolhida”. O primeiro capacete da Guarda seria dourado, todo de metal, “com um dragão na cimeira, o dragão heráldico dos tenentes do brasão da casa de Bragança, de entre cujas asas abertas escorre a farta crina”³⁷⁹.

Os soldados da Imperial Guarda de Honra “conservavam, nos punhos, os galões de seus antigos postos” e, a este respeito, Barroso aponta incorreções no quadro da independência de Pedro Américo. Este representaria os cavaleiros arrancando os topes portugueses azuis e rubros, “anacronismo talvez conscientemente praticado, visando o lado estético da composição, somente, porque os topes eram, desde outubro de 1821, azuis e brancos, presos, pelo decreto de 1806, no chapéu, e não nas mangas como pintou”³⁸⁰. A este respeito, Barroso explica que, após a Proclamação da Independência, D. Pedro I teria se preocupado em tornar, “pelos seus uniformes e distintivos, os soldados brasileiros diferentes por completo dos portugueses”. Para tanto criou, em 18 de setembro de 1822, “o emblema, que, até 1825, se

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ Idem, p. 34.

³⁷⁸ Idem, p. 38.

³⁷⁹ Idem, p. 32-34.

³⁸⁰ Idem, p. 34.

usou no alto da manga esquerda e se chamava tope, composto por um círculo verde, isolado acima de uma fita amarela, em que se lia ‘Independência ou Morte!’”³⁸¹.

Além dos topes azuis e brancos, o 1º Regimento de Cavalaria adotaria gola verde e canhões azuis até 1823, ocasião em que teria retomado o uso do uniforme antigo, que ficara “tradicional”, portanto. Este costume seria alterado durante a República, “*quando se mataram as melhores lembranças do nosso passado militar.*”³⁸². O uniforme branco, enfeitado de vermelho, com dragonas e correame preto “trairia uma influência esporádica no nosso exército do gosto militar austríaco, lembrando os elegantes dragões vienenses de 1820 a 1830”, expostos nos “croquis” de Lucien Vallet. Tal influência seria resultado do segundo casamento do monarca, que pretendia agradar sua esposa “reproduzindo” elementos de sua região de origem nos capacetes da Guarda. Contudo, este segundo modelo de capacete seria mais raro que o primeiro. Debret citaria o fato e reproduziria a “nova silhueta do corpo de escol”, pintando na “cimeira do capacete de couro, com virolas e reforços de latão, o dragão alado do primeiro modelo”³⁸³.

As aquarelas de Debret foram importantes para a elaboração das estampas que representam o capacete da Imperial Guarda de Honra. Este material serviu também de referência para a reprodução dos capacetes pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, a partir de 1926, quando se iniciaram os desfiles dos Dragões da Independência durante o Sete de Setembro. No ano seguinte ao primeiro desfile, Barroso solicitou ao Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro a transferência de um capacete dos Dragões da Independência para o Museu Histórico Nacional, por se tratar de um elemento “caro à história nacional”.

Fontes originais e diretas de acesso ao passado, os uniformes antigos precisavam ser *vistos*, de forma que esta experiência estética ultrapassasse os efeitos meramente evocados ou descritos nas fontes escritas. O contato com os trajes do passado poderia avivar a realidade árida das fontes arquivísticas, permitindo a reflexão sobre suas formas e utilidade. Eles revelariam a diferença entre imagem e realidade, ao mesmo tempo em que ensinariam, graças a uma educação visual, a distância e a diferença entre o passado e o contemporâneo.

Peças de indumentária militar comporiam o acervo do Museu Histórico Nacional desde sua inauguração, em 1922, quando Barroso solicitou ao Arquivo Nacional as botas que

³⁸¹ Idem, p. 27.

³⁸² Idem, p. 28.

³⁸³ Idem.

pertenceram ao Almirante Tamandaré³⁸⁴. Este acervo foi ampliado nos anos seguintes graças às doações particulares, como a de Manuela Osório, filha do General Osório, responsável por seu espólio. Característica de sua política de aquisição de objetos, a transferência de bens privados para o Museu possibilitou a composição de suas primeiras salas, configurando uma narrativa da história que privilegiava determinados personagens e eventos. Essencialmente aristocrática e militarista, a história produzida naquele espaço era *submissa* aos objetos, selecionados entre aqueles que fossem capazes de corporificar a saga dos heróis que Barroso desejava enaltecer.

³⁸⁴ Processos de Entrada de Acervo -1922 -Proc. nº 01 -22 - Barão do Pontal -Alm. Tamandaré - Conde da Motta - Gen. Canabarro.

CAPÍTULO III

PALAVRAS, SENTIDOS E OBJETOS: DISPOSITIVOS DE PRESENTIFICAÇÃO DO PASSADO

A estética da devoção: as salas do Museu Histórico Nacional

A Sala Osório, dedicada à memória do Gal. Manoel Luís Osório, evocava a Guerra do Paraguai e “os heróis da Campanha do Sul”, por meio de uma coleção composta por peças oriundas de múltiplas doações a partir da criação do Museu em 1922. Parte significativa das peças foi depositada por Manoela Osório de Mascarenhas, que doou 97 objetos e financiou a reforma do espaço para adequação do acervo. Em carta endereçada ao diretor do Museu, a doadora ressaltava a importância da instituição, ao mesmo tempo em que estabelecia condições para a efetivação de sua oferta:

Em atenção aos nobres e patrióticos fins que teve o Governo Federal, criando o Museu Histórico, nesta cidade, cumpro o grato dever de ofertar para serem expostos, nas salas do referido Museu, os objetos e relíquias [...] que pertenceram ao meu pai, o Marechal Manoel Luís Osório, Marques de Herval, e atualmente me pertencem, com a condição, porém, de serem esses objetos e relíquias restituídos a mim, ou a meus herdeiros, no caso de os requisitarmos, ou por supressão do dito Museu³⁸⁵.

A carta, datada de 02 de maio de 1923, apresentava também uma relação dos objetos entregues ao Museu, em que se destacava a riqueza da oferta, tanto por seu valor pecuniário, com peças talhadas em ouro e prata, quanto pelo valor histórico dos objetos, que excedia o uso cotidiano, como o “poncho de vicunha, que vestia o General Osório na batalha de reconhecimento de Humaitá, roto por estilhaços de metralha”³⁸⁶. Outras peças de indumentária compunham o acervo, como a “lança que pertencera ao General Osório, desde o posto de Coronel como comandante do 2º Regimento de Cavalaria, na Batalha de Monte Caseros, e que o acompanhou durante a Guerra do Paraguai”³⁸⁷.

Os objetos de montaria do general também foram enviados para o Museu, incluindo um chicote trançado de couro e uma faca de prata, ambos com ornamentos de ouro, e, inclusive, um macete de pau para bater as estacas da barraca de campanha. As peças de indumentária foram especialmente selecionadas, de forma a destacar, por meio dos emblemas, a posição

³⁸⁵ Processos de Entrada de Acervo 1923 Proc. nº 03/23 – Carta de Manoela Osório.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ Idem.

que Osório ocupava na hierarquia militar. Entre elas, destacam-se: “a farda de 2º uniforme usada no Paraguai, um boné que o general usou em campanha, bordados que pertenceram às fardas do General e doze botões grandes e doze menores com a Coroa Imperial pertencentes às fardas do General”. Indicativos de um percurso individual coroadado pela glória, a fotografia de Osório na Guerra do Paraguai, assim como o “título da criação do brasão do Marquês de Herval, assinado pelo Mestre de Armas do Império”³⁸⁸, seriam um convite à imaginação das cenas do passado.

Há uma classe de objetos referenciados exclusivamente ao uso pessoal de Osório, que estariam intrinsecamente ligados à sua pessoa e importariam, menos pela construção de sua imagem pública do que pelo potencial de evocação da memória, tais como: “diversas fitas avulsas de condecorações, um revólver de uso pessoal, um pincel de barba de uso do General em campanha, um copo (guampa) de beber água que usava o General em suas viagens em campanha”³⁸⁹. No campo dos bens simbólicos, entretanto, estes instrumentos poderiam adquirir novos significados, sugerindo hábitos simples de Osório e, até mesmo, a dureza da rotina de um General em manobra.

Entre os artigos que poderiam ser identificados como relíquias³⁹⁰, importa destacar dois objetos, quais sejam, a “bengala em que se apoiava o General, quando regressou do Paraguai, doente da perna esquerda”³⁹¹, e “uma caixinha de vidro com esquirolas, dentes e fragmentos de bala, provenientes do ferimento, do maxilar inferior do General Osório, quando comandava e se terminava a Batalha de Avaí”³⁹². Ambos *materializam* os sofrimentos que Osório padeceu, ao mesmo tempo em que sugerem a sua resistência para suportar situações adversas e a constante renúncia da própria vontade em benefício de uma causa. A “caixinha de vidro”, por guardar partes do corpo de Osório, pode ser interpretada como um relicário, que deveria suscitar a admiração e a devoção ao herói redivivo naquele espaço de consagração da história nacional.

Havia peças de notável valor material, com predomínio de artefatos em metal, especialmente prata e ouro, além de número expressivo de telas a óleo e um quadro com alegoria sobre a

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ Segundo Krzysztof Pomian, seria considerado relíquia qualquer objeto que se pensasse que tivesse tido um contato com um personagem da história sagrada e, em primeiro lugar, com uma parte de seu corpo. Dessa forma, por mais ínfimo que fosse esse objeto, “ele conservava a inteira graça de que o santo fora investido em vida e por isso uma relíquia santificava o local onde se encontrava de um modo não menos eficaz do que o próprio santo o teria feito” (POMIAN, 1984: 59).

³⁹¹ Processos de Entrada de Acervo 1923 Proc. nº 03/23 – Carta de Manoela Osório.

³⁹² Idem.

morte de Osório. A riqueza da coleção é mencionada na carta, com destaque para “um binóculo de marfim, um par de estribos de prata, um par de esporas de prata, boleadeiras de ágata e prata, um cartão de ouro oferecido pelos acadêmicos de Recife, cuia de mate com adornos de ouro e bomba de ouro com o nome do General e ornamentos, um álbum de madrepérola oferecido pelo Comércio de Pernambuco”³⁹³. O “metal nobre” seria condizente com a “nobreza” da figura a ser exposta no Museu e a resposta de Barroso é significativa da dimensão que esta doação representava para a instituição:

Tenho a honra de apresentar-vos a expressão do meu profundo reconhecimento pelo inestimável obséquio que prestastes a este Museu, confiando, para serem expostos nas suas salas, objetos e relíquias, que pertenceram ao vosso pai, Marechal Manoel Luís Osório, o heroico Marquês de Herval, e que vos serão restituídos, ou aos vossos herdeiros, quando requisitados³⁹⁴.

O processo de doação da Coleção Osório ao Museu constitui um fenômeno relevante também pelas relações sociais que estavam em jogo, uma vez que os objetos ofertados, destituídos de valor de uso, foram ressignificados mediante valores compartilhados pelos indivíduos envolvidos neste processo. Oriundos da guerra, estes artefatos tiveram sua utilidade no *calor* da batalha, mas a entronização no Museu dotava-os de uma aura de sacralidade e, associados a eles, prestígio e honra, virilidade e heroísmo. *Imantavam* o Museu, tornando-o uma extensão desses valores. As relíquias, energizadas pelo contato com o sagrado, constituíam marcas tangíveis do passado que, por sobreviverem à passagem do tempo, ofereciam acesso à temporalidade e à materialidade da história – essenciais à museologia de Barroso, conforme destaca José Neves Bittencourt (1997).

O gesto de Manoela foi significativo, tanto por sua generosidade, quanto pela reciprocidade implícita nesta ação, pois, ao oferecer parte de sua herança, a filha do General requisitava ao Museu o dever de guardar e expor. A divulgação do acervo associava, definitivamente, a memória de Osório à construção da nacionalidade. Na hierarquia institucional, este acervo ocupou um lugar de destaque, configurando a primeira sala dedicada a uma figura histórica, cujo sentido seria o de representar toda uma época: “Época Guerra do Paraguai”, conforme o Catálogo Geral elaborado em 1924.

Osório Borba, em artigo publicado em 06 de junho de 1925, descreve a visita ao Museu como uma “grande e gratíssima surpresa”, tanto pela documentação histórica, quanto pela artística,

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Processos de Entrada de Acervo 1923 Proc. nº 03/23 - Manoela Osório – Carta de Gustavo Barroso.

“elementos que permitem a formação de um verdadeiro sentimento nacional”³⁹⁵. Em sua “reportagem de impressões”, o jornalista destaca a “admirável documentação de todos os nossos feitos guerreiros”, especialmente pela reunião de artefatos de “todos os ramos da arte de matar”, desde “canhões e troféus arrancados aos inimigos” até “balas de canhoneiros a que resistimos”³⁹⁶. Nesta incursão pela “estética da devoção”³⁹⁷, Borba discorre sobre a coleção Osório, conferindo a ela um espaço especial em seu artigo:

Na Sala Osório, reponta de uma infinidade de reminiscências a figura épica do grande homem, flor do gênio guerreiro da raça. Reponta como foi, como viveu, como combateu, herói montado, guerreiro gaúcho, de coragem romântica. Lá estão o poncho de vicunha, os arreios do cavaleiro, e a cuia de mate, e a campa em que bebia a água incerta das campanhas, e a lança com que investia contra o inimigo na época em que os generais ainda combatiam à frente das tropas³⁹⁸.

Todo um “mundo de documentação histórica e social” teria proporcionado as “mais agradáveis sensações”, transformando a visitação, fruto de um “acaso amável”, em uma “efeméride eterna”³⁹⁹. A “admirável reconstituição, erigida em dois anos, de quatro séculos de vida brasileira”, seria resultado de “mil e um milagres de vontade, de paciência, de pachorra”. Ao reportar os 2.496 objetos “arrancados ao egoísmo dos colecionadores e à inércia dos indiferentes”, o jornalista sublinha a importância dos gestos de doação, como o de Manoela Osório, para a efetivação dessa “esplêndida realidade que tivemos diante dos olhos”. A exposição convidava aos sentidos, fundamentais nesta contemplação evocativa, tornando impossível resumir “numa reportagem ligeiríssima de impressões o que o olhar aprendeu de relance numa visita rápida”⁴⁰⁰.

Na constituição de contatos com o pretérito, o corpo teria uma participação crucial e, conforme Francisco Regis Ramos, a visão teria certa preponderância entre as sensibilidades convocadas pelo espaço museal. Não obstante, a participação “dos olhos aos ouvidos, do nariz ao resto do corpo” (RAMOS, 2011: 220), dentre as maneiras de fazer ligações entre o presente e o passado exposto. A possibilidade de *ver* a história materializada no espaço, tangível ao campo das sensações, parecia assegurar a realidade efetiva da própria história, colocando em ação dispositivos de imaginação. Em outros termos, a materialidade,

³⁹⁵ BORBA, Osório. Reportagem de Impressões. *ABL*, 06 de junho de 1925.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Idem.

coordenada pelo Museu, gerava o *efeito de realidade*, uma vez que, para o público, “tinham-se as ideias e as provas” (CARVALHO; FUNARI, 2011: 180), tornando o passado uma evidência, uma certeza.

A importância desta forma de acesso ao passado, desta aprendizagem pelos sentidos, poderia ser explicada pela “consciência da perda que torna tão necessárias estas imagens e figuras do passado diante dos nossos olhos, ajudando-nos a reconfigurar o mundo da existência presente, produzindo a vida pela história” (GUIMARÃES, 2002: 85). As políticas do museu criavam, assim, novas materialidades e novas mentalidades, por meio de um discurso que também gerava *efeito de realidade* e solicitava ao espectador certa adesão. Françoise Choay, em *A Alegoria do Patrimônio*, chama a atenção para a natureza afetiva destes suportes de memória, em detrimento de uma suposta neutralidade, e acentua, como especificidades destes, o modo de ação sobre a memória. “Não só eles a trabalham, como também eles a mobilizam pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente” (CHOAY, 1999: 16). Contudo, o passado invocado e convocado não seria um passado qualquer, mas algo que fosse capaz “de excitar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 1999: 16). Selecionado “para fins vitais”, este passado localizado teria sua relevância na medida em que pudesse contribuir diretamente “para manter e preservar a identidade de uma comunidade” (CHOAY, 1999: 16).

A esse respeito, importa destacar que, nos primeiros anos após a fundação do Museu, Barroso ocupou-se pessoalmente da divulgação das atividades da instituição e, por meio da Imprensa, mobilizou a opinião pública de forma a obter o apoio de determinados setores sociais e, desta forma, assegurar a continuidade e a perenidade de suas iniciativas. A adesão destes grupos foi crucial para a ampliação do acervo, especialmente devido às vultosas doações materiais de famílias abastadas, como Guinle, Ottoni e Calmon⁴⁰¹. Durante a direção de Barroso, “os grandes doadores do Museu Histórico Nacional chegaram a merecer salas especiais” (ABREU, 1995: 35), figurando ao lado de Osório, Caxias, Tamandaré e D. Pedro II – os construtores da nação, conforme a leitura histórica feita pelo Museu.

Em maio de 1930, a Revista Seleta divulgou “Lembranças de Osório”, em um caderno especial intitulado “Relíquias Brasileiras”, ilustrado com uma fotografia ampla da Sala Osório

⁴⁰¹ Conforme Regina Abreu, entre os grandes doadores do Museu Histórico Nacional, figuram Guilhermina Guinle (coleção de joias); Mendes Campos e Smith Vasconcelos (porcelanas e cristais) e Miguel Calmon. Por meio do estudo dos objetos da Coleção Miguel Calmon, expostos no Museu Histórico Nacional durante 30 anos, Abreu reconstituiu a história de um personagem da Primeira República, ao mesmo tempo em que problematizou a história da própria instituição enquanto a Coleção esteve exposta (ABREU, 1995).

no Museu. O artigo, redigido por Barroso, informava sobre a sala dedicada ao General e conferia um espaço significativo às descrições do “grande quadro a óleo de Viriato, pintado em 1879, representando o vencedor de Avaí em grande gala”⁴⁰². Este espaço guardaria “verdadeiras preciosidades”, como a lança usada em campanha e que seria “a do famoso caudilho Bento Manoel, que l’ha deixou em herança, por ter Osório, quando alferes, salvo sua vida em Sarandi”⁴⁰³. Informação que esclarecia e convidava à imaginação, suscitando, nesta breve genealogia do objeto, a admiração por aqueles que o empunharam. A biografia dos objetos introduziria, desta forma, a biografia das pessoas nos objetos⁴⁰⁴.

As “reliquias pessoais do herói”, essenciais neste *jogo de identificações*, foram “carinhosamente guardadas no seio de sua ilustre família e expostas naquele instituto, graças à generosidade de sua filha, D. Manoela Osório Mascarenhas”⁴⁰⁵. Ao enaltecer o gesto de Manoela, Barroso reafirmava a *troca de presentes*, garantindo também à doadora e à sua descendência um lugar de relevo naquele espaço de consagração à memória nacional. Manoela seria, nessa leitura, a primeira *conservadora* do acervo, o que confirmava o seu lugar no Museu. A oferta da “mais rica e melhor coleção de lembranças pessoais dum grande vulto histórico existente no Museu”⁴⁰⁶ remetia à dimensão da dádiva, cujo inestimável valor demonstrava as virtudes de sua doadora. Todavia, a exaltação de Manoela sugeria o anseio por fomentar novas doações, algo que ocorreu em vários momentos e, notadamente, em 1929, com a efetivação de importante oferta de objetos que pertenceram ao Duque de Caxias.

Após uma breve correspondência trocada entre Gustavo Barroso e Mariana Carneiro da Gama, neta de Caxias, foram incorporados ao acervo do Museu artefatos diversos relativos à trajetória de Luís Alves de Lima e Silva. As principais características dos objetos oriundos desse círculo familiar seriam a antiguidade e a raridade, assim como a nobreza, evidenciada pela Comenda da Ordem da Rosa, insígnia indicativa de bravura e lealdade. Da mesma forma que a oferta de Manoela Osório, a doação da família Caxias continha um álbum de fotografias, valorizado pela representação visual do *teatro das batalhas*. Nesta permuta de valores e bens simbólicos, Mariana Carneiro fez uso de um mediador, confiando a seu próprio

⁴⁰² BARROSO, Gustavo. Lembranças de Osório. *Seleta*, 07 de maio de 1930.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Ulpiano Meneses explica que os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido. Os objetos materiais teriam assim uma trajetória, uma biografia. Para traçar e explicar as biografias dos objetos seria necessário examiná-los “em situação”, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trataria de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social (MENESES, 1998: 92).

⁴⁰⁵ BARROSO, Gustavo. Lembranças de Osório. *Seleta*, 07 de maio de 1930.

⁴⁰⁶ Idem.

filho e herdeiro, Edgard, o dever de garantir a efetivação da transferência. Em carta a Barroso, datada de 03 de abril de 1929, a doadora enalteceu a administração do Museu, ao mesmo tempo em que lamentou a escassez de seus donativos e, seguindo as formalidades epistolares, agradeceu a acolhida de sua oferta:

Possuindo alguns objetos que pertenceram ao meu saudoso avô, o Sr. Marechal Duque de Caxias, venho por intermédio de meu filho Edgard, oferecer os referidos objetos à repartição que com tanto brilho e dedicação V. S. dirige; os quais são os seguintes: a Comenda da Ordem da Rosa, concedida do meu avô, depois de concluída a Guerra da Cisplatina, quando foi nomeado Cavaleiro da mesma ordem, por decreto de 18 de outubro de 1829. Um Sinete com o Brasão d'Armas e um álbum com diversas fotografias do acampamento das forças brasileiras em operação contra o governo do Paraguai, inclusive a do quartel general do meu avô em Cuyu-Cuê.

Lamentando não possuir mais nenhum objeto que possa preencher o fim que V. S. deseja subscrevo-me agradecida⁴⁰⁷.

De forma distinta da família Osório, a doação de Mariana Carneiro não estabelecia condições para a entrega e a exposição dos objetos, garantindo sua permanência indefinidamente no Museu. Entretanto, mesmo após o ingresso na instituição, os objetos permaneceriam em relação estreita com a família, como representação particular de Caxias além da morte, uma relíquia. A comenda e o sinete, mais que quaisquer outros objetos, fariam sentido somente quando associados a quem pertenceram originalmente, carregando a *aura*⁴⁰⁸ de seu possuidor e expressando íntima vinculação com ele. A exposição de tais distintivos refletiria a valorização da dimensão pessoal no Museu, como representações visuais de mérito e honra, evocando o *exemplar*. O nome próprio foi outro dispositivo de valoração na musealização dos objetos, conforme a resposta enviada por Barroso a Mariana Carneiro, em 08 de abril de 1929:

Tenho a honra de significar a V. Ex. o agradecimento profundamente sincero desta Diretoria, pela bondade e gentileza da oferta que V. Ex. se dignou de fazer ao Museu Histórico, [...] de um álbum com diversas fotografias das forças brasileiras na Guerra do Paraguai inclusive do quartel general do grande chefe militar *cujo nome legítimo é orgulho de nossa pátria*. Creia V. Ex. que a Diretoria do Museu recebe com o maior agrado esses preciosos objetos que recordam tão ilustre antepassado de V. Ex. os quais serão guardados com o maior carinho. Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração⁴⁰⁹.

⁴⁰⁷ Processos de Entrada de Acervo 1930 Proc. nº 11/30 - Diversos

⁴⁰⁸ Conforme Walter Benjamin, a aura de um objeto estaria associada à sua originalidade, ao seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. A singularidade e a permanência, como atributos destes objetos, estariam em contraste com a reprodutibilidade e transitoriedade dos objetos não auráticos (BENJAMIN, 1994).

⁴⁰⁹ Processos de Entrada de Acervo 1930 Proc. nº 11/30 – Diversos [grifos nossos].

Tão importante quanto o sangue, o nome sintetizaria a fonte básica da proveniência dos objetos herdados por Mariana, sendo, portanto, um indicativo de ancestralidade e neste ponto residiria o valor da doação. A transmissão do legado familiar ao Museu, capaz de guardá-lo para a *eternidade*, transformava, simbolicamente, toda a nação em sua herdeira, de tal forma que a troca de missivas materializava a troca de objetos pouco palpáveis, como prestígio e legitimidade⁴¹⁰. A relação entre o Museu e a doadora seria de confiança recíproca, uma vez que à ofertante associava-se a noção de autenticidade, de maneira que, mediante a conservação dos objetos, procurava-se, de fato, conservar aquilo que eles simbolizavam.

Na medida em que se associava ideias e valores ao museu e aos seus objetos, estes assumiam o poder de evocar visualmente, *sensivelmente*, aquelas ideias e valores. Krzysztof Pomian (1984) considera que uma coleção é composta de objetos semióforos que, diferentes dos objetos úteis, são artefatos destituídos de valor de uso. Singulares, não serviriam para serem utilizados, mas para serem expostos ao olhar. Compreendidos como preciosidades, os semióforos seriam dotados de um valor de troca fundamentado em seu significado. Seriam, essencialmente, pontes entre o mundo visível e o mundo invisível. Como suportes materiais de ideias, “desempenham a função de intermediários entre os espectadores e o mundo invisível de que falam os mitos, os contos e as histórias” (POMIAN, 1984: 67). Os objetos seriam considerados parte orgânica do passado, de tal forma que, ao serem contemplados, tornariam possível o estabelecimento de uma relação de continuidade com o passado.

Devido ao potencial de evocação, os objetos patrimoniais manifestariam um vínculo físico entre nós e o outro desaparecido, contribuindo para a legitimidade das narrativas de origem, conforme explica Dominique Poulot. “O patrimônio em acervo define-se, simultaneamente, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético e documental (na maioria das vezes) ou ilustrativo (até mesmo por reconhecimento sentimental), que lhe atribui o saber comum, e pelo seu status específico” (POULOT, 2003: 35). Seria sob essa múltipla relação que o acervo criaria uma representação, no centro do jogo complexo das sensibilidades com relação ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.

Dessa forma, ainda que nem todos que compunham a nação se conhecessem, tais bens tornados patrimônio nacional se constituíam em referências que ofereciam sentido à

⁴¹⁰ O termo patrimônio remeteria a um bem de herança, que descenderia conforme as leis dos pais e das mães aos filhos. Ele não evocaria *a priori* o tesouro ou a obra prima, mas envolveria a reivindicação a uma genealogia. No entanto, a ligação entre museus e patrimônio seria paradoxal, uma vez que o “patrimônio *in situ* é negado, ou pelo menos repetido por um outro – desterritorializado, montado em série, exposto em um contexto artificial”. (POULOT, 2011: 476).

existência do grupo, que “atribuíam significados ao ser brasileiro” (CHUVA, 2005: 43). O patrimônio, portanto, qualquer que fosse a sua categoria, teria a função de representar a nação, “tornando-se uma alegoria dela, composta de fragmentos” (SALADINO, 2011: 100). Na esteira destas questões, José Neves Bittencourt apresenta três parâmetros norteadores que seriam como chancela da autenticidade histórica no Museu, sob a direção de Barroso, quais sejam, o ordenamento temporal (representativo de um período histórico onde o valor de antiguidade parece ser determinante), a origem do item (quem o tinha possuído ou a que evento histórico estava ligado) e a identidade do doador (BITTENCOURT, 1997). Rafael Bezerra acrescenta ainda que, durante a gestão de Barroso, “documentos positivos não existiam e o que autenticava [os objetos] eram os depoimentos de homens de letras e ilustres gerais”, importando, de forma substancial, a identidade do doador (BEZERRA, 2011: 239).

Embora as doações particulares figurassem como as mais expressivas fontes de acervo, um ano após a oferta de Mariana, foram adquiridos pelo Museu, por meio de compra, um sinete com as armas do Duque de Caxias e um medalhão em gesso de Caxias⁴¹¹. Tais objetos fariam parte da “Sala Caxias”, juntamente com outros objetos representativos de sua trajetória, constituindo um espaço bastante frequentado pelos visitantes e, a este respeito, merece destaque a visita realizada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1939. O *Jornal do Comércio* informou a visita, destacando a atenção despendida pelo Presidente durante “quase três horas, em que S. Ex. percorreu todas as dependências, examinando quadros, medalhas, espadas, colares, moedas, comendas, prataria, louças e dezenas de outros objetos do mais alto valor histórico”⁴¹².

A visita teria começado pela Sala das Armas, onde foram mostradas espadas diversas, entre elas, “a primeira arma que foi encontrada no Brasil e a que foi usada na Batalha dos Guararapes”⁴¹³. O ineditismo das peças teria levado Vargas a “demorar-se examinando o mostruário de vidro, onde será colocada a Coroa de D. Pedro II, que acaba de ser adquirida pelo Governo Federal”⁴¹⁴. A ênfase sobre a aparente generosidade do governante sugere o desejo de aproximar a instituição daquele que seria um de seus maiores benfeitores, especialmente quando este teria determinado “providências para que fossem recolhidas ao

⁴¹¹ Processos de Entrada de Acervo 1930 Proc. nº 11/30 – Diversos. Importa destacar que, embora Gustavo Barroso mencionasse de forma veemente a doação de peças do acervo, informando ser ele próprio um grande doador, a maior parte dos objetos que compunham o acervo do Museu Histórico Nacional durante sua gestão foi adquirida por compra ou transferência de outras instituições públicas (SANTOS, 2006: 21).

⁴¹² Museu Histórico Nacional. Visita do Sr. Presidente da República. *Jornal do Comércio*, 11 de junho de 1939.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Idem.

Museu todas as relíquias de nosso passado, auxiliando a instituição financeira e materialmente”⁴¹⁵.

Na Sala Pedro II, o Presidente teria contemplado o “mostruário onde se encontram os últimos tipos de roupa da Casa Imperial. Os espadins e cetros, desde os que D. Pedro II usou na Maioridade, até aos da Guerra do Paraguai”⁴¹⁶. Estes artefatos estariam bem conservados, guardados em “ricos armários” e, segundo a reportagem, o Presidente teria “examinado essas peças, bem como as que foram usadas por D. Pedro I”⁴¹⁷. O interesse de Vargas pela indumentária imperial não estaria relacionado apenas aos atributos imediatos destes artefatos, que incluiriam apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. Conforme recorda Ulpiano Meneses, nenhum atributo de sentido seria imanente, de tal forma que o valor destes objetos derivaria de uma contaminação externa com alguma realidade transcendental que os teria *impregnado* (MENESES, 2003: 11-36).

Não obstante, durante a visita presidencial à Sala Caxias, os redatores comentaram que, dentre todo o acervo, foram “apreciados os objetos de uso doméstico e as peças de guerra usadas pelo Duque de Caxias”⁴¹⁸. Estariam expostos nesta sala, inclusive, vários bustos de estadistas do Império e, ao deixar o espaço, teria “chamado a atenção do Sr. Presidente, um trecho da última proclamação de Caxias, em que concitou os seus soldados a que tivessem confiança em suas ordens porque ele nunca fora derrotado”⁴¹⁹. Estratégia discursiva que, provavelmente, encontrara eco nas assertivas varguistas, muitas vezes associadas ao personalismo e ao chamado populismo. Quanto à Sala General Osório, o *Jornal do Comércio* enfatizou, dentre as peças expostas, “os objetos de arte do tempo de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II”⁴²⁰.

Na mesma sala estariam várias lanças usadas por soldados paraguaios, uma bandeira do Marquês de Olinda e um vapor que fora aprisionado por Solano Lopes durante o sequestro de Carneiro de Campos. Os troféus de guerra seriam valiosos, tanto por evocarem a submissão do inimigo, quanto por demonstrarem, de forma tangível, o heroísmo nacional. Eles invocariam ainda, de forma indelével, o momento em que se forjaram, constituindo uma mostra particular da indústria nacional de uma dada época e, portanto, indício candente da superioridade técnica daqueles que os recolheram.

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ Idem.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Idem.

O troféu também seria, segundo José Neves Bittencourt, uma insígnia ou um sinal exposto ao público para memória de uma vitória, especialmente porque o inimigo não cede de bom grado seus haveres, de forma que estes devem ser conquistados no *calor da luta*. Nessa perspectiva, os troféus constituem relíquias, pois serem energizados por sangue e coragem, mas também porque existem simultaneamente no passado e no presente. Enquanto monumento, inscrição intencional feita na memória, o troféu seria uma forma de testemunho que dificilmente poderia ser escrita (BITTENCOURT, 1997: 218).

Desse modo, por terem estado em relação real ou imaginária com o invisível, os objetos materiais possuiriam uma ilimitada capacidade de representar o passado. O poder do Museu, enquanto fabricante de culto aos heróis, esteve associado, assim, a uma visão profundamente idealizada do passado e uma relação sensível com os objetos, expressas na forma como o público se relacionava com o acervo. Sobre os visitantes que acompanham Vargas, os redatores informaram que “toda a caravana seguiu, curiosa e interessada, a pequena excursão pelas silenciosas avenidas da história. Alguns até se afastaram da comitiva do presidente e ficaram, sós, perdidos em conjecturas à margem de quadros evocadores”⁴²¹. *Imagens do passado*, as telas transformadas em fragmentos fariam parte de um todo a ser constituído pelo trabalho da imaginação, da memória ou da história.

Enquanto a visita prosseguia, “desfilavam outras telas como nos filmes”⁴²², em um exercício de supervalorização dos objetos como possibilidade de contato com o passado. Nessa incursão, “não estava em questão a constituição de um texto temático ou cronológico, nem mesmo o auxílio da palavra nesse espaço como forma de contextualização. Mas sim a possibilidade de preencher o espaço com vestígios do pretérito” (MAGALHÃES; RAMOS, 2013: 103), de modo que o visitante fosse envolvido pelas épocas representadas e a ele não restasse dúvidas da existência dessas épocas findas, simplesmente ao ver o que não mais estava no seu cotidiano.

Dessa forma, “os objetos, carregados de marcas da passagem do tempo, bastavam-se em si para essa experiência de trazer o passado ao presente através dos sentidos” (MAGALHÃES; RAMOS, 2013: 103). A visão, por conseguinte, dava ao próprio passado uma legitimidade concreta, mais tangível do que o próprio texto de história, de tal forma que os objetos, ao serem “retirados do seu lugar, perderam a sua vida útil e passaram a ter apenas a vida

⁴²¹ Idem.

⁴²² Idem.

simbólica, a vida que os visitantes do museu passaram a imaginar que tiveram um dia” (MAGALHÃES; RAMOS, 2013: 103).

Durante a visita às galerias, a proveniência do acervo exposto recebeu especial atenção, sendo o Presidente informado sobre o modo pelo qual o Museu havia adquirido os objetos, especialmente quando produtos de doação. Na Sala da República, Barroso teria mostrado ao Presidente Vargas “os livros, álbuns e estojos que S. Exa. doou ao Museu logo que regressou da sua visita a fronteira”⁴²³, demonstrando a importância desta oferta para a instituição. A insistência em torno da procedência sugere que Barroso estava interessado em “demonstrar ao Chefe do Estado como os objetos materiais podiam ser investidos da memória dos heróis nacionais” (WILLIAMS, 1997: 152). Tal estratégia, ao insinuar a possibilidade de um patrono perenizar-se em meio aos heróis venerados nas galerias, apresentava a Vargas um procedimento que ele “poderia repetir sem maiores dificuldades, tendo a si mesmo como objeto” (WILLIAMS, 1997: 152). Ideia que teria inspirado Getúlio, posteriormente, a promover a instituição e a despender vultosas doações que culminaram na criação de uma galeria especial para expor os objetos doados pelo presidente⁴²⁴.

Ao final da visitação, Barroso teria abordado Vargas nos seguintes termos:

Sr. Presidente, nós aqui vivemos pobremente. Não temos dinheiro. [...] E como não é um pedido para mim eu posso fazer sem constrangimento. Esses quadros, presidente, já foram consertados. Mas há outros e inúmeros que aguardam conserto e estão sendo depreciados ano após ano. Era necessário que V. Exa. votasse um crédito para a conservação desse patrimônio riquíssimo⁴²⁵.

Solicitação que Vargas teria respondido de forma animadora, ressaltando que “do orçamento para o próximo ano consta uma verba especialmente para essas coisas”⁴²⁶, momento em que toda a comitiva foi encaminhada às salas de aula do Museu, onde fora “oferecida ao ilustre visitante uma taça de Champagne”. Em agradecimento, o Presidente discursou “manifestando sua magnífica impressão pela visita e incentivou os professores do estabelecimento a

⁴²³ É preciso que a alma do futuro entenda a do passado... *A Noite*, 11 de junho de 1939.

⁴²⁴ A Sala Getúlio Vargas foi inaugurada em 16 de junho de 1945 e, segundo Daryle Williams, tornou-se uma das maiores do circuito permanente, exibindo mais de 600 objetos, tornando-o o quarto chefe de Estado cujo nome batizava uma sala do circuito permanente. A inauguração da sala seria acompanhada por um crescimento da frequência de doações presidenciais, o que acabou por colocar outro problema à instituição, uma vez que “qualquer objeto encaminhado pelo presidente era prontamente aceito, com pouca consideração em torno do valor histórico da doação” (WILLIAMS, 1997: 158). Após a morte de Vargas, a galeria teria fornecido “aos pranteadores de Vargas um espaço sagrado para a veneração do herói caído” (WILLIAMS, 1997: 174).

⁴²⁵ É preciso que a alma do futuro entenda a do passado... *A Noite*, 11 de junho de 1939.

⁴²⁶ Idem.

prosseguiem em seus trabalhos, na certeza de que o governo jamais lhes negaria apoio”⁴²⁷. Nos anos seguintes, Vargas tornou-se um dos grandes patronos da instituição, ajudando a *inventar* o Museu Histórico como templo sagrado aos heróis e patronos da nação.

Além dos “grandes heróis”, havia espaço para “pequenos heróis” no Museu, pessoas comuns que teriam se notabilizado por atitudes patrióticas, compondo uma galeria de personagens a serem reverenciados pela *força do exemplo*. A trajetória destes indivíduos auxilia a compreensão das figuras que transitavam pelo Museu e desvela a maneira como os visitantes se relacionavam com o acervo que lhes era apresentado. O Tenente Fidêncio Lemos do Prado, veterano da Guerra do Paraguai, constitui uma das personalidades que visitava frequentemente a instituição e sua história de vida foi narrada nos Anais do Museu.

Durante a Guerra, o soldado teria encontrado uma bandeira do Império servindo de tapete a Solano Lopes. Ele teria guardado a bandeira consigo, desejando que “esse sagrado pavilhão servisse de mortalha quando morresse”⁴²⁸. Contudo, em visita ao Rio de Janeiro para as festividades do Centenário e, “devendo regressar a Imbituva [Paraná], onde residia, compreendeu que o símbolo da pátria merecia figurar em algum lugar onde todos pudessem vê-lo e venerá-lo”⁴²⁹. A bandeira foi inicialmente entregue ao *Jornal do Comércio*, a fim de que este “lhe desse o destino que achasse melhor” e, posteriormente o jornal a doou ao Museu Histórico Nacional. “Um valioso presente para o Museu Histórico”: um artigo publicado nos Anais em 1942, apresenta uma biografia do Tenente e descreve suas sucessivas visitas à instituição:

Durante alguns anos, o bravo Tenente Fidêncio Lemos do Prado veio ao Museu, nas datas aniversárias da entrada triunfal do Exército Brasileiro em Assunção, viajando com dificuldade da sua longínqua Imbituva. *Entrava, dirigia-se à Sala Duque de Caxias, onde se acha exposta a sagrada relíquia, perfilava-se, batia-lhe a continência e permanecia alguns instantes diante dela em comovido silêncio*. E então retirava-se discretamente. Depois, nunca mais apareceu. Foi dormir o sono tranquilo dos que souberam amar e defender a sua pátria⁴³⁰.

Outro “pequeno herói” teria merecido distinção por um feito igualmente notável envolvendo a bandeira nacional e sua ação foi considerada digna de ser narrada entre a dos “grandes heróis” nos Anais do Museu Histórico Nacional. “Tocante Solenidade” rememora o naufrágio da

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Um valioso presente para o Museu Histórico. Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. 3, 1942, p. 468.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ Idem [grifos nossos].

barca “Sétima”, ocorrido em 1915, fato que obteve grande repercussão pelas consequências trágicas de que se revestiu⁴³¹. Nesta ocasião, a “Bandeira Nacional foi salva por um aluno do Colégio Salesiano Santa Rosa” e, no dia 30 de outubro de 1941, o Museu recebeu a visita de um numeroso corpo de alunos deste estabelecimento de ensino. “O motivo dessa visita ao velho Museu da Praça Marechal Âncora traduz-se no oferecimento que a direção do Colégio fazia à Casa onde estão guardadas todas as relíquias históricas do país, da Bandeira Nacional salva pelo aluno”⁴³².

O grupo de alunos e funcionários do Colégio foi recebido por Gustavo Barroso, pelos funcionários do Ministério da Educação e pelo Major Barbosa Leite. No Salão onde estavam guardadas “as relíquias da República”, teve início o ato em que o Diretor do Museu, após receber a bandeira nacional, “a colocou em lugar de destaque naquela sala”⁴³³. No pátio, a banda de música do colégio executou vários hinos, terminando a solenidade “simples, mas bem expressiva - com uma série de saudações ao Brasil e às autoridades presentes”⁴³⁴. O *ritual*⁴³⁵ visava, fundamentalmente, oferecer às novas gerações exemplos de dedicação e patriotismo, por meio de uma visão heroica da história que quase dificultava qualquer outra leitura.

Em sentido amplo, o Museu Histórico Nacional funcionava como uma instituição educacional aberta aos visitantes, cujo número aproximava-se dos 19.000 anualmente, em contato com objetos e espaços consagrados, necessários à veneração da nação. Os relatórios anuais do Museu informam um crescimento gradual na frequência de visitação por ano, embora os perfis estatísticos sejam imprecisos, conforme aponta Daryle Williams (1997). Durante as festas do Centenário, o Museu atraiu um público bastante heterogêneo, tendo alcançado a frequência de aproximadamente 20.000 pessoas. Todavia, encerrada a exposição e reorganizadas as galerias, seria provável que o público fosse formado apenas por “soldados, estadistas e burguesia nacional, por cuja presença Barroso ansiava” (WILLIAMS, 1997: 166).

Após a Revolução de 1930, o Museu passou a receber um público de cadetes militares, funcionários públicos e famílias das classes média e alta cariocas, tanto quanto cidadãos

⁴³¹ Tocante Solenidade. Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. 3, 1942, p. 474.

⁴³² Idem.

⁴³³ Idem, p. 475.

⁴³⁴ Idem, p. 475.

⁴³⁵ Utilizamos a expressão no sentido que Paul Connerton a empregou em “Como as Sociedades Recordam”. Para Connerton: “uma das definições mais sucintas e funcionais à nossa disposição é aquela que Lukes propõe, sugerindo que empreguemos o termo ritual para designar ‘a atividade orientada por normas, com caráter simbólico, que chama a atenção dos seus participantes para objetos de pensamento e de sentimento que estes pensam ter um significado especial’” (CONNERTON, 1999: 50).

brasileiros e estrangeiros em viagem turística ou diplomática à capital nacional. O museu teria aberto às portas também aos historiadores, acadêmicos e antiquários que o procuravam para pesquisar nas coleções iconográficas, documentais e numismáticas. Artigos na imprensa comentavam que o Museu eventualmente recebia jornalistas do interior do país, que, de volta às suas cidades, relatavam na imprensa provinciana suas impressões sobre a instituição. A imprensa também reportava visitas de membros de institutos históricos e da comunidade artística, representantes de editores comerciais e de agências publicitárias, “todos em busca de inspiração histórica para estudos acadêmicos, literatura, dramaturgia, publicidade, desenho de moda e cinegrafia” (WILLIAMS, 1997: 166).

Gradualmente, o público do Museu diversificava-se conforme a instituição amadurecia, chegando a receber sambistas à procura de inspiração para fantasias de carnaval, tal como informou Barroso nos Relatórios Anuais (WILLIAMS, 1997: 166). Apesar de não cobrar ingresso para a visita e do seu regulamento não mencionar restrições de cor, gênero ou ocupação, havia outro critério que poderia ser considerado discriminatório, uma vez que a visita se restringia a “pessoas que se apresentassem decentemente”⁴³⁶. Critério que excluía parte significativa da população, pois, em meados do século XX, o país ainda possuía uma população marcadamente “pobre, sem acesso à água encanada, sapatos e roupa limpa” (WILLIAMS, 1997: 167). O Museu mantinha ainda relações institucionais muito frágeis com a sociedade civil, uma vez que não se observa a solicitação de apoio de associações cívicas e voluntários, ausência que expõe um paradoxo: uma instituição pública que se afasta do público. Contradição que confrontava o próprio sentido do Museu, uma vez que este não deveria ser “definido apenas pelo projeto inicial de seus idealizadores ou arquitetos, mas também pelos usos múltiplos que faziam dele seus funcionários, visitantes, parceiros e críticos”, conforme propõe Benoîte L’estoile (2011: 52).

Tais informações sugerem que Barroso selecionava o público, escolhendo *para quem falar e como falar*. Ambicionando um engajamento profundamente emotivo, o Museu *enquadrava* as leituras da exposição, apresentando objetos que contavam com bastante precisão uma espécie de biografia militar do Estado Nacional. A este respeito, importa destacar que os museus e as exposições tiveram participação importante na formação dos Estados Nacionais, funcionando

⁴³⁶ O regulamento de 1922, confirmado em 1934, franqueava as galerias “todos os dias, das 12 às 16 horas, sem exclusão dos feriados e dos domingos, às pessoas que se apresentarem decentemente, não sendo admitidos as de menos de 10 anos de idade, que não vieram acompanhadas de visitantes adultos. BRASIL, Ministério da Educação e Saúde – Serviço de Documentação. Regulamento do Museu Histórico Nacional. Aprovado pelo Decreto N. 15.596, de 02 de agosto de 1922. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

como agências educativas e civilizatórias. Ao afirmar um discurso capaz de englobar indivíduos, com todas as suas diferenças, em um projeto comum nacional, o Museu legitimava autoridades e moldava comportamentos.

Nas palavras de Regina Abreu, “os Museus Nacionais criaram também seus visitantes, impondo disciplina e autocontrole às massas subalternas e, neste sentido, funcionando como instância complementar às instituições de ensino” (ABREU, 2011: 81). A história da cultura material e a história dos comportamentos sociais estariam, portanto, diretamente associadas, uma vez que, através da provisão de lições objetivas de poder - o poder de comandar e organizar coisas e corpos em exposições públicas - os museus visavam capacitar as pessoas a “conhecer ao invés de serem conhecidas, tornando-se sujeitos e não objetos do conhecimento” (ELKIN, 1997: 122).

Os relatos dos visitantes são indicativos das estratégias utilizadas pelo Museu para cumprir o seu papel educativo. Segundo o *Diário de Notícias*, durante a exposição de arte sacra, “houve dias de 2.500 e de 2.700 visitantes, guiados pelos conservadores e por alunos do Curso de Museus que surpreenderam como monitores, pela habilidade e desembaraço”⁴³⁷. Nessa ocasião, o Museu teria distribuído “simpático e bem feito Guia do Visitante”⁴³⁸, manual que orientava àqueles que ingressavam no Museu a seguir um roteiro, entrando “pelo Portão de Minerva num pátio que tem sob as arcadas várias maquetes representando vultos históricos, que caracterizam as épocas e atividades principais da civilização brasileira”⁴³⁹. A visita recomendada procuraria construir uma leitura histórica voltada para a contemplação do passado e de suas grandes figuras, criando um “conhecimento bem estruturado da história nacional, que começava com Cabral, parava nos feitos de grandes figuras do século XIX, e terminava nas viagens de Vargas através do território nacional” (WILLIAMS, 1997: 169).

O quarto de Getúlio Vargas constituía um dos locais prediletos pelo público, especialmente porque “a reconstituição foi feita com o máximo de rigor e todos os detalhes estão ali observados fielmente”⁴⁴⁰. Barroso frisava o valor educativo da coleção e, com o crescimento da instituição, o Museu passou a contar com objetos que permitiam *dramatizar* os grandes momentos e figuras da história do país. *A experiência do passado* era orientada tanto pelo

⁴³⁷ *Diário de Notícias*, 07 de agosto de 1955.

⁴³⁸ *Idem*.

⁴³⁹ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Guia do Visitante do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1955, p. 55.

⁴⁴⁰ *Tribuna da Imprensa*, 09 de março de 1956.

Guia dos Visitantes quanto pelos conservadores do Museu, que sugeriam ao público como se comportar nos espaços da instituição e como se relacionar com o acervo apresentado. Durante o trajeto, “os visitantes eram acompanhados por um dos conservadores do Museu. Geralmente eram moças ou senhoras que conheciam o estabelecimento tão bem quanto o diretor. Eles faziam explicações sobre as diversas salas, familiarizando logo o visitante com as coisas do Museu”⁴⁴¹. Os conservadores eram formados pelo Curso de Museus, ofertado pelo Museu Histórico Nacional e dirigido por Barroso. Dessa forma, é possível afirmar que Barroso orquestrava as *ações* e as *relações* dentro da instituição.

“Funcionários categorizados”, os conservadores “falam diversos idiomas e, por isso, são capazes de dar uma ideia *exata* do que é a instituição”⁴⁴², direcionando, portanto, o olhar e conformando a leitura histórica. A “Sala Caxias”, por exemplo, teria possibilitado ao visitante *ver* a “Guerra do Paraguai ao vivo”⁴⁴³. A *realidade do passado* seria exposta por meio de um acervo “rico de objetos de arte e relíquias históricas apresentados em 45 salas”⁴⁴⁴, que proporcionaram ao expectador a sensação de que o “tempo recua quando se faz uma visita ao Museu Histórico Nacional”⁴⁴⁵. Segundo Regina Abreu, a possibilidade de induzir o público a percorrer as salas de exposição exibindo troféus de conquista em narrativas didáticas capazes de infundir o sentimento cívico “colocava os museus ao lado dos livros épicos, dos espetáculos, dos filmes, dos rituais cívicos, enfim, dos instrumentos adequados para forjar o sentimento cívico e a compreensão de conceitos abstratos como o de cidadania” (ABREU, 2011: 77).

Isis Castro (2018) explica que os Museus materializavam categorias de pensamentos como “história”, “tradição”, “passado”, “presente”, “futuro” que extrapolavam os seus espaços, mas que, dentro de seus muros, seriam expressas não só através de seu acervo, mas também das exposições, dos catálogos institucionais e das visitas guiadas. Por essa via, é possível afirmar que o Museu Histórico Nacional, sob a direção de Barroso, seria responsável por *corporificar* e *formar* os modos de percepção visual e espaço-temporal em circulação dentro da sociedade. O Museu auxiliava, dessa forma, a criar um corpo de cidadãos por intermédio de uma cultura

⁴⁴¹ *Diário de Notícias*, 07 de agosto de 1955.

⁴⁴² *Tribuna da Imprensa*, 09 de março de 1956.

⁴⁴³ *Idem*.

⁴⁴⁴ *Diário de Notícias*, 07 de agosto de 1955.

⁴⁴⁵ *Tribuna da Imprensa*, 09 de março de 1956.

comum, estabelecendo uma relação de continuidade entre o passado e o presente, balizada por uma mesma forma de *experimental* o passado⁴⁴⁶, conforme a perspectiva de seu diretor.

Um ano antes da morte de Barroso e em comemoração ao seu aniversário, os conservadores do Museu procuraram entronizá-lo como um patrono-herói, através da incorporação de seu busto ao acervo, eternizando-o pela mediação do objeto. Havia a intenção de instalar uma Sala voltada ao período em que ocupou a direção da “Casa do Brasil”⁴⁴⁷, contendo o acervo que ele ofertara à Instituição, composto basicamente por um conjunto de estampas coloridas de uniformes militares, um uniforme de soldado uruguaio e um Mosquetão Mauser - testemunhos da afeição pelos objetos militares. Havia também uma folha do olmeiro plantado por Pedro II na entrada do túmulo de George Washington, símbolo de seu apreço pelo Imperador e recordação da viagem realizada, em 1919, ao lado de Epitácio Pessoa.

Para Mário Chagas, “não há dúvidas, Barroso desejava a imortalidade do herói. Ele gostaria de fazer um gesto de bravura heroica pelo qual fosse reconhecido e admirado para sempre. O Museu deu-lhe essa oportunidade” (CHAGAS, 2003: 95-96). No infundável universo de artefatos produzidos pelos homens, Barroso escolheu aqueles que, de alguma forma, se relacionavam com os personagens e momentos consagrados por determinada produção textual da qual também era autor, desvelando o caráter personalista que o Museu assumiu sob sua direção e, fundamentalmente, informando sob qual aspecto gostaria de lembrado⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ Os museus e exposições tiveram participação importante na formação dos Estados Modernos e foram fundamentais para equipar os Estados de agências educativas e civilizatórias. Importa mencionar que o “complexo das exposições” ambicionava produzir um lugar para o povo, ao mesmo tempo em que os museus forneciam um “pano de fundo ideológico permanente”, que servia à necessidades de longo prazo. (ELKIN, 1997:122).

⁴⁴⁷ Gustavo Barroso solicitou a troca do nome “Museu Histórico Nacional” para “Casa do Brasil” em Carta ao Ministro da Educação em 1936, demarcando uma mudança do ponto de vista institucional que, apesar de não ter sido aceita oficialmente, foi disseminada em seus artigos nos Anais do Museu Histórico Nacional. A exemplo do que ocorria em Portugal, onde organizações oficiais recebiam esses apelidos, como “Casa do Povo”, (denominação das bibliotecas oficiais), o Museu fortificava a relação com o passado, representando um papel de agente do patriotismo (MAGALHÃES, 2009).

⁴⁴⁸ Segundo Isis Castro (2018), para honrar a memória do homenageado, as duas primeiras exposições temporárias montadas no MHN foram celebrações à história militar e seus heróis: “Sesquicentenário da Escola Militar do Brasil” e “Semana de Caxias”. Também foram apresentados os croquis da medalha de prata, a ser concedida anualmente ao aluno de destaque do Curso de Museus. Nela, estampava-se o busto de Gustavo Barroso, elevado ao lugar de patrono/herói da instituição que fundou. A primeira edição dos Anais Histórico do Museu Nacional publicada após a morte de Gustavo Barroso data de 1965. Castro explica que o periódico abria com um brasão em homenagem ao fundador e diretor Gustavo Barroso, entronizado à direita ao lado do Presidente Epitácio Pessoa, sob a égide da medalha comemorativa dos 25 anos de aniversário do museu. O antigo diretor passaria, assim, a compor o panteão de grandes vultos da história nacional que ele mesmo ajudara a construir.

Da biografia dos objetos à biografia por meio dos objetos

Ao traçar as diferentes tipologias de aquisição de acervo no Museu Histórico Nacional, temos procurado demonstrar, até o momento, que os objetos materiais possuíam uma trajetória – uma biografia. Conhecer o percurso trilhado por esses objetos permitiu compreender as relações sociais e políticas tecidas naquele contexto e, fundamentalmente, o que a própria instituição entendia por “histórico” e por “nacional”. O acervo da instituição, reunido e exposto em determinadas salas, conformava a biografia de determinadas personagens da história nacional. Contudo, para assegurar a efetividade dessa construção, Barroso fazia uso de outros dispositivos narrativos sobre o passado, como suportes de informação externa ao objeto. E, por essa razão, consideramos relevante investigar as narrativas e os discursos sobre os objetos para compreender como Barroso mobilizava as diversas formas de narrar o passado e, fundamentalmente, como elas dialogavam em sua obra.

Nesse sentido, é importante recorrer ao Catálogo Geral, publicado dois anos após a inauguração da instituição e com aproximadamente 200 páginas, no qual Barroso narrou a história do prédio onde o Museu foi instalado, apresentando as salas e descrevendo cada um dos objetos que compunham o acervo. O catálogo trazia indicações para a visita e conduzia o espectador pelas escadarias, arcadas, alas e salas que compunham o percurso ideal. É interessante notar que, nesse primeiro momento de organização do acervo, apenas uma personagem histórica mereceu uma sala destinada exclusivamente à exibição de sua trajetória de vida: Osório.

Em quase todas as salas do Museu, era possível notar a exibição de itens de origem militar, como, por exemplo, na Sala dos Ministros, onde estavam expostos sabres, lanças, couraças, espingardas, clavinas, fuzis, carabinas, bombas antigas e projéteis de artilharia. O catálogo do acervo demonstra que o Museu Histórico Nacional era, em grande medida, um museu militar, nos moldes do Museu dos Inválidos, como Barroso ansiava desde as primeiras propostas de criação. Na Sala dos Retratos, estavam reunidos estátuas, bustos, retratos e uniformes. O conjunto era composto por itens de épocas diferentes, o que sugeria que a aproximação entre eles estava relacionada à ideia de que constituíam suportes materiais para a *visualidade* do passado.

A Sala das Bandeiras era composta por 116 objetos de procedências diversas e a Arcada dos Canhões expunha artefatos italianos, franceses, portugueses, espanhóis, paraguaios e brasileiros. Na Arcada das Pedras, dentre os vários acessórios que a compunham, vale

ressaltar a “pedra que encimava a entrada do antigo Arsenal de Guerra da Corte, atual prédio do Museu”⁴⁴⁹. É curioso notar que Barroso propunha uma genealogia do próprio edifício da instituição, ao mesmo tempo em que sugeria uma espécie de devoção aos elementos remanescentes de sua origem. A devoção ao passado necessitava dos suportes materiais e, em muitas ocasiões, parecia prescindir de maiores explicações sobre o seu real significado, pois o passado deveria ser cultuado por si só. A sensação era de que tudo o que advinha do passado, porque pertencia ao passado, suscitava veneração.

Na Sala dos Capacetes estavam organizados artigos bastante diversificados, como azulejos, cartas, sabres, oratórios, lenços, livros de orações, faqueiros, tinteiros, uniformes, espadas, chafarizes coloniais, ladrilhos... A organização dessa sala aproxima a *prática museográfica* de Barroso, durante a década de 1920, da prática dos antiquários, frequentemente caracterizada de maneira negativa, devido à aparente desorganização das coleções, além de certo amadorismo⁴⁵⁰. A Sala dos Troféus continha 406 itens de procedências e épocas variadas, mas com uma “lógica colecionista” bastante interessante: todos os objetos eram provenientes dos campos de batalha.

Os “troféus de guerra” eram, na verdade, um conjunto de objetos pertencentes aos adversários do Brasil e que foram recolhidos após sua derrota. Chama a atenção a descrição que acompanhava cada um dos artefatos, compondo uma pequena biografia do objeto, como, por exemplo, o “sabre de gala, de fabrico inglês, que pertenceu ao ditador do Paraguai Francisco Solano Lopez e com que ele se defendeu até ser morto pela cavalaria brasileira, em 1º de março de 1870, à margem do Aquidabam”⁴⁵¹. Outro exemplo dessa questão, é a:

bandeira brasileira que tremulou no vapor Marquês de Olinda, aprisionado pelos paraguaios, quando levava para Mato Grosso o Governador Carneiro de Campos. Esta bandeira serviu de tapete ao ditador Solano Lopez; mas as tropas brasileiras, vencendo a nação paraguaia e entrando em sua capital *lavaram a nodoa desse ultraje*. O *bravo* Tenente Fidêncio Lemos do Prado

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ O Guia do Visitante, publicado em 1955, apresentava uma organização um pouco diferente. Houve um aumento do número de salas dedicadas às personalidades da história nacional, incluindo famílias sem relação com as Forças Armadas, que se imortalizaram mediante a doação de objetos. Apesar dessa particularidade, a maioria das salas dedicadas aos vultos históricos permanecia exaltando figuras militares, como Caxias e Tamandaré, que mereceram espaços à parte. Além disso, havia certa preocupação quanto à cronologia da história, de forma que as salas foram organizadas por uma lógica de continuidade com a história portuguesa. A Sala da República e a Sala Marechal Deodoro da Fonseca apresentavam objetos que recordavam a feição militar da transição política, expondo, inclusive, armas e uniformes dos primeiros presidentes do país. Na ânsia por “possibilitar a exposição de todo o seu acervo”, a exposição lembrava a prática antiquária, caracterizada pelo amontoado desordenado de objetos. Guia do Visitante. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1955.

⁴⁵¹ Catálogo Geral 1ª Seção: Archeologia e Historia. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924.

dela se apoderou na tomada de Assunção em 05 de janeiro de 1869, trazendo-a consigo para a pátria⁴⁵².

Interessa notar que, mesmo em um texto que se propunha ser um inventário do acervo, havia uma interpretação da história profundamente pessoal e patriótica. Além disso, a biografia do objeto narrava os eventos em que determinadas personalidades tiveram “contato” com ele, dotando-o de certa “aura”, de maneira que o visitante pudesse apreender o seu significado para a trajetória da nação. O catálogo possuía, na verdade, um caráter pedagógico. Nesse espaço, também estavam guardados “garfo e colher que pertenceram ao Duque de Caxias na Guerra do Paraguai”⁴⁵³, assim como as “botas usadas pelo Almirante Marquês de Tamandaré na Guerra do Paraguai”⁴⁵⁴. Dentre os objetos recolhidos do “inimigo”, figuravam lanças, sabres, balas de revólver, bandeiras, fragmentos de chilenas e esporas encontradas em campos de batalhas, assim como fivelas e argolões de prata de arreios paraguaios encontrados em campos de batalhas.

A informação sobre o local onde foram encontrados era importante nessa narrativa que, embora breve, demonstrava a parcialidade do autor, ao conferir um espaço privilegiado aos vestígios oriundos *do calor* das batalhas. Entre os artefatos referenciados, havia objetos de valor pecuniário, como anéis, broches, joias e cruces de prata. Todas as Armas possuíam objetos que “ilustravam” sua participação na Guerra do Paraguai, promovendo uma imagem de união entre as Forças Armadas, inclusive a Marinha, representada pelos “anéis e manilhas da corrente que fechava o Rio Paraguai em frente da Fortaleza de Humaitá” e que foram “tomados ao inimigo”⁴⁵⁵. Barroso promovia uma versão da história que não contemplava as tensões que permearam tanto as alianças com a Argentina e o Uruguai quanto os acordos entre os distintos segmentos da sociedade brasileira.

A exaltação do passado estava presente na exposição do quepe e do poncho do Imperador, usados na Guerra do Paraguai, assim como na farda de campanha do Conde d’Eu, ofertados pelo príncipe D. Pedro ao MHN. Havia um desejo de demonstrar as alianças do Museu com a nobreza imperial, como se a nobreza, enquanto valor, se estendesse até o presente. Havia uma categoria especialmente interessante, tanto pelo número de itens quanto pelo seu significado. Essa categoria comportava: avental dos porta-machados, machado dos antigos machadeiros,

⁴⁵² Idem [grifo nosso].

⁴⁵³ Idem

⁴⁵⁴ Idem

⁴⁵⁵ Idem

florete de músicos e tambores, terçado de corneteiros e tambores, uniformes dos médicos, haste de bandeira, insígnia de porta-bandeira, bordados da barretina, penacho de oficial de infantaria, bainha de espada de 1º uniforme de General, bandas, dragonas e fiadores usados pelos soldados brasileiros durante a Guerra do Paraguai. Todos esses elementos configuravam uma exposição material dos objetos descritos e representados no livro *Uniformes do Exército Brasileiro*. Dessa forma, ao utilizar diferentes suportes, Barroso não deixava dúvida sobre a *realidade do passado*, a “sua realidade”, revestida de um cariz patriótico e pedagógico, igualmente disseminado em outras formas de narrar o passado.

Dentre esses outros suportes, destacamos o livro *História Militar do Brasil*, publicado em 1938. A obra integrava a Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional que, sob a direção de Fernando de Azevedo, veiculava títulos raros e novos lançamentos destinados a um público mais amplo (DUTRA, 2006). Dividida em duas partes, a obra constituía a principal referência da disciplina História Militar do Brasil, ministrada por Gustavo Barroso no Curso de Museus e na Escola de Oficiais da Milícia Integralista do Distrito Federal, entre os anos de 1933 e 1934. A primeira parte foi dedicada à história da organização do Exército, seus uniformes, hierarquias e armamentos. O apego às minúcias da estrutura militar levou à produção de um texto acentuadamente descritivo e repleto de excertos de outros textos publicados pelo autor. O livro *Uniformes do Exército Brasileiro* foi transportado quase integralmente para a obra, incluindo a reprodução de algumas de suas aquarelas, dispostas ao longo do texto.

Vale ressaltar que, nesse contexto de produção, a preocupação quanto à originalidade da produção historiográfica não estava colocada nos moldes como a compreendemos atualmente. Conforme Bruno Franco Medeiros (2011: 108), a noção de plágio foi mobilizada, durante a época moderna, “no interior da constituição de uma crítica erudita, que se dedicou a desvendar os inoportunos empréstimos que escritores faziam de obras alheias”. As demonstrações de provas e os vereditos finais acabaram promovendo modificações substantivas na configuração das “belas-letas” e no estatuto do homem de letras, que passou a modular sua conduta a partir dessas regras. Até meados do século XVIII, as discussões sobre o plágio envolviam, além das falsificações, a ausência de sinais de citações, tanto nos rodapés quanto nas margens.

A partir do século XIX, as discussões a respeito da escrita da história desempenharam um importante papel na crítica ao plágio, “quando se passou a exigir do historiador não só a capacidade de *contar* uma história, mas principalmente, *provar* o que ele contava”

(MEDEIROS, 2011: 124). No entanto, é curioso notar que, mesmo Ranke, “o fundador do ofício do historiador moderno” e que frisava a necessidade de notas de rodapé, “escrevia seu texto e somente depois procurava seus livros e suas notas, extratos e sumários para a prova exata que os sustentassem” (GRAFTON, 1998: 65). Essa prática parece ter sido, inclusive, constante em Ranke, cujo secretário “tivera de caçar referências, das quais Ranke fornecia apenas pistas, que às vezes absolutamente não existiam” (GRAFTON, 1998: 65).

No interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as discussões sobre o plágio foram frequentes ao longo do século XIX, notáveis tanto nas acusações às obras de Melo Moraes quanto nas admoestações à escrita de Abreu e Lima. Em ambos os casos, a forma de escrita da história se aproximava da compilação, gênero que remonta à Antiguidade e cujo sentido era, originalmente, negativo. Somente a partir da Idade Média, o termo adquiriu um caráter positivo e próximo do sentido de “extratar”, entendido como a ação de fazer extratos de obras de outros autores. Conforme Santos (2013: 53), “o uso de compilação para definir o trabalho do historiador aparece, de certa forma, sutilmente disseminado no século XIX, não faltando autores dos quais Abreu e Lima possa ter partido para defender que todo historiador é um compilador”.

Nesse período, o sentido de “compilação” servia para demonstrar que as obras eram baseadas em documentos e fontes, possuindo, portanto, um substrato que atestava a veracidade de seu conteúdo. Essa questão informava, na verdade, sobre o confronto entre formas distintas de se conceber a escrita da história presentes na historiografia oitocentista brasileira, compreendida “como um campo aberto, permeado por disputas entre formas de escrita da história” (SANTOS, 2013: 58). Quanto a Gustavo Barroso, a prática de reproduzir seus próprios textos em diversos suportes midiáticos informava sobre uma compreensão do ofício do historiador como resultado de um acúmulo de erudição, algo a ser difundido em uma produção prodigiosa, não raro, mais pela quantidade que, necessariamente, pela originalidade. Ao mobilizar diferentes suportes, Barroso visava atingir um público, igualmente, diversificado.

A segunda parte do livro *História Militar do Brasil*, por sua vez, apresentava a “história das grandes campanhas militares” que, de forma romanceada, intentava promover uma aproximação entre o relato histórico e o leitor. A reprodução dos mapas e cartas cartográficas sugeria a iniciativa de conferir certa *visualidade ao passado*, reforçada pela reprodução de algumas missivas. É possível que a recorrência à essa multiplicidade de suportes para a experiência do passado fosse devedora da proposta didática que orientava a produção do livro inicialmente. Nesse sentido, a fim de “parecer confiável”, Barroso mobilizava recursos

variados, inclusive o afeto, quando necessário. Na introdução, o autor afirma que “se lhe falta ciência, não lhe falta consciência”, pois essa se “mostra a cada passo na sinceridade dos propósitos e, sobretudo, no amor pelo Brasil”⁴⁵⁶.

A sinceridade, mais que a autenticidade, foi mobilizada na apresentação de seus projetos, denunciando uma escrita que advogava a condescendência do leitor por meio de certo sentimentalismo. Nessa incursão pela verdade do passado, também é possível identificar certa nostalgia que, a partir das proposições de Jean Baudrillard (1991: 14), pode assumir a feição de uma carência do real, “quando o real já não é o que era”. Essa aparente ausência de realidade pode levar a uma sobrevalorização dos mitos de origem e dos signos de realidade, assim como de verdade, de objetividade e de autenticidade (BAUDRILLARD, 1991: 14). Espécie de *miragem*, esse olhar detido no passado promovia, em Barroso, a ilusão da realidade do vivido, embora a experiência pretérita estivesse localizada em um tempo fugidío, sendo, portanto, tão ilusória quanto o presente instável.

No livro *História Militar do Brasil* havia também algumas notícias biográficas que compunham a narrativa dos episódios da história militar nacional, como se essa não se desenvolvesse sem a ação dos *grandes homens*. Esses pequenos textos biográficos foram retirados de alguns romances biográficos publicados pelo autor ao longo das décadas de 1920 e 1930, sugerindo, mais uma vez, que a nação era resultado da ação dessas personagens da história. Ricamente ilustradas, as páginas de *História Militar do Brasil* se valiam, portanto de documentos escritos, cartográficos e iconográficos que compunham a coleção do MHN para demonstrar aos leitores a verdade das informações apresentadas. Algo que também podia ser observado no livro *Nos Bastidores da História do Brasil*, que reunia artigos publicados por Barroso na *Revista O Cruzeiro*, na seção “Segredos e Revelações da História do Brasil”.

Nesse livro, o capítulo “A estátua equestre de Uruguaiana” relata a viagem do imperador Pedro II ao Rio Grande do Sul, época em que o monarca percorreu o rio Uruguai, realizando conferências com os generais e inspecionando as tropas. Nessas ocasiões, “Sua Majestade se apresentou sempre com a farda e o poncho bordados de Marechal do Exército”⁴⁵⁷. Segundo Barroso, após a rendição de Uruguaiana, foi planejada a construção de uma estátua equestre em homenagem ao imperador, ficando o escultor Chaves Pinheiro como responsável pela elaboração da maquete em tamanho natural. O imperador recusou a estátua e o modelo em gesso passou a integrar a coleção do Museu Histórico Nacional em 1922, ocupando até a

⁴⁵⁶ BARROSO, 1938, vestibulo.

⁴⁵⁷ BARROSO, s/d, p. 183.

atualidade um espaço central na exposição. Ao narrar a trajetória da peça, Barroso reproduzia parte do catálogo do museu em formato de literatura, como se estivesse chamando visitantes. Conforme Francisco Ramos (2019a: 29), “é como se a ficção fizesse parte das legendas, atribuindo às peças uma vitalidade que o espaço de exposição, sozinho, não conseguiria dar”.

A *visualidade* do passado era assegurada, dessa forma, tanto pela exposição do objeto quanto pela narrativa que o acompanhava, expondo a “realidade” do passado sem obstaculizar com os imaginários que cercavam o artefato. Estes, muitas vezes, mereciam relatos à parte. As muitas histórias sobre a força de Tiradentes, relatadas em um artigo nos Anais, constituíam um exemplo dessa prática de narrar a biografia dos objetos, desvelando lendas em busca da verdade histórica. A esse respeito, conforme recordaram Francisco Ramos e Aline Magalhães (2013: 98), não seria inadequado “avaliar o papel da ficção em um estudo sobre a história do patrimônio, como fez Dominique Poulot, ao considerar a ficção como algo central no cultivo de sentimentos afeitos à conservação e à composição de conexões entre o ‘antigo’ e o ‘belo’”.

Barroso transferiu para as páginas das biografias que escrevia a história produzida no Museu Histórico Nacional, exposta em suas galerias e publicada em seu principal órgão de divulgação, os Anais. Na biografia de Tamandaré, publicada originalmente em 1933, há um conjunto de objetos referenciados que compunham as coleções do Museu, por exemplo, a espada tomada ao Major Estigarribia que figurava “como uma *recordação concreta* desse feito nas coleções do Museu Histórico”⁴⁵⁸. A materialidade do objeto convidava a uma relação tangível com o passado no campo das sensações e, ao ser incorporada ao relato escrito, parecia assegurar a realidade da história, colocando em ação dispositivos de imaginação.

Dentre esses dispositivos, a experiência do leitor também importava, pois, conforme Gaston Bachelard (1994: 188), a imagem que a leitura de um texto oferece enraíza-se no leitor, tornando-o, em alguma medida, cocriador da obra. Dessa forma, ao recebermos a imagem, cultivamos “a impressão de que poderíamos criá-la, de que deveríamos criá-la” e, por essa razão, a imagem se transforma “num ser novo de nossa linguagem, exprime-nos fazendo-nos o que ela exprime, ou seja, ela é ao mesmo tempo um devir de expressão e um devir de nosso ser. No caso, ela é a expressão criada do ser” (BACHELARD, 1994: 188). Dessa forma, nos espaços entre o objeto e a escrita, a narrativa barroseana comportava uma dimensão

⁴⁵⁸ BARROSO, 1933, p. 211 [grifos nossos].

imaginativa que detinha o leitor, como partícipe da (re)construção do passado e cuja aspiração passava a ser, na verdade, a participação na própria construção da nação.

Conforme Francisco Ramos (2019a: 32), é importante reconhecer que Barroso e o MHN não estavam isolados nessa proposta, pois “usar a cultura material preservada em instituições oficiais para compor tramas que articulassem história e ficção fazia parte do jogo, sobretudo quando se desejava divulgar a história”. Nesse caso, Barroso fazia parte de uma rede, tanto pelas estratégias narrativas quanto editoriais. Dentre essas estratégias, Francisco Ramos (2019a: 34) assinala a criação de um “interesse pelo passado para estudantes e um público mais amplo”, questão fundante para certos intelectuais, que também aproximavam “a ficção da história”, como Coelho Neto, Viriato Correa e Afrânio Peixoto.

Gustavo Barroso recorria ao MHN para ilustrar seus textos, ao mesmo tempo em que, por meio da escrita, convidava os leitores a visitarem o Museu. A coleção de canhões, exposta no pátio central do Museu, é mencionada na biografia de Tamandaré por conter uma peça que “perpetua no bronze esverdeado pela pátina do tempo a lembrança da vida de Joaquim Marques Lisboa”⁴⁵⁹. O canhão seria um mediador na construção biográfica do Almirante por conter “na faixa da culatra o seu nome gravado como o do Inspetor que presidiu a sua fundição”⁴⁶⁰. Dessa forma, os objetos foram referenciados como testemunhos do passado e, portanto, capazes de assegurar a veracidade dos fatos narrados, pois à “integridade física do artefato corresponde sua verdade objetiva” (MENESES, 1998: 92).

A reverência às personagens militares envolvia também a reverência às máquinas de guerra que, imantadas pela presença dos *grandes homens*, adquiriam status de relíquia, como a embarcação D. Afonso, que transportou os membros da família imperial. Após mencionar a “participação” do navio nos fatos históricos, Barroso informou que “sua figura de proa, retirada após o naufrágio em que se inutilizou, achava-se *cuidadosamente conservada* no Museu Histórico Nacional”⁴⁶¹. O zelo com o vestígio do passado demonstrava que certa afetividade permeava a relação do diretor do Museu com o seu acervo, ao mesmo tempo em que recomendava a mediação das emoções na constituição de contatos com o pretérito.

Dessa forma, ao intercambiar narrativa histórica e narrativa museográfica, Barroso promovia uma pedagogia da história, comprometida com a construção política e simbólica da nação, atendendo às necessidades do presente e, principalmente, promovendo uma abertura para o

⁴⁵⁹ Idem, p. 143.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Idem, p. 119.

futuro. Ao mobilizar o nacionalismo e o militarismo, em suas distintas formas de narrar o passado, Barroso instituía a tradição como categoria basilar para a comunicação entre as gerações. Promovia, na verdade, uma ordem do tempo, pois, na medida em que testificava a monumentalidade do passado, ele acabava por assegurar uma promessa de futuro para a nação. E ainda, ao conferir um sentido à passagem do tempo, Barroso garantia certa coesão ao presente da comunidade nacional.

Barroso produziu uma narrativa que se movia entre o objeto e a palavra, promovendo uma experiência do passado balizada pela tangibilidade e pela visualidade, mobilizadas pela matéria e pela escrita. Conforme Aleida Assmann (2011: 199), a escrita seria, ao mesmo tempo, um suporte e uma metáfora da memória, cuja capacidade de conservação das informações ao longo do tempo somente foi questionada por volta do século XVIII. Nesse período, a desconfiança quanto à força reprodutiva das letras não impossibilitou o contato com o pretérito, pois ele era acessado por meio de outros suportes de mediação (ASSMANN, 2011: 222). Objetos remanescentes e vestígios possibilitaram um acesso completamente diverso ao passado, especialmente porque incluíram as “articulações não verbais de uma cultura passada – as ruínas e os elementos remanescentes, os fragmentos e os cacos – bem como os resquícios da tradição oral” (ASSMANN, 2011: 225).

Nesse contexto, é possível localizar uma forma específica de experimentar o passado: a sensibilidade antiquária. A atividade do antiquário, conforme Manoel Salgado (2000: 116), foi marcada pelo desejo de “tornar o passado uma presença materializada nos objetos que o circundavam”, capazes de proporcionar uma experiência sensorial do passado. Tal experiência envolvia “um ordenamento hierárquico dos sentidos e os efeitos de sentidos admitidamente inferiores, como tato, paladar e olfato, na companhia do órgão superior da visão” (BANN, 1994: 146-147). Tal prática recebeu duras críticas nos séculos seguintes, especialmente motivadas por sua pretensa “falta de método na coleção dos objetos que guardava, amadorismo e, sobretudo, uma suposta falta de utilidade para um esforço colecionista dessa ordem” (GUIMARÃES, 2012, 116).

A esse respeito, Manoel Salgado (2000: 115) chamou a atenção para o fato de que “não foi sempre essa a imagem dos antiquários e de suas atividades de colecionadores, sendo seu interesse pelo passado considerado tão legítimo quanto o conhecimento histórico balizado a partir de novos referenciais como os que praticamos hoje”. Segundo Stephen Bann (1994: 132), a atitude antiquária não seria uma aproximação imperfeita da historiografia científica e profissionalizada, mas antes, um “relacionamento específico, vivo, com o passado e que

merece ser tratado nestes termos”. Na verdade, essa tradição chegou a constituir-se como espaço legítimo de reflexão sobre o passado, “dispondo até de cátedras em prestigiosas universidades inglesas a partir do século XVII” (GUIMARÃES, 2000: 115).

No tocante ao Brasil, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, como parte de um projeto mais vasto das elites políticas, inscreve-se um conjunto amplo de “instituições estrangeiras que dedicaram seus esforços no sentido de recolher, preservar, pesquisar e divulgar as histórias nacionais” (GUIMARÃES, 2000: 126). Com inúmeras delas, o IHGB manteve estreitas relações intelectuais, “partilhando posturas relativas ao tratamento da história, particularmente no que diz respeito à presença da tradição antiquária, combinada agora às exigências formuladas pela cultura histórica oitocentista” (GUIMARÃES, 2000: 126).

E foi, nesse cenário político e cultural que, em meados do século XIX, a atividade antiquária deu lugar a uma postura cada mais científica de tratamento do passado, confluindo na ascensão da história como ciência. O ofício do historiador passou a ser caracterizado por tornar o “passado distante e objeto de uma reflexão científica, cognoscível apenas por esse procedimento intelectual capaz de apreender o passado como processo, como um via-a-ser do presente”. (GUIMARÃES, 2000: 116). Nesse momento, foi possível observar uma maior preocupação com a patrimonialização do passado, quando ocorreu o nascimento de disciplinas e práticas voltadas à preservação e à restauração do legado material do passado, “com o significado agora de provas materiais da existência de um passado passível de ser acessado, também, pela via desses restos materiais” (GUIMARÃES, 2012, 97).

Ainda conforme Manoel Salgado, não se trata de “mera coincidência temporal, mas de solos de emergência similares, que tornaram as preocupações disciplinares com a história e as relativas ao patrimônio parte de uma cultura histórica que investe de maneira sistemática em diferentes possibilidades de narrar o tempo passado” (GUIMARÃES, 2012, 99). Nesse ponto, é possível observar certa similaridade entre as formas de narrar o passado empreendidas por Gustavo Barroso e as características da cultura histórica oitocentista, no tocante ao tratamento conferido ao passado. Por essa via, é possível identificar, ainda, certos elementos próprios da tradição antiquária nas narrativas construídas por Barroso. Algo evidente nos procedimentos que orientavam a seleção e a interpretação dos vestígios materiais, tidos como elementos capazes de comprovar a existência dos acontecimentos, atribuição que assegurava a esses objetos o *status* de relíquias.

A tangibilidade do passado se somava à visualidade da história. A esse respeito, importa recordar que o texto histórico guardava relações com a pintura e a poesia, pois “ao articular sinais gráficos num texto, evocava imagens acerca do passado a ponto de estimular sua concretização sobre a superfície plana da tela segundo os cânones e o projeto estético da pintura histórica” (GUIMARÃES, 2000: 121). Ao fazer “ver” a história, por meio dos objetos referenciados em sua obra, Barroso produzia uma experiência do passado devedora de múltiplas tradições, que não se esgotaram no século XIX. Pois, “no Brasil do século XX, a escrita da história não se divorcia completamente da ficção, não dá fim aos procedimentos do romantismo, nem elimina a sensibilidade antiquária (MAGALHÃES; RAMOS, 2013: 99).

Tais elementos permaneceram vigentes, sobretudo, na ânsia cultivada por Barroso de trazer o passado ao presente, “operação impossível do ponto de vista da história científica que Gustavo Barroso abraçava, mas uma possibilidade plausível se o presente estivesse diante de um objeto do passado” (RAMOS, 2019b: 72). E seria esse, aos nossos olhos, o ponto de contato entre a *operação historiográfica* e a *operação museográfica* conduzidas por Barroso, aqui compreendidas como operações que se comunicavam e se complementavam. Dentre as formas de narrar o passado, em grande medida devedoras do Oitocentos, destacamos a escrita biográfica como uma modalidade narrativa que, ao recorrer à estrutura do romance, comportando certa dose de ficção, constituiu um dispositivo importante, nessa ambição de tornar o passado presente.

PARTE III

BIOGRAFIAS DE E POR BARROSO: MEMÓRIA DO INDIVÍDUO, MEMÓRIA DA NAÇÃO

Nessa incursão pelo gênero biográfico, analisamos as biografias produzidas por Gustavo Barroso, assim como as reconstruções de sua própria biografia na memória nacional, assumindo que o próprio autor participou deliberadamente desse processo de construção e reconstrução memorialística. A nossa intenção é investigar os intercâmbios entre sua produção de caráter militar e o espaço que ele veio a ocupar no interior das Forças Armadas, enquanto intelectual reconhecido como porta-voz da instituição.

O capítulo inicial analisa o discurso historiográfico de Gustavo Barroso presente nas narrativas biográficas elaboradas pelo escritor entre 1928 e 1945. Essa investigação parte do princípio de que, ao biografar os militares que atuaram durante o Segundo Reinado no Brasil, o escritor o fez à luz das inquietações de seu tempo, intentando construir análises históricas decifradoras e atualizadoras dos problemas nacionais. A proposta é de que a narrativa biográfica barroseana integra-se à escrita da história do Brasil, na medida em que auxilia na criação de uma ordem do tempo - o tempo da nação - e na definição de um espaço de atuação - o território brasileiro.

As biografias assinadas por Barroso serão estudadas em diálogo com as experimentações que este gênero vivenciou durante a década de 1930, marcadas pela tentativa de humanização das personagens. Dessa forma, a construção do herói barroseano será analisada em estreita relação com a ideia de *grande homem* – noção que orientava o fazer biográfico desde o Oitocentos. Consideramos que, ao *narrar* a trajetória dos combatentes do passado, Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou “testemunhas”, oferecendo-lhes uma experiência do passado. A hipótese é de que havia uma ambição pedagógica, pois o que se acompanhava, por meio destes *relatos de vida*, não era tanto a evolução do caráter da personagem, mas, antes, a maneira como suas virtudes eram postas à prova em diferentes momentos. Para Barroso, interessava a singularidade do percurso individual e a exemplificação da eficácia de uma virtude, presente no *grande homem*, e os desastres resultantes de determinado vício, encontrado nos adversários.

No capítulo seguinte, em diálogo com os estudos sobre a configuração da crítica literária no Brasil, analisamos a recepção das publicações de Barroso entre os letrados da época, veiculadas em páginas de revistas e jornais. Ao registrarem suas impressões de leitura sobre

textos de natureza biográfica, consideramos que esses autores informavam sobre estratégias de construção e de manutenção de redes de sociabilidade essenciais à sobrevivência na República das Letras. Investigar tais estratégias permite desvelar campos de convergência e de divergência de ideias, assim como perceber o lugar que esses homens de letras ocupavam no cenário político e social.

Por essa via, investigamos a recepção de parte da intelectualidade latino-americana à produção de Barroso. Envolvidos nos debates sobre o nacionalismo e as questões atinentes ao Rio da Prata, esses intelectuais promoveram o revisionismo histórico motivados pela recordação do cinquentenário do fim da Guerra do Paraguai. As interpretações acerca dos embates entre o Brasil e os países vizinhos delineou um campo de conflitos entre a intelectualidade das nações envolvidas, marcado por certo grau de animosidade, avultado pela exposição em alguns dos maiores veículos midiáticos da época. Nesses espaços, é possível identificar o acirramento das disputas em um contexto em que os intelectuais, como produtores de bens simbólicos, ganharam maior importância e visibilidade social.

No terceiro capítulo, analisamos a memória de Gustavo Barroso na memória nacional. A nossa intenção é desvelar como se articulam e antagonizam as diferentes faces de sua vasta produção em uma dinâmica complexa de construção e (re)construção memorialística. Nesse sentido, estudamos o funeral de Gustavo Barroso e a posterior transladação dos despojos mortais para Fortaleza, como aspectos fundamentais para a compreensão da memória que se constituiu logo após a sua morte, especialmente por intermédio dos discursos fúnebres. Importa-nos mencionar a presença dos Dragões da Independência durante o cortejo fúnebre, denotando honras de chefe de Estado, congratulação que poucos civis receberam. Durante a transladação dos restos mortais, a urna funerária “repousou” no Museu Histórico Nacional e, em seguida, foi transportada para o Ceará em uma embarcação da Marinha de Guerra e depositada em uma praça em frente ao colégio onde Barroso estudou durante a infância. A imprensa registrou a presença do presidente da República, Castelo Branco, e a inauguração de uma estátua no local. Tal ritualística demonstra, conforme tentamos provar, grande investimento do ponto de vista do simbólico. Na memória nacional, a memória de Barroso foi evocada por prismas distintos e, contraditoriamente às expectativas tecidas nas últimas décadas, a reedição de suas obras vem demonstrando que suas tonalidades conservadoras ainda encontram um público leitor.

CAPÍTULO I

HERÓIS DE PAPEL LITERATURA E FICÇÃO NA ESCRITA DA HISTÓRIA

“Um lobo perseguido e acuado”

A Guerra do Lopez constitui a primeira biografia produzida por Gustavo Barroso. A obra foi publicada em 1928 pela Companhia Editora Nacional e figura entre os trinta e três lançamentos do autor, alguns com edições esgotadas. Na capa, o autor assina o nome próprio, seguido do pseudônimo “João do Norte” e da identificação “da Academia Brasileira de Letras” - informações que sugerem o anseio por demarcar um *lugar* na produção literária nacional. Nessa época, Barroso era relativamente conhecido por sua escrita regionalista, fortemente comprometida com a exaltação do Ceará, seu estado natal, responsável por sua inserção em espaços seletos de sociabilidade durante a Primeira República. O pseudônimo evocaria a origem nortista e seria utilizado pelo autor desde as primeiras publicações, tanto em jornais, quanto em livros. A vinculação à ABL insinuaria, por sua vez, a necessidade de exibir o *pertencimento* a um espaço consagrado de produção, algo que atestaria a qualidade da obra, assim como o mérito e a reputação do escritor. Importa considerar os vínculos entre o biográfico e as instituições tradicionais, como o IHGB e a ABL, durante a Primeira República. Armelle Enders (2014: 331) explica que seriam essas instâncias remanescentes do período imperial as responsáveis por difundir “entre o grande público a história do Brasil e a memória de seus vultos, especialmente homenageados por ocasião do centenário da independência”.

Quanto à proposta da publicação, o autor informa “tratar-se de um livro de folclore de guerra”⁴⁶², que reuniria histórias que lhe contaram “velhos soldados do Paraguai”⁴⁶³, incluindo versos, tradições e anedotas. As epígrafes que antecedem cada um dos dezessete capítulos apresentam, em geral, elementos da cultura popular, presentes em letras de samba, quadras e cantigas populares. Há certo cuidado com a autoria na transcrição das citações, de maneira a informar os pesquisadores responsáveis por inventariar essas fontes, como, por exemplo, na segunda epígrafe, quando é apresentado um “samba baiano colhido por João da Silva Campos”. A noção de tradição é algo que *atravessa* a obra, presente desde a

⁴⁶² BARROSO, 1928, p. 25.

⁴⁶³ Idem.

apresentação, por meio de uma citação em francês, atribuída a Pierre Loti: “vamos manter a tradição de nossos pais, o que parece nos prolongar um pouco, conectando-nos mais intimamente aos homens do passado e futuros homens”⁴⁶⁴.

Conforme Albuquerque Jr. (2013), entre os pesquisadores do folclore nacional, teria havido um grupo, representado por autores como Sílvio Romero e Gustavo Barroso, que recolheu material popular e se dedicou a reproduzir em livros parte deste material. Contudo, embora publicassem os versos e os contos, “ninguém ficava sabendo quem eram seus autores, a história deles, como viviam, produziam, decoravam, enfim, não se sabia a mecânica da sua produção” (ALBUQUERQUE JR., 2013: 83). Outro senão que rondaria essa prática estaria no fato de que, apesar de não adulterarem o material popular e não atribuírem a si mesmos a autoria do que aparecia em seus livros, esses autores selecionavam o que merecia ser publicado, atitude que significaria “uma interferência deles na forma como este material ia ser recebido”. Ao se identificarem apenas como colecionadores do material popular, esses escritores não se interessavam por pesquisar e tornar visível quem eram os verdadeiros autores dos poemas, dos versos, da produção literária que recolhiam, selecionavam e divulgavam. Dessa forma, os verdadeiros “autores continuavam anônimos, continuavam escondidos atrás de sua produção que, facilmente se tornavam assim produção do outro, do autor letrado, do folclorista que os recolhia” (ALBUQUERQUE JR., 2013: 83).

Havia um movimento ambíguo de afirmação desses homens, transformados em autores pela ação do folclorista, ao mesmo tempo em que eram rebaixados para a condição de subordinados à autoridade desse pesquisador. Conforme Albuquerque Jr. (2013: 87), isso se dava “não pela desonestidade do poeta, mas porque não parecia existir nessas práticas culturais marcadas pela oralidade a ideia mesma de autoria, tal como concebida nas práticas culturais marcadas pela escrita”. O que imperaria nesse universo cultural seria a lógica do uso e não da posse ou da propriedade, pois nesse universo das atividades poéticas das camadas populares a própria noção de propriedade sobre um bem simbólico seria ainda bastante frágil. Acrescentemos a isso o fato de o folclore, enquanto uma área de conhecimento muito recente, ainda não ter o prestígio de outros saberes. Apresentado como sendo outra forma de conferir sentido ao passado, ele trataria de uma outra história: “a história do povo, a história da contribuição popular para a civilização, a história das tradições populares, que encarnariam a verdadeira história dos homens e das sociedades” (ALBUQUERQUE JR., 2013: 148).

⁴⁶⁴ “... gardons la tradition de nos pères, qui semble un peu nous prolonger nous même en nous liant plus intimement aux hommes passés et aux hommes á venir”. (Pierre Loti – Au Maroc). A tradução é de minha responsabilidade.

Ao nomear as matérias e formas de expressão que recolhiam como sendo tradicionais, os folcloristas imediatamente as alojavam no passado. Dessa forma, o folclore seria compreendido como algo pertencente a um tempo que está em vias de desaparecer, como sendo composto por manifestações, por rituais, por objetos, por festas, lendas, mitos e superstições. Por essa via, o discurso do folclore apontaria uma forma muito particular de pensar a história, uma história feita de conservações e não de mudanças, de rupturas, de descontinuidades, de deslocamentos. “Uma história conservadora, que se pensa como resgate do passado, como reposição da tradição, como retorno da memória, como reencenação do já vivido, como reencontro com o tempo perdido, como a ressurreição do que estava morto” (ALBUQUERQUE JR., 2013: 154). Essa história nostálgica e saudosista buscaria anular as diferenças temporais ao produzir o reencontro do presente com o passado.

A própria escrita da obra folclórica poderia ser “encarada como uma atividade de prolongamento no tempo destas tradições ditas ancestrais, uma contribuição à continuidade de costumes e crenças, uma maneira de tornar presente este tempo atemporal, este tempo que não passa” (ALBUQUERQUE JR., 2013: 175). A necessidade de perenizar os registros do passado poderia ser compreendida, assim, como fruto de um anseio por retornar a um tempo idealizado, o que demonstraria seu viés romântico⁴⁶⁵. Importa destacar que os folcloristas eram, em sua maioria, homens insatisfeitos com o mundo burguês, com a sociedade moderna, com a sociedade de mercado, com a própria democracia burguesa. Dessa forma, a manutenção da tradição seria um instrumento de luta contra a corrupção do tempo. Tal postura apontaria uma compreensão antiquária da história, uma história monumental, em que “tudo de grandioso reside e foi feito no passado, que o futuro é amedrontador, e só será apaziguado, domado, pela repetição do passado, se ele for a efetivação do passado como projeto” (ALBUQUERQUE JR., 2013: 165).

Segundo Renato Ortiz (1992: 65), os românticos seriam os responsáveis pela fabricação de um popular ingênuo, anônimo, espelho da alma nacional; os folcloristas, por sua vez, seriam seus continuadores, buscando no positivismo emergente um modelo para interpretá-lo. Contrários às transformações impostas pela modernidade, eles se insurgiriam contra o

⁴⁶⁵ Conforme Renato Ortiz (1992), a noção de cultura popular seria fruto recente da história, uma vez que os antiquários possuiriam um mero interesse de colecionador, de tal forma que ela teria surgido somente com o movimento romântico, cristalizando-se com os folcloristas. Enquanto criação de intelectuais com intenções variadas, tal noção se voltaria, especialmente, para a compreensão das tradições. A ideia de cultura popular estaria ainda associada à herança passadista, cujo destino seria, no choque com o processo civilizatório, ser eliminada ou confinada nos museus (ORTIZ, 1992: 65). Tal identificação entre o popular e o pretérito seria marcada pela orientação romântica que consideraria o princípio nacional como elemento propulsor do folclore.

presente industrialista das sociedades europeias e, ilusoriamente, tentariam preservar a veracidade de uma cultura ameaçada. Os resquícios desse passado desaparecido, morto, constituiriam o maior interesse do folclorista.

Segundo Alfonsina Moreira (2006: 90), estudiosa do pensamento folclorista de Gustavo Barroso, ele teria incorporado em sua produção traços românticos ao expressar o passado como o lugar ideal, o lugar dos sonhos e desejos, ao definir o saudade como a “maior testemunha da verdade”, por ter dado destaque aos sentimentos para a legitimação de seu saber. O presente apareceria, reiteradas vezes, como o momento em que as perdas e as adulterações estariam em perigo, “daí certo cuidado preservacionista que idealiza o ‘popular’ como um ritual fechado sobre coisas passadas (MOREIRA, 2006: 153). Na expectativa de traçar os contornos do nacional, Barroso encontrava nas particularidades regionais um caminho para construir um projeto de brasilidade. Tais elementos seriam disseminados, por exemplo, em sua obra *Ao Som da Viola* (1921), que seria considerada por Câmara Cascudo, no Dicionário do Folclore Brasileiro, a primeira antologia do folclore publicada no Brasil (ALBUQUERQUE JR, 2015). Essa produção regionalista configuraria uma escrita de passagem entre o regionalismo naturalista, pautado pela tese evolucionista do século XIX, para um novo regionalismo, orientado por dimensões históricas e sociológicas. A ambição de Barroso seria, nessa incursão pelo “folclore de guerra”, encontrar elementos capazes de compor um “retrato” da identidade nacional, seus tipos e costumes, de forma a perenizar (pelo relato) tais remanescentes da memória militar nacional.

Em sua obra, às mulheres, por exemplo, são destinados os papéis tradicionais de mãe, esposa e filha. Exaltadas pela doçura, passividade e abnegação - as mulheres são valoradas na medida em que doam suas joias, seus filhos e companheiros para a guerra. A narrativa apresenta histórias de mulheres que se dedicam à vigília e à oração, em uma inércia profunda, única possibilidade de existência em um universo marcadamente viril. O feminino é *espera*. Todavia, destoa desses relatos a figura de Sinhá Mariquinha, “uma senhora já trintona e de boa família”, que residia no interior de Alagoas e vivia reclusa no espaço doméstico, pois: “tinha razões para isso. Além de solteirona era muito feia, alta, magra, angulosa, com o nariz pontudo e ornado por uma grande excrescência carnosa”⁴⁶⁶. Segundo Barroso, quando o governo imperial convocou a população para o alistamento militar, Maria Teixeira decidira se alistar como voluntária e, para tanto, cortara os cabelos e vestira roupas masculinas, se

⁴⁶⁶ Idem, p. 25.

apresentando como José Mathias. Durante o exame médico, a farsante teria sido descoberta e sua história seria motivo de zombaria por toda a população da cidade.

A atitude de Sinhá Mariquinha foi interpretada menos como resultado de um impulso patriótico, que necessidade de ultrapassar o espaço doméstico e adquirir notoriedade. O fato de ser “feia e solteirona”, seria a única explicação possível para o desejo de alistamento feminino, pois “não tinha como deixar de saber que se examinam todos os que assentam praça”. Tal opinião seria compartilhada por toda a população, entretanto, se a personagem mantinha um convívio restrito ao âmbito doméstico, depreende-se ser totalmente possível que ignorasse o exame médico. Ao final, o autor informa que Sinhá Mariquinha ficara louca. O *olhar* sobre o feminino reafirma os papéis historicamente atribuídos às mulheres, especialmente a importância do casamento como garantia de felicidade, ao mesmo tempo em que a beleza estética aparece como fundamental para o convívio social. A narrativa desperta certa comiseração pela “desgraçada”, que estava “sozinha no mundo”, informando sobre um autor que, embora perceba certa valentia na atitude de sua personagem, não deixa de chamar a atenção para os espaços que devem (e os que não devem) ser ocupados pelas mulheres.

No capítulo “Baiano Dorminhoco”, Barroso narra a trajetória de um voluntário que se distinguia pelo “relaxamento” e pelos vícios, que o levariam a ser continuamente castigado e despertariam asco entre seus companheiros. Identificado pelos soldados como Rolamboide, o voluntário seria um jogador contumaz, sendo o “maior pecado a preguiça”, pois constantemente bêbado, “evitaria todo e qualquer serviço, cochilando na formatura e dormindo por toda parte”⁴⁶⁷. A aparente “lezeira irritante” teria motivado inúmeros açoites a bordo, de tal forma que o seu capitão teria desejado que “uma bala paraguaia levasse esse pesadelo”⁴⁶⁸, afirmação que o voluntário teria ouvido repetidamente, “com um sorriso parado nos lábios grossos e moles de mulato”⁴⁶⁹. Ao mesmo tempo em que o autor degrada o comportamento do personagem, recorre a termos pejorativos para identificação de um grupo étnico que, embora fossem usuais naquela época, reforçavam estereótipos. Importa considerar nessa narrativa a identificação de Rolamboide como baiano, uma vez que a depreciação do voluntário perpassa uma questão regional relevante, haja vista que o autor contrapõe a essa figura “desalinhada”, o batalhão composto “pela melhor gente do Ceará”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁷ Idem, p. 51.

⁴⁶⁸ Idem, p. 52.

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ Idem, p. 104.

O “26º de voluntários da Pátria”, teria partido de Fortaleza e percorrido um caminho penoso até chegar ao campo de Lagoa Brava, onde teria “conquistado a fama de ser o batalhão que melhor manobra em ordem unida e em ordem dispersa”⁴⁷¹. Tal unidade teria sido uma das primeiras a “pisar o solo paraguaio”, sob as ordens de Osório que, em determinado momento, teria bradado: “cearenses, com vocês eu vou até o inferno”⁴⁷². A afirmação de Osório seria indicativa de seu apreço pelo batalhão e, sobretudo, informava a profunda confiança que um dos maiores chefes militares demonstrava pelos combatentes provenientes do Ceará. Por essa via, é possível inferir certa superioridade dos voluntários cearenses em relação às demais tropas, algo que faria eco à origem cearense do escritor que, de forma velada, parecia intentar positivar a si mesmo e sua ascendência por meio desses relatos.

Se as unidades nacionais seriam exemplos de “heroísmo sem par”, as estrangeiras estariam “mergulhadas na mais profunda ignorância e dominadas pelo mais ferrenho fanatismo”⁴⁷³. O suposto atraso civilizacional do Paraguai poderia ser observado, conforme o autor, no comportamento das tropas e, inclusive, no idioma utilizado pela maioria dos combatentes. Exemplo desse descompasso entre as duas nações estaria no fato de o Brasil ter utilizado balões para reconhecimento do território inimigo, algo desconhecido pelos paraguaios, de tal forma que, diante da novidade, os inimigos teriam “soltado bárbaras interjeições guturais”⁴⁷⁴. Enquanto os brasileiros, lentamente, puxavam os cabos que prendiam o aeróstato para o acampamento, o coronel Bruguez teria ordenado “algumas descargas contra aquela coisa descomunal”. A ascensão conjunta de dois balões teria atemorizado ainda mais “as sentinelas que esganiçaram-se a uivar”, de tal forma que um soldado, após chamar o seu comandante, teria “caído de joelhos espumando de raiva fanática”. Curiosos, quando a “coisa descomunal” aparecia, “os inimigos se alvoroçavam berrando o mesmo estribilho em guarani”⁴⁷⁵.

Interessa notar que a citação em guarani foi traduzida em nota para o português, atitude que difere do tratamento conferido a outros idiomas estrangeiros, como o francês, empregado na epígrafe da obra. É possível inferir que o autor compreendia a incapacidade de seu leitor para a tradução do guarani, o que suscita o questionamento acerca do perfil do leitor imaginado, que embora hábil em francês e inglês, ignorava o que se falava no restante da América. Evidencia-se, aqui, a compreensão do guarani como idioma de selvagens. Outro indício do

⁴⁷¹ Idem, p. 158.

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ Idem, p. 93.

⁴⁷⁴ Idem, p. 95.

⁴⁷⁵ Idem, p. 100.

atraso paraguaio seria a ignorância acerca dos balões, aspecto em que o autor se contradiz, haja vista que Barroso informa, igualmente, o desconhecimento desse artefato pelos brasileiros. Segundo o autor, “muito soldado deixou o acampamento a uma légua de distância para rodar pelas cercanias do estado-maior e olhar os preparativos para o enchimento dos nunca vistos engenhos”⁴⁷⁶.

Conforme Eliana Dutra (2012: 141), a importância da figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas está em que este, “além de excitar a fé patriótica do povo, cumpre um papel decisivo na autodefinição do grupo social e/ou nacional, ou ainda, para sermos mais precisos, na construção da identidade”. Da mesma forma, por ameaçar a pátria, o inimigo estrangeiro seria a expressão da ruína material e moral, da instabilidade política e social, do atraso econômico e cultural. Culpado por todas as mazelas da sociedade, ele seria um alvo utilizado pelo nacionalismo como objeto para a “agressão simbólica diária”, escondendo divisões e fraquezas das ordens “conservadoras ou radicais”, fornecendo ao povo uma espécie de consciência de unidade (DUTRA, 2012).

O caráter pedagógico da obra poderia ser observado, especialmente, nas narrativas acerca dos vícios a serem combatidos e, nesse caso, merecia especial atenção a covardia, compreendida como o oposto da “vida militar”. A fuga do serviço militar seria, de todos os comportamentos reprováveis, o maior indício de fraqueza, observado durante a Guerra do Paraguai, época em que “muita gente tudo fez para fugir ao perigoso serviço militar”⁴⁷⁷. O fenômeno seria, conforme Barroso, não somente brasileiro, “como os pessimistas podem pensar”, pois em Roma teria havido a figura do poltrão, “aquele que decepava os polegares para não poder empunhar o gládio e o pilo”⁴⁷⁸. As motivações para o abandono da atividade, mesmo que compreensíveis, resvalariam sempre em ataques à idoneidade dos oficiais. Como, por exemplo, no capítulo *O Desertor*, que narra a história de José e Florinda. A duração do conflito, a distância de casa e a impossibilidade do casamento teriam motivado o jovem a desertar. Ao retornar à terra natal, o rapaz teria procurado a noiva e, após narrar todas as dificuldades da guerra e o temor da morte iminente, teria obtido como resposta a negativa de Florinda nos seguintes termos: “vai à fazenda, toma a bênção ao teu pai e volta para guerra. És um desertor, um homem desonrado. Não te quero ver nunca mais. E talvez te perdoe se voltares”.

⁴⁷⁶ Idem, p. 92.

⁴⁷⁷ Idem, p. 21.

⁴⁷⁸ Idem, p. 21.

Barroso explicaria que o “caráter ativo da moça” a teria feito pensar em um retorno heroico, como oficial condecorado por gesto de bravura, sinal de distinção para toda a sua descendência. Planos destruídos pelo desertor que à sua frente explicaria a impossibilidade do retorno, argumentando que certamente seria “preso, castigado e fuzilado”, informação insuficiente para Florinda que teria replicado: “tiveste mais medo dos paraguaios do que da travessia do sul até aqui e eu não posso ser mulher de um homem que me desonre”. A atitude da noiva reafirmaria as virtudes que, conforme Barroso, seriam esperadas daqueles que se dedicam às armas, assim como os desastres resultantes de determinados vícios, que impossibilitariam o futuro. A imagem do desertor aparece identificada ao indivíduo *desterritorializado*.

Se a deserção seria uma atitude a ser combatida, a insegurança, por sua vez, não apresentaria menores riscos à rotina militar. A esse respeito, Barroso narra a trajetória de um capitão graduado, proveniente da cidade de Rio Pardo, que ambicionava “ser nomeado major sem grande esforço”⁴⁷⁹ e, por meio de recomendações, teria conseguido a nomeação para ajudante de ordens do general Andrade Neves. Dessa forma, ele julgava ser possível obter ascensão profissional, contudo, “mal sabia em que cipóal se metera”, pois “havia muita bala e o coitado tremia a cavalo”⁴⁸⁰. Durante o conflito, ele procuraria se esconder atrás de outros soldados, atitude que teria sido observada pelo general que o aconselharia a “ir se acostumando, caso contrário voltaria para Rio Pardo como capitão graduado como d’antes”⁴⁸¹. Admoestação que, durante a invasão a um estabelecimento paraguaio, seria replicada pelo oficial ao afirmar preferir “ser capitão graduado nessa vida a ser major efetivo na outra”⁴⁸². Devido à forte resistência paraguaia, teria se formado um “inferno de sangue, fúria e dor”.

O combate corpo a corpo “pavoroso” seria seguido por uma “uma gritaria medonha”, enquanto os soldados hasteavam a bandeira brasileira. Nesse momento, “do alto do seu cavalo o capitão desabou no chão sem um gemido e sem um estertor, atingido no peito pela bala paraguaia”⁴⁸³, e, após a “limpeza” da fortificação, o general teria observado o “cadáver estirado entre outros cadáveres”. Diante da cena, Andrade Neves afirmaria: “coitado, Deus não escutou os seus votos e promoveu-o a major efetivo na outra vida. Foi uma promoção merecida!”⁴⁸⁴. A pilhéria perante a morte em combate, algo que deveria ser reverenciado,

⁴⁷⁹ Idem, p. 149.

⁴⁸⁰ Idem, p. 149.

⁴⁸¹ Idem, p. 150.

⁴⁸² Idem, p. 150.

⁴⁸³ Idem, p. 151.

⁴⁸⁴ Idem, p. 152.

demonstraria que a ambição pelas condecorações, quando não acompanhada pelo cultivo das virtudes, poderia resultar em ignomínia. Nesse ponto, a *motivação* para a guerra parece ser algo crucial para Barroso.

É possível perceber certa preocupação quanto a exemplaridade das histórias de vida narradas por Barroso, dimensão que rescende à proposta historiográfica tecida no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante o século XIX. Segundo Maria da Glória Oliveira (2009), o projeto de escrita da história nacional, pensado nessa instituição, desdobrava-se em múltiplas vias de realização, entre as quais estava a constituição de uma galeria de nomes dignos a serem memorizados por seus grandes feitos em prol da nação. “A ideia de que a tarefa da história era fixar a memória das vidas e feitos dos grandes homens funcionou como argumento decisivo para a incorporação da escrita de biografias ao programa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX” (OLIVEIRA, 2009: 10). Proposto pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, no discurso de fundação em 1838, o trabalho de “dar vida a beneméritos” teria adquirido contornos concretos a partir do segundo número da Revista Trimensal, com a seção de Biografias de Brasileiros Distintos por Letras, Armas e Virtudes.

Na perspectiva de Oliveira, esses trabalhos biográficos deveriam ser compreendidos, primordialmente, como modos de elaboração da experiência do passado, integrados ao processo mais amplo de constituição de um regime de escrita da história no Brasil oitocentista. Dessa forma, “plenamente afinada ao programa da *historia magistra*, a escrita biográfica apresentava-se, portanto, como portadora de exempla, servindo, acima de tudo, para instruir os brasileiros no presente” (OLIVEIRA, 2009: 40). Por esse viés, é possível perceber certa inspiração do modelo historiográfico oitocentista na prática biográfica de Barroso, ao mesmo tempo em que, ao narrar o passado dos grandes homens, o autor o fazia observando algumas noções de um regime de escrita que seria comum aos escritores do século XX. Nesse aspecto, a noção de “cultura histórica” parece-nos adequada para pensar a especificidade da produção barroseana, especialmente pelo seu largo alcance de análise, que permite vincular a escrita da história a outras forma de conferir sentido ao passado - como as comemorações e práticas cívicas, a construção das coleções e museus, o patrimônio histórico e o ensino de história (CALDEIRA; MARCELINO: 2019: 52).

Para além dessa amplitude, a noção de cultura histórica teria como desdobramento, segundo Ângela de Castro Gomes (2007: 48), o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, “atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier*”. No tocante

às primeiras décadas do século XX e, especialmente ao Estado Novo, embora não seja possível notar um grande número de obras históricas produzidas por historiadores, seria perceptível um “vasto conjunto de discursos e práticas sobre o ‘povo’ e a ‘nação’” (GOMES, 2007:51). Haveria, nesse contexto, uma valorização do passado nacional, que teria tanto o sentido de uma tradição que marcava a cultura popular como a forma de um discurso histórico datado, em que a figura do historiador e suas obras deveriam ser recuperadas. Essas duas concepções de passado conviveriam em um mesmo discurso.

A ideia de um passado ligado à cultura popular se manifestaria através de um conjunto de tradições e conviveria com o presente, sendo a-histórico e referido a uma noção de tempo não datado. A noção de um passado histórico, por sua vez, pressupunha uma ideia de tempo linear, cronológico, datado e referido à memória de fatos e personagens únicos, existentes numa sucessão a qual é vedado conviver com o presente (GOMES, 2007). Dessa feita, é possível observar ambas as concepções na narrativa elaborada por Barroso, evidente em sua proposta inicial, ao assumir a tarefa de “recolher” folclore de guerra, esparsos na cultura popular e, ao mesmo tempo, na preocupação em datar fatos e eventos significativos da história nacional, construindo uma historiografia militar por meio dos relatos de vidas. Assim, o passado histórico e o passado enquanto tradição conviveriam na obra barrosiana, sem uma hierarquização quanto à relevância de ambos, valorados em uma narrativa que comportaria múltiplas experiências do tempo.

Por essa via, inferimos que Barroso se constitui enquanto escritor cultivando noções que seriam próprias da cultura histórica do século XX, ao mesmo tempo em que recupera ideias importantes do fazer historiográfico do período imperial. A compreensão do passado como “floresta de exemplos” não significaria uma compreensão do passado como *mestre* do presente e do futuro, mas, antes, um reconhecimento da importância do uso dessa concepção enquanto artifício retórico. Barroso, autor de transição entre uma cultura histórica imperial e uma cultura histórica republicana, não chegou a expressar abertamente seu entendimento do gênero biográfico e, tampouco, afirmou que as narrativas aqui analisadas deveriam ser compreendidas como biografias. Declarou, na verdade, que tais relatos seriam “folclore de guerra”. Consideramos que, embora o escritor tenha definido sua prática dessa forma, não seria equivocado perceber seus relatos como exemplos de uma escrita que contém elementos próprios do campo biográfico, especialmente se levarmos em consideração o estatuto desse gênero no começo do século XX.

Segundo Márcia Gonçalves (2009: 26), entre o final da década de 1920 e a de 1950, com destaque para os anos de 30 e os anos 40, intelectuais empenhados na renovação da literatura e da história nacional compreenderam a revisão da biografia como mais um aspecto necessário entre as estratégias de atualizar análises sobre a realidade nacional. Tais reflexões proporcionaram a compreensão de que a biografia também deveria ser construída de tal forma que o texto sensibilizasse o leitor. Assim, o biógrafo que almejasse fazer viver, na escrita biográfica, determinado protagonista, retiraria do romance as estratégias e técnicas necessárias. “Nesse ponto, o ato de romancear a biografia estaria associado a uma tentativa de querer representar a vida por meio da estética do romance, fugindo daquilo que, numa leitura crítica, seria o objetivo maior dos panegíricos e dos necrológicos: realizar o mero elogio dos mortos” (GONÇALVES, 2009: 131). A autora considera que um dos desdobramentos dessa biografia renovada, uma vez que seus preceitos eram cada vez mais utilizados na escrita da vida dos grandes vultos de determinada nação, apareceria “no redimensionamento dos valores da identidade nacional” (GONÇALVES, 2009: 132). Por essa via, é possível afirmar que a narrativa elaborada por Barroso, embora definida por ele como romance e folclore de guerra, estaria muito próxima da escrita biográfica e, por conseguinte, de suas teorizações e reformulações.

Despontam na narrativa construída por Barroso relatos sobre a conduta de personagens capazes de ações extraordinárias e, dentre esses episódios, merecia destaque a história de vida de João Sorongo, “caboclo que vivia bebendo por todas as vendas da esquina”⁴⁸⁵. Entregue aos vícios, em uma “existência humilhante e triste”⁴⁸⁶, o moço cearense teria abandonado seus hábitos ao ler a “proclamação do governo imperial sobre a guerra”⁴⁸⁷ e decidido se alistar. Na primeira batalha de Tuiti, João Sorongo teria aprisionado um oficial da cavalaria inimiga e, na segunda batalha, teria cortado “os relhos que prendiam a levadiça do Estabelecimento, permitindo a entrada de Pinheiro Guimarães com sua gente”⁴⁸⁸. Em Itororó, ele teria transportado “às costas, sob chuva de balas, o capitão de sua companhia ferido no ventre”⁴⁸⁹ e, na batalha de Avaí, quando os paraguaios se apoderaram de uma bandeira imperial, João Sorongo teria perseguido os inimigos que, aos “gritos de triunfo, guardavam o troféu”. A ação orquestrada pelos paraguaios seria exitosa caso não surgisse “uma fera de

⁴⁸⁵ Idem, p. 155.

⁴⁸⁶ Idem, p. 156.

⁴⁸⁷ Idem, p. 157.

⁴⁸⁸ Idem, p. 159.

⁴⁸⁹ Idem, p. 159.

forma humana”, que teria “derrubado com certo tiro o que levava a bandeira”⁴⁹⁰, além de ter atingido outros três oficiais, “apoderando-se do símbolo sagrado”⁴⁹¹. Contudo, os inimigos seriam mais numerosos e teriam golpeado mortalmente o combatente brasileiro que, ao final do combate, seria encontrado com “ambas as mãos decepadas. Entre os lábios cerrados, fiapos da bandeira, como se, não a podendo segurar mais com os dedos, a tivesse agarrado com os dentes”⁴⁹².

No capítulo “A bandeira do vinte e seis”, Barroso aborda episódios referentes à atuação do 26º Batalhão de Voluntários da Pátria, formado por cearenses, que “manobrava com perfeição e combatia com heroísmo”⁴⁹³. Comandado por Figueira de Melo, o Batalhão seria formado por 800 baionetas sob o “tremular inquieto duma bandeira bordada a ouro e a seda pelas moças de Fortaleza”. Após uma vitória, o comandante teria decidido perseguir os paraguaios escondidos em uma mata, momento em que o inimigo em maior número conseguiu cercar o Batalhão brasileiro e derrotá-lo. Osório teria ficado indignado com a atitude do comandante, decidindo submetê-lo ao Conselho de Guerra e exigindo sua presença imediata para interrogatório, quando questionou o destino da bandeira bordada pelas moças cearenses, momento em que Figueira de Melo “baixou a cabeça e as lágrimas escorreram por sua face emudecida”⁴⁹⁴. A bandeira teria ficado guardada com o comandante que, ao abrir a blusa, “tirou a bandeira rasgada e ensanguentada que trazia de encontro ao seu corpo”⁴⁹⁵.

Por essa via, é possível inferir que a veneração ao símbolo nacional, tal como é construída nessa narrativa, poderia ter como função aumentar a disposição para a prática do civismo e reforçar atitudes de obediência e sacrifício. Da mesma forma, tal culto poderia fazer crer que havia certa igualdade entre poderosos e humildes, irmanados no sentimento de fraternidade, porque a bandeira a todos acolheria, abrigando a todos os brasileiros, dos rincões mais remotos à metrópole mais movimentada. A temática da bandeira, enquanto símbolo do corpo geográfico da nação e símbolo sentimental, seria recorrente em outros discursos naquele período e assinalaria que a unidade moral seria também entendida como unidade sentimental. Segundo Eliana Dutra (2012: 174), a ênfase na definição da bandeira como símbolo sentimental insinuaria um discurso caro ao ideário autoritário e conservador: o do caráter nacional. Pela via da emoção, tal discurso comprometeria a autonomia individual, justificando

⁴⁹⁰ Idem, p. 161.

⁴⁹¹ Idem, p. 162.

⁴⁹² Idem, p. 163.

⁴⁹³ Idem, p. 104.

⁴⁹⁴ Idem, p. 111.

⁴⁹⁵ Idem, p. 111.

um Estado forte e encontrando no Integralismo, movimento em que Barroso militava, as suas formulações mais acabadas (DUTRA, 2012: 174).

O símbolo nacional, enquanto emblema sagrado, estaria presente em outros relatos nessa biografia, como no episódio que Barroso narra o baile organizado pelo coronel uruguaio Leandro Gomez, ocasião em que, “logo à entrada, servia de capacho a bandeira nacional”⁴⁹⁶. Oficiais argentinos, franceses e norte americanos teriam evitado “pisar o símbolo imperial”, enquanto um comandante inglês “velho lobo do mar, criado no culto do dever e da honra militar”⁴⁹⁷, ameaçaria deixar o espaço caso a bandeira não fosse retirada do chão. Leandro Gomez, posteriormente, perderia a guerra e seria entregue aos soldados brasileiros e uruguaio de Venâncio Flores, quando solicitaria ser conduzido pelos uruguaio, pois não queria “ser prisioneiro de estrangeiros cruéis e desleais”⁴⁹⁸. Entregue ao chefe uruguaio Goyo Suarez, Leandro Gomez teria “falado do ódio ao estrangeiro e do esquecimento das rivalidades políticas entre os filhos duma mesma pátria”⁴⁹⁹, quando Suarez teria ordenado: “apeie-se para morrer”. Conforme Barroso, Leandro Gomez teria compreendido o seu erro e observado à distância a “bandeira imperial que ele procurara ultrajar e cuja sombra protetora repelira, flutuando sobre as torres da matriz da cidade. Suas cores festivas no azul do céu acenavam-lhe distante o último adeus da vida”⁵⁰⁰.

Leandro Gomez teria aceitado “dignamente o seu destino”, sem qualquer oposição ou tentativa de fuga, perfilando-se e cruzando os braços sobre o peito, enquanto um soldado gaúcho rasgaria a gola de sua camisa, “pondo a descoberto o pescoço taurino e brunido de sol”. Gomes recusaria que lhe vendassem os olhos e, em seguida, “a lâmina brilharia rapidamente no ar e enterraria-se no pescoço do condenado, com um ranger surdo, arrepiante. Um esguicho rubro ensoparia o *chão* à distância de um metro. Leandro Gomez daria alguns passos trôpegos, contorcendo-se sobre a *terra* que o vira nascer”⁵⁰¹. Há, nesse ponto, um forte componente do sentimento patriótico, qual seja, a idolatria do solo. Em sua ligação aos extremos de berço e sepulcro, nascimento e morte, a terra é descrita como um suporte vital que vincula o destino do personagem e lhe confere um lar e uma identidade. O solo pátrio se transforma no corpo da mãe, tornando perceptível as associações pátria/mãe, terra/mãe, solo/útero, berço/sepultura (DUTRA, 2012: 154). A terra, tal como o avatar do útero materno,

⁴⁹⁶ Idem, p. 11.

⁴⁹⁷ Idem, p. 12.

⁴⁹⁸ Idem, p. 15.

⁴⁹⁹ Idem, p. 15.

⁵⁰⁰ Idem, p. 16.

⁵⁰¹ Idem, p. 17 [grifos nossos].

sugeriria um destino indissolúvelmente ligado a ela: “de onde viemos e para onde retornaremos” (DUTRA, 2012: 155)

Nessa narrativa é possível observar também certa ambição de demonstrar a superioridade do que seria a *civilização* brasileira, identificada com a lealdade, em oposição à barbárie estrangeira, assinalada pela infidelidade. Para além dessa imediata interpretação dos mecanismos de valoração do nacional, é possível perceber estratégias discursivas que expõem personagens representativas do que seria, à primeira vista, o anti-herói. É importante considerar que, se os anti-heróis são apresentados como indivíduos que praticaram atos reprováveis aos olhos do narrador, por outro, não deixam de possuir algum valor enquanto militares. Cumpre ressaltar o fato de Barroso ter escolhido biografar, em sua primeira incursão pelo gênero, dentre várias figuras de destaque na história nacional, a trajetória do líder paraguaio Francisco Solano Lopez. Se os vícios de Lopez são destacados, ao mesmo tempo há certo reconhecimento de suas habilidades, demonstrando que o personagem possui importância em uma perspectiva histórica mais ampla. Nesse aspecto, a narrativa permite uma leitura dessas histórias de vida como um *elogio* à história militar. A morte de Lopez é narrada pela chave da emoção, repleta de referências a um patriotismo de teor militar, que assinalaria a capacidade de um “exército de leões que se batera heroicamente durante cinco longos anos”⁵⁰². Identificado à fera selvagem, Lopez é descrito como um “lobo perseguido e acuado” que, em seus instantes finais, observa a “matilha com olhar de fereza e de ódio”. Momento em “a voz do Supremo, rouca, estertorante, ecoa pela derradeira vez na *terra* paraguaia, pronunciando uma frase de antologia: morro com minha *pátria* e com minha *espada* em minha mão”⁵⁰³.

“A mais ensanguentada tirania da América”

Rosas, segunda biografia produzida por Gustavo Barroso, data de 1929 e está organizada em vinte e quatro capítulos. Diferentemente da publicação anterior, a biografia de Rosas apresenta um número expressivo de notas explicativas e referências completas das obras consultadas, demonstrando o rigor da pesquisa histórica como reivindicação de uma suposta verdade contida no relato. Há uma preocupação quanto à confiabilidade do que é apresentado, algo perceptível na edição lançada pela Editora Getúlio M. da Costa, que apresenta na orelha um texto sem autoria informando ser Barroso “apaixonado por documentos e divulgador inteligente e habilíssimo”, assegurando que “tudo nele é verdadeiro”. O método histórico não

⁵⁰² Idem, p.196.

⁵⁰³ Idem, p. 200 [grifos nossos].

seria incompatível com a criação artística, uma vez que a “imaginação quando é chamada serve apenas para embelezar os fatos, colorir os acontecimentos”, informando sobre uma escrita que comporta certa abertura para a ficção.

Rosas seria um “livro brasileiro para brasileiros que desejam conhecer os episódios mais vibrantes da história do Brasil”, o que informa sobre o lugar da produção nacional no mercado editorial e descortina possíveis espaços de disputa acerca da memória militar. A autoria parece resguardar o texto de uma parcialidade que estaria presente na produção estrangeira, admoestando leitores para uma interpretação que é, não obstante, uma espécie de resposta aos escritores platinos – frequentemente referenciados na obra. Há uma evidente intenção de associar o nacional à civilização e o estrangeiro à barbárie, algo que pode ser observado no capítulo “Violino e violão”, quando o autor explora o ritual de degolamento dos opositores ao regime rosista. O evento ocorreria na Praça da Pirâmide de Mayo, “na qual se penduravam as cabeças dos selvagens unitários degolados”⁵⁰⁴, e para onde “acorriam, sôfregos, homens e mulheres”⁵⁰⁵, aguardando pela exibição dos “mimos muito apreciados pelo ditador”⁵⁰⁶. A descrição pormenorizada do assassinato de D. Manuel Yanel demonstra a intenção de despertar certa repugnância pelo estrangeiro que parece, à luz de um relato ficcional, cruel e desumano, a aguardar o momento em que o carrasco: “dirigia-se à vítima, segurando-lhe os cabelos, puxando-lhe a cabeça bem para trás e começando a seccionar-lhe a carótida, devagarinho...”⁵⁰⁷.

O comportamento da multidão, da maneira como é narrado, sugere uma mobilização massiva e uma adesão incondicional ao acontecimento, contando sobre um povo que “cantava a canção fatídica dos degoladores rosistas”⁵⁰⁸, enquanto observava “o corpo amarrado a um poste de madeira, contorcendo-se horripelmente”⁵⁰⁹. O frenesi popular seria ainda maior quando “o sangue enrubescia o solo. Os algozes riam. A gentinha cantarolava”⁵¹⁰. A desqualificação do estrangeiro prossegue no capítulo seguinte intitulado “O candomblé de Rosas”, desvelando um autor que compreende a religiosidade de matriz africana como indício de incivilidade, ao mesmo tempo em que estabelece uma hierarquia social orientada pelo

⁵⁰⁴ Barroso, 1929, p. 25.

⁵⁰⁵ Idem.

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ Idem, p, 27

⁵⁰⁸ Idem.

⁵⁰⁹ Idem.

⁵¹⁰ Idem.

ponto de vista étnico. Por esse viés, o regime rosista seria desmerecido por sua dimensão negra e popular.

Os negros seriam “animados e protegidos” pelo regime, além de organizados em sociedades cujos “nomes eram tão bárbaros quando seus associados: Nación Munonque, Nación Benguela, Sociedad Conga e dezenas de outras semelhantes”⁵¹¹. Nesses espaços, os associados “conservavam os ritos selvagens da África, as hierarquias da Nigricia, os feitiços, as abusões, os costumes do outro lado do Atlântico”. Rosas e sua filha Manuelita seriam os presidentes da maioria dessas entidades, “vulgarmente denominadas tambores, as quais saíam pelas ruas nos dias de carnaval, tocando suas músicas primitivas, rufando seus atabaques grosseiros, dançando os seus bailes grotescos e cantando nos ásperos dialetos da Mina”⁵¹². Em determinadas ocasiões do ano, Rosas ocuparia um lugar de destaque nos rituais religiosos organizados por essas associações, quando chegava “disfarçado em marujo, em soldado, em gaúcho”⁵¹³, sendo saudado por todos que, em seguida, prosseguiam com o “bailado torpe, desengonçado e sinistro”⁵¹⁴. Ao final, Rosas faria o “sinal da cruz, pronunciando a fórmula ritual sacrílega”⁵¹⁵, sendo “imitado por toda a farandola preta, sudorenta e mal cheirosa”⁵¹⁶.

Durante o Natal, as festividades também seriam conduzidas pelas comunidades negras e, segundo Barroso, tudo isso para “humilhar a sociedade portenha que talvez se sentisse revoltada sob a aparência do seu torpor efeito de medo”⁵¹⁷. Os negros seriam ainda “os melhores soldados de seu exército, formavam sua guarda pessoal, mandavam na sua quinta dos Santos Lugares, influíam toda a gente com insuportável orgulho”⁵¹⁸. Nesse ponto, é possível observar, para além do desprestígio da cultura de origem africana e popular, certo desprezo pela competência militar dos negros, cujas habilidades parecem, aos olhos do narrador, apenas fruto do desejo de rebaixar uma suposta elite - branca e europeizada. Não há espaço para a compreensão da capacidade técnica dos afrodescendentes e, tampouco, a preocupação em estudar os motivos da identificação entre Rosas e esses sujeitos, que parecem, sob a lente de Barroso, um grupo homogêneo e inculto.

⁵¹¹ Idem, p. 31

⁵¹² Idem.

⁵¹³ Idem, p. 34.

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ Idem, p. 35.

⁵¹⁶ Idem, p. 34.

⁵¹⁷ Idem, p. 32.

⁵¹⁸ Idem, p. 32.

Se as festas populares são descritas de forma depreciativa, as festas cívicas, por outro lado, são interpretadas de forma ambivalente. Barroso informava a existência de duas festas nacionais, uma no dia 25 de maio e outra no dia 09 de julho, e explicava que “Rosas amava esta última data e detestava a primeira. Somente a comemorava para não romper de todo com a tradição”⁵¹⁹. A repulsa de Rosas pela solenidade de 25 de maio daria lugar a um evento bastante comedido, ocasião em que “tudo era infantil, como se fosse necessário continuamente considerar o povo como uma criança, ou imbecilizá-lo devagarinho”⁵²⁰. Dessa forma, o potencial educativo das solenidades cívicas seria enfatizado. À queixa se seguiria o lamento pela tentativa de Rosas em “ferir o mais fundamente que podia os hábitos tradicionais e a própria história argentina de maneira a fazer lentamente se identificar a vida nacional com ele em pessoa”⁵²¹.

Representado como um personagem abjeto na história argentina, Rosas seria responsabilizado pela “introdução vitoriosa dos bailados populares”⁵²² nas festas de Palermo, residência oficial do governante e sua família. Segundo Barroso, a parte mais esperada dessas festas seria a entrada de Rosas, “fardado de capitão general, como costumava comparecer às cerimônias cívicas, o governante surgia no meio do salão, profusamente iluminado, montando *Sua Paternidade*⁵²³”. Título que D. Manuel teria conferido ao “mulato D. Eusébio de Santa Federação”⁵²⁴. Nessa ocasião, os convidados se alinhariam, enquanto *Sua Paternidade*, “de quatro pés, conduzia às costas a carga sagrada, trotando e galopando, às vezes, bufando e relinchando. Depois, pondo-se a coices, até que seu cavaleiro o atirasse contra a parede, onde batia fortemente com a cabeça”⁵²⁵.

As festas populares e as solenidades cívicas são narradas como eventualidades degradadas, pois, encenadas por Rosas, seriam por ele *maculadas*. Importa destacar que a degradação do estrangeiro acontece mediante exaltação do nacional. Barroso, em nota, procura explicar que a atitude reprovável de Rosas seria semelhante à de um chefe de Estado brasileiro que “quisesse amesquinhar o sete de setembro em proveito do quinze de novembro”⁵²⁶. Descortina, dessa forma, uma batalha no campo do simbólico, marcada pela sobreposição da Independência, alcançada durante o período imperial, em detrimento da Proclamação da República,

⁵¹⁹ Idem, p. 41.

⁵²⁰ Idem, p. 41.

⁵²¹ Idem, p. 41.

⁵²² Idem, p. 61.

⁵²³ Idem, p. 61 [grifo do autor].

⁵²⁴ Idem, p. 61.

⁵²⁵ Idem, p. 61.

⁵²⁶ Idem, p. 42.

compreendida como uma realização menor. De fato, durante os primeiros anos após a Proclamação da República, havia a compreensão de que rememorar a Independência poderia resvalar em uma exaltação da Monarquia, como instituição responsável pela formação nacional (FAGUNDES, 2017).

Contudo, o Centenário da Independência, ocorrido em 1922, teria proporcionado uma releitura do processo de ruptura entre Brasil e Portugal, inserindo esse acontecimento em uma narrativa republicana. O importante a considerar é que Barroso constrói uma interpretação do passado imperial como um momento de afirmação da civilização na América, em que o Brasil se impõe como o defensor e difusor desses valores nos trópicos. A declaração da guerra teria imposto ao Brasil a missão de “intervir nos destinos do Prata, derramando sangue de seus filhos pela civilização e pela liberdade. Era necessário demolir o regime rosista que degradava a Argentina e envergonhava a América”⁵²⁷. Interessa-nos evidenciar o fato de que o autor teria ocupado quase a metade da obra em denunciar os supostos hábitos selvagens de D. Manuel de Rosas. Dessa forma, seria possível questionar se todas as páginas anteriores não seriam meramente uma justificativa para a intervenção do Brasil no conflito contra a Argentina.

Não obstante, poderíamos questionar se a exaustiva tentativa de justificar a intervenção brasileira no conflito não seria reveladora de uma possível falta de justificativa. E ainda, poderíamos pensar se a caracterização envilecida da sociedade rosista não seria uma estratégia do autor para provocar certa comiseração entre os leitores brasileiros. Nessa perspectiva, seria importante indagar se a inferiorização do negro e da cultura popular não seria, ao mesmo tempo, uma defesa dos valores brancos e aristocráticos. Por essa via, cumpre refletir acerca do *leitor imaginado*. Em outros termos, é possível inferir que Barroso utilizava tais estratégias discursivas por compreender que seu leitor se identificaria com essa suposta elite branca e europeizada, concordando com a intervenção brasileira em benefício de um grupo social que, por analogia, seria como um *igual*. A desqualificação do estrangeiro perpassaria, assim, a questão nacional, uma vez que há também uma desqualificação do *outro* interno, acompanhada da exaltação do *status* e de um determinado grupo social.

Vale ressaltar que, ao final dos anos 1920 e, especialmente durante a década de 1930, o gênero biográfico experimentou um crescimento vertiginoso no Brasil, conforme demonstra Márcia Gonçalves (2009). A esse respeito, importa considerar a classificação para as escolhas dos leitores elaborada pelo editor da Companhia Editora Nacional, responsável pela difusão

⁵²⁷ Idem, p. 85.

das biografias tecidas por Barroso. Segundo o editor, a “elite era apreciadora dos trabalhos sobre cultura, e a isso associou a boa recepção da *Brasiliana*, apresentada como a mais vasta coleção (cem volumes até então publicados) dedicada aos *estudos brasileiros*. A *massa*, concluía o mesmo editor, preferia a literatura de ficção” (GONÇALVES, 2009: 100). A tentativa de perscrutar gostos e preferências do público consumidor assinalava um esforço dos editores em compreender as possibilidades de um mercado em expansão que começava a demonstrar um interesse crescente pelas biografias.

Segundo Gonçalves, “se a massa consumia preferencialmente a literatura de ficção – aventuras, romances, tramas policiais -, a elite, tomando de empréstimo a qualificação proposta pelo editor da Companhia Editora Nacional, voltava-se à compreensão da cultura nacional” (2009: 100). A “elite” tenderia a buscar os *estudos brasileiros*, entendidos como exemplares de divulgação científica, investigações brasileiras, trabalhos técnicos, livros especializados e obras de fundo social e sociológico. Conforme Heloísa Pontes, esse grupo seria mais exigente e tenderia a demonstrar um favoritismo pelos romances e pelo gênero biográfico, o que poderia auxiliar a compreensão do público *leitor imaginado* por Barroso. A esse respeito, é possível inferir que a narrativa de histórias de vidas de militares, enquanto estratégia para a investigação de uma instituição e de uma época, tenha sido acolhida no mercado editorial por ser uma expressão de certo personalismo do caráter brasileiro. Por essa via, as biografias publicadas por Barroso teriam atraído um determinado perfil de leitores, possivelmente mais afeito a interpretações voltadas para as interdependências entre trajetórias individuais e coletivas.

Funcionando como uma *galeria de espelhos*, as biografias escritas por Barroso reforçavam valores compartilhados por essa suposta elite letrada. Dessa forma, na biografia de Rosas, a esquadra brasileira, por exemplo, é descrita com adjetivos que assinalam distinção. As embarcações seriam dotadas de grande capacidade técnica e a tripulação possuiria uma competência notável, especialmente porque “em cada um dos barcos em que tremulava a insígnia imperial tinha como capitão um herói”⁵²⁸. Tais virtudes teriam possibilitado a suposta vitória da civilização contra a barbárie, de forma tal que Buenos Aires, “livre da obsessão dos pelotões de execução, dos degoladores profissionais, da selvageria da mashorca e do domínio dos negros, a cidade respirara desafogada e surpresa”⁵²⁹. A liberdade *conquistada* parece, à luz desse relato, uma liberdade *confiscada* por um grupo seletivo da sociedade

⁵²⁸ Idem, p. 115.

⁵²⁹ Idem, p. 156.

portenha, o que não significaria, portanto, uma gratidão incondicional. Barroso reitera a conquista brasileira e seu “papel nobilitante na obra meritória que a França e a Inglaterra tinham tentado sem êxito, entretanto a gratidão dos libertados não seria duradoura”⁵³⁰. A ingratidão seria mais um dos defeitos que adjetivariam o estrangeiro, cujos vícios estariam representados, especialmente, na figura de Rosas.

No primeiro capítulo, Barroso toca em uma questão essencial para identificar a figura emblemática desse importante líder militar: o medo. Apoiado nos escritos de Sarmiento, o autor sustenta que Rosas teria “tremido de medo” ao súbito apagar de uma vela, episódio que ocupou um espaço significativo na narrativa e, por ser apresentado no início da obra, sugere ao leitor sob qual lente o autor gostaria que sua personagem fosse compreendida. O medo do escuro, enquanto atitude tipicamente infantil, se aproximaria da covardia, percebida como o pior dos vícios na carreira militar e um indicativo do comportamento esperado do anti-herói. A covardia, quando associada às atrocidades cometidas por Rosas, parece não se sustentar. Contudo, a ênfase reiterada nessa questão sugere uma interpretação da covardia associada à brutalidade, pois, nessa leitura, somente o herói poderia ser corajoso e benevolente. Nesse aspecto, desponta a figura de Caxias que, ao recusar as festividades em louvor a uma vitória alcançada, teria afirmado “choro pelas vítimas como um pai pelos filhos”, demonstrando a altivez do *grande homem*, despido do ideal guerreiro.

Os uniformes possuem uma importância capital na construção da *imagem* do combatente, de tal forma que a descrição minuciosa da indumentária ocupa um espaço privilegiado na narrativa barroseana, como estratégia para a elaboração de uma identidade *visual* do passado. O autor confere especial atenção aos detalhes, como o uso do bigode, que seria “um símbolo federal na Argentina de Rosas”⁵³¹, inclusive, porque “quem não o tinha usava-o postiço ou pintado”⁵³². A importância desse ornato poderia ser observada, conforme Barroso, na ocasião em que o Governo decidiu congratular um miliciano por uma atitude heroica, concedendo-lhe a “honra de usar a barba e o bigode dos federais”⁵³³.

A caracterização das personagens contempla, igualmente, os aspectos físicos e seu simbolismo. Osório, por exemplo, seguiria “solitário no seu cavalo castanho”⁵³⁴, acompanhado por seus Dragões, com o “peito forte, o olhar dominador, a barba muito negra e

⁵³⁰ Idem, p. 188.

⁵³¹ Idem, p. 09.

⁵³² Idem, p. 09.

⁵³³ Idem, p. 13.

⁵³⁴ Idem, p. 164.

a farda azul de canhões rubros”⁵³⁵. O 2º Regimento de Dragões, por sua vez, ostentaria “chapeirão negro soqueixado por um barbicaixo, pantalonas alvas, túnicas azuis escuras com carcelas encarnadas e vivos brancos, talabartes e cananas”⁵³⁶. A exposição pormenorizada da indumentária sugere a produção de uma *paisagem*, em grande medida baseada na obra “Uniformes do Exército Brasileiro”, publicada pelo autor poucos anos antes e referenciada em nota.

“O caudilho patriota”

A descrição minuciosa da rotina militar pode ser observada, igualmente, em “A Guerra do Flores: contos e episódios da campanha do Uruguai”, lançada pela Companhia Editora Nacional, em 1929. Nesse livro, Barroso explicaria que, logo após o nascer do sol, “os marujos iam e vinham, pés nus, calças enroladas nos joelhos, atirando água aos assoalhos, esfregando-os com escovões e estopas”⁵³⁷. Ao terminar a limpeza, toda a tripulação se prepararia para a revista matutina, momento em que “os metais clamavam, as armas lhes rendiam homenagem, as pontas das espadas beijavam os taboados e as mãos se curvavam em continência”⁵³⁸. Perfilada, a guarda da bandeira saudava o símbolo nacional, enquanto os “tambores rufavam festivos as marchas batidas e as insígnias do Brasil vitoriosamente se agitavam no ar”⁵³⁹.

A bandeira, enquanto emblema sagrado da nação, demandaria cuidado e proteção. Atitudes que teriam sido insuficientes para impedir que, durante o conflito, oficiais uruguaios tomassem a bandeira das mãos de um general e exclamassem: “é uma bandeira de ignomínia, um pavilhão de infâmia, um lábaro de escravos, um estandarte de latrocínio, um símbolo de ludíbrio e a insígnia de uma corte de piratas”⁵⁴⁰. Em mãos uruguaias, a bandeira brasileira se transformaria em um troféu de guerra. A atitude dos uruguaios fora descrita como um “insulto”, cuja resposta viria onze dias depois, quando o “Exército brasileiro entrara, vitorioso e triunfal, na capital da República do Uruguai”⁵⁴¹. A vitória brasileira apontaria, em Barroso, para a superioridade das forças militares imperiais sobre as republicanas. Importa refletir acerca da imagem do Império que Barroso ambicionava construir. Mais do que uma disputa entre regimes políticos distintos, haveria grande desprezo entre os uruguaios por tudo o que

⁵³⁵ Idem, p. 164.

⁵³⁶ Idem, p. 165.

⁵³⁷ Barroso, 1929, p. 32.

⁵³⁸ Idem, p. 32.

⁵³⁹ Idem, p. 32.

⁵⁴⁰ Idem, p. 130.

⁵⁴¹ Idem, p. 131.

remetesse ao Brasil. O autor afirmou reiteradamente que os uruguaios possuíam uma opinião negativa a respeito do Brasil e imputavam ao regime imperial as maiores mazelas observadas no continente.

A valorização do nacional perpassaria a exaltação das figuras responsáveis pela supremacia bélica brasileira, “humildes ou elevados, anônimos ou famosos, que derramaram seu sangue e padeceram dores por este grande e querido Brasil”⁵⁴². O martírio evocaria a dimensão do sacrifício, transformando o tempo presente em eterno devedor de um passado sacralizado. Por essa via, Barroso buscaria aproximar sua memória pessoal da memória nacional: “muitos eu ainda conheci. Vi-os passar. Ouvi da sua história. Conversei com eles. Escutei-lhes a palavra, singela, rememorando a grande Campanha. Lembro me tanto. Tanto!”⁵⁴³. O uso da primeira pessoa sugere um processo de valoração da recordação como atestado de uma pretensa verdade contida no relato. A *visão* e a *audição* remeteriam à importância dos sentidos para a construção do que seria uma história fidedigna, pois amparada no *corpo*. Seria precisamente o *olhar* que conferiria autoridade à narrativa construída por Barroso, uma vez que a visão autenticaria o autor como testemunha, o que proporcionaria certa persuasão. Tais elementos poderiam ser analisados à luz da noção de autópsia que, nos termos de François Hartog, faria referência ao “olho como marca de enunciação, de um ‘eu vi’ como intervenção do narrador em sua narrativa para provar algo” (HARTOG, 2014: 291).

Dessa forma, Barroso faria muitas vezes uso da autópsia para qualificar sua própria narrativa, pois, ao afirmar ter *visto* as personagens do passado, ele reivindicava a crença do público leitor. Por outro lado, ao afirmar ter *ouvido* histórias de guerra, o narrador reclamaria outro atestado de confiança, embora “o ouvido, do ponto de vista do fazer-creer, valha menos que o olho: disso se conclui que uma narrativa presa a um eu ouvi será menos crível ou menos persuasiva que uma outra, vizinha, organizada em torno de um eu vi” (HARTOG, 2014: 299). A *audição* poderia conter ainda vários níveis e formas de compreensão, pois poderia significar “eu investiguei” junto a “pessoas que dizem, por terem elas próprias visto ou por terem ouvido de outros que viram ou que dizem ter visto” (HARTOG, 2014: 299). Nesse ínterim, ao mobilizar a *visão* e a *audição* como indícios de credibilidade e de veracidade, Barroso estabeleceria uma relação de fidelidade com o leitor, informando sobre uma narrativa que não comportaria a fabulação.

⁵⁴² Idem, p. 154.

⁵⁴³ Idem, p. 147.

O recurso à visão e à audição como estratégias de confiabilidade remeteriam à importância da oralidade durante as primeiras décadas do século XX. Ao narrar as histórias de vida de seus biografados, Barroso elaborou grandes quadros, fazendo uso de uma descrição pormenorizada, como artífice do passado, que recolhe e ordena os elementos dispersos e desconexos, em uma leitura inteligível e dotada de sentido. A descrição, em Barroso, era uma forma específica de ver o passado, mas sobretudo uma forma de *fazer ver*. Enquanto organizava o que deve ser lembrado, Barroso tentava controlar o passado, ao mesmo tempo em que construía uma imagem visual desse passado, a qual lhe conferia uma identidade. Ao narrar histórias de vidas, Barroso narrava a sua própria história, em um trabalho de recordação que remontava à infância: “e os meus olhos de menino fitavam-nos com inveja. Quantas vezes, dos dez aos quatorze anos, desejei uma guerra para fazer o que eles tinham feito”⁵⁴⁴. Ao narrar as façanhas dessas personagens, Barroso realizaria a sua própria *façanha*, como se ele próprio fosse um prolongamento desse pretérito.

Espécie de *testemunha ocular*, Barroso teria o contato indireto com o passado, talvez com o aspecto mais frágil desse passado, o contato com a memória daqueles que *viveram* o acontecimento. Ao estudar os elementos constitutivos da memória individual e coletiva, Michel Pollack (1992: 201) chamou a atenção para os acontecimentos que identificou como “vividos por tabela”, que seriam os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencente. Tais acontecimentos, mesmo que não tenham sido vivenciados pela pessoa, poderiam adquirir tamanha relevância no imaginário, que seria “quase impossível que ela conseguisse saber se participou ou não” (POLLACK, 1992: 201). Segundo Pollack, a esses acontecimentos vividos por tabela, viriam se juntar outros eventos que, não necessariamente, se situariam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Dessa forma, “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLACK, 1992: 201).

Por essa via, é possível afirmar que Barroso, ao narrar as histórias de vida dos militares cearenses que ele teria conhecido durante a infância, assumia para si um lugar de destaque, construindo uma imagem de si como continuidade desse passado. A narrativa permitiria a Barroso obter uma mais-valia do passado e seria, por conseguinte, uma maneira de perenizar o acontecido, algo que asseguraria ao autor o lugar de guardião desse legado. Os laços de

⁵⁴⁴ Idem, p. 147.

parentesco seriam evocados nessa narrativa, que ambicionaria conferir a Barroso um lugar importante na construção da nação, como autêntico herdeiro de uma linhagem, cujas habilidades o narrador costumava atribuir a si mesmo. “Antônio Leal de Miranda, meu padrinho, cadete do 26 de Voluntários. Alto, forte, majestoso. Falava mansamente. Inteligente e viajado, era um conversador delicioso”⁵⁴⁵.

Outros laços tradicionais seriam evocados nessa narrativa, como a vizinhança, que assinalaria, para além da proximidade geográfica com as grandes figuras, o sentimento de cumplicidade e confiança entre aqueles que residem em um mesmo lugar. “José Martiniano Peixoto de Alencar, que passava diariamente pela porta da chácara de meu pai, indo para o seu sítio na vizinhança. Era o segundo voluntário cearense e o heroico porta-bandeira do 26”⁵⁴⁶. O relato parece denotar, em tudo, a convivência com os *grandes homens*. “José Antônio Seifert, meu primo, laçado no Estero Bellaco pela cavalaria paraguaia, prisioneiro infeliz do tirano, penou horripelmente e voltou ao Ceará com o oficialato da Rosa no peito. Andava pelas ruas de Fortaleza, qual um herói obscuro de Máximo Gorki”⁵⁴⁷. Dessa forma, ao narrar as histórias dos notáveis, Barroso entrelaçava suas memórias à memória nacional, colocando-se como descendente de homens vitoriosos e transformando a posteridade em sua eterna devedora.

Há certa dimensão afetiva nessa narrativa que, ao evocar a memória do tempo da infância, parece constituir o narrador, como algo que o afirma e o ultrapassa. Ao rememorar as “figuras primaciais pela simpatia irradiante, a nobreza das atitudes e a galhardia do feitos”⁵⁴⁸, Barroso destacava Antônio de Sampaio e Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, “cujas estátuas se erguem no *coração de minha cidade natal* como preitos de admiração, de gratidão e de respeito à vidas que foram tão grandes, tão preciosas e tão cheias de fé”⁵⁴⁹. As estátuas, enquanto representações materiais do passado, possuiriam importância capital para Barroso, pois perpetuariam de forma monumental a experiência de uma época, ao mesmo tempo em que suscitariam a lembrança de um grande vulto. Tal como os objetos recolhidos para exposição no Museu Histórico Nacional, as estátuas constituiriam uma via de acesso ao passado pela capacidade evocativa e, fundamentalmente, porque estariam imbuídas de um sentido de justiça e de afeto pela ancestralidade.

⁵⁴⁵ Idem, p. 148.

⁵⁴⁶ Idem, p. 149.

⁵⁴⁷ Idem, p. 151.

⁵⁴⁸ Idem, p. 154.

⁵⁴⁹ Idem, p. 154 [grifos nossos].

A localização das esculturas remeteria às condições de nascimento do narrador, conferindo autoridade ao relato e, não obstante, certa intimidade com figuras de relevo, como Antônio Sampaio, que “perdera a vida, que tantas vezes arriscara denodadamente, na batalha de Tuiuti, depois de carregar as hostes inimigas e decidir a nossa vitória”⁵⁵⁰. A recordação do martírio, mais uma vez, parece promover a noção de dádiva, como herança e gratidão pelos abnegados que foram imolados em proveito da causa nacional. O regionalismo se faria presente novamente, quando Barroso afirmaria ser “impossível enumerá-los todos, os bravos que a minha terra ofereceu ao Moloch das guerras platinas”⁵⁵¹, cujos “nomes deveriam ser gravados na pedras como aqueles que se leem nas cantarias do Arco do Triunfo napoleônico”⁵⁵². A preocupação em legar à posteridade a experiência do passado estaria acompanhada pelo temor do esquecimento, pois, tanto quanto os *grandes homens*, haveria aqueles que “somente de nome conheci”⁵⁵³. Homens comuns, “generais subalternos, inferiores ou simples soldados”⁵⁵⁴, cujas “penas, trabalhos e heroísmos”⁵⁵⁵, Barroso relataria apenas saber “pela tradição oral”⁵⁵⁶. Personagens que, embora não referenciados pela historiografia, “irmanara-os o passado no mesmo sentimento de solidariedade e de patriotismo”⁵⁵⁷.

Fernando Catroga (2011:13), ao delinear os contornos do conceito de patriotismo, apontou que, desde os poemas homéricos, o termo *patris* remetia à *terra dos pais*, expressão que denotaria tanto o enraizamento quanto a fidelidade a uma terra e a um grupo, marcado por uma herança comum - quer seja real ou fictícia. Em sua incursão pela “geografia dos afetos pátrios”, o autor sugeriu que o termo possuiria um aspecto paternal, o que pressuporia uma ancestralidade, sustentada e reproduzida pelo culto aos mortos, ritual que possuiria um caráter cívico, essencial para difundir o sentimento de *pertença* e unificação da comunidade. Catroga chamou a atenção para o fato de que o sentimento pátrio possuiria uma forte componente psicoafetiva, que poderia ser definida como *matripatriótica* (mãe-pátria feminina, que seus filhos devem amar e proteger) e *paterno-viril* (enquanto autoridade justificada, imperativa, que chama às armas e ao dever). Pontua-se, aqui, a dessemelhança entre os termos pátria, nação e Estado.

⁵⁵⁰ Idem, p. 154.

⁵⁵¹ Idem, p. 152.

⁵⁵² Idem, p. 152.

⁵⁵³ Idem, p. 150.

⁵⁵⁴ Idem, p. 150.

⁵⁵⁵ Idem, p. 150.

⁵⁵⁶ Idem, p. 150.

⁵⁵⁷ Idem, p. 150.

As análises a respeito das diferenciações entre as acepções de pátria e de nação apontam para o fato de a pátria ser ôntica, lógica e cronologicamente anterior à nação (CATROGA, 2011: 21). Conforme Catroga, entre os afetos pátrios e a racionalidade do Estado, coube à nação realizar a ponte entre os dois termos. Em suas palavras, somente o *calor* do patriotismo seria capaz de realizar o enraizamento do Estado-Nação, mais burocrático e homogeneizador, de tal forma que as revoluções empreendidas entre os séculos XVIII e XIX, se pretendiam refundar a nação, o fizeram em nome do patriotismo (CATROGA, 2011: 15). Quanto ao vocábulo patriotismo, este teria adquirido sentidos diferenciados e sido apropriado por ideologias igualmente distintas e, não raro, antagônicas. Em sua função de criar identidades, demarcar as diferenças e prometer destinos históricos, o patriotismo possuiria um aspecto mais abrangente e mobilizador, de tal forma que não se poderia pensar a nação sem este aspecto acolhedor que a pátria proporciona.

Em Barroso, é possível perceber a recorrência à noção de pátria como *terra do país*, em seu aspecto familiar e hereditário, profundamente evidente como aquela que comunga de um mesmo *sangue*, de uma mesma origem e destino. Há, sobretudo, a divulgação de um patriotismo acentuadamente viril, de forma que a pátria é apresentada como aquela que convida às armas e reclama o sacrifício, percebido como algo que reúne e move os indivíduos. A história nacional, tal como é construída por Barroso, seria a responsável pela difusão deste sentimento de *pertença*, expresso na busca por traçar os contornos da particularidade nacional, assim como por reforçar os laços de comunhão de sentido. Em outros termos, esta narrativa privilegiaria origem e herança, em um trabalho de memória que enlaçaria, retrospectivamente, vivos e mortos, em uma cadeia de solidariedade. A hipótese é a de que Barroso não tenha feito uso dos termos *pátria* e *nação* como sinônimos, mas antes, de que tenha empregado a noção de pátria por compreender seu maior alcance afetivo e, dessa forma, mobilizador do sentimento.

O patriotismo seria, em Barroso, algo a alentar o nacionalismo, devido à sua capacidade de englobar o sentimento natalício e a fidelidade a uma terra e a um povo, identificado por uma herança comum. Devido à forte carga afetiva que o patriotismo engendraria, calcada nas relações de ancestralidade (com certa aura de sacralidade), ele seria mais eficaz no processo de levar os indivíduos a compreenderem os imperativos de uma doação que levaria, em última instância, ao sacrifício da própria vida. Nessa perspectiva, a obra se tornaria a biografia da nação brasileira, com a criação de uma ordem do tempo - o tempo da nação - e de um

território - cujas fronteiras teriam sido definidas pelo sangue derramado dos ancestrais. Há, dessa forma, uma noção de destino assinalado desde as origens.

Se o nacional se opõe ao estrangeiro, Barroso, por outro lado, nem sempre degradaria os adversários. É possível observar alguns momentos em que a “Guerra do Flores” acentuaria atitudes nobres por parte daqueles que seriam os inimigos do Brasil, por exemplo, o momento em que Flores visitaria os feridos nos hospitais improvisados. Segundo Barroso, o “caudilho era, em verdade, patriota”, pois “amava profundamente o seu país e dilacerava-lhe o coração aquela pugna política, em que o estrangeiro fora obrigada a intervir”⁵⁵⁸. Ao mesmo tempo em que reconhece o mérito das ações patrióticas de Flores, o autor valoriza a coragem e a beleza física de seu personagem. Ao expressar as virtudes dos *grandes homens*, independente da nacionalidade, Barroso acaba por reafirmar as virtudes desses indivíduos que seriam os verdadeiros protagonistas da história.

No capítulo o “Judeu Errante”, Barroso narrou a história do major Belém que, aviltado por toda a tropa, deveria seguir o Exército à distância e, por essa razão, seria apelidado de judeu errante, “como um pestoso”⁵⁵⁹. Importa ressaltar que, até o momento, o antissemitismo tem sido um dos aspectos mais estudados na obra de Gustavo Barroso. A esse respeito, Marcos Chor Maio (1992), estudioso do pensamento antissemita barrosiano, explica que, até o início dos anos 30, no que tange aos artigos na imprensa e às principais obras publicadas, “não se observa em Barroso a presença dos elementos antijudaicos” (1992: 91). Conforme Chor Maio, nessa época, Barroso elogiava os judeus ao recordar episódios de sua trajetória militar e, somente “após a Revolução de 30, aparecem os primeiros sinais de seu antissemitismo” (1992: 91).

O ingresso na Ação Integralista Brasileira e a intensa militância no movimento seriam acompanhados por uma radicalização das concepções antijudaicas, transformando Barroso “no mais importante porta-voz do antissemitismo no Brasil em todos os tempos” (MAIO, 1992: 93). O capítulo “Judeu Errante” seria um indício de que o antissemitismo veiculado por Barroso poderia ser anterior aos anos 1930 e, devido à ausência de notas e referências, é possível considerá-lo como um exemplo das “histórias de guerra” que o autor teria “recolhido” da “memória popular”. Estratégia utilizada desde a publicação de *Lopez*, quando o autor se referia ao “folclore de guerra” como um aspecto crucial na elaboração de sua narrativa, de tal forma que o relato do “judeu pestoso” poderia ser compreendido como

⁵⁵⁸ Idem, p. 84.

⁵⁵⁹ Idem, p. 170.

exemplo caricato de um antissemitismo disseminado no cotidiano, sem a reflexão teórica que caracterizaria sua atitude posterior.

“O herói epônimo do Brasil”

A Editora Getúlio M. da Costa reeditou sete biografias de Gustavo Barroso durante a década de 1930 e, entre elas, constava a segunda edição da obra “Osório, o Centauro dos Pampas”, inicialmente lançada pela Editora Companhia Nacional. Ao narrar a biografia de Osório, Barroso reconstruiria o quadro social e político do Rio Grande do Sul, informando sobre uma região na qual “a população era escassa, a instrução nula, a justiça difícil e bruta, e o meio atrasadíssimo”⁵⁶⁰. Se o ambiente parecia hostil, a natureza, por outro lado, seria “bela e pujante, e o patriotismo do habitante, grande e esforçado”⁵⁶¹. Tal sentimento, “criado e acrisolado nas lutas contra as missões guaranis e contra a ousadia dos invasores castelhanos”⁵⁶² seria cultivado por homens dispostos a “largar o machado de lenhador, a enxada de roceiro ou o ferro ainda quente de marcar o gado para correr às armas e repelir o vizinho”⁵⁶³. O patriotismo de caráter belicoso se coadunava à idealização de uma natureza edênica, que parecia se sobrepor à civilização, informando sobre uma *paisagem* que afastava o indivíduo da história. A pretensa harmonia entre o homem e o meio natural seria mais uma imposição do que uma realidade.

A obra está organizada em dezessete capítulos e sugere, logo na primeira parte, uma leitura da trajetória de Osório que parece aproximar militarismo e catolicismo, explicando que a “criança que recebera o sacramento do batismo naquele dia de maio, que o destino lhe reservava para a sagração definitiva da glória no campo de batalha, cresceu livremente, sadia e vivaz, na simplicidade da estância paterna”⁵⁶⁴. “Do Batismo de Água ao Batismo de Fogo”, primeiro capítulo do livro, narra a infância de Osório, expondo a formação de uma criança que teria crescido ouvindo histórias de guerra do pai, que teria afirmado cedo à esposa: “este menino ainda há de ser soldado”⁵⁶⁵.

A aparente predestinação seria construída também no relato sobre o ingresso de Osório na escola, época em que teria brincado de guerrear com os amigos, atividade que poderia ser um preparo para campanhas futuras e reais. “Aos quatorze anos, educado na vida livre do campo,

⁵⁶⁰ Barroso, 1932, p. 07.

⁵⁶¹ Idem, p. 07.

⁵⁶² Idem, p. 07.

⁵⁶³ Idem, p. 08.

⁵⁶⁴ Idem, p. 07.

⁵⁶⁵ Idem, p. 11.

nadava como um peixe e atirava como um velho caçador (...). Adquiriu notável robustez física, denodo, nervos dominados e músculos rijos. Era um verdadeiro centauro que se formava. Entretanto, sabia apenas ler, escrever e as quatro operações”⁵⁶⁶. O centauro, à imagem do cavaleiro infatigável, evocaria a suprema competência física, alcançada mediante o esforço continuado. Revelaria que a criatura lendária, metade homem e metade animal, possuiria maior vitalidade física que aptidão intelectual, característica própria da “existência livre e aventureira que levava, única que, em verdade, forma os grandes homens de ação”⁵⁶⁷.

A “vida livre” seria interrompida em benefício dos estudos, quando Osório teria frequentado a escola particular de primeiras letras, época em que os conflitos teriam recrudescido no Sul e seu pai teria decidido retirá-lo da escola. Nessa ocasião, o pai afirmaria a Osório: “há muito tempo, meu filho, observo tua vida e teus gostos, e tudo me indica que nasceste predestinado à carreira das armas”⁵⁶⁸. Observa-se, mais uma vez, a recorrência da noção de predestinação nas histórias de vida tecidas por Barroso. Cumpre mencionar que a citação atribuída ao pai carece de fontes que comprovem sua efetividade, de tal forma que sua inserção na narrativa poderia ser compreendida como um recurso estilístico para convidar à imaginação. Essa estratégia textual poderia ser tomada como um indício de que Barroso elaborava sua obra em consonância com a renovação que o gênero biográfico vivenciava, especialmente a partir dos anos 1930. As questões estéticas condicionadoras da dita renovação seriam propagadas por autores estrangeiros, em especial pelo francês André Maurois, cuja obra fora traduzida por Barroso para o português.

Em 1928, Maurois sistematizou um conjunto de reflexões suscitadas durante conferências proferidas no Trinity College em uma publicação sob o título *Aspects of Biography*. A ideia seria apresentar uma metodologia sobre como chegar a essa nova modalidade de escrita. A crescente interferência da psicologia e da ética nos métodos intelectuais de investigação, notadamente os estudos de Sigmund Freud acerca do inconsciente, teriam proporcionado uma nova maneira de pensar e retratar os biografados. As três características essenciais da biografia moderna, nomeadas por André Maurois, seriam: a “procura corajosa da verdade, a valorização da complexidade humana e a busca de homens modernos por textos e personagens à sua imagem e semelhança” (GONÇALVES, 2010: 161). Nessa perspectiva, a existência mundana e real dos biografados colocava limitações à capacidade criativa dos escritores, uma vez que não era possível inventar personagens. Por outro lado, tal baliza não

⁵⁶⁶ Idem, p. 13.

⁵⁶⁷ Idem, p. 14.

⁵⁶⁸ Idem, p. 16.

os impedia de utilizar determinada estética ao dar forma e enredo às vivências de seus protagonistas.

Nessa época, André Maurois teria estabelecido algumas regras que deveriam nortear o trabalho do biógrafo moderno e a primeira premissa seria seguir a ordem cronológica na apresentação das vivências do biografado. A esse princípio, se seguiria a ideia de que o autor não deveria antecipar, na abertura da narrativa, aquilo que seu personagem ainda não era ao nascer. Nesse ponto, importa recordar a recorrência da noção de certa predestinação na vida dos personagens biografados por Barroso, o que denota certo distanciamento de algumas diretrizes que teriam sido propostas pelo pensador francês. Outra recomendação importante seria o cuidado na seleção dos detalhes, pois o escritor preocupado com a dimensão artística de sua obra poderia poupar o leitor do fardo de informações inúteis. Maurois faria, dessa forma, uma defesa da biografia enquanto obra de arte. Pontuaria que a imparcialidade e a objetividade seriam supremas virtudes estéticas que o biógrafo deveria observar ao expor suas ideias, de forma a nunca impor seus argumentos, deixando o leitor à vontade para tecer suas próprias considerações acerca do que era apresentado.

A respeito dos materiais de consulta que os escritores deveriam recorrer para investigar as histórias de vida de seus biografados, Maurois demonstrava certa predileção pelos papéis pessoais, com destaque para as cartas e os diários. Considerava que o caráter acentuadamente pessoal dessas fontes poderia revelar impressões e significados particulares, dispensando, de certa forma, a mediação dos testemunhos, possivelmente mais corrompidos. As memórias dos contemporâneos do biografado seriam igualmente relevantes na busca pela verdade, pois seriam reveladores de opiniões e impressões daqueles que conheceram e conviveram diretamente com o protagonista da biografia a ser construída. Por último, Maurois confessava que a escolha dos personagens a serem biografados, não raro, estava vinculada à identificação de valores e ideias com os quais simpatizava. Dessa forma, os sentimentos do biografado poderiam ser compreendidos como uma mediação para os sentimentos do biógrafo, revelando uma narrativa autobiográfica disfarçada de biografia. Nesse ponto, residiria uma importante aproximação entre as regras sugeridas por Maurois e a narrativa biográfica tecida por Barroso, uma vez que a maneira como Barroso se colocava na narrativa revelava que, em determinados momentos, o autor brasileiro demonstrava como seus os credos de seus biografados.

As considerações do biógrafo francês inspirariam muitos intelectuais brasileiros, como Alceu Amoroso Lima, que teria afirmado ter existido no Brasil uma verdadeira epidemia do biógrafo nessa época. A biografia de Louis Hubert Lyautey, publicada por André Maurais e traduzida

para o português por Barroso, narra a história de vida do Marechal francês em sua incursão pelo Norte da África e Madagascar⁵⁶⁹. A tradução dessa obra poderia ser considerada um indício da existência de um vigoroso intercâmbio de ideias entre os autores europeus e os brasileiros, sendo esses últimos ávidos consumidores de tudo o que era produzido na Europa (BAGGIO, 2013: 167). No tocante à obra de Barroso, podemos observar que, a partir da década de 1930, há significativas mudanças na estrutura narrativa, notadamente nas referências que, nitidamente, quase desaparecem em benefício de uma escrita que se torna, paulatinamente, voltada para a imaginação em detrimento da reconstrução científica do passado - algo que caracterizou as produções anteriores. Dessa forma, é possível que o contato com a obra de Maurais tenha proporcionado a Barroso uma nova compreensão do biográfico nesse período, assim como a aceitação de alguns dos postulados apresentados pelo romancista francês.

Acerca da biografia de Osório, Barroso continuaria veiculando uma narrativa com um caráter acentuadamente pedagógico e moralizante, especialmente nos relatos sobre a relação entre pai e filho, ocasiões que demonstravam que a educação para as armas se faria pelo exemplo. Aos quinze anos, Osório teria ouvido de seu pai: “andarás junto a mim, vendo, aprendendo e adquirindo os hábitos dessa vida que há de ser a tua”⁵⁷⁰. A tradição familiar parece, à luz da narrativa barroseana, um fator decisivo para o ingresso na carreira militar e, sobretudo, para o sucesso que seria alcançado futuramente por Manoel Osório. A profissionalização militar, enquanto formação acadêmica voltada para o aperfeiçoamento das habilidades dos futuros combatentes, seria preterida em favor da vivência do campo de batalha. “Era o conceito de Anibal em face da filosofia de Formião sobre a disciplina militar prestante, que se não aprende na fantasia, mas na prática”⁵⁷¹. A prática preconizada na estrofe camoniana, “prática de trabalho e sofrimento”, seria marcada pelas ocorrências de fome, sede e cansaço, que “o menino suportava com uma alegria estoica e uma serenidade de veterano”⁵⁷². Nessa “época de heroísmo e força, própria para temperar a alma de heróis”, Osório teria recebido o “batismo de sangue”, quando uma bala inimiga teria “atravessado o corpo do soldado que cavalgava ao seu lado”⁵⁷³.

⁵⁶⁹ MAURAI, 1934.

⁵⁷⁰ Idem, p. 16.

⁵⁷¹ Idem, p. 16.

⁵⁷² Idem, p. 17.

⁵⁷³ Idem, p. 20.

Osório, sob a pena de Barroso, é representado como um indivíduo benevolente, propenso às privações e ao sacrifício, pois “doía-lhe não poder dar refrigério aos tormentos de seus companheiros de armas”⁵⁷⁴ e, em algumas ocasiões, teria distribuído “aos camaradas alguns recursos com que poderia contar”⁵⁷⁵. A fim de socorrer “famintos e esfarrapados”, não raro, teria ficado “com fome e sem roupa para mudar”⁵⁷⁶. Tais atitudes seriam, segundo Barroso, a “continuidade do aprendizado de heroísmo”. A formação de Osório contemplaria, portanto, três aspectos, quais sejam: a força física conquistada mediante as atividades ao ar livre; a resistência alcançada pela vivência no campo de batalha e a abnegação cultivada pelo convívio com os outros combatentes.

Nessas histórias de vida, Barroso procuraria reconstruir as trajetórias de indivíduos por um prisma essencialmente militar, conquanto outros aspectos de relevo possam eventualmente ser mencionados. A respeito de Osório, o autor buscou contemplar a atuação política de sua personagem, favorecendo uma leitura que, em tudo, parece condescendente com suas ações. Barroso faz ressalvas a atitudes menos nobres e, inclusive, desculpa sua personagem por eventuais contradições. Osório, sob o olhar de Barroso, não erra nunca, especialmente, porque “a vida da fronteira é que o impeliu cedo para a política, arte que sempre o tentou tanto, se não mais que a guerra”⁵⁷⁷. A primeira ação política, conforme Barroso, seria sua inserção no Partido Liberal Moderado.

A difusão do liberalismo e do republicanismo no Rio Grande do Sul teria motivado a Revolução Farroupilha e, conseqüentemente, a separação da província gaúcha do Império Brasileiro, culminando com a proclamação da República do Piratini. Nesse contexto, a atuação de Osório na guerra e na política seria marcada por certa incongruência, uma vez que a defesa do liberalismo o aproximaria da causa farroupilha, todavia, seu posto militar o obrigaria a defender a causa imperial e, por conseguinte, reprimir o movimento separatista. A esse respeito, Barroso se esforçaria em afastar qualquer dubiedade em relação à trajetória de Osório nas Forças Armadas, promovendo uma interpretação bastante linear de sua trajetória, como se as contradições, necessariamente, comprometessem a figura do biografado perante o público leitor.

A tentativa de reconstruir a trajetória de Osório de maneira linear nos conduz a questionar até que ponto Barroso comungaria dos ideais de renovação do gênero biográfico, especialmente

⁵⁷⁴ Idem, p. 34.

⁵⁷⁵ Idem, p. 34.

⁵⁷⁶ Idem, p. 34.

⁵⁷⁷ Idem, p. 57.

pela sua dificuldade em narrar a complexidade da personalidade de Osório e suas preferências políticas. Desse modo, chama a atenção a menção de Barroso à carta que Osório teria recebido de seu pai, admoestando o filho, nos seguintes termos: “Manuel, estou me preparando para marchar em defesa da legalidade. Se tu és dos revolucionários que desobedecem a autoridade do presidente Araújo Ribeiro e tramam a separação da Província, podes contar em mim um inimigo mais com quem brigar. Adeus. Teu pai, *Manuel Luiz da Silva Borges*”⁵⁷⁸.

Tal documento poderia ser tomado como um forte indicativo da dúvida que pairava acerca do posicionamento de Osório em relação à causa farroupilha, pois seu próprio pai manifestaria grande incerteza. A esse respeito, Barroso comentaria que Osório teria respondido ao presidente que contasse com ele e a seu pai “que se mantinha fiel ao juramento feito em dia em que assentara praça”⁵⁷⁹. Segundo Barroso, “alguém procurara intrigá-lo com o progenitor e outros o caluniaram junto a Bento Manuel, dando-o como se tendo passado para os revoltosos”⁵⁸⁰. Ao resumir a possível indefinição de Osório a uma questão entre pai e filho, o autor subdimensionaria a importância dessa situação na trajetória de vida de seu personagem, especialmente porque, ao usar o argumento da calúnia como explicação para a divergência de ideias, Barroso demonstraria a importância que conferia ao caráter da personagem, mais que à complexidade de uma figura importante na história nacional.

Não obstante, por não explorar as diferenças de formação e geracional entre pai e filho, Barroso evidencia certa dificuldade em inserir argumentos que possam demonstrar qualquer questionamento de sua personagem à tradição. Por último, ao escolher não explorar a dimensão política da ação de Osório, como feito importante em sua narrativa de vida, depreende-se a dificuldade do autor em reconhecer a própria importância do liberalismo enquanto visão política. A esse respeito, é importante considerar a recorrente oposição ao liberalismo manifestada ao longo da trajetória política de Gustavo Barroso e, mais especificamente, durante sua atuação na Ação Integralista Brasileira. Para além de uma divergência de ideias, a pouca visibilidade conferida à tensão política entre pai e filho e, especialmente, entre revoltosos e legalistas, descortina uma escrita bastante comprometida com um ideal moralizante, mais atento à importância da tradição que à reconstrução da complexidade de uma vida.

⁵⁷⁸ Idem, p. 64.

⁵⁷⁹ Idem, p. 65.

⁵⁸⁰ Idem, p. 65.

Há uma tentativa reiterada de construir uma imagem de Osório bastante afeita à disciplina e à causa imperial, especialmente voltada para um ideal patriótico difuso, que procuraria coadunar coesão nacional e regionalismo. Pois, segundo Barroso, durante a guerra, “Osório bateu-se demoradamente pela integridade da Pátria. A sua brasilidade não lhe permitia comungar com os ideais da República do Piratini. A oração de Osório comungava com a alma riograndense no mesmo anseio de paz”⁵⁸¹.

O suposto desejo de Osório por pacificação é mobilizado em outros momentos da narrativa, inclusive, em uma citação atribuída a Fernando Osório, filho do General Osório, que teria registrado em suas memórias uma afirmação de seu pai durante uma viagem pelo Sul do país. “Todos esses campos que avistas foram percorridos pelos soldados do Exército e da República. Eu os percorri também, mas levando a tristeza no coração, porque a espada que devia desembainhar não era para verter o sangue de patrícios e eu sempre tive horror à guerra civil”. Osório teria apresentado ao filho um lugar chamado Ponche Verde, nome que recordaria “um combate sanguinolento” e lembraria a “pacificação, data, para mim, mais gloriosa dessa época”. A citação, apresentada sem referências, sugere o desconforto de Osório em relação à guerra e à sua posição no Exército Imperial. Importa considerar a imagem do combatente construída nessa narrativa, como indivíduo mais afeito à concórdia que às armas, distante, portanto, do ideal guerreiro que caracterizaria o lugar do militar na história.

A atividade política de Osório é retomada em outros momentos do texto. Barroso reconstrói a imagem de Osório como uma figura mais voltada à abnegação que à ação, especialmente porque “seu patriotismo procurava por todos os meios servir ao Brasil. Não se batia nas urnas por vaidade, ou para satisfazer ódios pessoais”⁵⁸². Ao abordar os ataques que Osório teria sofrido, Barroso explicaria que as “acusações foram como poeira na estrada que a gente é forçada a receber, mas limpa no primeiro passo”⁵⁸³. Nesse aspecto, importa mencionar uma possível referência de Barroso a sua própria trajetória política, uma vez que, reiteradamente, o autor teria narrado em suas memórias, sob o tom de lamentação, infindáveis ataques e revezes políticos que sofrera ao longo de sua atuação pública, inclusive, como deputado federal pelo Ceará. Há certa possibilidade de *espelhamento* entre narrador e personagem. Barroso

⁵⁸¹ Idem, p. 76.

⁵⁸² Idem, p. 106.

⁵⁸³ Idem, p. 110.

informaria a intensa atividade pública de Osório, “nas pugnas eleitorais e até fundando jornais para sustentar os princípios de seu partido”⁵⁸⁴.

Nessa época, novas intrigas teriam ocorrido para afastar Osório da política e a acusação seria “a mesma de outra época: concertar com os caudilhos orientais a separação do Rio Grande”⁵⁸⁵. A reiterada associação de Osório ao separatismo sulista sugere a possibilidade de certa efetividade dessas afirmações, especialmente porque, embora Barroso reafirme sua inabalável fidelidade ao Estado Imperial, precisa recorrer a um argumento de notável autoridade. Nesse exercício de construção textual, Barroso utilizaria a afirmação de Caxias a D. Pedro II, figuras aqui compreendidas como de inquestionável valor e, a esse respeito, Caxias teria dito ao Imperador: “o brigadeiro Osório é um experimentado oficial de cavalaria, querido pelas tropas, capaz de dirigi-las e instruí-las. Não consinta, portanto, na perseguição que lhe movem, nem admita que o desgostem, obrigando-o a pedir reforma. Se tivermos guerra, ele nos fará falta”⁵⁸⁶. Se a citação seria um atestado da legitimidade das ações de Osório em benefício da causa nacional, também desvelaria a própria discordância de Barroso acerca do separatismo. A luz dessa questão, o autor parece a todo momento desejar afastar do leitor a possibilidade de uma compreensão da ação política como atividade belicosa e caminho para a transformação da realidade. A guerra deveria ser, nessa perspectiva, um empreendimento apolítico e, somente por meio dela e de seus homens virtuosos e apartados da política, as transformações deveriam ocorrer.

Acerca dos infortúnios vivenciados por Osório durante sua atividade como militar, Barroso afirmaria que, apesar do “movimentado passado, cheio de lutas, sofrimentos e penosos trabalhos”⁵⁸⁷, Osório não se sentiria “arrepentido de ter abraçado a carreira das armas, pois em cinco anos, dois galões lhe ornavam a farda e uma grande experiência dos homens e das cousas lhe enriquecia o espírito atilado”⁵⁸⁸. Nas palavras do autor, as condecorações seriam suficientes para atestar a satisfação de sua personagem em relação a sua jornada pessoal. A citação não está amparada em nenhuma referência que possa atestar sua veracidade e poderia ser compreendida meramente como a opinião do próprio narrador acerca da história de vida do biografado. A afirmação curiosa revelaria mais sobre Barroso que sobre Osório, portanto. Barroso se tornou conhecido por ostentar publicamente as condecorações recebidas e, não

⁵⁸⁴ Idem, p. 116.

⁵⁸⁵ Idem, p. 116.

⁵⁸⁶ Idem, p. 124.

⁵⁸⁷ Idem, p. 50.

⁵⁸⁸ Idem, p. 50.

raro, foi alvo de críticas e pilhérias na imprensa pelo seu apreço às medalhas (MAGALHÃES, 2009). Monteiro Lobato teria satirizado o apego de Barroso às insígnias, inclusive, pelo seu hábito de ostentar o fardão da Academia Brasileira de Letras coberto de divisas que seriam, em sua leitura, apenas “latas de pouco valor” (LOBATO, 1961: 201).

Em outros momentos da narrativa, Barroso fez uso da história de vida de seu biografado para informar sobre seus próprios valores e opiniões. O suposto desprendimento de Osório seria outro aspecto frequentemente valorado na narrativa. Acerca de seu requerimento para reforma, após dezesseis anos de serviço, Barroso julgou ser resultado de “desacertos governamentais, lamentações dos companheiros, maus prognósticos do futuro e a extrema pobreza a que estava resumida sua família”⁵⁸⁹. Contudo, em outro momento, o autor informa “ter o Marechal Elisiario dado a esse requerimento uma informação caluniosa”⁵⁹⁰, de modo que o pedido de reforma parece, para além dos “nobres motivos” evidenciados, resultado de desacordos entre Osório e seus superiores. Em uma atitude complacente com o biografado, Barroso informaria em nota ter sido “muito preterido em sua carreira militar. Distinção, honras, postos, somente lhe foram dados como recompensa por reais serviços à Pátria. Temiam-no. Invejavam-no”⁵⁹¹. A ênfase no mérito seria reveladora de uma sociedade pouco afeita à progressão pela competência e, por outro lado, bastante tolerante quanto aos conchavos, entendidos como caminhos possíveis para a ascensão. Nesse âmbito, a admiração de Barroso pela trajetória de Osório poderia ser reveladora de certa condescendência com tais práticas que poderiam ser-lhe bastante usuais.

O importante a considerar é que o louvor às virtudes do biografado é recorrente ao longo de toda a obra e, em determinados momentos, adquire uma feição quase sobrenatural. Osório é pintado como um “autêntico condutor de homens”, capaz de mobilizar energias e cujas façanhas beiravam ao fantástico: “tão grande em tirar do nada as suas legiões de bravos como a arrebatá-los pela voz e pelo gesto nas horas terríveis da batalha”⁵⁹². Infatigável, Osório “nada esquecia” e, para sua operosidade, “trabalhava dia e noite”, pois “moralização e disciplina foram o seu programa”⁵⁹³. Apesar do “trabalho para exaurir um homem em poucas semanas”⁵⁹⁴, o general resistia à “exaustão e aos óbices burocráticos”⁵⁹⁵, cultivando uma boa

⁵⁸⁹ Idem, p. 71

⁵⁹⁰ Idem, p. 71.

⁵⁹¹ Idem, p. 71.

⁵⁹² Idem, p. 131.

⁵⁹³ Idem, p. 132.

⁵⁹⁴ Idem, p. 137.

⁵⁹⁵ Idem, p. 137.

relação com seus soldados, “louvando-lhes a serenidade, a constância e a bravura”⁵⁹⁶. As intempéries da guerra não seriam suficientes para arrefecer os soldados, que “a sua palavra e o seu exemplo transformaram em heróis”⁵⁹⁷, dispostos a “avançar à frente de uma chusna de todas as armas”⁵⁹⁸, reunidos por ele “aos brados e de lança em punho”⁵⁹⁹.

A personalidade contagiosa de Osório seria enaltecida por sua pretensa capacidade de mudar os rumos do combate, por exemplo, quando sua “divisão recuava” ele teria renovado a confiança dos soldados ao “surgir de lança apeirada de prata em punho”⁶⁰⁰. Nesse momento, “a figura assombrosa do Centauro domina o panorama da batalha. Ele comanda tudo, ele está em toda parte. Ele salva tudo”⁶⁰¹. Osório seria representado como militar habilidoso, mas acima de tudo, como uma figura dotada de certas capacidades sobre-humanas. A virtude guerreira ultrapassaria a dimensão meramente técnica para assumir a feição do extraordinário, em uma narrativa de louvor aos feitos admiráveis de uma personagem cujas façanhas conteriam algo do fantástico. Barroso parece se valer dos recursos da literatura para compor relatos que, se por um lado contêm informações historicamente comprovadas e referenciadas, por outro, ultrapassam o caráter científico da escrita histórica para se tornarem mais agradáveis de serem lidos.

Na expectativa de atrair um público leitor mais amplo, Barroso desenharia suas personagens com feições que poderiam ser aproximadas daquilo que os leitores estariam habituados a encontrar nas prateleiras das livrarias, especialmente, a literatura heroica. Nesse ponto, é possível observar a mobilização da imaginação mediante uma representação narrativa do passado que possibilitaria a construção de *grandes quadros*. Por exemplo, quando Osório “apareceu de espada na mão, atirando o cavalo para a frente, gritando, ‘siga-me quem for brasileiro”⁶⁰², seria possível notar a ênfase na capacidade do herói para definir os rumos da ação e da nação. Ao grito de Osório, “clarins e cornetas tocam o sinal de avançar. As cavalarias galopam pela terra ensopada e as infantarias carregam a baioneta, uivando como feras”⁶⁰³. O cenário do combate é representado por meio de elementos que *tocam* os sentidos. Há uma reconstrução visual e auditiva do passado. Quando Osório “vai a cavalo, o olhar afuzilando no rosto leonino, de repente, metralhada, a sua montaria tomba. Ele ergue-se e

⁵⁹⁶ Idem, p. 147.

⁵⁹⁷ Idem, p. 158.

⁵⁹⁸ Idem, p. 158.

⁵⁹⁹ Idem, p. 158.

⁶⁰⁰ Idem, p. 160.

⁶⁰¹ Idem, p. 160.

⁶⁰² Idem, p. 177.

⁶⁰³ Idem, p. 179.

monta outro animal”. No auge do conflito, há uma intenção de conferir um ritmo mais acelerado à narrativa, procurando despertar a atenção do leitor e, fundamentalmente, uma sensação de experiência do passado.

A criação desse *efeito de verdade*, por meio do discurso, seria o principal traço da narrativa biográfica elaborada por Barroso, comprometida com a transmissão de uma experiência viva e emotiva do passado. A proposta de Barroso poderia ser aproximada da produção do historiador francês Prosper de Barante, cuja recepção teria sido bastante expressiva no Brasil, especialmente entre os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante o século XIX (OLIVEIRA, 2009: 48). No prefácio de sua obra *Histoire des ducs de Bourgogne*, Barante afirmava que o cuidado excessivo com a correção das informações havia transformado o historiador num erudito, ao mesmo tempo em que sua narração perdera os detalhes que dariam “vida à história”. A saída para esse impasse seria, conforme Barante, que o historiador soubesse *pintar* mais do que analisar (BARANTE, 1826: 10-13).

Diante do exposto, o texto assumiria outro formato para Barante, adquirindo prerrogativas que permitissem a sua visualização, uma vez que a história deveria ser, em suas palavras, “sobretudo, exata e séria”, ao mesmo tempo poderia ser “verdadeira e vívida” (BARANTE 1826: 41). A vivacidade reivindicada por pelo historiador francês poderia ser aproximada da noção de *enargeia* dos antigos, perpetuada pela tradição retórica e que remeteria à capacidade de ver e fazer ver a história, podendo ser traduzida como *claro* ou *tangível*. O termo se relacionaria ainda a um campo de experiências imediatas, funcionando como uma garantia de verdade, que o historiador antigo se servia para comover e convencer seus leitores (GUINZBURG, 2007: 20). Na tradição retórica latina seria possível encontrar uma tradução da *enargeia* grega, que teria sido forjada por Cícero e Quintiliano como *evidentia*, noção que denotaria a capacidade do orador de “por algo sob os olhos” do espectador. Dessa forma, ao se valer de sua habilidade com as palavras, “o historiador conseguia comunicar aos leitores a sua própria experiência – direta, como testemunho, ou indireta – pondo sob os olhos uma realidade invisível. *Enargeia* era um instrumento para comunicar a *autopsia*, ou seja, a visão imediata, pelas virtudes do estilo” (GUINZBURG, 2007: 21).

Ao retomar os princípios antigos, Barante almejava realizar uma conciliação entre a produção visual e a produção escrita. Ao abordar o período que compreendia os quatro reinados da dinastia dos Valois, o historiador francês pretendia apresentar uma narrativa capaz de fazer saltar aos olhos do leitor “a cor nacional e característica francesa”. A proposta de Barante faria parte de um debate mais amplo em torno da questão da *cor local*, inicialmente

relacionada ao campo pictórico e reconhecida como parte do discurso literário, notoriamente, desde o século XVIII. Seria, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, que essa questão assumiria uma significação mais ampla. Concebida como a observação de detalhes que caracterizam um país ou uma época, *a cor local* possuiria uma dimensão espacial e uma dimensão temporal, portanto. Enquanto dispositivo narrativo, *a cor local* identificaria momentos e épocas específicas, concedendo-lhes identidades e características próprias, especialmente por meio de estratégias do campo literário capazes de despertar emoções no espectador.

Segundo Temístocles Cézar, *a cor local*, enquanto estratégia textual, teria mobilizado parte significativa dos escritores brasileiros dedicados à temática histórica ao longo do século XIX, inclusive no interior do IHGB. A hipótese “é que não é possível, no começo da década de 1850, abstrair os elementos poéticos presentes no discurso histórico, nem os elementos históricos do discurso poético (CÉZAR, 2004: 54). A respeito do IHGB, Manoel Luiz Salgado Guimarães explica que, mesmo em Januário da Cunha Barbosa, “a história estava associada à fixação de uma memória entendida, quer em seus aspectos físicos, quer morais (os fatos memoráveis, os grandes vultos a serem reverenciados) objetivando a ‘ressurreição do passado’, segundo os termos propostos por Barante” (GUIMARÃES, 2006:72).

Seria, entre a necessidade de definição de um sentido geral e de uma finalidade prática para o conhecimento do passado, que teria se configurado uma forma peculiar de compreender o texto histórico na cultura histórica oitocentista (GUIMARÃES, 2006: 71). Diante do exposto, é possível perceber que Barroso mobilizava alguns princípios e procedimentos próprios da produção histórica oitocentista em sua forma de narrar o passado, especialmente em sua escrita biográfica. A maneira como Barroso *pinta* personagens, cenários e eventos aponta para uma proposta bastante próxima às questões em torno da *cor local*, sugerindo uma produção de transição entre uma cultura histórica imperial e uma cultura histórica republicana.

Para além dos recursos literários, a escrita de Barroso poderia ser interpretada como bastante parcial em alguns momentos, especialmente durante o relato do ferimento no rosto de Osório, que teria lesionado gravemente seu maxilar inferior esquerdo. Ele teria banhado a face “num regato e envolvido o rosto no poncho a fim de esconder aos soldados o ferimento”⁶⁰⁴. Cumpre questionar se o objetivo seria a ocultação de uma ferida de guerra que poderia arrefecer os ânimos dos combatentes ou o cuidado com um machucado repentino que requeria atenção

⁶⁰⁴ Idem, p. 180.

imediate. Outro ponto interessante seria a retirada de Osório do conflito, porque a “hemorragia não cessava, gritando, ‘carreguem, camaradas! Acabem com esse resto!’”⁶⁰⁵. A atitude de Osório parece impossível à luz do relato do próprio autor, pois “a bala de fuzil que atravessara o seu rosto, partiu-lhe o maxilar”⁶⁰⁶. Dessa forma, como Osório teria gritado algo entendível aos seus combatentes? Mais uma vez, há a evidente intenção de demonstrar a importância da figura do biografado na história, informando a respeito do pretense efeito psicológico de todas as suas ações sobre seus subordinados. À semelhança de um santo miraculoso, Osório adquire uma ferida de guerra que poderia ser compreendida como uma chaga que, mais que dessacralizar um mito, reforçaria a dimensão maravilhosa do mártir.

Malgrado o esforço em pintar Osório como o Centauro dos Pampas, Barroso não deixaria de apontar aspectos de sua trajetória que o aproximariam do ideal de *grande homem*, apartado de da imagem do militar guerreiro e mais voltado à concórdia e à abnegação. A guerra despertaria horror em Osório, que teria afirmado em certa ocasião: “o meu maior desgosto é ver a minha pátria em luta... e a minha data mais feliz será aquela em que os povos queimem os seus arsenais”⁶⁰⁷. A afirmação parece contraditória se pensada no conjunto de uma obra que enalteceria o destemor de Osório e que, não obstante seu suposto desgosto em relação às armas, teria sido um militar bem sucedido no recrutamento e na formação de novos soldados. A esse respeito, é possível destacar as citações que mencionam o reconhecimento estrangeiro às iniciativas que fizeram “ressoar aclamações pelo Brasil inteiro, das altas rodas sociais às últimas camadas do povo”⁶⁰⁸.

As múltiplas faces de Osório seriam desenhadas por Barroso, com um acento especial sobre o sacrifício, pois para ele estava a “pátria acima de tudo”⁶⁰⁹, afinal a “religião de Osório era a pátria”⁶¹⁰. Os relatos acerca da morte de Osório informariam que o corpo teria sido embalsamado, “depositado na capela do Hospital dos Inválidos”⁶¹¹ e, posteriormente “removido para a igreja da Cruz dos Militares”⁶¹². Anos mais tarde, teria sido “transferido para a cripta construída sob sua estátua, na Praça 15 de Novembro, no Rio de Janeiro”. A estátua seria um “grande símbolo de nossa história militar”, pois perpetuaria “no bronze o seu

⁶⁰⁵ Idem, p. 180.

⁶⁰⁶ Idem, p. 180.

⁶⁰⁷ Idem, p. 191.

⁶⁰⁸ Idem, p. 150.

⁶⁰⁹ Idem, p. 198.

⁶¹⁰ Idem, p. 198.

⁶¹¹ Idem, p. 198.

⁶¹² Idem, p. 198.

vulto heroico, de espada em punho, o olhar fito nos inimigos ameaçadores”⁶¹³. Barroso informaria ainda que o monumento teria sido erigido por subscrição pública e “cercado por uma grade fundida com o metal dos canhões tomados aos paraguaios”⁶¹⁴. A materialidade do passado evocaria o militar aguerrido, capaz de tomar as armas aos inimigos e conduzir a história militar do século XIX, feitos que perdurariam no tempo, pois “na memória da pátria a sua glória será eterna”⁶¹⁵.

“A história viva da Armada Nacional”

A biografia de Tamandaré foi publicada pela primeira vez em 1933 pela Companhia Editora Nacional. No ano de 1956, foi impressa uma nova edição nas oficinas da Companhia Editora Fon-Fon e Seleta, em capa colorida, com uma reprodução do retrato de Tamandaré que fazia parte da coleção do MHN. Na contracapa constava o nome do autor, Gustavo Barroso, sem o pseudônimo “João do Norte”, seguido das informações “da Academia Brasileira de Letras e Diretor do Museu Histórico Nacional”. Tratava-se da primeira vez em que Barroso evocava, como lugar de produção e referência, não apenas a ABL, como também o MHN. A hipótese é de que a associação ao Museu ambicionasse conferir maior credibilidade a uma produção que se pretendia de viés histórico e que reproduzia, em grande parte, a mesma proposta historiográfica cultivada durante a direção do MHN. Ao final da obra, foi anexada a Fé de Ofício do Almirante Tamandaré “ditada por ele mesmo” e, dentre as referências bibliográficas, é possível observar repetidas indicações de obras de Gustavo Barroso, sugerindo que o autor se percebia como uma autoridade no assunto.

O caráter autorreferencial dessa obra não seria a única particularidade relevante. Destoando das obras anteriores, Barroso fez uso da biografia de Tamandaré para elaborar a biografia da Marinha Nacional, evocando práticas de recrutamento, técnicas de construção de embarcações e profissionalização dos marinheiros. Ao apresentar detalhadamente o processo de formação da Marinha, Barroso afirmava que o recrutamento das tripulações ocorria “nas baixas camadas e entre os piores elementos sociais, o que obrigava a uma disciplina corporal rigorosa”⁶¹⁶. Acerca de Tamandaré, informava que o alistamento teria ocorrido aos 16 anos, embora os dados de sua vida pregressa não tenham sido encontrados nos arquivos e, tampouco em reminiscências de família, de tal forma que a reconstituição dos primeiros anos de sua vida teria ficado um pouco comprometida. Dessa forma, consideramos que a escrita da

⁶¹³ Idem, p. 198.

⁶¹⁴ Idem, p. 198.

⁶¹⁵ Idem, p. 198.

⁶¹⁶ Barroso, 1956, p. 10.

história da Marinha Nacional seja um caminho encontrado pelo autor para suprir a falta de informações a respeito dos primeiros anos de seu biografado. Ao fazer coincidir a história da Marinha com a história de vida de Tamandaré, Barroso deixava explícita a sua intenção de apresentar Tamandaré como a personificação da Armada Brasileira.

À luz da biografia de Tamandaré, o cenário político e social do Império seria reconstituído pelo olhar de Barroso, época considerada um “vulcão em ebulição”, que teria forçado Pedro I, “pela sedição e traição à abdicação”⁶¹⁷. Cumpre ressaltar que, na leitura do biógrafo, não há uma responsabilização do imperador Pedro I pelos acontecimentos que levaram à abdicação e, tampouco, qualquer comentário sobre uma possível inabilidade política do governante. Nesse aspecto, as “lutas políticas” que levaram à abdicação teriam resultado na “destruição do respeito à autoridade constituída”⁶¹⁸ e, por conseguinte, teriam “prolongado seus efeitos pelo Brasil”⁶¹⁹. Dessa forma, sob a Regência Trina, “sem unidade de vistas, um Imperador criança e a anarquia campeando solta”, o Império seria um “vulcão”. De todos os acontecimentos desse período, a Cabanagem seria o “mais sangrento, mais cruel e mais baixo”⁶²⁰, pois o evento teria sido capitaneado pelos “cabecilhas demagogos”, que souberam “explorar” o sentimento nativista. Algo que a princípio seria uma violenta campanha contra o comércio exercido pelos reinóis teria se transformado “em verdadeira jaqueria medieval, na qual todos os maus instintos foram desaçaimados pela anarquia duma sociedade informe e tumultuária”⁶²¹.

Por esse viés, a Regência seria traduzida como “uma espécie de triste experiência republicana”⁶²², marcada por “terríveis frêmitos de revolta”⁶²³, que teriam ocorrido por todo o “dilatado território da nação”, quase “lhe destruindo de vez a unidade”⁶²⁴. Seria, “por obra e graça do destino” que, durante essa “época conturbada pela confusão de opiniões e pelo choque das ambições”⁶²⁵, Tamandaré teria “tomado parte ativa” nos conflitos em “defesa da legalidade”⁶²⁶. A respeito de suas ações, o Marechal Manuel Jorge Rodrigues teria “louvado

⁶¹⁷ Idem, p. 73.

⁶¹⁸ Idem, p. 77.

⁶¹⁹ Idem, p. 77.

⁶²⁰ Idem, p. 82.

⁶²¹ Idem, p. 82.

⁶²² Idem, p. 73.

⁶²³ Idem, p. 73.

⁶²⁴ Idem, p. 73.

⁶²⁵ Idem, p. 73.

⁶²⁶ Idem, p. 75.

em documento público a atividade, a inteligência, a bravura e os bons resultados das medidas do jovem oficial”⁶²⁷.

Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré, seria o “marinheiro completo, sempre de inalterável bom humor”⁶²⁸ e suas horas vagas seriam ocupadas com dois “esportes” que dariam a “medida da sua coragem, audácia e destreza”⁶²⁹, quais sejam, a natação e a caça de jacarés “a unha”. Tais atividades seriam fundamentais para despertar a admiração entre seus subordinados, pois aqueles que assistiam às “caçadas de jacarés, vendo-o atuar dessa maneira, respeitavam sua coragem”⁶³⁰. Dessa forma, “o valor pessoal que tanto sugestionava os homens rudes e as massas em geral”⁶³¹ seria intensificado, criando uma espécie de aura contagiosa que imantaria seus companheiros de atividades.

Na construção do perfil do biografado, Barroso apostaria em uma outra faceta, menos agressiva, mais sublime e mais aceita por um público leitor que se ampliava e diversificava, que seria a do marinheiro devotado ao socorro dos náufragos. Segundo o autor, “sua vida teria essas duas faces monumentais: a do guerreiro intransigente na defesa da Pátria e a do salvador intemerato de vidas humanas”, essa última faltaria à “biografia das nossas mais iminentes figuras militares”⁶³². A singularidade de Tamandaré poderia ser dimensionada na ocasião em que, ao sair de casa para ir à farmácia, teria ouvido gritos de socorro provenientes do mar. E, “num impulso de coragem, obedecendo somente à voz de sua alma intrépida, atirou-se às águas revoltas e, como excelente nadador que era, dirigindo pelo som dos brados que escutava, conseguiu alcançar uma canoa que naufragava”⁶³³. Após o resgate, teria retornado ao mar “pilotando um bote, correndo a salvar alguns marinheiros duma barca inglesa e dum brigue brasileiro”⁶³⁴. Abnegação e coragem de Tamandaré seriam, por extensão, a coragem e a abnegação da própria Marinha Nacional, que estaria repleta de exemplos de sacrifício e bravura.

A ousadia e o altruísmo de Tamandaré seriam novamente elogiados no episódio em que o Almirante teria socorrido um navio inglês incendiado. Nessa ocasião, Tamandaré comandava uma embarcação de guerra, repleta de pólvora, que transportava a princesa irmã do imperador

⁶²⁷ Idem, p. 84.

⁶²⁸ Idem, p. 87.

⁶²⁹ Idem, p. 87.

⁶³⁰ Idem, p. 87.

⁶³¹ Idem, p. 87.

⁶³² Idem, p. 88.

⁶³³ Idem, p. 141.

⁶³⁴ Idem, p. 141.

Pedro II. Atendendo “às súplicas da princesa de Joinville e aos pendores de seu nobre coração, aproximou o mais que era possível o D. Afonso da galera chamejante e preparou-se para salvar as vidas ameaçadas”⁶³⁵. O risco seria imenso e, como gratificação, a Coroa Britânica teria enviado 100 libras para serem distribuídas entre a tripulação da embarcação brasileira. Nessa ocasião, Tamandaré teria “lembrado aos seus comandados a situação de miséria em que se encontravam os emigrantes que haviam salvado da morte, concluindo por solicitar da sua generosidade de marujos brasileiros que cedessem aquela soma, por caridade, aos infelizes”⁶³⁶.

Solicitação que seria acolhida pela marujos respondendo “em unísono que cediam, cheios de entusiasmo pela proposta de seu chefe, e esquecidos de qualquer desejo de fruir aquele ouro imperial, embora todos eles vivessem na pobreza”⁶³⁷. A reação da tripulação é reveladora do anseio pela promoção de uma imagem uniforme da Marinha Brasileira, sem divergências e ambições pessoais. A completa abnegação da totalidade da tripulação seria bastante questionável, especialmente porque parece apenas uma estratégia para revelar o valor pessoal do biografado enquanto protagonista da história. Tamandaré é aquele que decide e que *faz a história*, enquanto *os outros do passado*, seus comandados, quase desaparecem em uma narrativa acentuadamente pessoal.

Avesso às honrarias, Tamandaré teria cogitado recusar um presente oferecido por um Cônsul Português em resposta ao salvamento da embarcação portuguesa “Vasco da Gama”, ameaçada em águas profundas. Segundo Barroso, o marinheiro “quis se opor a essa homenagem e somente a aceitou com a declaração de que era um tributo na sua pessoa à Marinha Nacional de que fazia parte”⁶³⁸. Para além da suposta modéstia de Tamandaré, a citação seria reveladora do anseio reiterado de fazer a história de vida do biografado personificar a própria história da Marinha Nacional. A coragem do Almirante seria louvada na imprensa estrangeira, assim como sua renúncia aos interesses pessoais em benefício dos aflitos e perdidos. Dessa forma, é possível depreender que Barroso ambicionava demonstrar a singularidade de seu biografado por meio do reconhecimento da “imprensa europeia em notas elogiosas, especialmente no Morning Post, de Londres, no Constitutionel e no Journal des Débats, de Paris”⁶³⁹.

⁶³⁵ Idem, p. 119-120.

⁶³⁶ Idem, p. 123.

⁶³⁷ Idem, p. 123.

⁶³⁸ Idem, p. 137.

⁶³⁹ Idem, p. 142.

A publicidade concedida pelos periódicos europeus às ações comandadas por Tamandaré seria mobilizada por Barroso para contestar as críticas feitas pelo jornalista argentino Manuel Gálvez à atuação do Almirante. Segundo Barroso, “ignorando tais fatos e fazendo eco de calúnias”, Gálvez “chamou a esse destemido salvador de vidas adulator e imbecil”⁶⁴⁰. A interpretação divergente do jornalista argentino, acerca da atuação do marinheiro brasileiro, seria suficiente para Barroso questionar sua trajetória literária, especialmente sua candidatura ao Prêmio Nobel. A proposta de Gálvez seria “assinada por alguns escritores brasileiros sem discernimento e sem patriotismo”⁶⁴¹, afirmação que demonstra a parcialidade de Barroso ao investigar a história nacional e, fundamentalmente a lente pela qual avaliava a produção estrangeira. Quanto às críticas do jornalista argentino à trajetória de Tamandaré, Barroso evocaria a réplica escrita por ele nos seguintes termos: “em meu livro ‘Em Face do Prata’ dei-lhe adequada resposta defendendo a memória do grande Almirante”⁶⁴². A citação poderia ser compreendida como uma tentativa de autopromoção, pois ao divulgar o seu trabalho, Barroso reafirma o seu lugar na produção literária internacional, informando a existência de um diálogo entre escritores⁶⁴³ e, especialmente a sua discordância à produção de um candidato ao prêmio Nobel.

A necessidade de *defender a memória* poderia ser interpretada como uma postura militante em relação à história nacional, evidenciando que, para Barroso, a parcialidade poderia ser aceita e justificada, desde que fosse motivada pelo desejo de promover uma “grande” figura para a formação nacional. Ao se dirigir aos pensadores de seu tempo, Barroso afirmava que “hoje os historiadores têm a obrigação de capinar essa erva daninha que cresce em volta da gloriosa memória [de Tamandaré]”⁶⁴⁴. O trabalho historiográfico deveria se pautar pelo compromisso com a verdade histórica, supostamente contida nos arquivos, cujos documentos permitiriam ao escritor de biografias “mostrar o verdadeiro modo de pensar”⁶⁴⁵ do biografado.

Acerca de Tamandaré, “todos esses documentos destinados a morrer nos arquivos militares e a não serem justificativas pré-concebidas para a posteridade, todos de caráter iminente reservado, coerentes e respirando a maior sinceridade” completariam o “retrato moral dessa

⁶⁴⁰ Idem, p. 142.

⁶⁴¹ Idem, p. 142.

⁶⁴² Idem, p. 142.

⁶⁴³ Segundo Kátia Baggio (2013), a partir da Proclamação da República houve maior tentativa de aproximação em relação à América Hispânica por parte de governos e intelectuais brasileiros. Essa relação poderia ser “demonstrada, entre outras iniciativas, pelo incremento de publicações no Brasil sobre as Américas e suas relações: artigos, revistas, livros, etc” (BAGGIO, 2013: 187).

⁶⁴⁴ Idem, p. 163.

⁶⁴⁵ Idem, p. 163.

grande figura de nossa história”⁶⁴⁶. Há uma expectativa de representar o personagem o mais fielmente possível, de tal forma que a composição de biografias passava pelo recurso às estratégias literárias capazes de fomentar a imaginação por meio de uma construção “visual” do biografado. Por esse viés, é possível perceber que escrita biográfica fazia com que a história e a literatura caminhassem muito próximas na década de 1930, tornando complexo estabelecer limites muito precisos entre as duas modalidades discursivas (GONÇALVES, 2009).

Ao narrar o passado de suas personagens, Barroso estabelecia juízos de valor acerca de seu próprio tempo, especialmente no que toca às doutrinas políticas e econômicas que fomentavam debates acirrados ao longo dos anos 1930. A respeito da Guerra do Paraguai, Barroso tocava em uma questão polêmica entre seus contemporâneos ao considerar “curioso que nenhum dos três governos aliados tivesse ocorrido a aplicação da censura à imprensa durante a Campanha”⁶⁴⁷. Segundo Barroso, “ninguém teve essa ideia tal era o espírito liberal da época e o resultado foi lamentável”⁶⁴⁸. A censura seria, por esse viés, uma prática recomendável, acompanhada de outras iniciativas que seriam igualmente relevantes durante o conflito enfrentado pelo Brasil. Por não ter adotado essas práticas, a guerra teria se estendido além do necessário, especialmente porque “basta dizer que, durante cinco anos da tremenda luta, não houve sequer estado de sítio no Brasil”⁶⁴⁹. A suspensão dos direitos assume um caráter de normalidade, o que parece ser uma estratégia de divulgação do próprio credo político do autor manifestado em sua trajetória integralista durante esse período.

Outro aspecto interessante seria a crítica ao comunismo. Com os olhos voltados para os tempos do Império, Barroso suscitava reflexões sobre o seu próprio tempo. Por exemplo, ao discutir a Balaiada, o autor informava que os rebeldes dispunham de um prelo e distribuíam boletins e panfletos. Nesses materiais, seriam divulgadas as “mesmas ideias de caráter subversivo e comunista, (...) que brotam quase espontaneamente nas violentas reações da miséria contra o bem-estar e da fome contra os que podem comer”⁶⁵⁰. Por meio dessas ideias, “Lênin e outros construíram o inferno moscovita e o seu destino é serem esmagadas (...) pela própria força das coisas dentro da realidade da vida”⁶⁵¹. A narrativa biográfica ultrapassa o

⁶⁴⁶ Idem, p. 163.

⁶⁴⁷ Idem, p. 205.

⁶⁴⁸ Idem, p. 205.

⁶⁴⁹ Idem, p. 206.

⁶⁵⁰ Idem, p. 102.

⁶⁵¹ Idem, p. 105.

tempo de vida de sua personagem e produz uma abertura para o futuro, expondo um narrador que mobiliza o passado para referenciar um julgamento histórico.

É possível observar, outrossim, uma avaliação sobre o Império e a República por meio da biografia de Tamandaré. Segundo Barroso, no Brasil o 2º Reinado seria o período em que “se processou a estratificação da nacionalidade, as cariátides de sua hegemonia militar e, conseqüentemente política da América do Sul”⁶⁵². Os conflitos ocorridos nessa época seriam resultado do fato de ser o país o “representante desinteressado da civilização na América do Sul”⁶⁵³. Quanto às rivalidades de ordem territorial, a questão com o Uruguai seria a mais candente, especialmente porque o “Uruguai é o prolongamento físico do Brasil meridional que alcança as águas do Prata”⁶⁵⁴. Dessa forma, como um “cordão de ectoplasma histórico continuamente o tem ligado à vida do Brasil”⁶⁵⁵, de tal forma que a ingerência do Brasil em seu território seria resultado da necessidade de “manter a ordem e a legalidade”. Situações que a “bravura do Capitão” ajudou a manter, “abatendo uma rebeldia ilógica e antipatriótica”⁶⁵⁶, especialmente porque “outra coisa não haveria ele de fazer em toda a sua existência coberta de glória e digna duma pena plutarquiana para ser fielmente traçada”⁶⁵⁷.

Ao evocar o nome de Plutarco, Barroso reivindicava a autoridade do grande mestre da biografia antiga e responsável por cristalizar o gênero em sua especificidade (DOSSE, 2009: 126-133), como estratégia para dimensionar a importância de seu biografado. Conforme François Dosse (2009: 127), a longa permanência da obra de Plutarco, deve-se, inclusive, ao fato de o biógrafo reivindicar o direito de estilizar a realidade da experiência vivida, o que lhe permitia dar testemunhos de valor e alcance universais. Por essa perspectiva, é possível inferir que Barroso considerava a história de vida de Tamandaré como digna de expressar atributos universais, inclusive porque, aos seus olhos, Tamandaré seria “a história viva da Armada Nacional, a história viva da própria nacionalidade”⁶⁵⁸. Ao fazer coincidir a história de vida de seu biografado com a história nacional, o autor ambicionava conferir atributos de imortalidade ao seu personagem. Nesse aspecto, a avaliação negativa feita por Barroso a respeito dos funerais de Tamandaré realizados durante a República. O autor lamentaria, inclusive, a pouca

⁶⁵² Idem, p. 101.

⁶⁵³ Idem, p. 155.

⁶⁵⁴ Idem, p. 155.

⁶⁵⁵ Idem, p. 155.

⁶⁵⁶ Idem, p. 96.

⁶⁵⁷ Idem, p. 96.

⁶⁵⁸ Idem, p. 252.

visibilidade conferida às solenidades e informaria a publicação de apenas uma “trivial notícia”, veiculada pelo Jornal do Comércio.

Quanto ao féretro, Barroso lastimaria o número de cinquenta carros presentes, pois “mais do que isso leva no seu cortejo fúnebre qualquer burguês rico ou qualquer dessas celebridades políticas momentâneas que se alçam às cumeadas do poder”⁶⁵⁹. A lente negativa com que a República seria interpretada poderia ser observada na queixa de que “nenhuma autoridade da República esteve presente à cerimônia”, algo que contrastaria com a grande presença de populares. “Verdadeira apoteose”, a comoção popular seria reveladora da importância que os brasileiros atribuiriam a figura de Tamandaré, de tal forma que “parecia que o povo brasileiro via passar diante dele o próprio enterro da velha e gloriosa Marinha Imperial”⁶⁶⁰. Dessa forma, é possível inferir que o esplendor da Marinha Brasileira, na leitura de Barroso, teria ocorrido durante o Império, ao passo que a República significaria o seu eclipse.

“A espada que sustentou o Império”

Diferente das produções anteriores, a biografia de Caxias possui um número restrito de páginas, não veio a público pelas grandes editoras da época e, na capa, consta apenas o título e o nome do autor, sem qualquer outra informação que possa associá-lo a lugares importantes de produção do conhecimento – como a Academia Brasileira de Letras. O livro foi composto e impresso em 1945 pela Livraria Agir Editora e está inserido em uma série identificada como “Nossos Grandes Mortos”. Desta obra foram tirados 1500 exemplares em papel Buffon e 50 exemplares de luxo em papel de ilustração, de forma que o requinte da obra seria um indicativo da importância que se atribuía ao seu autor e ao biografado. A tiragem reduzida poderia revelar, por outro lado, a expectativa de uma circulação mais restrita do texto, resultado de um possível desinteresse do público pelas biografias e, fundamentalmente, pela temática militar. Embora publicada em 1945, a biografia de Caxias foi redigida em 1936 a pedido do então Ministro da Educação Gustavo Capanema.

A biografia foi produzida, inicialmente, como material para uma conferência, que Barroso proferiu em 25 de agosto de 1936, durante as comemorações do Dia do Soldado, em sessão realizada no Salão Leopoldo Miguez, da Escola Nacional de Música. O prefácio foi escrito por Gustavo Capanema. Dividida em três partes, a obra traça um perfil biográfico de Caxias pelo prisma militar, não evocando, portanto, aspectos de sua vida íntima e, inclusive,

⁶⁵⁹ Idem, p. 252.

⁶⁶⁰ Idem, p. 255.

momentos que seriam importantes para sua formação profissional. É possível observar que o autor escolheu narrar a trajetória de Caxias pela lente dos grandes feitos que demonstrariam a superioridade de um indivíduo que “jamais descera da altura a que o merecimento e o destino o elevaram”⁶⁶¹. À noção de predestinação seria acrescentada a origem nobre de Caxias, como elemento primordial para a compreensão das realizações a que estava destinado e, nesse ponto, Barroso recorda os feitos de seu pai, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, em defesa do Imperador Pedro I, quando esse pedira um conselho à “espada leal”.

Ainda acerca da figura paterna, Barroso afirmou que era “missão daquela espada conservar a unidade nacional”⁶⁶² e, ao enumerar suas ações, o autor informava sobre feitos que distinguiriam, igualmente, a sua descendência. Pois “desde esses memoráveis sucessos estava definitivamente traçado o rumo da sua vida. Caxias foi a espada que sustentou por longos anos o Império”⁶⁶³. Ao mencionar as condecorações e os títulos recebidos, Barroso asseveraria que “ninguém recebeu tais galardões”⁶⁶⁴, algo que denotaria a grandiosidade de seu biografado. Contudo, tal primazia poderia ser questionada à luz de seu relato, uma vez que os laços de parentesco poderiam ter favorecido Caxias ao longo de sua formação e atuação profissional. Cumpre questionar se o fato de descender de um nobre não teria lhe proporcionado contatos com a família imperial que, posteriormente promoveriam sua figura e facilitariam sua ascensão em uma sociedade de corte. Tais indagações nos conduzem a cotejar os possíveis senões de uma escrita que seria tecida de forma bastante próxima ao elogio.

O caráter de Caxias seria exaltado em um relato sobre um episódio que teria ocorrido durante o café da manhã que precedia um combate na batalha de Lomas Valentinas, momento em teriam entregue ao chefe militar uma xícara de café. Antes de tomá-la, Caxias teria perguntado se os soldados haviam se alimentado e, ao obter uma resposta negativa, teria respondido nos seguintes termos: “só tomo café depois que meus soldados o puderem tomar”⁶⁶⁵. Em um discurso que ambicionaria dimensionar a virtude do biografado, Barroso afirmaria se tratar de um “episódio bíblico”, que lembraria “Davi despejando na areia a água da cisterna de Belém que seus guerreiros foram buscar com perigo de vida no ardor do combate”⁶⁶⁶. Ao recorrer à narrativa bíblica, o autor utilizaria a imagem de uma figura que seria conhecida por sua coragem e notória liderança entre um povo identificado como o

⁶⁶¹ Barroso, 1945, p. 24.

⁶⁶² Idem, p. 19.

⁶⁶³ Idem, p. 19.

⁶⁶⁴ Idem, p. 24.

⁶⁶⁵ Idem, p. 25.

⁶⁶⁶ Idem, p. 25.

“eleito de Deus”. Dessa forma, a associação entre os dois episódios poderia proporcionar uma interpretação de Caxias como o *escolhido*, que à semelhança de um Davi do povo brasileiro, seria competente para enfrentar o desconhecido e devotado àqueles de sua convivência.

O exagero na avaliação do biografado e a superficialidade das informações sobre sua vida podem ser mais bem compreendidos se levarmos em consideração o objetivo inicial da narrativa. Por se tratar de uma conferência, havia restrição do que poderia ser veiculado para não entediar o público, o que impôs a Barroso a necessidade de selecionar determinados aspectos a fim de compor um perfil do biografado que fosse interessante para o auditório. A oralidade do discurso também imporia alterações à prática biográfica de Barroso que, nesse texto, assumiu uma feição mais laudatória e menos comprometida com as pesquisas arquivísticas que caracterizaram suas produções anteriores. Tais nuances podem ser explicadas à luz das transformações que ocorriam no começo do século XX, quando o elogio era transformado em uma performance que poderia garantir também ao conferencista ou ao biógrafo um lugar de destaque.

Conforme Maria Helena Werneck (2008: 30-49), quando não é mais possível compartilhar a vida do protagonista, instala-se para as gerações seguintes uma espécie de dívida que é preciso saldar através da reconstituição biográfica. Dessa forma, através do biográfico, criava-se um “vulto nos dois sentidos da palavra: uma imagem que não cessa de expandir pelos esforços dos que querem torná-la visível aos olhos públicos, e uma alteridade fantasmática, capaz de influir na criação de uma nova identidade – a de quem escreve porque não pode viver o que o outro viveu”. Por essa via, é possível inferir que, ao louvar o caráter e a iniciativa de Caxias, Barroso louvava a si mesmo, como figura autorizada a divulgar histórias de vida que se tornariam, sob a sua pena, um legado perenizado seu. Assim, as vidas de Caxias e de Barroso se entrelaçariam na história nacional.

Caxias seria pintado como um personagem capaz de grandes sacrifícios, cuja nobreza mereceria ser propagandeada, ainda que em determinados relatos pudesse resvalar em certo esnobismo, como seu suposto protesto em relação ao quadro “A Batalha de Avaí”, de Pedro Américo. Segundo Barroso, seria a “linha impecável de sua conduta”⁶⁶⁷ que o teria levado a contestar a obra nos seguintes termos: “onde esse pintor me viu algum dia com a farda desabotoada?”⁶⁶⁸. A contestação de Caxias seria reveladora de uma prática habitual que perpassaria a sua origem nobre, pois, somente o “filho e neto de soldados, irmão, sobrinho e

⁶⁶⁷ Idem, p. 25.

⁶⁶⁸ Idem, p. 25.

primo de soldados”⁶⁶⁹, que pertenceria a uma “verdadeira dinastia militar”⁶⁷⁰, seria capaz de agir conforme o costume próprio de uma classe e de uma época com tanta convicção. A afirmativa de Caxias revelaria, fundamentalmente, um *hábito incorporado*, específico de um indivíduo que teria vivido “nas guarnições e nos quartéis desde a primeira infância”⁶⁷¹. Comportamento que seria esperado de “ouvidos acostumados aos toques das cornetas, ao rufo dos tambores e às roucas vozes de comando. Olhos embebidos nas cores dos uniformes, nos reflexos metálicos das armas e no esvoaçar colorido dos penachos”⁶⁷².

Apesar de Caxias demonstrar grande cuidado com a aparência, essa não seria a sua maior característica, segundo Barroso, seu biografado se “impunha pela integridade absoluta de seu caráter”⁶⁷³. Virtude que o distinguiria, uma vez que “ninguém no nosso país, em quatro séculos de história, foi maior do que ele. Guerreiro e político. Diplomata e estadista. Ninguém teve maior fé nos destinos da pátria e ninguém a serviu com maior brasilidade”⁶⁷⁴. Tal afirmação aproximaria Caxias do ideal do *grande homem* que, embora não tenha cessado de enaltecer as virtudes de determinados sujeitos, quando relacionado aos personagens militares, tenderia a evidenciar qualidades que denotassem um caráter mais comedido. Típica do homem das luzes, a noção de *grande homem* afastaria o aspecto mais belicoso da imagem dos militares e, ao mesmo tempo, promoveria uma noção em conformidade com a valorização do racionalismo iluminista (BONNET, 1997).

Dessa forma, Caxias seria valorizado como a “espada que sustentou por longos anos o Império”⁶⁷⁵, fundamentalmente porque, “mais do que combatendo”, ele teria agido “pacificando”⁶⁷⁶. A figura de Caxias simbolizaria a “unidade nacional”, algo que “a sua espada, tanto quanto a sua prudência, souberam tão bem defender”⁶⁷⁷, especialmente porque, “para unir na mesma paz os brasileiros desunidos, como ele conseguiu fazer, não bastava vencê-los com as armas, era mister perdoar-lhes os desvios e os erros”⁶⁷⁸. À imagem benevolente de Caxias, seria acrescentada certa habilidade para estabelecer a concórdia entre os povos, virtudes propagandeadas em uma aposta biográfica que parecia coadunar militarismo e catolicismo. A remissão dos pecados, indulgência própria daquele que possui “o

⁶⁶⁹ Idem, p. 14.

⁶⁷⁰ Idem, p. 14.

⁶⁷¹ Idem, p. 14.

⁶⁷² Idem, p. 14.

⁶⁷³ Idem, p. 19.

⁶⁷⁴ Idem, p. 19.

⁶⁷⁵ Idem, p. 19.

⁶⁷⁶ Idem, p. 19.

⁶⁷⁷ Idem, p. 25.

⁶⁷⁸ Idem, p. 25.

perdão nos lábios”, aproximaria Caxias de um ideal bastante paternal, cuja autoridade estaria mais próxima da tradição que do cargo que ocuparia na hierarquia militar. A conduta exemplar e incorruptível reforçaria certa dimensão de *santidade* que parecia envolver a trajetória de Caxias, apresentada como um *modelo* digno de ser elogiado e imitado.

Ao final da conferência sobre Caxias, Barroso conclamaria o auditório a “erguer preces ao Altíssimo para que seu espírito inspire e anime as gerações de hoje e de amanhã na manutenção da unidade nacional”⁶⁷⁹. Acerca do nacional, o autor prosseguiria informando que a “alma de um povo” estaria em suas tradições, cuja manutenção seria o objetivo maior de seu trabalho, pois “desde que empunho uma pena, usando-a no jornal ou livro, não me tenho cansado de reviver, defender e glorificar as tradições de nossa pátria”⁶⁸⁰. Ao enaltecer o seu gesto, Barroso procuraria se afirmar como defensor da pátria, especialmente porque “nas guerras, as forças morais sobrelevam as forças materiais”, sendo que as primeiras seriam encontradas na “tradição das pátrias, razão espiritual de sua existência e de sua perpetuidade”⁶⁸¹.

Ao tentar definir a nação, o autor recorreria à metáfora da floresta, “cujas árvores vão procurar com suas raízes o humus no solo”, de forma a explicar que um povo, da mesma forma, viveria “do humus moral formado pelas virtudes, heroísmos, aspirações, dores e esperanças das gerações de homens que, umas depois das outras, juncaram o caminho dos séculos”⁶⁸². Desse “humus moral”, se constituiria o “ideal nacional”, que “cada povo tem o seu e é nele que reside a sua tradição”, “alimento” que as “gerações desaparecidas” preparariam para as “gerações vindouras, de modo que essas existirão porque aquelas existiram”⁶⁸³. A sobrevivência da nação dependeria da “comunicação entre as gerações que morreram e as que estão vivas”, pois se “se lhe apagarem a lembrança de suas tradições, a sua “alma morrerá como a árvore, cujas raízes transmissoras de seiva foram cortadas”⁶⁸⁴.

A defesa do passado e da tradição constitui, portanto, um importante sustentáculo da ideia de pátria. Contudo, não seria qualquer passado que deveria ser valorizado. Barroso pretendia enaltecer a versão que exaltasse a cultura e os valores aristocráticos, em detrimento da profunda diversidade étnica e social que caracterizava o país, de maneira a veicular uma compreensão da nação como resultado da ação dos *grandes homens* na história. Tais

⁶⁷⁹ Idem, p. 26.

⁶⁸⁰ Idem, p. 26.

⁶⁸¹ Idem, p. 26.

⁶⁸² Idem, p. 27.

⁶⁸³ Idem, p. 27.

⁶⁸⁴ Idem, p. 27.

indivíduos, cujas trajetórias estavam repletas de façanhas e sacrifícios, reforçavam a ideia de uma pátria unida e aguerrida. A proposta parecia ser a de que o passado fosse o fiador do presente, e o presente, o guardião do passado, em uma operação de controle da memória.

Nessa época, conforme Eliana Dutra (2012: 181), assistimos à emergência de um discurso do saber histórico enquanto um dispositivo de poder. Dessa feita, pelo conhecimento dos “grandes fatos e dos grandes vultos da história do Brasil, acredita-se possível a apreensão do caráter especial da formação brasileira e a persuasão dos brasileiros de que o seu verdadeiro destino é ser presidido sempre pela ordem política nascida de uma evolução histórica, radicada em sua tradição” (DUTRA, 2012: 182). Por essa via, Barroso parecia querer demonstrar que os valores políticos e institucionais responsáveis pelo ordenamento social da nação teriam sido criados no passado e, dessa forma, deveriam permanecer. Tratava-se, portanto, de uma concepção da história sem grandes revoluções ou mudanças, uma história da permanência e da conservação do mesmo, da preservação da identidade original e originária.

CAPÍTULO II

E A CRÍTICA TOMOU A PALAVRA... INTELECTUAIS NA REPÚBLICA DAS LETRAS

Na edição de 14 de outubro de 1928, o jornal *Correio da Manhã* estampava uma matéria intitulada “O que é o novo livro do sr. Gustavo Barroso?”, espaço em que se produzia uma propaganda da obra “A Guerra do Lopez”, acompanhada de um discurso laudatório acerca de seu autor. Gustavo Barroso seria “um apaixonado pelas coisas brasileiras, conhecendo bem a história de seu país”, além de ser um “escritor elegante e estilista de recursos próprios”⁶⁸⁵. A sua “prosa teria o segredo de evocar épocas remotas, reconstruindo as lendas e recompondo os homens”⁶⁸⁶. As qualidades de narrador e comentador seriam evidenciadas nessa obra, cujo “método, em desbravando assuntos tão curiosos e característicos, não se afasta, nesse livro destinado ao sucesso, do conselho de Pierre Loti, transcrito à guisa de prefácio”⁶⁸⁷.

A defesa do passado e da tradição, proposta na epígrafe da obra, sugeriria a lente sob a qual Barroso gostaria que sua produção fosse recebida e não escaparia ao olhar atento da crítica, conforme podemos observar. O caráter regionalista de seus escritos, assim como os relatos sobre a atuação dos cearenses na Guerra do Paraguai, foram enaltecidos pelo periódico *O Nordeste*, que louvou as páginas “em que o heroísmo do cearense, gigante pela bravura, surge bronzeado de sol”⁶⁸⁸. “Profundo amante da terra que o viu nascer”, Barroso seria “merecedor das simpatias”, especialmente porque escolhera acentuar “não a gleba queimada das secas, mas o torrão vitorioso de uma raça que luta, impávida e heroicamente contra uma natureza ingrata e hostil”⁶⁸⁹. A *força* do sertanejo seria “refletida com fulgor e com ternura”, tornando a obra digna de ser acolhida por “todos os filhos deste glorioso torrão de Iracema”⁶⁹⁰.

A produção de Barroso poderia ser pensada como parte de um movimento mais amplo de (re)descoberta do Brasil iniciado ainda no século XIX e que se prolongou até, pelo menos, os anos 1950, despertando o interesse pelo interior do país, com suas vastas regiões e populações desconhecidas. Segundo Rebeca Gontijo (2007), esse movimento de (re)descoberta, fundado

⁶⁸⁵ A Guerra do Lopez: o que é o novo livro do sr. Gustavo Barroso?, *Correio da Manhã*, 14 de outubro de 1928.

⁶⁸⁶ Idem.

⁶⁸⁷ Idem.

⁶⁸⁸ *O Nordeste*, Ceará, 14 de setembro de 1928.

⁶⁸⁹ Idem.

⁶⁹⁰ Idem.

na lógica da alteridade entre sertão e litoral, inspirou uma série de escritos sobre o interior, capazes de traçar um plano de escrita da história do país, dedicado a recuperar ou inventar peculiaridades geográficas, humanas e culturais. Nessa perspectiva, os escritos sobre o sertão sustentariam a criação de uma consciência nacional a partir de uma definição do Brasil e dos brasileiros. Tal produção permitiria ainda a “construção de um espaço – o sertão – e de um tipo, o homem do interior, como autenticamente brasileiros” (GONTIJO, 2007: 319). Dessa forma, o caráter regionalista da narrativa barroseana demonstra o anseio do autor por se afirmar dentro de uma proposta literária que conferia um lugar especial aos intelectuais enquanto sujeitos que detinham a missão de explicar a nação (SEVCENKO, 2003).

Pedro Calmon louvou a iniciativa de Barroso e registrou, em matéria veiculada na *Gazeta de Notícias*, a publicação de “um livro inteiramente novo na literatura brasileira”⁶⁹¹. A originalidade não seria o único mérito da obra, mas também “a forma, a intuição artística e o matiz folclórico”⁶⁹². Obra que teria, na perspectiva de Calmon, um raro equilíbrio, pois os “seus contos não são puramente históricos, nem excessivamente literários”, trazendo o “melhor de um e outro gênero, na amálgama feliz da tradição popular”⁶⁹³. Nessa “selva literário-histórico”, Barroso seria um escritor pioneiro, capaz de criar “senão uma escola, uma série, a do folclore militar e político da pátria”, saber essencial para o “estudo de sua civilização e para a psicologia e a evolução mental das populações”⁶⁹⁴.

O tom encomiástico do discurso de Pedro Calmon pode ser explicado à luz de sua trajetória profissional. Segundo Nayara Galeno do Vale (2018), Pedro Calmon faria parte de uma família aristocrata decadente proveniente da Bahia. De forma semelhante à maioria dos *homens de letras* de sua época, ele iniciou sua formação acadêmica cursando Direito e publicando em periódicos locais. Posteriormente, Calmon migrou para o Rio de Janeiro, então Capital Federal, onde se tornou bacharel e, de posse de seu diploma, foi nomeado para o cargo de terceiro oficial do Museu Histórico Nacional, em 1925, passando a trabalhar sob as ordens de Gustavo Barroso. O Museu teria lhe servido “como uma espécie de plataforma para alcançar voos mais altos, ao mesmo tempo em que buscava assegurar a continuidade do nome de sua família entre as mais destacadas na história do Brasil” (VALE, 2018: 43).

Sobrinho de Miguel Calmon, ele teria intermediado a doação de um importante acervo pessoal da família para o Museu Histórico Nacional, assegurando um lugar de destaque para

⁶⁹¹ *Gazeta de Notícias*, novembro de 1928.

⁶⁹² Idem.

⁶⁹³ Idem.

⁶⁹⁴ Idem.

sua genealogia na formação da história nacional (ABREU, 1995). A origem aristocrática, manifestada especialmente pelos cargos ocupados por seus antepassados em instituições respeitáveis, como a ABL e o IHGB, facilitaram o seu ingresso nesses seletos espaços de sociabilidade intelectual, ainda que lentamente. Segundo Nayara Galeno do Vale, talvez pela inexpressividade de sua produção, Calmon só foi efetivado no IHGB no ano de 1931, na mesma sessão em que foi efetivado Gustavo Barroso, que tivera sua candidatura negada em 1921. Pedro Calmon teria entrado para os quadros da ABL, tornando-se *imortal*, sendo ajudado por Afonso Taunay, que teria articulado com Max Fleiuss, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Gustavo Barroso os votos favoráveis à sua eleição para a agremiação.

Ainda conforme Vale (2018: 61), o pertencimento de Pedro Calmon à ABL e ao IHGB estava referendado não apenas por seus méritos intelectuais ou literários, mas também por suas “origens nobres, pela formação e as relações que estabelecera em seu curso de Direito (iniciado na Bahia e retomado no Rio de Janeiro) e pela atuação como funcionário do MHN e como um dos responsáveis pelo Curso de Museus”. A entrada e a permanência nessas instituições teriam conferido ao autor a recuperação de um *status* para a sua família, que perdera sua posição econômica, mas lutava para recuperar o seu prestígio e sua posição junto às elites. As relações tecidas com Gustavo Barroso, entre outros intelectuais, foram importantes para o sucesso dessa iniciativa.

A origem familiar e a trajetória profissional de Pedro Calmon são parecidas com as de Gustavo Barroso. Para além dessas semelhanças circunstanciais, entremeadas por cargos e funções que os aproximavam, é possível desvelar importantes aproximações no que toca à produção intelectual. No que diz respeito à sua interpretação sobre a história do Brasil, Calmon apresentava uma leitura condizente com o que se esperava de um membro de uma prestigiosa família, qual seja, fomentar a imagem de uma pátria ordeira e estável. Em sua obra, as tradições e hierarquias pertencentes ao passado seriam preservadas por meio da escrita de uma história que buscava marcar o lugar do Brasil no concerto das nações civilizadas (VALE, 2018: 61). O autor se utilizava de documentos para referendar a sua concepção a respeito da formação da identidade nacional e localizava sua origem ainda nas guerras holandesas. A importância do militarismo, enquanto formador da nacionalidade brasileira, seria um elemento presente na obra dos dois autores.

Pedro Calmon, em sua obra, teria buscado elementos para estudar a constituição do povo brasileiro a partir do que teria chamado de “troca de influências” entre as raças, fazendo menção ao processo de mestiçagem e à convivência benéfica entre os três tipos de formadores

da sociedade brasileira: o português, o negro e o índio. Observa-se a valorização de um componente cultural em sua interpretação histórica, com certo viés folclórico, que tende a ver as produções indígena e africana como menores. Tal aspecto poderia ser observado, igualmente, na compreensão de Barroso acerca da cultura popular, que, embora merecesse ser valorizada como resquício do passado, não deveria figurar no MHN, espaço destinado ao passado das elites (MAGALHÃES, 2004). O popular deveria ser guardado em um lugar específico, daí a sugestão de um Museu Ergológico Brasileiro (MOREIRA, 2006).

“A Guerra do Lopez” foi, igualmente, elogiada por Afonso Celso, que, em uma publicação no *Jornal do Brasil*, datada de 23 de março de 1929, comentou que considerava o livro um exemplo, pelo “estilo sóbrio e vivaz de traço”⁶⁹⁵. Reconheceu ainda que o mérito de Barroso estaria em sua “suma habilidade no fixar, em poucas incisivas linhas, todo um perfil físico e psicológico, episódios característicos, descrições palpitantes da verdade e interesse”⁶⁹⁶. A competência do escritor estaria em sua capacidade para fazer com que as figuras de Tamandaré, Mena Barreto, Caxias, Osório e outros “desfilassem redivivas nas páginas do historiador artista, cujos capítulos lembram, não raro, os contos de um poema”⁶⁹⁷. Ao final da matéria, Afonso Celso tocava em uma questão sensível, ao afirmar que “a geração atual desconhece de ordinário os genuínos motivos e daí o cometer de graves injustiças, provenientes de inexatas ou incompletas notícias, senão de apaixonadas prevenções contra o governo monárquico”⁶⁹⁸.

Nessa época, Afonso Celso seria conhecido por sua simpatia pela família imperial⁶⁹⁹. Segundo Lúcia Paschoal Guimarães (2003), na bibliografia deixada por ele, seria possível identificar a existência de dois traços constantes: o caráter autobiográfico e a admiração pelo Imperador D. Pedro II. O lançamento do livro “O Imperador no exílio” teria causado grande

⁶⁹⁵ *Jornal do Brasil*, 23 de março de 1929.

⁶⁹⁶ Idem.

⁶⁹⁷ Idem.

⁶⁹⁸ Idem.

⁶⁹⁹ Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior nasceu na cidade de Ouro Preto (Minas Gerais) em 31 de março de 1860. Filho do Visconde de Ouro Preto, importante personalidade política durante o Segundo Reinado e último presidente do Conselho de Ministros do Império, Afonso Celso haveria de percorrer um caminho inverso ao da maioria dos jovens oitocentistas brasileiros. Segundo Alexandra do Nascimento Aguiar (2017), tais jovens costumavam fazer da *república das letras* um atalho seguro para atingir altos cargos na burocracia imperial ou para disputar um assento no Poder Legislativo. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, aos vinte e dois anos Afonso Celso teria iniciado uma promissora carreira política, como deputado geral pela Província de Minas Gerais, impulsionado pelo prestígio paterno. Eleito sucessivamente em quatro legislaturas (1881-1889), sua passagem pela Assembleia Nacional teria sido bastante atribulada, em virtude da defesa de dois aspectos polêmicos: a abolição e o republicanismo. Contudo, o advento do regime republicano teria lhe causado forte decepção, levando-o a abandonar as atividades políticas e a seguir para o exílio junto ao seu pai e ao Imperador Pedro II.

polêmica no Rio de Janeiro, em virtude do Prefácio dedicado à Princesa Isabel, onde o autor narraria as manifestações de pesar da população carioca com a notícia da morte do ex-soberano, assim como a repressão das autoridades do novo regime àquela demonstração pública de apreço. As concepções de história que norteavam sua obra, entretanto, somente iriam aparecer com maior nitidez nos pronunciamentos realizados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁷⁰⁰, sobretudo quando passou a exercer a presidência da “Casa da Memória Nacional” (GUIMARÃES, 2003: 08).

A recepção positiva da obra de Barroso seria, portanto, mais evidente entre aqueles que compartilhavam os mesmos espaços de produção do conhecimento e comungavam ideias semelhantes, marcadas por certo saudosismo do Império e seus emblemas de distinção. Dentre esses espaços, merecia destaque a Academia Brasileira de Letras. Importa ressaltar que, nos anos 1920, pertencer à ABL significava prestígio social e proporcionava ao intelectual destaque entre a elite da época⁷⁰¹. A instituição convivia também com as duras críticas da imprensa, como a de Humberto de Campos, que atacava sua suposta “infecundidade”.

No suplemento do *Correio da Manhã*, de 29 de outubro de 1928, o autor Pedro Cearense demonstrava grande admiração por aquele que seria “um dos nossos melhores *conteurs*”, cujo nome poderia “figurar sem desdouro ao lado dos de maior brilho nas letras mundiais”⁷⁰². Aos seus olhos, Gustavo Barroso poderia ser comparado a Anatole France, autor consagrado em 1921 com o Prêmio Nobel pelo romance *Le Crime de Sylvestre Bonnard*, que teria lhe proporcionado sucesso financeiro, além de acesso aos círculos literários da época, fortemente marcados pelos *soirées* nos salões⁷⁰³. O escritor francês teria iniciado sua carreira literária nos círculos parnasianos, repletos de profundas divergências entre seus membros, pois, apesar do primor técnico compartilhado pelo grupo, “os parnasianos oscilavam do mais completo

⁷⁰⁰ Afonso Celso ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892 e, posteriormente se tornou presidente perpétuo da instituição entre 1912 e 1938, ano em que faleceu. Também foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, além de professor na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, depois reitor da Universidade (FRÓES, 1960: 269-281).

⁷⁰¹ Segundo Giselle Martins Venâncio, apesar de haver um grande debate sobre as qualidades literárias dos eleitos e de existirem, na verdade, poucos acadêmicos que fossem tidos realmente como grandes “homens de letras”, “muitos escritores desejavam ostentar em suas publicações o título de imortal, levando-os a tentar, alguns por vezes consecutivas, a eleição para a Academia” (VENÂNCIO, 2003: 66).

⁷⁰² *Correio da Manhã*, Suplemento, 29 de outubro de 1928.

⁷⁰³ Anatole France nasceu em 1844 e faleceu em 1924. De origem simples, ele viveu sua infância em meio aos livros do sebo de seu pai. A consagração foi conquistada na eleição para a Academia Francesa de Letras, em 1896, no entanto, sua carreira literária foi alterada pelos acontecimentos do Caso Dreyfus, quando o escritor se opôs à maioria de seus pares que acreditava na condenação do capitão judeu. A desconfiança em relação a France aumentou com sua adesão ao socialismo e apoio às causas revolucionárias na Rússia. Ele foi admirado no Brasil como sensualista, parnasiano e de linguagem límpida (ALMEIDA, 2013: 11-27).

refúgio literário ao ativismo político” (ALMEIDA, 2013: 26). France teria alcançado em vida não somente a consagração literária, como também teria influenciado profundamente sua geração, não somente na França, como em muitos outros países pelo mundo, dentre eles certamente o Brasil⁷⁰⁴.

Segundo Nicolau Sevcenko (2003), a “ironia redentora” seria um marco constitutivo da obra de Anatole France, identificada como uma espécie de simpatia autoral resultante de uma percepção aguçada da miséria humana. Apesar do reconhecimento internacional do escritor francês, Pedro Cearense afirma que, se comparado a Barroso, “Anatole nem sempre interessa igualmente”, além de lhe parecer injusta a acusação de que Barroso copia Anatole, pois “nem sequer se deixa influenciar por esse em seu feitio artístico”⁷⁰⁵. Os dois teriam apenas “um traço em comum, manifesto embora diversamente: são ambos finos ironistas” e, a esse respeito, menciona que, dentre grandes ironistas, como Eça de Queiroz e Machado de Assis, “é o escritor cearense aquele cuja ironia é a mais sadia e justa”⁷⁰⁶. Ao positivar a escrita de Barroso, ele acabava por enfatizar seu caráter, pois tal característica literária seria “antes consequência de sua índole do que resolução premeditada”⁷⁰⁷, o que não comprometeria sua obra.

A identificação de Barroso com suas personagens chamaria a atenção do jornalista que, ao folhear “A Guerra do Lopez”, recomendaria o episódio de João Sorongo, representativo do fascínio de um livro, “cuja edição de 6000 exemplares foi esgotada em um mês”⁷⁰⁸. A grandeza dessa obra seria mais bem avaliada pela posteridade, uma vez que não haveria “justiceiro maior do que o tempo”, pois somente “quando os anos passam por sobre uma época, invejas e bajulações se desfazem no pó das campas, as gerações novas julgam seus antepassados com o ânimo repousado”⁷⁰⁹. O futuro, enquanto promessa, guardaria a certeza de que “quando assim for estudada a nossa era, um dos nomes que se hão de pronunciar, então com a admiração merecida, dentre os nossos atuais escritores, será o de Gustavo Barroso”⁷¹⁰.

⁷⁰⁴ Sérgio Miceli, em sua obra “Poder, sexo e letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos”, datada de 1977, identificou no Brasil um grupo de intelectuais por ele denominado de anatolianos, cujo êxito teria o mesmo sentido da figura do “dândi”. Nesse grupo, criador e obra estariam bastante identificados, de tal forma que o sucesso literário seria equivalente ao mundanismo do autor.

⁷⁰⁵ *Correio da Manhã*, Suplemento, 29 de outubro de 1928.

⁷⁰⁶ Idem.

⁷⁰⁷ Idem.

⁷⁰⁸ Idem.

⁷⁰⁹ Idem.

⁷¹⁰ Idem.

Semelhante satisfação marcou a acolhida de Luís Sucupira ao livro “Guerra do Lopez”. Na matéria veiculada em *O Nordeste*, o jornalista lamentaria que “com o título de romance histórico se estivesse impingindo aos leitores desprevenidos toda uma gama de literatice apressada e aperreada”⁷¹¹. Tal literatura, mais que divulgar a história nacional, concorreria “para descrédito e desmoralização da história pátria que por mal tratada ainda é quase desconhecida dos brasileiros”⁷¹². Segundo Sucupira, muitos autores contemporâneos seriam “pseudo-romancistas históricos” que, “com o intuito de prender a atenção e de arranjar público, não se temem de deturpar, corromper e até mesmo inventar episódios que lhes favoreçam o enredo das novelas”⁷¹³. Diante desse quadro “condenável”, seria “de causar júbilo ver-se que ainda existem autores que sabem prezar a documentação de uma época da existência da nacionalidade”⁷¹⁴.

Diferente dessa produção “sem base e sem fundo”, se encontraria a obra de Gustavo Barroso, autor que “está fazendo história documentada, com base e com valor”⁷¹⁵. Agindo dessa forma, Barroso demonstraria saber “dar interesse ao enredo, beleza à frase, patriotismo aos acontecimentos e vida aos fatos”⁷¹⁶. Tais características não seriam ainda o seu maior mérito, pois, “além disso, fez mais: reviveu nomes esquecidos, fez vir à tona heróis que jaziam no pélago do esquecimento e forneceu oportunidade para o realce de ocorrências que permaneciam empanadas ou duvidosas”⁷¹⁷. Ao recomendar o livro, Sucupira elogiaria ainda o fato de que “não somente é baseado em fatos historicamente corroborados por citações de autores contemporâneos aos acontecimentos narrados, como tem ainda o mérito de possuir páginas de amor e de justiça com os heróis cearenses”⁷¹⁸.

Ao conferir certo realce à presença dos cearenses na narrativa, Sucupira atendia às demandas da direção do jornal, tanto pelo anseio por demarcar a importância do Ceará no cenário nacional, quanto pela divulgação da obra de um conterrâneo. Importa mencionar que Luís Sucupira, assim como outros funcionários de *O Nordeste*, mantinha correspondências com os principais centros irradiadores da Ação Católica no Brasil, como o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, periódico em que Sucupira colaborava assiduamente. As constantes viagens ao Rio de Janeiro aproximavam a intelectualidade católica cearense das instituições difusoras

⁷¹¹ *O Nordeste*, Ceará, 05 de março de 1929.

⁷¹² Idem.

⁷¹³ Idem.

⁷¹⁴ Idem.

⁷¹⁵ Idem.

⁷¹⁶ Idem.

⁷¹⁷ Idem.

⁷¹⁸ Idem.

desses ideais em todo o país, espaços onde Barroso também circulava - circunstância que favorecia o encontro e o intercâmbio de ideias. Dessa forma, seria possível compreender a divulgação apaixonada da obra de Barroso como fruto não somente dos laços regionais que uniam os envolvidos, como também de certa comunhão de ideais e valores.

Luís Sucupira reiterou seus elogios a Barroso em uma nova publicação. Dessa vez, o jornalista informava suas impressões acerca do livro “A Guerra do Rosas”, que seria, “sobretudo, obra de justiça”⁷¹⁹. Pois o autor, “com toda a galhardia, demonstrava, cabalmente, o quanto foi decisiva a ação das nossas tropas na libertação de Buenos Aires das mãos tirânicas de Rosas”⁷²⁰. Aos seus olhos, “os argentinos que narraram a tomada de Buenos Aires aos colorados quiseram desmerecer o nosso feito” e Barroso, ao propor uma nova leitura, “provava de maneira cabal a falta de senso de tais invencionices”⁷²¹. O trabalho de Barroso promoveria “reconstituições verídicas, porque fartamente documentadas”, tecidas com sucesso, graças ao “seu talento, à sua cultura magnífica e ao seu tirocínio de mestre, que vem transformando as pedras brutas que lhe caem nas mãos em lindas joias literárias”⁷²². A divulgação recorrente dessas obras poderia revelar, ainda, a autopercepção dos jornalistas cearenses como produtores apartados dos grandes centros culturais do país que encontravam em Barroso, além de um interlocutor, alguém que poderia lhes garantir alguma projeção nacional. Dessa forma, os periódicos regionais funcionavam como tribunas, como espaços de poder e como canais de autopromoção.

O jornal *O Nordeste* foi criado em 1922 como um jornal católico, durante o Arcebispado de Dom Manuel da Silva e constava, entre os redatores desde a sua criação, com Andrade Furtado e José Martins Rodrigues⁷²³. Segundo Janilson Rodrigues Lima (2013: 58), *O Nordeste* foi uma das principais medidas adotadas pela Ação Católica na cidade de Fortaleza para “criar um veículo de informação no qual os seus intelectuais pudessem se expressar,

⁷¹⁹ *O Nordeste*, Ceará, 05 de outubro de 1929.

⁷²⁰ Idem.

⁷²¹ Idem.

⁷²² Idem.

⁷²³ *O Nordeste* era um periódico mantido não apenas pelas suas vendas diárias, como também pelo seu público assinante, motivo de orgulho para o jornal, que se definia como “o diário de maior assinatura no estado”. Ele era destinado a professores secundaristas, professoras normalistas, ao público intelectual católico e aos padres. Algumas de suas notícias chegavam até mesmo ao público não leitor, pois em algumas notas havia uma solicitação do Arcebispo para que fosse feita uma leitura durante a missa. A comercialização no interior do estado era constantemente incentivada e, como estratégia de divulgação, *O Nordeste* afirmava que cada lar católico deveria possuir um jornal católico. As revistas e jornais semanários não seriam suficientes para avivar a fé, o que somente o “diário catholico”, oficial da Arquidiocese, seria capaz de garantir, em sua luta contra as vertentes “neutras ou anticatholicas”. Além da atividade do jornal, a Ação Católica criou associações que direcionavam ações para os diversos estratos sociais do período (LIMA, 2013: 49-62).

levando os valores culturais católicos e visões de mundo”. Dessa forma, o jornal teria funcionado como uma trincheira, tanto para a defesa, como para o ataque desses pensadores em relação aos ideais que estavam em disputa naquele momento histórico (LIMA, 2013: 60). Outros periódicos ligados ao pensamento católico também recomendaram a produção de Barroso e, entre eles, merece destaque a divulgação feita pela revista *A Ordem*.

Conforme Mônica Pimenta Velloso (1978), a revista *A Ordem* foi fundada em 1921 por Jackson Figueiredo e se tornou porta-voz do Centro Dom Vital, constituindo um dos principais veículos de difusão do pensamento católico no Brasil. A direção da revista foi ocupada, posteriormente, por Alceu Amoroso Lima, líder católico proeminente, diretor do Centro Dom Vital, “coordenador da Liga Eleitoral Católica, simpatizante do integralismo e contundente adversário dos intelectuais de esquerda e dos comunistas” (TOLETINO, 2016: 10). No contexto da Ação Católica brasileira, que tinha como finalidade formar as camadas leigas da sociedade para o trabalho no apostolado hierarquizado da Igreja, a revista *A Ordem* discutiu temas variados em formatos bastante diversos (RODRIGUES, 2005).

As publicações versavam, especialmente, sobre a luta pela imposição do ensino católico nas escolas públicas, a instalação das Universidades Católicas, a discordância quanto à separação entre Estado e Igreja e o combate pela não legalização do divórcio. Fernando Antônio Pinheiro Filho (2007: 38) explica que *A Ordem* e o Centro Dom Vital eram “instâncias de preparo e divulgação da prédica, de cujo núcleo emergiriam as ações políticas consideradas mais urgentes a cada momento para aproximar a organização real da sociedade da ordem perdida”. Tal ordem poderia ser encontrada em uma visão idealizada da tradição brasileira, que daria toda ênfase ao papel da religião católica, como constitutiva da unidade nacional.

Max Monteiro, ao recomendar a obra de Gustavo Barroso nas páginas da revista *A Ordem*, fez questão de informar, nas primeiras linhas, que possuía um exemplar oferecido pelo autor. Prática comum, a oferta de livros vinha acompanhada da expectativa de um retorno do leitor após a apreciação do material e, tal como um contrato simbólico, autor e leitor se comprometiam nesse trânsito de textos. Nesse caso específico, o anseio poderia ser maior, pois havia a possibilidade de o retorno acontecer por meio de uma crítica veiculada nas páginas de uma das instituições mais respeitadas por Barroso. A matéria publicada avaliava de forma positiva o “estilo simples de “A Guerra do Rosas”, capaz de “prender a atenção do

leitor”, especialmente porque não lhe causaria o “enfado que, geralmente, causa a maior parte dos escritos históricos”⁷²⁴.

Segundo Max Monteiro, esse “gênero literário, nos últimos tempos, é a obsessão dos intelectuais brasileiros”, embora nem todos obtenham sucesso, pois “fazer literatura dos fatos que já vão longe, sem afastar-se do verídico”, é “tarefa mais difícil do que talvez se pense”⁷²⁵. A dificuldade estaria, principalmente, no fato de que “todos eles, com raríssimas exceções, fogem à realidade dos acontecimentos, soltam as rédeas da imaginação, envolvendo pessoas que, de fato, existiram e que, entretanto, não foram protagonistas dos romances que correm por este Brasil afora”⁷²⁶. Gustavo Barroso seria, aos seus olhos, “exceção a essa regra”, uma vez que “todas as suas afirmações são baseadas em documentos legítimos ou em testemunhos insuspeitos”⁷²⁷. Para Monteiro, Barroso teria a “qualidade essencial ao historiador: imparcialidade”⁷²⁸.

Se a suposta imparcialidade de Barroso merecia elogios, na leitura de Max Monteiro, outros jornalistas não acolheram a obra tão positivamente, afirmando certo apelo à imaginação e censurando hipotéticas inverdades. A esse respeito, cumpre mencionar a impressão de Osvaldo Orico à “Guerra do Lopez” publicada na revista *A Ordem*. O escritor paraense satirizou a “divina memória” de Barroso, demonstrando admiração pelo “ilustre amigo”, que saberia “reter as cenas que presencia com tão vivo sentimento”⁷²⁹. Orico citou um trecho do livro em que Barroso descrevia um anoitecer em Assunção de forma bastante poética e, ao final, zombou da cena que mencionava Solano Lopez “fumando lentamente um charuto escuro”⁷³⁰. De forma sarcástica, o jornalista destacou sua “admirável retentiva”, que permitiu que não lhe escapasse “nem a cor escura do charuto de Lopez na noite clara e embalsamada de Assunção”⁷³¹.

A pilhéria seria uma resposta à crítica tecida por Barroso a respeito do livro “A Vida de José de Alencar”, de autoria de Osvaldo Orico, onde haveria uma descrição da casa onde o poeta teria vivido em Fortaleza, denominada Mecejana. Segundo Barroso, o “Sr. Osvaldo Orico não visitara a casa onde nascera José de Alencar”, algo que poderia ser atestado “pela lógica”,

⁷²⁴ *A Ordem*, 19 de Dezembro de 1929.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ Idem.

⁷²⁷ Idem.

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ O charuto de Solano Lopez. *A Ordem*, 31 de agosto de 1929.

⁷³⁰ Idem.

⁷³¹ Idem.

pois o autor teria cometido erros inaceitáveis para alguém que conheceria o espaço⁷³². Para Barroso, a descrição seria resultado da imaginação do romancista. Orico, ao receber a crítica, respondeu que Barroso cometia os mesmos excessos de imaginação em suas narrativas históricas e, de forma bem humorada, retirou citações que corroborariam sua afirmação. Barroso, por sua vez, respondeu à ironia de Orico com tom de lamento, informando que o havia elogiado a princípio e que não se arrependia dessa atitude, “porque merece encômios”⁷³³.

Barroso afirmou que não havia fabulação nos episódios históricos narrados por ele e argumentou que, embora tivesse o “direito incontestado de descrever as cenas como se as tivesse visto”, nisto não teria baseado sua narrativa e “sim em boa documentação”⁷³⁴. Em seguida, acerca do charuto de Solano Lopez, ele assegurava que iria “provar que realmente existiu”, pois não haveria “nada inventado” nesse relato, “nem as palavras, nem o xerez e nem o charuto”⁷³⁵. Conforme Barroso, o episódio fora retirado “de uma entrevista concedida pelo escritor Argentino Heitor Varela ao jornal La Tribuna de Buenos Aires em 1856”, algo que estaria expresso “em nota”⁷³⁶. A segunda fonte em que ele se apoiou foi o “comentário feito a essa entrevista pelo romancista Manuel Galvez num artigo de La Prensa, de 07 de outubro de 1928”. O terceiro fator a atestar a veracidade de sua proposta foi a afirmação feita por Sylvestre Aveiro Juansilvano Godoi, de que “Lopez fumava charutos e o charuto paraguaio, como o italiano, tem sua forma especial: é áspero, pequeno e muito escuro”⁷³⁷. Dessa forma, estaria “comprovado” que o “charuto de Solano Lopez, que tanto impressionou por sua cor escura, é tanto histórico quanto qualquer outro pormenor do livro, o que somente demonstra o cuidado do autor, em não fazer coisas no ar”⁷³⁸.

Por fim, Barroso encerraria sua resposta recomendando que não se espantasse com sua memória, “porque há coisa de espantar mais”, e tal coisa seria o fato de que ele conheceria “melhor a Assunção daquela época do que o caro amigo a Mecejana de hoje”⁷³⁹. A publicação de réplicas e trélicas fazia parte do cotidiano dos periódicos e, embora algumas pudessem parecer um tanto duras, em geral, não resvalavam em inimizades profundas. Na verdade, ao criticar a obra de um escritor, os jornalistas conferiam visibilidade a ela, contribuindo para a

⁷³² Idem.

⁷³³ Idem.

⁷³⁴ Idem.

⁷³⁵ Idem.

⁷³⁶ Idem.

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ Idem.

⁷³⁹ Idem.

sua divulgação, de tal forma que a doação de livros, assim como a tessitura da crítica, eram duas faces de um contrato velado. Segundo Giselle Martins Venâncio (2003: 89-90), até os anos 1920, quando eram raras as editoras nacionais, e aquelas que existiam dedicavam-se principalmente à produção didática, eram os jornais que publicavam “diálogos, discussões e polêmicas, num ‘jogo intelectual’ que fazia com que os intelectuais obtivessem, no mínimo, maior visibilidade e prestígio, e pudessem, assim, almejar um posto na burocracia oficial ou no mundo da política”⁷⁴⁰.

Se a crítica de Osvaldo Orico incomodou a Barroso, outras críticas, bem mais ásperas, foram divulgadas pelo *Jornal do Comércio*. A publicação se referia a uma querela ocorrida no *Correio da Manhã*, periódico em que Barroso teria apresentado uma crítica ao folheto “Resumo da Guerra do Paraguai”. O autor considerou Barroso “severo demais, injusto e, sobretudo descortês”, razões que o teriam levado a responder, “defendendo-se em certos pontos, dando-lhe razão em outros”⁷⁴¹. Além disso, o jornalista teria “apontado erros de linguagem e história”, em seu “livrinho A Guerra do Lopez”, que seriam “bem mais graves” do que os supostos equívocos encontrados por Barroso em seu folheto⁷⁴². Diante da crítica, Barroso, “em vez de se defender lisamente”, teria inventado uma carta anônima em que o consultariam sobre as expressões criticadas pelo autor⁷⁴³. Consulta que, segundo o jornalista, não poderia ser sua, uma vez que “jamais poderia pedir o parecer do Sr. Gustavo Barroso sobre coisas de vernaculidade, visto não lhe reconhecer autoridade na matéria”⁷⁴⁴.

Se, aos olhos do redator do *Jornal do Comércio*, o conhecimento e a produção de Barroso deveriam ser questionados, outros intelectuais, entretanto, considerariam que “ninguém mais e nem tanto como Gustavo Barroso conhece a história dessa época, graças a sua invejável erudição e à vasta bibliografia de que dispõe”⁷⁴⁵. João Ribeiro, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, considerou o livro “A Guerra do Rosas” como “um dos mais interessantes do autor” e acrescentou que, “seguramente”, teria “o mesmo êxito de A Guerra do Lopez, que em

⁷⁴⁰ Nesse sentido, o *Jornal do Comércio*, antigo periódico fundado em 1827, era considerado o canal das classes conservadoras, lido pelos políticos e pelos homens de negócios. Era, ao lado da *Gazeta de Notícias*, um dos maiores jornais brasileiros. A condição de jornal das elites era também determinada pelo seu preço, pois o periódico era o “mais caro do Rio, chegando sua assinatura a ser comercializada pelo dobro do preço da do *Jornal do Brasil*” (VENÂNCIO, 2003: 94). O jornal *A Manhã*, por sua vez, começou a circular no Rio de Janeiro em agosto de 1941, com uma proposta favorável ao Estado Novo. Sua publicação tinha por objetivo torná-lo o “porta-voz do regime de Vargas, fazendo-o assumir um caráter didático na exposição de ideias do presidente e na publicação de realizações do regime” (VENÂNCIO, 2003: 94-95).

⁷⁴¹ Português e História, *Jornal do Comércio*, 24 de maio de 1930.

⁷⁴² Idem.

⁷⁴³ Idem.

⁷⁴⁴ Idem.

⁷⁴⁵ *Jornal do Brasil*, 29 de setembro de 1929.

breve tempo logrou três edições”⁷⁴⁶. Apesar dos elogios, Ribeiro questionou a parcialidade de Barroso, informando que essa postura seria resultado de “um sentimento apenas levemente perturbado pelo patriotismo e seu grande amor ao Brasil”⁷⁴⁷. Dessa forma, Ribeiro parecia desculpar tal atitude, pois “essa profunda simpatia”, não chegaria “a sacrificar a verdade, como poderia parecer à primeira vista”⁷⁴⁸.

O tom suave da crítica não impediu que o escritor problematizasse pontos importantes das interpretações históricas tecidas por Barroso, por exemplo, o fato de ele estar “convencido de que o Brasil levou a civilização ao Rio da Prata e que as repúblicas do Sul muito devem as nossas frequentes intervenções”⁷⁴⁹. Conforme Ribeiro, tal “opinião” seria a de “vários escritores militares”⁷⁵⁰. Ponto de vista que, “em princípio, não concordamos, por nos parecer extemporânea e excessiva a tutela arrogante que o Império exercia sobre essas repúblicas anarquizadas pelo caudilhismo e pela desordem”⁷⁵¹. Apesar de discordar da tese central de Barroso, João Ribeiro reconheceu algum mérito em sua obra, especialmente porque, “como mostra esse livro”, a “verdade não pode ser obscurecida”, qual seja, a “de que pelo menos dávamos o espetáculo da ordem e disciplina, dos bons costumes e da humanidade na guerra”⁷⁵².

A crítica de João Ribeiro é valiosa para a compreensão da proposta historiográfica de Gustavo Barroso sob vários aspectos. Principalmente porque, nessa época, Ribeiro era reconhecido como historiador, em grande medida devido à publicação do manual escolar “História do Brasil”, que teve um sucesso imediato, proporcionando uma transformação profunda em sua trajetória profissional⁷⁵³. Publicado em 1900, esse livro foi capaz de conferir ao próprio autor, “conhecido até então como filólogo, poeta e colaborador em diversos periódicos, uma identidade como historiador, segundo parâmetros muito diferentes daqueles que hoje servem para definir o profissional de história” (HANSEN, 2012: 184). João Ribeiro pertencia aos

⁷⁴⁶ Idem.

⁷⁴⁷ Idem.

⁷⁴⁸ Idem.

⁷⁴⁹ Idem.

⁷⁵⁰ Idem.

⁷⁵¹ Idem.

⁷⁵² Idem.

⁷⁵³ João Ribeiro nasceu em Laranjeiras, Sergipe. Em 1881, ele migrou para o Rio de Janeiro e, entre 1880 e 1890, colaborou em periódicos republicanos e abolicionistas. No início do século XX, colaborou nos jornais *Correio da Manhã*, *Imparcial* e *Gazeta de Notícias*. A partir de 1927 assumiu a coluna de crítica literária do *Jornal do Brasil*, em substituição a Osório Duque Estrada (RODRIGUES, 2013). Segundo Hansen (2012), a opção pelo republicanismo lhe proporcionou significativa melhora profissional após a instauração do novo regime. Com as mudanças curriculares determinadas pela Reforma Benjamin Constant, de 1891, Ribeiro passou a exercer a atividade docente no Colégio Pedro II. Ao publicar sua “História do Brasil”, ele foi considerado uma autoridade em história, sendo o sucesso decisivo para sua viagem à Europa como adido à Comissão de Limites.

quadros das instituições mais respeitáveis entre a intelectualidade do período, como o Colégio Pedro II, onde ocupava a cadeira de História da Civilização e História do Brasil e, posteriormente de História Universal.

Além de membro da Academia Brasileira de Letras, em 1915, João Ribeiro ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo recebido por Ramiz Galvão (MAGALHÃES, 2011: 01). Embora o IHGB fosse o principal *locus* daqueles que se dedicavam à história durante o século XIX, a instituição entraria em profunda decadência a partir da década de 1870, na medida em que perdia o privilégio de ser a única instância capaz de legitimar a produção histórica brasileira. Segundo Patrícia Hansen (2012: 188), no momento que estamos estudando, boa parte da produção histórica passou a ser “publicada em jornais, e a importância deste suporte é sintomática de um dos aspectos característicos da formação e diferenciação do campo da história no Brasil: a de seu distanciamento em relação ao Estado no final do século XIX”.

Eliana Dutra, em seu estudo sobre o *Almanaque Brasileiro Garnier*, destacou que, durante a direção de João Ribeiro, o *Almanaque* foi “verdadeiramente ampliado” e teve “aprofundada a sua perspectiva nacionalista” (DUTRA, 2005: 34). Tal ampliação assegurou a autoridade intelectual dessa publicação no domínio das letras, assim como o seu raio de ação no que diz respeito ao alcance do público. Dessa forma, a sua vocação pedagógica se aprofundou, devido à sua intenção de “instruir e organizar um amplo conjunto de assuntos válidos em uma pequena biblioteca portátil” (DUTRA, 2005: 35).

A perspectiva conferida por Ribeiro ao *Almanaque* é sintomática das principais transformações pelas quais passava a produção do conhecimento histórico no final do século XIX e início do XX. Conforme Hansen (2012: 192), a compreensão dos fatos, a formulação teórica e a aptidão artística para obter uma “intuição do conjunto” eram algumas das condições que os homens de letras esperavam da escrita da história do Brasil. E seria por meio dessa escrita, segundo estes pressupostos, que a história poderia cumprir uma função pedagógica. Marcelo Magalhães (2011: 04), ao estudar a produção de história do Brasil escolar feita por João Ribeiro, afirmou que, em sua obra, o “historiador é apresentado como um juiz, o que lhe obriga, como dever de ofício, assumir uma atitude de imparcialidade”. E seria, sob esses princípios, que João Ribeiro avaliaria a obra “A Guerra do Rosas”, de Gustavo Barroso, censurando sua parcialidade, ao mesmo tempo em que elogiava sua defesa do Brasil, enquanto emblema de civilização na América. Por essa via, é possível inferir que a constituição do ofício do historiador, naquele momento, estava associada à tarefa de descobrir

a identidade nacional, em articulação com a autonomização da disciplina histórica, que passava por profundas transformações nas décadas posteriores, com a formação dos cursos universitários.

Aos olhos de João Ribeiro, o maior mérito de Barroso estaria em seu cuidado com a reconstituição narrativa do processo de formação da nacionalidade, importando menos o método empregado. A defesa do nacional, mesmo que eclipsasse a necessária imparcialidade do historiador, poderia ser aceita desde que não comprometesse seriamente a verdade histórica. Atitude compartilhada por outros intelectuais do período que avaliaram positivamente as reconstituições históricas “apaixonadas” de Barroso, o que pode ser notado na matéria divulgada pelo *Jornal do Brasil*. A publicação enaltecia os “livros traçados com segurança, colorido, vibração, que os elevam à categoria de rapsódias, onde cintila muita vez algo de inspiração homérica”⁷⁵⁴. Tanto “descrevendo episódios”, quanto “delineando perfis”, Gustavo Barroso seria o autor que “empolga, comove e entusiasma”⁷⁵⁵. A sua narrativa inspiraria, por um lado, “horror à guerra”, que seria a “geradora máxima de atrocidades” e, por outro, colocaria em “magnífico relevo, as nobres qualidades do povo brasileiro, tão depreciado por observadores superficiais ou suspeitos”⁷⁵⁶.

Vale destacar o alcance nacional dessas publicações, assim como a variedade de periódicos que se ocupavam em compartilhar suas impressões, o que demonstra a existência de um público leitor amplo que comungava dessas ideias. O *Diário de Notícias*, do Pará, por exemplo, comentou duas obras de Barroso – Osório e Tamandaré. Na perspectiva desse periódico, em tais biografias, o “patriotismo refulge numa grande chama cívica e, por mais indiferentes que sejamos aos lances da história pátria, logo estremecemos e vibramos agitados”⁷⁵⁷. A experiência sensorial provocada pela narrativa seria fruto da “brasilidade nervosa do Sr. Gustavo Barroso”, considerado “príncipe das letras”, pois, “ao poder da sua expressão verbal, ninguém de boa fé resiste”⁷⁵⁸. Dessa forma, o “fascínio com que modela certos perfis originais” seria o responsável pela recepção positiva de sua volumosa produção de “literatura histórica”, gênero que o jornal julgou pertencer à coletânea de biografias produzida por Barroso⁷⁵⁹.

⁷⁵⁴ *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1929.

⁷⁵⁵ Idem.

⁷⁵⁶ Idem.

⁷⁵⁷ Um príncipe das letras. *Diário de Notícias*, Pará, 25 de dezembro de 1933.

⁷⁵⁸ Idem.

⁷⁵⁹ Idem.

Segundo o jornal *O Povo*, de Fortaleza, a “literatura histórica” havia se tornado um gênero bastante popular entre os “homens de letras” do país, inclusive, “inúmeros” seriam os “escritores empenhados em reproduzir os feitos épicos dos nossos maiores em páginas buriladas e coloridas”⁷⁶⁰. Viriato Corrêa teria sido “o precursor deste agradável e interessante gênero literário”⁷⁶¹. Paulo Setúbal, Pedro Calmon, Osvaldo Orico, Medeiros e Albuquerque e Gustavo Barroso teriam constituído uma “luminosa legião de intelectuais”, cujas “obras de notável valor difundiriam “aspectos inéditos da vida dos nossos antepassados”⁷⁶². Dentre essas, mereceria destaque a narrativa Tamandaré, “através da qual o notável publicista estuda a personalidade do almirante Joaquim Marques Lisboa”⁷⁶³.

Se os periódicos anteriores enfatizaram a modalidade narrativa assumida por Gustavo Barroso, a revista *Fon-Fon*, por outro lado, comentaria que, “ultimamente, abandonando os temas de ficção, o trabalho propriamente subjetivo, enveredou pelo campo da história”⁷⁶⁴. Por essa via, a revista parecia ambicionar divulgar um caráter mais científico da obra em detrimento de uma identificação meramente literária. Ao elencar o nome das biografias publicadas por Barroso, a *Fon-Fon* destacaria a “Guerra do Vidéo”, “onde o rigor e o critério documentativos aparecem à altura dos méritos literários do autor”⁷⁶⁵. O *Diário Mercantil*, de Juiz de Fora, descreveria “Osório: o centauro dos pampas”, como uma “biografia desse vulto heroico, desse grande símbolo de nossa história militar”, demonstrando que não havia um consenso entre os publicistas sobre o que, de fato, constituía o gênero biográfico⁷⁶⁶. Especialmente porque, nas próximas linhas, o jornal destacava a “abundância de detalhes” apresentados “pelo erudito Sr. Gustavo Barroso”, que seria uma “autoridade incontestada na nossa literatura histórica”⁷⁶⁷.

Segundo Márcia Gonçalves (2009: 131), nos anos 1930, o “biógrafo que almejasse fazer viver, na escrita biográfica, determinado protagonista, retiraria do romance as estratégias e técnicas necessárias”. Essa renovação da escrita biográfica incorporou descobertas e práticas de outras áreas do conhecimento e possibilitou, inclusive, a realização de análises psicológicas. Procedimento depreciado por alguns críticos literários que compreendiam a

⁷⁶⁰ *O Povo*, Fortaleza, 27 de junho de 1933.

⁷⁶¹ Idem.

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ Idem.

⁷⁶⁴ *Fon-Fon*, 12 de abril de 1930.

⁷⁶⁵ Idem.

⁷⁶⁶ *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 06 de junho de 1933.

⁷⁶⁷ Idem.

relação entre a psicanálise e o romance como uma ameaça à concepção da literatura como uma esfera privilegiada e separada de outros domínios do humano.

A esse respeito, a crítica literária Lúcia Miguel Pereira se posicionou defendendo um “modo de escrever biografias, que tanto seria apropriado para biografias literárias, como para as históricas” (WERNECK, 2008: 121). Em sua perspectiva, em ambos os casos, não se deveria perder de vista o modelo do romance. Lúcia Miguel Pereira chegou a defender, nas páginas do *Boletim de Ariel*, que, em certas ocasiões, seria importante realçar “momentos em que o biografado não é o ator de um gesto heroico, mas um homem coberto pelo sofrimento ou tomado por um pequeno medo” (WERNECK, 2008: 122). A biografia moderna teria, portanto, um caráter híbrido, que comportaria a humanização das personagens.

Não nos interessa “enquadrar” as histórias de vida tecidas por Barroso em determinados gêneros de forma estanque. Compreendemos, fundamentalmente, que certa plasticidade particularizava sua escrita, dotando-a de identidade própria. E é precisamente essa maleabilidade que torna tão interessante analisar os textos produzidos por ele. Pensamos que a Barroso não interessava expressar rigorosamente os postulados teóricos que orientavam a elaboração dos textos analisados até o momento e que essa era uma atitude usual no período. Conforme Rebeca Gontijo (2005), no Brasil do início do século XX, prevalecia o ideal de uma “obra de conjunto”: uma história geral da nação plena de sentido, uma síntese a ser escrita em um ou em muitos volumes. Essa obra deveria ser sustentada por fontes fidedignas, cuidadosamente reunidas, de modo a possibilitar o acesso à *verdade*. “Sendo assim, qualquer observação acerca da relatividade dos testemunhos históricos ou a respeito dos conceitos ou referenciais teóricos que guiavam o historiador podia causar espanto (GONTIJO, 2005: 178).

Contudo, importa-nos reter uma publicação de sua autoria, veiculada na revista *O Cruzeiro*, em que o autor explica os procedimentos que adotou para tecer um episódio narrado no livro a “Guerra de Rosas”. Acerca da recusa de Caxias ao *Te Deum*, Barroso explicou que “quase *ipsis litteris* conta o episódio um dos nossos mais conspícuos historiadores militares, o Marechal Bernardino Bormann, à pag. 148, do Vol. II, de sua excelente obra ‘Rosas e o exército aliado’”⁷⁶⁸. Em seguida, ao questionar a fonte em que Bormann teria se inspirado, o próprio Barroso responderia se tratar “simplesmente na página 100, da ‘Vida do grande

⁷⁶⁸ BARROSO, Gustavo. *O Cruzeiro*, Segredos e Revelações da História do Brasil, 15 de agosto de 1959.

cidadão Brasileiro Luís Alves de Lima e Silva, Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias’, do padre Joaquim Pinto de Campos, na sua primeira edição feita em Lisboa ano de 1878”⁷⁶⁹.

Para Barroso, “o autor da biografia foi seu contemporâneo, era seu amigo, frequentava a política e tinha posição destacada na sociedade de então. Com toda a certeza o velho estrategista leu a obra. Não consta nenhuma retificação”⁷⁷⁰. Ele concluiu, afirmando que o “biógrafo achava-se muito perto dos acontecimentos relatados e em *convivência* com muitos dos que deles participaram, de modo que suas afirmações podem ser aceitas, salvo se as contradisser um *documento categórico*, o que não é o caso”⁷⁷¹. Chama a atenção a ênfase na autoridade do autor e, fundamentalmente, na *experiência* para a composição das biografias⁷⁷².

Por essa perspectiva, para Barroso, aquilo que perpassa os *sentidos* parece ter tanta importância quanto as fontes documentais. Aqueles que viveram o passado, os militares, seriam habilitados a narrá-lo, e suas histórias seriam acolhidas como remanescentes confiáveis desses eventos. Dessa forma, a memória militar seria dignificada. Ao aproximar a história militar da história nacional, Barroso expressaria outro aspecto que caracterizou sua produção intelectual mesclada à sua trajetória política.

No início da década de 1930, à atividade literária de Barroso se coadunaria a atividade política, pois nessa época ele ingressou nas fileiras integralistas e passou a percorrer o país divulgando o ideário do Sigma, ao mesmo tempo em que tentava se dedicar às antigas ocupações. Não raro, Barroso fazia uso da tribuna para divulgar as propostas da AIB e, mesmo na ABL, durante o período em que foi diretor da instituição, Barroso proferiu entusiasmados discursos e compareceu vestindo o uniforme verde oliva do partido. Tais ocasiões foram registradas pelos meios de comunicação da época. O *Diário de Notícias* da Bahia comunicava, em 18 de novembro de 1933 que, “para pregar e difundir as ideias da nova brasilidade, com o ilustre escritor, veio uma caravana de integralistas”⁷⁷³.

A visita de Barroso a Aracaju foi noticiada pelo jornal *A República*, de 03 de dezembro de 1933, que informava aguardar a chegada do “presidente da Academia Brasileira de Letras,

⁷⁶⁹ Idem.

⁷⁷⁰ Idem.

⁷⁷¹ Idem [grifos nossos].

⁷⁷² Segundo François Dosse (2009: 123), a biografia é um gênero antigo que se disseminou tendo por base a noção de *bioi* (*bios*) e não se ocupa de retratar apenas a “vida”, mas também a “maneira de viver”. Sabina Loriga (2011: 17) chama a atenção para o fato de que o termo “biografia” somente irá aparecer no século XVII, para designar uma “obra verídica, fundada numa descrição realista, por oposição a outras formas antigas de escritura de si que idealizavam o personagem e as circunstâncias de sua vida (tais como o panegírico, o elogio, a oração fúnebre e a hagiografia)”.

⁷⁷³ *Diário de Notícias*, Bahia, 18 de novembro de 1933.

autor de grande número de livros, entre eles, *A Guerra do Lopez*, jornalista militante e redator da Revista carioca *Fon-Fon*⁷⁷⁴. O importante a considerar é que, mesmo nas ocasiões de intensa militância política, Barroso não deixou de ser reconhecido por sua produção literária, sendo apresentado pelos cargos que ocupava. O jornal informaria, em seguida, que o “Sr. Gustavo Barroso vem ao Norte em missão de propaganda política da Ação Integralista Brasileira, de que é um dos ardorosos propugnadores”⁷⁷⁵. Curioso notar que, de toda a produção escrita de Barroso, o jornal escolheu divulgar um livro que considerava mais adequado para esclarecer o público sobre a importância do sujeito que era esperado. Nessa época, o livro “*Terra de Sol*” figurava como a publicação mais conhecida de Barroso, no entanto, a escolha por mencionar “*A Guerra do Lopez*” sugere uma intenção peculiar.

A hipótese é a de que, ao indicar uma obra de teor militar, o jornal considerasse a face militarista de Barroso como a melhor lente para compreendê-lo. Embora Barroso fosse o responsável pela formação das milícias integralistas, não seria o militarismo a única característica de sua obra literária que o aproximaria da AIB, pois seus estudos sobre o folclore também constituíam uma importante ferramenta para discutir outra característica do integralismo: a identidade nacional. Tais estudos aproximaram Barroso de personalidades importantes da época, como o conhecido folclorista Câmara Cascudo, cuja influência sobre Barroso foi notada pela imprensa.

O *Diário de Natal* publicou, em 25 de setembro de 1929, um texto de Otto Guerra que recordava o fato de que, em “fins do ano passado, o Sr. Câmara Cascudo fazia notar a carência de narradores de fatos e episódios das nossas campanhas”⁷⁷⁶. Segundo Otto Guerra, “pouco tempo depois, o Sr. Gustavo Barroso presenteava o público com um livro do gênero”, que “sobrepaja os outros”, sendo “ainda mais interessante” e “mais completo”⁷⁷⁷. Na perspectiva do jornalista, “os seus contos, além de indispensável autenticidade, são vivos e atraentes”. Tal vivacidade seria superior “a mesma história, fria e dura”⁷⁷⁸. Em “*A Guerra do Rosas*”, o autor não só “acompanha toda a guerra, como fornece interessante e curioso subsídio folclórico”, além de sua grande habilidade artística, pois ele “pinta bem, com ótimas tintas, a figura de Rosas”⁷⁷⁹. Do elogio à obra que seria fruto de uma sugestão de Câmara

⁷⁷⁴ *A República*, Aracaju, 03 de dezembro de 1933.

⁷⁷⁵ *Idem*.

⁷⁷⁶ *Diário de Natal*, Rio Grande do Norte, 25 de setembro de 1929.

⁷⁷⁷ *Idem*.

⁷⁷⁸ *Idem*.

⁷⁷⁹ *Idem*.

Cascudo, se seguiria uma crítica do próprio Câmara Cascudo veiculada alguns anos depois, no periódico *A República*, de Natal.

A matéria veio a público em outubro de 1939, época em que Getúlio M. da Costa anunciava a reimpressão de 7 volumes de autoria de Gustavo Barroso, que eram precisamente as biografias militares. Situação que chamou a atenção de Câmara Cascudo, levando-o a afirmar que “esses livros, esgotados desde alguns anos, pertencem a classe dos insubstituíveis e necessários à propagação de uma mística, que só a compreensão determinará pela sua força propulsora”⁷⁸⁰. Em sua leitura, Barroso seria um precursor, pois, “antes do senhor Gustavo Barroso, ninguém ousara restituir à vida ou ao movimento a multidão dessas fisionomias imóveis da história”⁷⁸¹. O principal empecilho poderia ser o receio que “essa revoada de nomes ilustres” despertava, pois a grandeza dessas personalidades do passado “assombrava a imaginação de quem tentasse fazê-los voltar ao diálogo e ao mundo das três dimensões”⁷⁸².

Dessa forma, seria “preciso uma base de conhecimentos ampla e sólida como um alicerce de fortaleza colonial”, algo que, aos seus olhos, Barroso possuía, inclusive porque “ninguém poderá ler esses livros de contos militares sem a emoção irreprimível e o arrepio patriótico”⁷⁸³. Ainda segundo Cascudo, esses livros seriam “empolgantes, fiéis em história detalhada, sem erros e anacronismos, erguidos com firmeza e ditos em idioma sonoro, tatalante de entusiasmo e de fé nacionalista”⁷⁸⁴. Seria importante que esses livros chegassem às “mãos de oficiais, inferiores, soldados, marinheiros e estudantes”, pois “revelam a Heroica Brasileira, de maneira imediata e sensível”, passando, assim, “diretamente do livro para as almas, numa comunicabilidade de valentia, de arrojo e de grandeza máscula”⁷⁸⁵. Acerca de Barroso, ele o identificaria como “o historiador, mestre de várias ciências, história, armaria, folclore e militar”, habilidoso para fazer “descer dos quadros e dos relatórios esse mundo policolor e maravilhoso”⁷⁸⁶.

A ênfase no caráter científico da produção de Barroso pode ser explicada à luz da trajetória intelectual de Câmara Cascudo. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013: 130), Cascudo se colocava como representante do que seria a maneira científica de lidar com o folclórico, aquela que, “além de não adulterar as formas populares, não só as reproduz, as

⁷⁸⁰ *A República*, Natal, 21 de outubro de 1939.

⁷⁸¹ Idem.

⁷⁸² Idem.

⁷⁸³ Idem.

⁷⁸⁴ Idem.

⁷⁸⁵ Idem.

⁷⁸⁶ Idem.

colecciona, as copia fielmente, mas dá a elas, através da comparação, do cotejamento, da observação das semelhanças e diferenças, uma dada ordenação”. Dessa forma, ao folclorista caberia submeter a dispersão das matérias e formas de expressão populares a grades de classificação, na busca por dotá-las de um ordenamento, de maneira a fornecer uma inteligibilidade de conjunto. Essa seria uma empresa de racionalização, hierarquização e seleção a ser feita pelo “estudioso desta cultura, pelo folclorista, pelo letrado ou erudito que se propõe a tornar compreensível o que seria uma ordem interna e imanente a essas manifestações” (ALBUQUERQUE JR., 2013: 123).

Tal atividade demandaria uma multiplicidade de conhecimentos e habilidades por parte do folclorista. A aquisição desse saber parecia estar associada ainda à aquisição de certo *status*, em que o saber estaria vinculado à ideia de ilustração, não sendo encarado propriamente como uma profissão, mas associado a uma atividade que se exerceria por amor e que possibilitaria ao pesquisador uma dada distinção. Conforme Albuquerque Jr., a questão não estaria no caráter científico ou não desses estudos, mas na concepção de ciência que os presidiria, que “não parece ser a concepção moderna de ciência, mas sim uma concepção clássica, uma ciência ainda entendida como erudição, como taxonomia, como classificação, ordenação e hierarquização das empiricidades que levantam em suas atividades de pesquisa” (ALBUQUERQUE JR., 2013: 126). Em nossa sociedade, o folclorista estaria longe de ser um especialista, mas sim um profissional que transitaria por distintos campos do saber e por distintas profissões.

Dessa forma, Gustavo Barroso seria “um erudito na extensão da palavra: sociólogo, ensaísta, historiógrafo e folclorista”⁷⁸⁷. A louvável produtividade do escritor mereceria ser propagandeada, pois “ao mesmo tempo que as nossas livrarias anunciavam o ‘Santo do Brejo’, entrava também em circulação outro livro do renomado escritor e presidente da Academia Brasileira de Letras: ‘Tamandaré’”⁷⁸⁸. Esse seria mais um “volume da apreciada série de obras de feição histórica”, e constituía “um lindo volume de civismo, de exaltação patriótica, que se lê com orgulho de ser brasileiro”⁷⁸⁹. Segundo a revista *Fon-Fon*, esse livro “faz vibrar. Emociona. São páginas que focalizam admiravelmente uma das maiores figuras

⁷⁸⁷ Revista *Fon-Fon*, 17 de junho de 1933.

⁷⁸⁸ Idem.

⁷⁸⁹ Idem.

da marinha de guerra nacional e que deveriam, como as demais obras dessa série, ser lida nas nossas escolas”⁷⁹⁰.

Cumprir mencionar que a direção da revista *Fon-Fon* era ocupada por Barroso desde 1916, cargo que lhe permitia influenciar parte significativa do conteúdo que era veiculado pelo periódico. Conforme Aline Montenegro Magalhães (2009), não raro, o próprio Barroso era o autor das matérias laudatórias a seu respeito. Dessa forma, é possível que essa notícia acerca da obra “Tamandaré” tenha sido escrita por ele. De todo modo, o importante a considerar é a sugestão de leitura dessa biografia nas escolas, algo que denotaria tanto o anseio por aumentar o número de vendas, por meio de um possível incremento no número de leitores, quanto o desejo de participar mais diretamente da formação educacional das novas gerações. Havia, nesse sentido, a expectativa da continuidade dessas ideias no tempo.

Conforme o jornal *O Povo*, de Fortaleza, na reedição de “A Guerra do Lopez”, “Gustavo Barroso não faz, no volume em apreço, a história geral da guerra, como Porto Seguro, nem se restringe aos seus aspectos parciais como Taunay, na ‘Retirada da Laguna’, ou como Lemos Britto, na ‘História dos prisioneiros do Marques de Olinda’”⁷⁹¹. Nessa obra, “seus contos alcançam e focalizam todas as fases e todos os cenários da renhida peleja, desde os sertões brasileiros, onde o recenseamento militar ia buscar o recruta, até os charcos platinos, onde os heróis tombavam, com uma frase de espírito, afrontando a morte”⁷⁹². Não obstante a narrativa da guerra, Barroso iria além ao “recolher o humorismo dos acampamentos, sem, todavia, desandar na chocarrice das palhaçadas inverossímeis, como as que a um general brasileiro aprouve enfeixar em seu livro sobre a maior luta de todos os tempos na América do Sul”⁷⁹³. Dessa forma, o jornal afirmava que o leitor encontraria “episódios narrados e romantizados pelo brilhante escritor”, que superaria todos os demais autores que teriam debruçado sobre o assunto até aquele momento⁷⁹⁴.

Valorizado por sua origem nortista, Barroso seria reiteradamente alvo de elogios nas páginas da imprensa cearense e, a esse respeito, merece atenção a publicação intitulada “Entupição Provável”. Veiculada nas páginas de *O Nordeste*, a matéria seria atribuída a Monte Claro, que afirmava não conhecer “nenhum escritor cearense que tenha uma bagagem literária tão

⁷⁹⁰ Idem.

⁷⁹¹ *O Povo*, Fortaleza, 05 de dezembro de 1934.

⁷⁹² Idem.

⁷⁹³ Idem.

⁷⁹⁴ Idem.

avantajada como o Gustavo Barroso”⁷⁹⁵. Segundo o jornalista, “todo cearense, em geral, tem na sua estante ou no seu baú um dos livros do Gustavo – prova eloquente da admiração que lhe consagram”⁷⁹⁶. E, como prova de tal estima, comentou que “Mozart Pinto, há poucos dias, comprou A Guerra do Lopez e, folheando-o no Glória, em presença de várias pessoas, leu em uma das primeiras páginas, o rol das obras publicadas pelo infatigável João do Norte”⁷⁹⁷.

Segundo o escritor, “todos ouviam em religioso silêncio e, talvez, satisfeitíssimos”, contudo, o “Frederico de Andrade, sempre irreverente, interrompe: - Basta, seu Mozart! Basta! Felizmente esse homem mora longe. E, entre risadas, maldoso: - Garanto que, se fosse aqui, teria entupido o esgoto”⁷⁹⁸. O tom jocoso demonstra que, a seu modo, cada escritor se manifestava acerca da produção de Barroso. Cumpre ressaltar que a pilhéria, em si, não pode ser tomada como um indicativo de desprezo irrestrito pela totalidade da obra do autor, ela seria mais um indicativo de que não havia unanimidade quanto à sua produção, mesmo entre seus conterrâneos.

A esse respeito, merece atenção a matéria intitulada “Solano Lopez e a tentativa para reabilitá-lo”, em que o jornal *O Nordeste* reproduz uma carta que Barroso teria recebido do escritor inglês Robert Bontine Cunninghame Graham⁷⁹⁹. Segundo *O Nordeste*, o próprio Mr. Graham teria afirmado que “estivera no Paraguai em 1872, portanto muito recente aos acontecimentos em debate”⁸⁰⁰. Dessa forma, o escritor inglês seria “uma testemunha quase visual dos fatos, sendo portanto uma opinião valiosíssima”⁸⁰¹. Principalmente porque Graham, em um excerto retirado da missiva, afirmaria a Barroso que o livro: “é uma galeria de quadros nacionais que você nos apresenta e cada qual quase pintado”⁸⁰².

Após alguns encômios, Graham informaria duvidar da frase de Lopez, “morro com minha pátria e com minha espada na mão”, pois teria conversado “com vários brasileiros no Paraguai” que teriam presenciado a morte de Lopez e “todos eram acordes em afirmar que morreria do lançaço de Xico Diabo, sem dizer nada”⁸⁰³. A publicização da carta, documento que deveria permanecer restrito ao âmbito privado, sugere o intento de demonstrar o alcance

⁷⁹⁵ *O Nordeste*, 06 de maio de 1931.

⁷⁹⁶ *Idem*.

⁷⁹⁷ *Idem*.

⁷⁹⁸ *Idem*.

⁷⁹⁹ Solano Lopez e a tentativa de reabilitá-lo. *O Nordeste*, Ceará, 23 de dezembro de 1928. A carta também foi publicada no *Correio da Manhã*, em 11 de novembro de 1928.

⁸⁰⁰ *Idem*.

⁸⁰¹ *Idem*.

⁸⁰² *Idem*.

⁸⁰³ *Idem*.

internacional da produção de Barroso. Desejo que seria cultivado, tanto pelo autor, responsável por trazer a público a missiva, quanto pelo jornal, disposto a divulgar a intimidade do escritor como informação relevante.

Quanto à crítica estrangeira, cumpre mencionar a recepção de Luis Teran à biografia de Tamandaré. Publicado no periódico boliviano *El Diario*, o artigo de Teran destacaria as “ininterruptas investigações e minuciosos estudos realizados pelo consagrado escritor”, que permitiriam que fluísse “uma claridade diáfana pela personalidade de Joaquim Marques Lisboa”⁸⁰⁴. Segundo o jornalista, durante a “guerra da Tríplice Aliança”, a atuação do Almirante Tamandaré teria sido “superlativa e incomparável, havendo em muitas oportunidades, ofuscado com sua preparação militar e seus dotes de grande estrategista e marinheiro, a figura pálida de Mitre”⁸⁰⁵. Barroso teria sido o autor de “frases bastante duras” direcionadas ao general argentino, “embora justificadas”, se as pensarmos como o “coeficiente de uma paciente pesquisa histórica”⁸⁰⁶. Após citar um trecho da biografia, Teran convidaria o público a “percorrer o interessante livro histórico”, que teria manifestado a “barbárie das hordas guaranis”, narrativa que permitiria à “coletividade boliviana” conhecer “de onde jorra o papel preponderante da política imperialista de alguns povos situadas na região do Prata”⁸⁰⁷.

Conforme Luiz Felipe Viel Moreira, na primeira metade do século XX, a intelectualidade latino-americana estava envolvida na produção de uma série de “radiografias” sobre as culturas regionais/continentais e os problemas contemporâneos. Utilizando o estilo literário do ensaio, no Rio da Prata, “uma das maneiras de pensar o nacionalismo foi a que, nas primeiras décadas do século XX, encarou a revisão histórica um grupo de intelectuais” (MOREIRA, 2008: 08). O revisionismo de matriz paraguaia, iniciado ainda na primeira década do século XX, assim como os escritos provenientes da Argentina e do Uruguai na década seguinte, demandaram um posicionamento da intelectualidade brasileira na década de 1920. Nessa época, a recordação do cinquentenário do fim da Guerra do Paraguai, assim como do centenário do nascimento de Solano Lopez, possibilitou a intensificação de publicações de resgate da figura do Marechal, principalmente pelas mãos dos nacionalistas paraguaios.

O debate em torno destes escritos imediatamente passou a ser veiculado na imprensa brasileira e conhecido como “campanha Lopizta”. O primeiro autor que tratou diretamente do

⁸⁰⁴ *El Diario*, La Paz, 17 de junho de 1934.

⁸⁰⁵ Idem.

⁸⁰⁶ Idem.

⁸⁰⁷ Idem.

tema no Brasil foi Lindolfo Collor. Em 1927, Câmara Cascudo também se manifestou por meio da publicação de “López do Paraguai”, livro que apresentava uma defesa do regime monárquico brasileiro, instituição que, apesar da escravidão e do analfabetismo, teria criado uma ordem. Papel de destaque à reação historiográfica advinda do Prata caberia a Gustavo Barroso. Segundo Moreira, “para Barroso, mesmo sendo o lópezismo considerado apenas um ‘fenômeno literário’, aos brasileiros não era dado o direito de fazerem semelhante ‘revisão histórica’” (MOREIRA, 2008: 10). Dessa forma, para Barroso, ante a “continuidade histórica do Brasil (monarquia + república), onde não há império nem república no sentido da política externa, havia surgido uma escrita da história nacional feita por ‘traidores’, e que marcavam a descontinuidade (monarquia X república)” (MOREIRA, 2008: 11).

As interpretações acerca dos embates entre o Brasil e os países vizinhos delineou um campo de conflitos entre a intelectualidade das nações envolvidas, marcado por certo grau de animosidade, avultado pela exposição em alguns dos maiores veículos midiáticos da época, a saber, a *Revista Fon-Fon* (no Brasil) e a *Revista Criterio* (na Argentina). A divulgação destas querelas contribuiu para que Barroso se tornasse ainda mais conhecido entre a intelectualidade hispano-americana e, para tanto, Barroso abriu espaço para publicação de cartas de leitores na *Revista Fon-Fon*⁸⁰⁸. Nesses espaços, é possível identificar o acirramento das disputas em um contexto em que os intelectuais, como produtores de bens simbólicos, ganharam maior importância e visibilidade social. Tal projeção foi possível devido ao crescimento vertiginoso de jornais, revistas e livros, sobretudo na Argentina, onde o índice de alfabetização e o poder aquisitivo da população eram superiores aos brasileiros (BEIRED, 1999).

A discussão entre Barroso e Manuel Gálvez se tornou paradigmática, afinal, por um tempo considerável, ambos trocaram ofensas nos jornais portenhos e cariocas, tematizando acerca da Guerra do Paraguai. Gálvez criticou Barroso por ser excessivamente parcial e esse, por sua vez, rebateu os ataques. Escrevendo na revista portenha *Criterio*, em resposta a algumas das críticas de Barroso expostas no jornal *Correio da Manhã*, Manuel Gálvez utilizou uma citação de Jourdan que, na perspectiva de Barroso, foi mal interpretada. Dessa forma, o escritor

⁸⁰⁸ Gustavo Barroso se tornou diretor da Revista Fon-Fon em 1916, ocasião em que as relações com Eptácio Pessoa se fortaleceram, especialmente devido ao fato de que, em 1922, houve a criação do Museu Histórico Nacional, cuja direção ficou a cargo de Gustavo Barroso. Consoante com as investigações realizadas por Devés-Valdés (2011: 156), acerca da intelectualidade latina deste período, podemos aproximar Barroso de uma geração que dependia “de las prebendas del Estado para la publicación y difusión de sus trabajos”. Se Barroso não necessita umbilicalmente do apoio estatal para difusão de sua produção escrita, tampouco sobreviveria apenas como jornalista, de tal forma que os cargos que foram por ele ocupados, diretamente vinculados ao Estado, tornaram-se essenciais para a divulgação de seu ideário e, especialmente, para sua sobrevivência material.

brasileiro comentou: “a gracinha não tem ao menos o mérito da originalidade. Ela está numa notinha em tipo miúdo, embaixo da página 159 do 6º volume da *Guerra del Paraguay* de Beverina, edição de Ferrari, Buenos Aires, 1921”⁸⁰⁹. O tom irônico demonstra desprezo e descrédito pela obra de Gálvez, sobretudo pela suposta inverdade das informações e falta de erudição. Características que contrastariam com a produção barroseana, pois: “apesar das ironias de Beverina e Gálvez, nós estamos no Brasil na doce ilusão de que a divisão brasileira de Manoel Marques de Souza foi quem decidiu em verdade a batalha de Caseros”⁸¹⁰.

Acentuadamente nacionalista, Gálvez partilhou de ideias comuns à direita argentina, cuja maior característica seria fragmentação, uma vez que a atravessariam inúmeras querelas de caráter ideológico e organizativo, quase sempre marcadas por disputas pela liderança, intensificadas a partir de 1920. Esse momento foi marcado por ataques acirrados aos conteúdos democráticos dos governos radicais e, especialmente, pela defesa dos valores conservadores de ordem política e social, sobretudo na imprensa (BEIRED, 1999). O escritor encontrou na revista *Criterio* um veículo para divulgação desse ideário e, nesse espaço, apresentou um artigo em defesa aos ataques de Barroso, em tom mais conciliador, intitulado “Rencillas Fraternales”:

Gustavo Barroso pode estar seguro de que se em minha novela aparece em situação desfavorável algum brasileiro, não o apresento assim por ser brasileiro. Se minha intenção fosse tão pequena, não haveria elogiado a coragem de Osório e a fineza e cultura dos oficiais brasileiros. Não há em meu livro nada que afete ao grande país irmão, que admiro e quero. Se cometi erros – e ninguém está livre de equivocar-se – tem sido sinceramente. Mas insisto em que não se trata de erros, mas, na maioria dos casos, como o leitor terá visto, de interpretações equivocadas de meu ilustre colega, que se esqueceu do caráter romanesco de meu livro. Em outros casos trata-se de fatos relatados por historiadores argentinos, uruguaios e alguns brasileiros. Minha documentação era boa e muito completa. Se estes historiadores ignoram a verdade, que somente possui Gustavo Barroso e alguns escritores de seu país, não é culpa minha. Ao romancista não lhe corresponde refazer a história⁸¹¹.

Em sua defesa, Gálvez afirma sua imparcialidade, sustentada por uma produção que teria conferido, em momentos decisivos, relevo às ações brasileiras, acompanhada do recurso às fontes que, em sua percepção, seriam fidedignas. Destaca ainda a diferença de estratégias discursivas, de forma que, ao romancista, não se exige “refazer” a história. O artigo obteve destaque na revista *Criterio* que, fundada em 1928, era um destes veículos em que a nação era

⁸⁰⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1929.

⁸¹⁰ *Idem*.

⁸¹¹ *Criterio*, Buenos Aires, 02 de junho de 1929.

tematizada, no bojo das transformações e tensões que atravessavam a sociedade argentina, marcado pelas ameaças internas e externas, representadas pelos imigrantes, portadores de “ideologias estranhas” (BEIRED, 1999). Importante polo de divulgação da direita nacionalista, a *Criterion* se tornou o principal porta-voz do laicato católico, como extensão dos Cursos de Cultura Católica, criados em 1922. Aglutinou um grupo relativamente amplo de intelectuais comprometidos com o ideário católico e, portanto, fiéis à Igreja, que identificavam, entre seus inimigos, os Partidos Socialista, Comunista e Democrático Progressista.

O ataque ferrenho às forças de esquerda, somado às ingerências políticas de cunho conservador, notadamente a partir de 1930, mediante o golpe de Estado orquestrado com seu apoio, a *Criterion* ultrapassou as fronteiras portenhas. Dessa forma, o artigo publicado por Gálvez obteve ressonância no Brasil. Tostes Malta, em resenha sobre o livro “O Brasil em Face do Prata”, de autoria de Gustavo Barroso, não poupou elogios ao historiador brasileiro e, em sua defesa, asseverou que “O senhor Gustavo Barroso não faz mais que repelir insinuações e restabelecer a verdade”. Em sua argumentação, Malta afirmou ainda que, com este trabalho, “fica restabelecida a verdade histórica adulterada por alguns escritores como O’Leary, Gálvez, Carlos Pereyra e Beverina”⁸¹². Ao final do texto, lamentou “que se não possa ver colocada a última pedra sobre a questão”, especialmente porque “ao invés de uma aproximação fraternal, estes escritores vivem reacendendo ódios antigos”, de tal forma que estaria muito distante “o sonho da paz universal”⁸¹³. A troca de acusações entre Barroso e Gálvez teve início ao final dos anos 1920 e continuou até o final dos anos 1930, marcada por acusações de cunho pessoal. Nesse sentido, é possível identificar a tentativa, por parte de Barroso, de atingir seu adversário mediante acusação de “comportamento inescrupuloso” com os “assuntos da Academia”:

Embora pelas colunas do Correio da Manhã houvesse eu pulverizado as injuriosas acusações de Gálvez contra o Brasil e os brasileiros, na maioria covardemente postos à boca de seus personagens românticos, houve brasileiros que tiveram coragem de andar angariando assinaturas para sua apresentação ao prêmio Nobel. Agora, o escândalo das cartas reduz Gálvez ao seu verdadeiro papel de cabotino e aventureiro literário sem probidade, que faz negócio com as poltronas da Academia Argentina e com os prêmios da mesma para seus apaniguados. Esquecerão os nossos homens de letras isso tudo e assinarão ainda alguma lista em seu favor?”⁸¹⁴.

⁸¹² *A Noite*, 27 de julho de 1931.

⁸¹³ *Idem*.

⁸¹⁴ *Revista Fon-Fon*, 10 de junho de 1935.

O “aventureiro literário sem probidade”, alvo dos ataques de Barroso até meados dos anos 1950, ocupou um espaço significativo no acervo pessoal do escritor, onde identificamos notas e correspondências arquivadas que demonstram, malgrado as divergências que cercam ambos, relativa admiração⁸¹⁵. Neste acervo, há um artigo publicado por Brito Broca, em 1958, no jornal *A Gazeta*, intitulado “Ainda os vizinhos do sul”. Nesse texto, Brito Broca destaca o comentário de Manuel Gálvez durante uma entrevista, ocasião em que ele teria afirmado que: “dos escritores da hora presente, tinha particular admiração pela obra de Gustavo Barroso”⁸¹⁶.

Brito Broca mencionou o movimento realizado pela *Revista do Brasil* no sentido de estabelecer um intercâmbio cultural entre o Brasil e as Repúblicas do Prata e narrou a tentativa de contatar alguns romancistas em sua estada em Buenos Aires, em 1947, ocasião em que “todos demonstraram saber muito pouco da literatura brasileira”⁸¹⁷. Benito Lynch, uma grande figura do romance gauchesco, “parecia encarar o Brasil como um país distante e exótico”⁸¹⁸. A este respeito, Jorge Schwartz (1995: 29) destacou a existência de um expressivo número de trabalhos que excluía sistemáticamente as vanguardas brasileiras de seu panorama, especialmente aqueles pensados em perspectiva continental, para os quais a língua portuguesa parecia barreira intransponível. Um desses exemplos, identificados por Brito Broca, seria Barrios, que “ignorava quase por completo nossa literatura. A maior parte dos seus conhecimentos resumia-se em referências e opiniões”⁸¹⁹.

Manuel Gálvez, ao contrário, considerava estar à parte da moderna literatura brasileira, contudo, lamentava o desinteresse do público em geral, “e concluía com indisfarçável amargor: mas neste país admirável os que se preocupam com livros não passam de meia dúzia de caturras”⁸²⁰. O desânimo de Manuel Gálvez teria encontrado correspondência, logo depois, na experiência fracassada de Monteiro Lobato, com a criação da Biblioteca Sul-americana, e, inclusive, nos comentários de Tostes Malta, acerca da recepção da obra de seu “colega” Gustavo Barroso. “A operosidade do escritor é tanto mais notável quanto se considera o reduzido número de leitores de que pode dispor numa terra em que - como diariamente se

⁸¹⁵ Conforme Luiz Felipe Viel Moreira (2008: 12), Gustavo Barroso reconhecia em Manuel Gálvez um grande escritor, com quem mantinha contato, pois trocavam livros e se resenhavam – criticando-se – em suas produções intelectuais. Para Gustavo Barroso, a trilogia sobre a guerra do Paraguai, de Manuel Gálvez, mostraria o quanto a propaganda anti-brasileira foi se sedimentando no Prata, uma vez que os brasileiros seriam colocados em situações ridículas e mesmo falsas em seus relatos.

⁸¹⁶ *A Gazeta*, São Paulo, 13 de maio de 1958.

⁸¹⁷ Idem.

⁸¹⁸ Idem.

⁸¹⁹ Idem.

⁸²⁰ Idem.

repete - muito pouco se lê”⁸²¹. Acerca do público leitor, Jorge Schwartz comenta que, em ambos os casos, tratava-se de uma minoria letrada que, embora não fosse significativa numericamente, era uma elite capaz de operar mudanças e que soube propor projetos de nação, tensionados pelas relações entre cultura e poder, características do período.

A configuração da crítica literária no Brasil foi um fenômeno que acompanhou a lenta expansão da palavra impressa nessa sociedade. Conforme Márcia Gonçalves (2009: 104), a análise dos livros de autores brasileiros foi algo circunscrito a um estreito círculo de leitores entre multidões de iletrados, embora no decorrer da década de 1920 tenha ocorrido certa valorização do exercício do crítico literário. Associado a autores como Sílvio Romero e José Veríssimo, “o exercício de interpretar e julgar os materiais constitutivos de uma literatura brasileira adquiriu fôlego e espaço, nos periódicos de centros como Rio de Janeiro e São Paulo, na esteira das polêmicas e debates suscitados pelas atitudes das vanguardas modernistas” (GONÇALVES, 2009: 104).

Nessa época, nomes como os de Alceu Amoroso Lima, Humberto de Campos, Álvaro Lins, Agripino Grieco, Mário de Andrade, Lúcia Miguel Pereira, Augusto Meyer, para citar apenas alguns dos que foram considerados críticos profissionais, registraram, em páginas de revistas e jornais, suas impressões de leitura sobre textos de naturezas diversas – romances, poesias, ensaios históricos e sociológicos, e também biografias (GONÇALVES, 2008: 105). Acerca dos jornais que mantiveram rodapés literários, Márcia Gonçalves destaca: “no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, para o qual contribuíram, sucessivamente, José Veríssimo, Humberto de Campos e Álvaro Lins, *O Jornal*, *A manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Diário de São Paulo*, *Correio Paulistano*; em Pernambuco, *Jornal do Commercio*; em Curitiba, *O Dia*” (GONÇALVES, 2008: 105).

Importantes veículos de comunicação, os periódicos possibilitavam um contato mais próximo entre o escritor e o público, possibilitando a divulgação de suas obras e facilitando comunicação direta com seus leitores por meio de cartas. Os jornais funcionavam também como uma importante fonte de renda para os intelectuais que, no começo do século XX, ainda encontravam dificuldades para sobreviver pelo ofício das letras. Nessa época, Barroso publicou nos veículos mais importantes do país, sendo convidado para ocupar cargos importantes, como no *Jornal do Comércio*, onde foi diretor de redação.

⁸²¹ *A Noite*, 27 de julho de 1931.

Após a sua morte, Humberto Peregrino publicou no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1961, uma matéria intitulada “Uma dívida do Exército”. Peregrino informava sobre a Sala Gustavo Barroso que seria aberta no Museu Histórico Nacional e divulgava que, nessa mesma ocasião, a Biblioteca do Exército estava promovendo uma exposição sobre sua vida e obra⁸²². A esse respeito, o crítico literário citava “as obras de história militar da bagagem de Gustavo Barroso” e considerava como mais relevantes: “A Guerra do Lopez, A Guerra do Rosas, A Guerra do Flores, Osório: o centauro dos pampas, Tamandaré: o Nelson brasileiro, Caxias”⁸²³. Peregrino finalizou o texto concluindo que “dia virá, estamos certos, em que também o Exército prestará ao escritor e historiador dos temas militares as homenagens que está a dever-lhe”⁸²⁴. Dessa forma, parcela da imprensa se mobilizava na expectativa de que as Forças Armadas reconhecessem o valor de uma produção que, embora tecida sob a pena de um civil, seria fruto da dedicação de um pesquisador incansável à trajetória histórica dessa instituição.

⁸²² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1961.

⁸²³ Idem.

⁸²⁴ Idem.

CAPÍTULO III

A MEMÓRIA DE GUSTAVO BARROSO NA MEMÓRIA NACIONAL

Ao longo deste capítulo, procuramos analisar como se articulam e antagonizam as diferentes faces da vasta produção de Gustavo Barroso em uma dinâmica complexa de construção e (re)construção memorialística. Nossa intenção é, precisamente, investigar a multiplicidade de atitudes em relação ao funeral de Barroso como elemento importante para a compreensão da fabricação de sua memória na memória nacional. Nesse sentido, atentaremos para os diversos elementos que compõem certa performance pública, em especial, os discursos fúnebres, como tentativas imediatas de conferir um sentido à trajetória e à obra do escritor. Enquanto emblemas de distinção social, serão estudadas as instituições que tiveram participação no cerimonial fúnebre, na medida em que evocam diferentes narrativas sobre a trajetória do autor. Nesse sentido, discutiremos a memória de Barroso nas Forças Armadas, atentos ao fato de que o próprio autor participou, deliberadamente, dessa construção memorialística.

Um Encontro Permanente com o Passado: os funerais de Gustavo Barroso

O *Jornal do Comércio* informou, em 04 de dezembro de 1959, que Gustavo Barroso, “atacado de séria enfermidade há vários dias”, faleceu durante a madrugada no Hospital dos Servidores do Estado, onde estava internado⁸²⁵. Após a morte, o corpo de Barroso foi transferido do hospital para o salão nobre da Academia Brasileira de Letras⁸²⁶, vestido com um terno escuro⁸²⁷, “ali ficando em uma câmara ardente”, de onde saiu o seu enterro para o Cemitério São João Batista, depois de ser “encomendado pelo arcebispo do Rio de Janeiro Dom Helder Câmara”⁸²⁸. Segundo o jornal *O Globo*, o corpo de Barroso ficou exposto à visita pública desde as 8 horas manhã, contudo, até o meio dia, “bem poucas eram as pessoas que sabiam de

⁸²⁵ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸²⁶ João Felipe Gonçalves (2000: 149), ao investigar os rituais fúnebres ocorridos durante a Primeira República, explica que o lugar do velório era objeto de cuidadosas escolhas simbólicas por parte dos celebrantes, pois “deveria haver uma grande identidade entre o morto e o local”. A escolha da Academia Brasileira de Letras, por parte dos organizadores do funeral de Barroso, condizia com a valorização que o próprio autor conferiu a esse espaço ao longo de sua vida, ostentando na capa de suas obras a vinculação à instituição. Assim, o velório expressava a singularidade de sua trajetória, além de ser um atestado de pertencimento, uma vez que “essas instituições eram verdadeiras manifestações materiais de setores da elite nacional” (GONÇALVES, 2000: 149).

⁸²⁷ Infringindo o protocolo de que os membros da Academia Brasileira de Letras deveriam ser enterrados com o fardão da Academia, Gustavo Barroso foi enterrado com um terno azul escuro, pois seu fardão foi enviado para o Museu Histórico do Ceará, por sua esposa, atendendo a um pedido seu.

⁸²⁸ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

seu falecimento”⁸²⁹. Os próprios membros da Academia tiveram que ser notificados por telefone, no decorrer da manhã, pelos funcionários da Casa. Após o meio dia, foi “enorme o número de pessoas que compareceu à câmara-ardente”⁸³⁰. No velório, compareceram várias personalidades⁸³¹, pois “desde as primeiras horas, iniciou-se intensa romaria de amigos e admiradores do fértil historiador”⁸³².

O presidente da República, Juscelino Kubitschek, “apesar de ter um dia excepcionalmente movimentado em vista da rebelião de Aragarças”⁸³³, demonstrou pesar, “demorando-se por algum tempo em vista do corpo e cumprimentando pessoas da família que se encontravam presentes no momento”⁸³⁴. Entre as pessoas de destaque, o periódico mencionou Plínio Salgado, principal liderança da Ação Integralista Brasileira, com quem Barroso manteve uma relação próxima durante sua militância no movimento e, mesmo após o fracasso do levante integralista, ambos continuaram se correspondendo⁸³⁵.

Após a encomendação religiosa, o esquife foi fechado e conduzido para o pátio externo da Academia, onde o presidente da instituição, Austregésilo de Ataíde, pronunciou o discurso de despedida⁸³⁶. O enterro saiu da Academia às 17h25min e, depois de passar em frente ao

⁸²⁹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸³⁰ *Idem*.

⁸³¹ O elevado número de pessoas presentes no funeral, embora informado pelos periódicos, precisa ser relativizado. Ângela Cardoso, em sua investigação sobre as cerimônias de entronização monárquicas brasileiras, chama a atenção para a carga fortemente retórica do sentido da noção “popular” que, como estratégia discursiva, insinua um apoio incondicional. Principalmente, “porque não é lícito partir-se da constatação deste tipo de apoio público, manifestado na praça, para uma leitura do fenômeno como essencialmente ‘popular’” (CARDOSO, 2003: 584).

⁸³² *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸³³ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸³⁴ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸³⁵ Gustavo Barroso cobiçou a posição de Plínio Salgado na Ação Integralista Brasileira e chegou a participar de um plebiscito interno para a escolha da nova liderança, sendo derrotado por Salgado, que obteve a maioria dos votos. Não é possível dimensionar o grau de animosidade entre ambos, embora alguns autores revelem que, em alguns momentos, a convivência tenha se tornado difícil. Segundo Elynaldo Dantas (2015: 249), “à medida que Barroso passava a despontar como uma das principais lideranças do movimento integralista, começou uma crescente competição com Plínio Salgado pela liderança da AIB, resultando, por parte de Barroso, em atitude reflexa de radicalização do seu próprio discurso antissemita”. Por outro lado, após o levante integralista, durante o exílio de Salgado em Portugal, Barroso intercedeu junto a Getúlio Vargas, então presidente do país, solicitando o retorno de Salgado ao Brasil. A esse respeito conferir: carta de Gustavo Barroso a Getúlio Vargas, 20 de julho de 1940, FGF/CPDOC.

⁸³⁶ Ao fazer o necrológio de Barroso, Austregésilo de Ataíde cumpria uma função protocolar essencial enquanto presidente da Academia Brasileira de Letras. Essa forma do elogio, como gênero discursivo, se afirmou, pelo menos, desde os concursos realizados na Academia Francesa, quando os oradores eram convidados a louvar os *grandes homens*. Segundo Jean-Claude Bonnet (1984: 220), o elogio era parte de um processo de laicização da morte, que tinha como função a afirmação da República das Letras por meio do enaltecimento de seus membros, cujos valores estavam associados à ideia de mérito. A partir desse momento, aos homens de letras era atribuído sentido e valor social, de tal forma que o ingresso na Academia passou a ser uma promessa de ascensão social. Dessa forma, quando Gustavo Barroso ingressou na Academia Brasileira de Letras, na década de 1920, ele ambicionava a “imortalidade” conferida aos homens de letras, que era alcançada mediante os numerosos discursos pronunciados. A morte representaria precisamente esse momento de consagração, quando os

Museu Histórico Nacional, seguiu para o Cemitério São João Batista, com grande cortejo. A decisão de incluir o Museu no cortejo fúnebre aponta para a importância que os organizadores do ritual conferiram à memória de Barroso nessa instituição. A atitude parece condizer com a noção de que o Museu seria a materialização de um projeto de Barroso, tal como ele mesmo chegou a afirmar reiteradas vezes.

À “entrada do Cemitério, a carreta foi conduzida pelo Augusto Magessi, por Plínio Salgado e por quatro membros da Academia Brasileira de Letras”⁸³⁷. Durante o sepultamento, Pedro Calmon, “em altos remígios de sua mais apurada oratória, comovido às lágrimas, afirmou ser Gustavo Barroso o embaixador nato de tudo o que o espírito sertanejo tem de mais brasileiro”⁸³⁸. A dedicação à história militar também foi lembrada por Calmon, com menção aos “seus livros dedicados às epopeias do Exército e da Marinha do Brasil”, além da “criação dos Dragões da Independência”⁸³⁹.

Os Dragões da Independência prestaram uma homenagem a Barroso, com um toque de silêncio, designando para isso o soldado Salvador Santos Silva. Conforme registrou o *Diário Carioca*, “no momento em que o esquife era descido, o soldado dos Dragões da Independência, envergando o vistoso fardão pelo qual tanto se bateu Gustavo Barroso, fez soar, num clarim de prata, o toque do silêncio”⁸⁴⁰.

Repercussão nacional

A morte de Barroso repercutiu na Associação Brasileira de Imprensa, que “hasteou em funeral o pavilhão social”, apresentando condolências à família Barroso e designando uma comissão de diretores e conselheiros para representar a instituição no sepultamento⁸⁴¹. No Senado Federal, Otávio Mangabeira iniciou sua alocução rendendo homenagem à memória de Barroso, afirmando que a “perda que a sua morte representa para as nossas letras é realmente grande”⁸⁴². Na Câmara dos Deputados, grande parte do expediente foi dedicado a prestar homenagem à memória de Barroso e, nessa ocasião, manifestaram Plínio Salgado (líder do PRP), Clidenor Freitas (PTB-Piauí) e Luis Viana Filho (PL-Bahia)⁸⁴³. Na tribuna, os

acadêmicos, como porta-vozes da instituição, teciam os elogios ao morto e, dessa forma, o discurso do presidente da Academia constituía-se em um dos momentos mais aguardados durante o velório.

⁸³⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸³⁸ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸³⁹ *Idem*.

⁸⁴⁰ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸⁴¹ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

⁸⁴² *Diário Oficial*, 04 de dezembro de 1959.

⁸⁴³ *Anais da Câmara dos Deputados*, 05 de dezembro de 1959.

deputados salientaram a contribuição de Barroso para as letras, tanto como escritor, quanto como um dos maiores pesquisadores da história nacional.

O embaixador Assis Chateaubriand destacou que “nenhum homem fez mais no Brasil para popularizar a história nacional e os seus grandes feitos” se comparado a Gustavo Barroso⁸⁴⁴. O acadêmico Osvaldo Orico, com quem Barroso se correspondeu por décadas na imprensa, afirmou que o autor “foi um dos mais operosos escritores de nosso tempo”, cuja obra se estenderia “por várias províncias do espírito”. “Excelente companheiro o que perdemos”, declarou o acadêmico Múcio Leão, que considerava o escritor cearense um “homem de grande erudição”, embora “errasse politicamente”⁸⁴⁵. A discordância política não seria suficiente para eclipsar a trajetória acadêmica de Barroso, pois, segundo Múcio Leão, “Barroso pareceu sempre um grande amigo do Brasil”⁸⁴⁶. Conforme o Embaixador Álvaro Lins, em Barroso, a “figura marcial e autoritária” seria “apenas uma aparência”, já que considerava o escritor cearense um “homem suave, cordial e generoso”⁸⁴⁷.

É interessante observar as diversas versões da biografia de Barroso que cada personalidade presente mobilizou em seu discurso, demonstrando a dinâmica da construção de uma memória logo após o seu falecimento. Manuel Bandeira asseverou que Barroso era, “sobretudo, um grande trabalhador”, uma vez que, “apesar de doente, o último número de *O Cruzeiro* trazia ainda a sua colaboração” e recordou que, recentemente, recebeu a obra “História do Brasil em Quadrinhos”, que Barroso organizou com uma empresa paulista, o que reafirmaria a tese de que “ninguém na Academia tem bibliografia mais numerosa”⁸⁴⁸. Peregrino Júnior exaltou a trajetória de Barroso na Academia Brasileira de Letras, em tom acentuadamente pessoal, informando que Barroso foi secretário-geral da Academia durante o período em que ele esteve na direção da instituição”, auxiliando em momentos decisivos⁸⁴⁹.

O jornal *Última Hora* destacou a trajetória de Barroso na Academia Brasileira de Letras e aproveitou a oportunidade para enfatizar que, devido à sua morte, ficaria “vaga a cadeira número 19 da ABL, que tem como patrono Joaquim Caetano da Silva”⁸⁵⁰. No ano seguinte, Antônio da Silva Melo foi eleito para suceder a Gustavo Barroso, sendo oficialmente recebido

⁸⁴⁴ Idem.

⁸⁴⁵ Idem.

⁸⁴⁶ Idem.

⁸⁴⁷ Idem.

⁸⁴⁸ Idem.

⁸⁴⁹ Idem.

⁸⁵⁰ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

em junho de 1960⁸⁵¹. O Rotary Club, do Rio de Janeiro, também se pronunciou sobre a morte de Gustavo Barroso. O presidente da instituição, em audiência com as autoridades da época, recordou o falecimento de Barroso, comentando que se tratava de “um grande brasileiro, ao qual o Rotary devia inúmeras finezas”⁸⁵².

Repercussão no exterior

A imprensa internacional também se manifestou a respeito da morte de Barroso. O periódico *Voz de Portugal* afirmou que, com o “falecimento do escritor, historiador e acadêmico Gustavo Barroso, perdem Portugal e os portugueses um de seus maiores e mais dedicados amigos no Brasil”⁸⁵³. O “desenlace” de Barroso teria causado grande pesar, pois o escritor seria “uma das mais altas expressões da cultura brasileira, uma personalidade de irradiante simpatia e nobreza de caráter”⁸⁵⁴. Além dessas virtudes, merecia destaque o “seu amor a Portugal e a sua devoção à terra e à gente portuguesas”, sentimentos disseminados em sua obra, que se tornou merecedora da “eterna gratidão da gente portuguesa”⁸⁵⁵. Por fim, a *Voz de Portugal* lamentava a morte daquele cuja “presença na tribuna era já tradicional”, afirmando que “Gustavo Barroso desaparece e deixa entre todos os portugueses a maior saudade, como um claro que, em igual intensidade, dificilmente será preenchido”⁸⁵⁶.

Uma demonstração dessa suposta relação mútua de afinidade poderia ser observada durante as festividades que prepararam os Centenários Portugueses em 1940, quando o escritor integrou a comitativa responsável pela participação brasileira no evento. O presidente Getúlio Vargas nomeou por Decreto, em 29 de março de 1939, a Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses. Essa Comissão tinha por objetivo a elaboração do programa da participação do Brasil nos diversos atos comemorativos, tendo como presidente o General Francisco José Pinto. A representação histórica ficou aos cuidados de Gustavo Barroso e, no tocante à Exposição do Brasil Colonial na Exposição do Mundo Português, o documento indicava o Museu Histórico Nacional para executá-la.

Ao nomear a comitativa, Getúlio Vargas atendia a um pedido de Albino dos Santos, responsável por intermediar os contatos entre os intelectuais brasileiros e os portugueses, comprometidos com o regime Salazarista (TORQUATO, 2017: 149). A expectativa quanto à

⁸⁵¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1960.

⁸⁵² *Rotary Club*, Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1959.

⁸⁵³ *Voz de Portugal*, 06 de dezembro de 1959.

⁸⁵⁴ *Idem*.

⁸⁵⁵ *Idem*.

⁸⁵⁶ *Idem*.

presença brasileira tinha a ver com o fato de que o “Brasil era visto como o exemplo mais bem-sucedido da política colonial lusitana, já que no século XX despontava como uma das maiores potências da América Latina”, além de “apresentar um modelo político semelhante ao vivenciado em Portugal” (TORQUATO, 2017: 151). Segundo Rosana Nascimento (2008: 94), foram marcantes as atitudes de Gustavo Barroso na organização de uma exposição “para enaltecer, através dos objetos, a epopeia do paraíso - o Brasil Colônia”. Por meio de seu acervo, (632 peças no total), o MHN participou da construção da Sala de Milícias, onde Gustavo Barroso expôs as armas usadas no Brasil colonial. Além das aquarelas de uniformes coloniais da Coleção Figueira de Melo, do MHN, também foram expostos mapas e vistas das primeiras fortificações, alguns canhões históricos e uniformes coloniais.

Para acompanhar a Exposição Histórica do Brasil em Portugal foi impresso um catálogo ilustrado e comentado, com 134 páginas, cuja tiragem de 5000 exemplares foi distribuída entre estudiosos e visitantes. O catálogo foi organizado por Barroso no Brasil e, devido às imperfeições e inexatidões, foi necessário acrescentar uma errata impressa em Portugal. Segundo Barroso, toda a imprensa portuguesa teria acolhido o material com apreço e compreendido os erros tipográficos, que seriam fruto do “escasso tempo de um mês e meio” para seu preparo⁸⁵⁷. Apenas um jornalista brasileiro, “quase desconhecido”, teria “arrasado” o catálogo redigido por ele⁸⁵⁸. O episódio foi narrado no artigo “A exposição histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo”, publicado nos Anais do MHN, na edição de 1940, onde é possível encontrar breve descrição das salas e dos mobiliários, acompanhados de fotografias do evento⁸⁵⁹. É curioso notar que Barroso ocupou mais da metade do texto com respostas às críticas tecidas pelo jornalista “desconhecido” que “preferiu ficar na sombra”⁸⁶⁰.

Se, das múltiplas atividades empreendidas para realização do evento, Barroso elegeu a querela com o jornalista “desconhecido” como elemento digno de ocupar espaço significativo na publicação oficial da instituição da qual era diretor, é evidente que a questão foi importante para ele. Para além da dificuldade em aceitar críticas, ou reconhecer equívocos, é possível que Barroso tenha compreendido o incidente como uma ocasião para enaltecer seus conhecimentos por meio das réplicas endereçadas ao interlocutor, expondo um amplo domínio das artes e da arquitetura colonial brasileira. Dessa forma, podemos inferir que

⁸⁵⁷ BARROSO, Gustavo. A exposição histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 239.

⁸⁵⁸ Idem.

⁸⁵⁹ Idem.

⁸⁶⁰ Idem.

Barroso compreendia o Museu e, por conseguinte, as publicações oficiais da instituição, como extensões de sua pessoa e, portanto, canais para louvar suas múltiplas atividades em proveito da nação. Dessa forma, os *Anais*, enquanto principal órgão de divulgação do Museu e de seus acervos, “representaram um espaço de enaltecimento das realizações de Barroso, tanto para o desenvolvimento da instituição, quanto para o culto das tradições nacionais” (MAGALHÃES, 2004: 105).

As impressões mais sutis sobre sua experiência na Exposição dos Centenários Portugueses foram narradas em seus livros de viagens, como em “Quinas e Castelos”, no qual descreveu uma relação sensível com o tempo, alimentada pelos resquícios tangíveis do passado, com um evidente acento nostálgico. O encerramento do evento, ocorrido no Castelo de Guimarães, onde foram realizados desfiles e espetáculos, teve um forte apelo evocativo para Barroso, afinal, tratava-se do lugar que se reafirmava na narrativa patriótica como o começo de Portugal. Tal experiência proporcionou a Barroso a tessitura de “uma escrita romântica e floreada, prolongada por uma narrativa detalhista e povoada com imagens já desgastadas, como a luz da lua sombreando castelos enegrecidos pelo tempo ou a melancolia solitária no silêncio das ruínas” (RAMOS, 2014: 55). O fascínio diante das ruínas fomentou uma escrita enaltecadora de Portugal que teria lhe proporcionado certo reconhecimento entre os leitores portugueses, tal como a imprensa se esforçou em demonstrar. É importante chamar a atenção para o fato de que o próprio Barroso participou ativamente da própria consagração.

Repercussão no Ceará

A morte de Barroso foi noticiada na imprensa cearense com pesar. Em Fortaleza, *O Unitário* divulgou, em primeira página, uma reportagem sobre o escritor cearense com o título “Gustavo Barroso: uma estrela que se apaga no firmamento da cultura nacional”⁸⁶¹. O jornal apresentou os dados biográficos do autor, exaltando sua origem nortista e destacando a importância da região em seus livros de memórias. Apontou também os espaços ocupados no universo literário cearense, ressaltando a cadeira ocupada por ele na Academia Cearense de Letras, onde foi homenageado em 1952.

Ao enfatizar as múltiplas atividades empreendidas por Barroso, *O Unitário* acreditava estar oferecendo aos “leitores uma ideia aproximada do valor intelectual do grande conterrâneo”⁸⁶². Nesse sentido, divulgou as instituições culturais a que Barroso pertencia, como o Instituto

⁸⁶¹ *O Unitário*, Fortaleza, 13 de dezembro de 1959.

⁸⁶² *Idem*.

Histórico do Ceará e o Instituto Histórico do Maranhão, além de citar os cargos que exerceu, por exemplo, o de Embaixador do Brasil no Uruguai e o de Secretário Geral da Comissão Internacional de Jurisconsulto no Rio de Janeiro.

Nas páginas seguintes, *O Unitário* publicou uma reportagem sobre a homenagem prestada a Barroso pela Academia Cearense de Letras, pelo Instituto do Ceará e pela Associação Cearense de Imprensa. A matéria foi redigida por Pantaleão Damasceno e, das muitas faces de Barroso, escolheu recordar a mudança para o Rio de Janeiro, quando Barroso levou consigo “em potencial robusto, a riqueza maior, esplêndida do lastro da experiência e provações de uma vida vivida com intensidade, provando o fel dos empecilhos e identificando-se com as mínimas particularidades da sua gleba e do seu povo”⁸⁶³. Dessa forma, Damasceno louvava, por meio de Barroso, os homens do sertão cearense.

“Terra de Sol” seria resultado de “suas andanças pelo sertão nas fazendas do padrinho”, onde teria colhido toda a “gama de variações pinturescas das caatingas e prados do sertão”, ficando “impressa na alma” e materializada em “descrições tão enérgicas e tão perfeitas”⁸⁶⁴. Acerca do livro “Terra de Sol”, é interessante retomar algumas informações que circularam na época de sua publicação, especialmente porque o livro de estreia de Barroso no mundo literário não agradou a todos, o que demonstra o esforço de construção dessa memória de uma acolhida unânime. Na Academia Brasileira de Letras, por exemplo, o discurso de recepção a Barroso foi proferido por Alberto Faria⁸⁶⁵, que ironizou a trajetória e a obra do acadêmico ao mencionar as acusações de plágio que o livro sofreu em sua estreia.⁸⁶⁶

Desse modo, é possível perceber que Damasceno opera uma seleção do que merece ser eclipsado e do que deve ser publicizado, de forma a difundir a versão de Barroso como trabalhador infatigável e destinado ao sucesso permanente. E seria sua “vocação frustrada de soldado” que, ao ser transferida para a literatura, teria mobilizado a composição de “histórias guerreiras” e as “façanhas do integralismo falangista”, fruto da “ancestralidade germ nica do

⁸⁶³ Idem.

⁸⁶⁴ Idem.

⁸⁶⁵ A importância dos discursos na Academia Brasileira de Letras, especialmente durante a recepção de um novo membro, foi analisada por Alessandra El Far. A autora em questão destaca que a teatralização por excelência da Academia acontecia nessas ocasiões, em que ocorria uma encenação efetuada em detalhes, reafirmando-se, perante a sociedade, o valor institucional de uma organização literária e a genealogia de seus integrantes. “Os discursos eram considerados a parte mais importante da cerimônia, pois, através deles, reafirmava-se a linhagem entre os seus membros, estabelecendo uma ligação entre o passado e o presente” (EL FAR, 2000: 10-11).

⁸⁶⁶ FARIA, Alberto. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos* (1920-1923). v. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 221.

culto cego da autoridade, da obediência e do mando absoluto”⁸⁶⁷. Após o fracasso do integralismo, o “amor da farda” teria fomentado a elaboração das “histórias da histórica bélica do Brasil”, constituindo um “enorme serviço de educação popular”⁸⁶⁸.

O periódico cearense *O Povo* trouxe o elogio a Gustavo Barroso tecido por Luis Sucupira⁸⁶⁹, que recordou a visita do escritor à Casa Juvenal Galeno, “centro de conjugação e de irradiação das afirmações do espírito” no Ceará”⁸⁷⁰. Quanto à atuação na propagando política, “mesmo de uma ideologia que chegou a empolgá-lo”, Barroso não “tomou ares de Vesúvio em ebulição expluindo fogo e lavas”. Ao contrário, ele “preferiu a exposição calma e concisa”, o que demonstraria “prudência e tolerância”⁸⁷¹. Tal postura o teria protegido quando, “transformada a propaganda pacífica em furacão destruidor”, Barroso não teria sido “envolvido na agitação que levou o movimento à falência”, continuando a “cumprir fidalgamente os seus deveres cívicos”⁸⁷².

Ao traçar o necrológio de Barroso, Sucupira buscava redimensionar sua participação na Ação Integralista Brasileira, a despeito das informações divergentes que circulavam na imprensa e que afirmavam uma postura bem mais combativa, por exemplo, quando Barroso compareceu a uma seção pública na Academia Brasileira de Letras vestido com a farda integralista, fato que teria causado mal-estar entre os presentes⁸⁷³. Tal atitude poderia ser interpretada como parte de sua campanha integralista, resvalando em uma provocação à democracia e ao liberalismo, especialmente porque os acadêmicos recepcionavam Duhamel, um democrata da Academia Francesa de Letras que, de passagem pelo Brasil, era homenageado pela ABL. Nessa época, Barroso proferiu discursos inflamados com teor acentuadamente integralista no interior da ABL, o que provocou grande desconforto na plateia, que procurou diversos meios para afastá-lo da tribuna.

Destaca-se, inclusive, a crítica de alguns jornalistas às viagens realizadas pelo Brasil para divulgar a doutrina do Sigma em “bandeiras” e “caravanas”, especialmente porque o líder integralista mantinha os custos dessa militância com recursos oriundos do Estado, mesmo estando “ausente” da direção do MHN (MAGALHÃES, 2010: 169). Assim, é possível

⁸⁶⁷ Idem.

⁸⁶⁸ Idem.

⁸⁶⁹ Trata-se de uma versão impressa do discurso proferido por Luis Sucupira, em 23 de dezembro de 1959, na Casa Juvenal Galeno, em Fortaleza, Ceará.

⁸⁷⁰ Idem.

⁸⁷¹ Idem.

⁸⁷² Idem.

⁸⁷³ Episódio inédito na Academia Brasileira de Letras. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1936.

perceber que a memória do integralista “prudente” e “tolerante”, que Sucupira tentou construir e difundir, não correspondia aos fatos veiculados pela imprensa. Em contrapartida, o que Sucupira buscou eclipsar foi, precisamente, o que obteve maior repercussão após a morte de Barroso, motivando pesquisas acadêmicas até a atualidade (CHOR MAIO, 1992).

Sucupira destacou também sua atividade como jornalista, asseverando que, de sua “atividade em tantas esferas da inteligência, a que mais prezou, porque a exerceu a vida inteira, foi a de jornalista”, algo que poderia ser confirmado pelo fato de que, “muitos dias após sua morte, ainda sua pena ilustrava páginas da revista *O Cruzeiro*”⁸⁷⁴. Segundo Aline Magalhães e Cláudia Bojunga (2014: 349), quando Barroso começou a escrever para *O Cruzeiro*, ele contava 60 anos de idade e era um intelectual reconhecido, o que seria possível perceber a partir das credenciais que acompanhavam sua assinatura: membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Museu Histórico Nacional. Na Revista *O Cruzeiro*, Barroso passou a se dedicar a outro tipo de divulgação do conhecimento histórico, “uma espécie de transposição da produção acadêmica para um veículo acessível ao grande público” (Idem, p. 350). Ricamente ilustrada, a seção “Segredos e Revelações da História do Brasil” se valia de uma multiplicidade de documentos e imagens para atestar a veracidade das informações veiculadas e, entre as fontes utilizadas, constavam muitos itens do acervo do MHN (Idem, p. 351).

Nesse sentido, vale atentar para o fato de que cada um dos discursos fúnebres privilegiava uma determinada faceta da trajetória e da personalidade do escritor, o que informava sobre os laços que aproximavam seus autores de Barroso e, fundamentalmente, sob qual lente desejavam que Barroso fosse lembrado e o que almejavam que fosse esquecido.

O retorno à Terra Natal: a Transladação da Urna Funerária

Nos anos seguintes, o periódico *Folha de São Paulo* noticiava, dentre as efemérides de 03 de dezembro, o falecimento de Gustavo Barroso, “escritor, jornalista, folclorista e político”⁸⁷⁵. O Jornal *O Globo* informava, na mesma data, que “o diretor, funcionários, professores e ex-alunos do Museu Histórico convidavam a família e os amigos do Dr. Gustavo Barroso para a missa que mandam celebrar em memória de seu amigo”⁸⁷⁶. O impresso *Voz de Portugal* recordava que, no dia 03 de dezembro, transcorria o “3º aniversário da morte do Dr. Gustavo Barroso”, “grande admirador de Portugal e amigo dos portugueses do Brasil”⁸⁷⁷. Comunicava

⁸⁷⁴ *O Povo*, Fortaleza, 07 de janeiro de 1960.

⁸⁷⁵ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 de dezembro de 1962.

⁸⁷⁶ *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1962.

⁸⁷⁷ *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1962.

ainda o convite para a missa que seria celebrada em sua memória, noticiando que, “são convidados os amigos e admiradores de Gustavo Barroso e todos os portugueses do Rio de Janeiro”⁸⁷⁸.

A cerimônia ocorreu no Rio de Janeiro, onde Barroso residiu e desenvolveu sua carreira profissional, além de ser o lugar em que seu corpo foi sepultado, o que instituía um vínculo definitivo entre sua memória e a capital fluminense. Situação prevista com contrariedade pelo próprio escritor, que manifestou à sua esposa o “desejo de ser sepultado em terras cearenses”, anseio impossibilitado pelas circunstâncias⁸⁷⁹. O agravamento de sua saúde teria motivado o pedido à “sua diletta esposa” que, “tão logo fechasse os olhos para sempre, enviasse ao Museu do Ceará suas fardas de gala e o seu espadim”⁸⁸⁰. Solicitação atendida por Antonieta Barroso, que remeteu os objetos a Henriqueta Galeno⁸⁸¹, juntamente com uma carta, rogando o intermédio da Casa Juvenal Galeno para a entrega dos pertences de Barroso ao Museu⁸⁸².

A missiva foi recebida pela filha de Juvenal Galeno, “profundamente emocionada”, que cuidou em seguida para que as “joias” fossem “entregues solenemente ao diretor do Museu Histórico do Ceará”⁸⁸³. Segundo Henriqueta Galeno, todo o processo seria realizado com o “maior respeito e admiração à memória de Gustavo Barroso”, pois ele seria “um dos melhores amigos e defensores da Casa Juvenal Galeno”⁸⁸⁴.

O desejo cultivado por Barroso, em seus últimos dias de vida, acabou por ser atendido e, em setembro de 1965, o processo para transferir os restos mortais do escritor para o Ceará foi

⁸⁷⁸ Idem.

⁸⁷⁹ *O Unitário*, Fortaleza, 22 de janeiro de 1961.

⁸⁸⁰ Idem.

⁸⁸¹ Henriqueta Galeno (1887-1964), filha de Juvenal Galeno, defendeu o direito de participação do sexo feminino nas atividades sociais e literárias. Ela foi a primeira mulher a cursar a Faculdade de Direito no Ceará. Após a formatura, o Presidente do Estado, Dr. João Tomé, a convidou para ocupar a Promotoria do Estado, convite que foi recusado devido à discordância de seu pai. Em 1936, ela fundou a “Falange Feminina”, associação para a livre expressão do pensamento feminino através da escrita e, em 1942, fundou a “Ala Feminina” como Departamento da Casa de Juvenal Galeno - expressão máxima de sua luta.

⁸⁸² Nascido em Fortaleza, em 1836, Juvenal Galeno foi enviado ao Sul para que estudasse os métodos de cultivo do café, pois deveria suceder o pai nos negócios da família. Ao visitar a capital do país, esteve na casa de Paula Brito, tipógrafo, cuja residência era frequentada por homens de letras. Nessa ocasião, conheceu Machado de Assis e Quintino Bocaiúva, que inspiraram seus primeiros versos. Conforme Alencar (2015: 205), ele cultivava relações com as classes dominantes do Império, exercendo funções que denotavam prestígio, como a de alferes da Guarda Nacional. Além disso, Galeno foi eleito deputado provincial e membro da Comissão para o Alistamento de Voluntários da Pátria. Galeno teve intensa atuação nas entidades científicas e literárias da época e a própria Casa de Juvenal Galeno tornou-se local de pesquisa por excelência. Criada em 1919, a instituição reúne seu acervo particular. “A trajetória de vida de Juvenal Galeno revela que, sem dúvida, ele não era poeta de origem popular, contudo, sua obra esteve ligada ou fazia referência à cultura e à poética popular desde o seu primeiro livro” (ALENCAR, 2015: 211).

⁸⁸³ *O Unitário*, Fortaleza, 22 de janeiro de 1961.

⁸⁸⁴ Idem.

iniciado. Os despojos mortais de Gustavo Barroso foram exumados do cemitério São João Batista e trasladados para o Museu Histórico Nacional, onde a urna funerária ficou exposta em uma vitrine, na Sala Gustavo Barroso.

A permanência da urna funerária no Museu Histórico durante quase três meses seria reveladora do desejo de que se realizasse um novo funeral e, especialmente, de que, nessa cerimônia, o Museu Histórico Nacional pudesse suplantar, do ponto de vista simbólico, a importância da Academia Brasileira de Letras enquanto espaço de consagração da figura de Gustavo Barroso. O Museu se tornaria o lugar da exposição pública do morto, constituindo um espaço institucionalizado de culto à sua memória, pois, conforme Luigi Bonafé, “a escolha do lugar do velório, enquanto um lugar de memória, tem muito a dizer do significado político que se quer conferir ao morto então consagrado” (BONAFÉ, 2008: 108).

Nesse sentido, é possível que os organizadores da cerimônia fúnebre almejassem associar a memória de Barroso à memória da instituição e, ainda, que sua memória fosse equiparada à das demais figuras expostas e consagradas naquele espaço. De fato, a memória de Gustavo Barroso permaneceu associada ao Museu Histórico Nacional, onde foi instituída a medalha-prêmio Gustavo Barroso, com o objetivo de premiar e estimular os alunos do Curso de Museus⁸⁸⁵. A medalha de prata deveria ser distribuída anualmente ao melhor aluno da turma de diplomados do Curso, cuja média fosse superior a noventa.

Durante a solenidade no Rio de Janeiro, a urna funerária foi levada de automóvel do cemitério para o Museu, tendo sido conduzida para seu interior por dois soldados do Regimento de Dragões da Independência. *O Globo* recordou que “essa unidade militar está intimamente ligada a Gustavo Barroso, pois foi ele quem fez o levantamento de sua história”, além de ter “estudado minuciosamente o seu uniforme”⁸⁸⁶. Durante o ritual de recepção da urna, Nair de Moraes Carvalho, diretora substituta do Museu, afirmou que aquele seria um “silêncio cheio de saudades”, cultivado pelos funcionários do Museu, que deveriam ficar, “em espírito, genuflexos, diante da urna, até que os restos mortais de Gustavo Barroso voltem à sua terra natal, concretizando o seu último desejo”⁸⁸⁷.

O pronunciamento de Nair de Moraes Carvalho é revelador da importância que Barroso possuía na formação dos profissionais que atuavam no Museu, especialmente porque sua “forma de ensinar e de lidar com os aspectos referentes aos museus consolidou-se através de

⁸⁸⁵ *Diário Oficial*, Museu Histórico Nacional, Portaria N. 37 de 26 de janeiro de 1961.

⁸⁸⁶ *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1965.

⁸⁸⁷ *Idem*.

seus alunos pioneiros, alguns dos quais viriam, posteriormente, a lecionar no curso” (SIQUEIRA, 2011: 87). Carvalho estava entre esses profissionais que ingressaram na instituição como alunos e chegaram a assumir cargos importantes, “discípulos” que deveriam permanecer, “em espírito, genuflexos, diante da urna”, em uma nítida alusão à dimensão sagrada que cercaria a figura do primeiro diretor. Outro exemplo da estima que os aprendizes nutriam por Barroso foi a sugestão feita pelos oradores das turmas de formatura dos anos 1958, 1960 e 1961 para o curso fosse denominado “Curso Gustavo Barroso” (SIQUEIRA, 2011: 95).

A associação entre Barroso e o Curso de Museus estava relacionada ao efetivo controle que ele exercia sobre o que se ensinava e se transmitia aos alunos do curso, bem como às linhas de pensamento a serem seguidas e trabalhadas. Algo que pode ser verificado, inclusive, ao final de 1951, com o afastamento de Barroso da disciplina “Técnica de Museus”, considerada por ele como basilar para o curso. Ao ser afastado do ensino dessa disciplina, ele encaminhou, “para substituí-lo, sua ex-aluna e funcionária do MHN, Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, formada pela Turma de 1938” (SIQUEIRA, 2011: 92). Tal condição explicitava o anseio de Barroso para que as disciplinas fossem ministradas pelos egressos do próprio curso, de forma que houvesse uma continuidade de seu pensamento na instituição.

Até os anos 1970, o Curso de Museus foi o único centro formador de profissionais de museus com especialização específica na área, tornando-se uma referência nacional, cujos alunos diplomados atuavam também em instituições congêneres. Tamanha influência foi diminuindo ao longo do tempo, devido à “aposentadoria dos professores que foram alunos de Gustavo Barroso, que, aos poucos, foram substituídos por profissionais de outras áreas do conhecimento, como sociólogos e antropólogos” (MAGALHÃES, 2011: 25).

Dessa forma, é possível perceber que o próprio Barroso participou deliberadamente da elaboração de uma memória a seu respeito no interior do MHN e que deveria ser perpetuada pelos sujeitos formados por ele. Há uma evidente expectativa de criação e de consolidação de uma descendência e, talvez, por essa razão, os laços que uniam o diretor à instituição e aos funcionários pareciam exceder a dimensão profissional, assumindo tonalidades afetivas.

Após ficar quase dois meses exposta para visitação no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, a urna funerária contendo os restos mortais de Gustavo Barroso seguiu para Fortaleza, Ceará. Segundo o jornal *O Globo*, no dia 23 de dezembro, a urna funerária saiu do Museu Histórico, às 8h45min, com uma escolta dos Dragões da Independência, em direção à

Igreja Nossa Senhora de Bom Sucesso. Um aluno da Escola Naval “levava uma almofada, precedendo o cortejo, sobre a qual iam as medalhas dos Méritos Aeronáutico, Naval e Militar, da Ordem Nacional do Mérito e Dragões da Independência, das quais era titular o historiador”⁸⁸⁸. Na Igreja Nossa Senhora de Bom Sucesso foram realizadas as exéquias, pelo padre Cônego Francisco Freire e, ao final, “com os acompanhamentos de coro, foi celebrado o réquiem, com a presença dos membros da família do escritor”⁸⁸⁹. No adro da Igreja, o acadêmico Austregésilo de Ataíde afirmou que Gustavo Barroso iria empreender a “derradeira viagem”, indo receber em sua terra natal as “homenagens que só se prestam aqueles que se mostrarem merecedores da gratidão da pátria”⁸⁹⁰.

Em seguida, o cortejo seguiu em direção ao píer, “tendo à frente dois batedores do Departamento de Trânsito” e, atrás, em “uma kombi, seguiram alguns membros da família Barroso”, além de “grande número de veículos”⁸⁹¹. Conforme o jornal *O Globo*, todos “tiveram que acompanhar o préstimo, pois os Dragões da Independência ocuparam toda a rua, não permitindo a ultrapassagem de carros”⁸⁹². O trânsito ficou totalmente paralisado “durante a passagem da urna funerária, coberta com a bandeira do Brasil, na Avenida Presidente Antônio Carlos e Rua Primeiro de Março”⁸⁹³.

Chegando ao píer, a urna mortuária foi retirada do veículo, “um jipe do Exército”, enquanto a Banda do Corpo de Fuzileiros Navais executava a marcha fúnebre, de Chopin⁸⁹⁴. A urna, que tinha sido colocada na viatura “por soldados dos Dragões da Independência, foi colocada no navio por uma guarda de honra de marinheiros”⁸⁹⁵. Ao som da marcha Cisne Branco, os restos mortais seguiriam a bordo do contratorpedeiro “Pará”, comandado pelos Capitães-de-Fragata Décio Oliveira Guimarães e Ramon Gomes Leite, que conduziriam 300 tripulantes em direção a Fortaleza. Segundo o periódico *O Jornal*, “na belonave, foi colocado um pedestal coberto de veludo, sobre o qual viajam os restos mortais até Fortaleza”⁸⁹⁶.

O *Diário de Notícias* também divulgou o evento, informando que “os restos mortais do historiador Gustavo Barroso seguiram para o Ceará escoltados por um piquete dos Dragões da

⁸⁸⁸ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1965.

⁸⁸⁹ Idem.

⁸⁹⁰ *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1965.

⁸⁹¹ Idem.

⁸⁹² Idem.

⁸⁹³ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1965.

⁸⁹⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1965.

⁸⁹⁵ Idem.

⁸⁹⁶ Idem.

Independência”⁸⁹⁷. A transladação foi assistida por Antonieta Labouriau Barroso, viúva de Gustavo Barroso, seus filhos e netos. A cerimônia foi organizada por Clóvis Bornay, funcionário do Museu, e a transladação dos restos mortais de Gustavo Barroso foi estruturada por uma comissão por: Austregésilo de Ataíde, presidente da ABL; Cândido de Alencar Castelo Branco, irmão do Presidente da República; Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, presidente do STM; General Francisco de Azevedo Pondé, diretor do Arsenal de Guerra; Almirante Jorge do Passo Matoso Maia, Ex-Ministro da Marinha; Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do IHGB; Josué Montelo, presidente do MHN; Orlando Gomes Calaza, representante do Ministro da Educação; e Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil⁸⁹⁸.

A comissão organizadora do traslado possuía entre seus membros figuras representativas de instituições bastante diversas, que evocavam os distintos espaços onde Barroso transitou, refletindo a versatilidade de sua obra. Tais espaços eram seletos e disputados, o que os tornava um sinal de distinção social e mérito, representativos dos valores que Barroso cultivou em sua vida. Situação semelhante foi observada por Luigi Bonafé em sua investigação sobre os funerais de Joaquim Nabuco, ocorridos durante a Primeira República, compostos por um contingente heterogêneo e numeroso de entidades. Bonafé considera que, “mais importante do que sua popularidade, o que tais representações da sociedade civil atestam e tornam pública no ritual é a diversidade de valores simbólicos atribuídos à figura do ilustre morto” (BONAFÉ, 2008: 100). No caso de Barroso, representantes da Academia Brasileira de Letras estiveram presentes em todas as homenagens fúnebres, sugerindo os estreitos liames que vinculavam a memória do escritor à memória da instituição.

Algo menos evidente no que se refere ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujas ações não foram mencionadas nos relatos jornalísticos, apesar de o autor ter sido um dos sócios da instituição, além de ter publicado em sua revista. Embora a ausência de informações não deva ser tomada como atestado de que não houve um envolvimento da instituição, é importante tomá-la como indício de um investimento menor. Nessa época, o Instituto havia deixado de ser o principal espaço de produção do conhecimento histórico, como verificado no século XIX, passando a ser compreendido como um lugar ainda apegado às fórmulas tradicionais. As universidades passaram a ocupar o espaço que pertencia ao IHGB, tornando-

⁸⁹⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1965.

⁸⁹⁸ *Idem*.

se referências na produção historiográfica ao longo do século XX, especialmente após o intercâmbio com pesquisadores estrangeiros.

Em um primeiro momento, a presença de Pedro Calmon, enquanto reitor da Universidade do Brasil, poderia nos levar a supor uma acolhida de sua obra no meio acadêmico universitário. No entanto, a presença de Calmon deve ser considerada em função dos laços estabelecidos entre ele e Gustavo Barroso durante o período em que trabalhou no Museu Histórico sob a sua direção. Embora Barroso permanecesse como uma referência na área de Museologia até meados dos anos 1970, especialmente devido ao livro “Introdução à Técnica de Museus”, não é possível considerar que sua relevância se estendesse à área de história (SIQUEIRA, 2011: 87).

Para muitos de seus contemporâneos, sua produção histórica esteve mais próxima da literatura do que da história, enquanto outros a consideraram uma escrita bastante tradicional, ocupada com temáticas diferentes daquelas que o meio historiográfico se debruçava. No momento em que a *Escola dos Annales* incorporava novos métodos e novas abordagens ao fazer historiográfico, a escrita de Barroso permanecia essencialmente descritiva e militar. Se, no meio universitário, tal produção não obteve aceitação significativa, entre os militares essa situação foi diferente, uma vez que a editora do Exército se ocupou da reedição de suas obras. E seria entre as Forças Armadas que a comissão organizadora do traslado contaria o maior número de membros.

Com a manchete “Restos mortais de Gustavo Barroso já estão a caminho de Fortaleza”, a imprensa cearense anunciou a previsão do desembarque da urna mortuária para o dia 28 de dezembro⁸⁹⁹. O jornal *O Povo* informou que estavam sendo organizados os preparativos para a solenidade que se seguiria ao desembarque, planejadas para o dia 29 de dezembro, data que recordava o nascimento do escritor. O periódico registrou as homenagens organizadas no Rio de Janeiro, na véspera da viagem, que teriam sido marcadas por grande público, que celebrava a “derradeira viagem” do escritor, de volta à sua terra natal⁹⁰⁰. O *Correio do Ceará* também anunciou a expectativa pela chegada dos restos mortais de Gustavo Barroso, prevista para às 7 horas, no Porto Mucuripe⁹⁰¹.

⁸⁹⁹ *O Povo*, Fortaleza, 27 de dezembro de 1965.

⁹⁰⁰ *Idem*.

⁹⁰¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 27 de dezembro de 1965.

O jornal salientou que se tratava de um “pedido do próprio escritor”, para que fosse enterrado em sua cidade natal, na cripta do monumento erguido em sua homenagem⁹⁰². Para organizar os festejos em honra à memória de Barroso teria sido formada uma comissão e sua presidência entregue ao prefeito Murilo Mendes. As solenidades cívico-militares teriam como principal convidado o Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, além das “mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas” do Ceará⁹⁰³. Eram aguardados “grande número de intelectuais e estudantes”⁹⁰⁴.

Ao desembarcar do navio, a urna seguiu, “sob escolta formada por tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica e em carreta militar, para a Catedral”, onde foi realizada uma missa solene, rezada por Dom Raimundo de Castro e Silva⁹⁰⁵. Em seguida, o cortejo seguiu para a Praça do Liceu e, às 10 horas, teve início a solenidade oficial, tendo Luís Sucupira como orador do evento, escolhido para “falar em nome do Ceará e do seu povo”⁹⁰⁶. O comandante da embarcação “Pará” entregou a Antonieta Labouriau Barroso a “bandeira nacional que cobriu a urna funerária de seu esposo”, durante a viagem do Rio de Janeiro a Fortaleza⁹⁰⁷.

E foi, “sob um sol causticante, os suaves acordes de um toque militar fúnebre e os estrondos dos canhões do 10º Grupo de Obuses”, que os despojos mortais de Gustavo Barroso foram depositados na praça que levaria o seu nome⁹⁰⁸. O Presidente da República Castelo Branco, Antonieta Labouriau Barroso, o Governador do Estado e o Coronel Itiberê Gouveia do Amaral assistiram às homenagens prestadas ao autor de “Terra de Sol”. Depositada a urna funerária, o presidente Castelo Branco, “sob aplausos da multidão que assistia impassível à solenidade”, depositou um buquê de flores no túmulo do escritor⁹⁰⁹.

É importante a considerar que o afluxo de populares informado pela imprensa, não raro, constituía apenas um artifício retórico, não correspondendo ao número exato de participantes do evento (CARDOSO, 2003: 584). Nesse caso, é possível que a população tenha comparecido, de fato, às homenagens fúnebres a Barroso, em grande medida, devido à presença do presidente da República, acessível aos populares, algo incomum em uma região afastada da capital federal.

⁹⁰² Idem.

⁹⁰³ Idem.

⁹⁰⁴ Idem.

⁹⁰⁵ *Correio do Ceará*, 29 de dezembro de 1965.

⁹⁰⁶ Idem.

⁹⁰⁷ Idem.

⁹⁰⁸ Idem.

⁹⁰⁹ Idem.

O Nordeste veiculou uma matéria informando sobre o traslado dos restos mortais “do grande filho do Ceará”, destacando que a urna funerária foi transportada em um navio de guerra do Rio de Janeiro a Fortaleza⁹¹⁰. Isso porque “Gustavo foi, talvez, o escritor brasileiro que mais tenha enaltecido as nossas forças do mar”⁹¹¹. O periódico recordou que em seu livro de memória “Coração de Menino”, Barroso “lembra quadros da infância”, quando andava pelas praias cearenses, vendo construções de jangadas e pequenos barcos, que o levaram a desejar “muito seguir a carreira naval”⁹¹². Segundo o jornal, a sua obra “Tamandaré” seria um “poema em prosa à memória do Marquês de Tamandaré”⁹¹³. Suas realizações engrandeceriam a terra natal que, naquele dia, teria guardado “no próprio ventre, os seus ossos, o corpo do menino travesso” que, a despeito de tantas glórias, jamais esquecera Fortaleza⁹¹⁴.

A Memória de Gustavo Barroso nas Forças Armadas

A dedicação de Barroso à história militar proporcionou certo reconhecimento no interior das Forças Armadas, que lhe concederam, ainda em vida, como gesto de retribuição, as honras de General de Brigada. O projeto foi apresentado por Danton Coelho às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional e, em 23 de outubro de 1958, foi aprovado pelo Congresso Nacional. A justificativa apresentada foi a de que Gustavo Barroso “vem, desde sua mocidade, dedicando-se à história militar brasileira e é hoje, incontestavelmente, uma das maiores autoridades neste ramo da história do Brasil”⁹¹⁵. Outro fator que atestava o direito às honras pretendidas era o fato de Barroso ser também “biógrafo de imortais cabos de guerra do Brasil, como Caxias – Patrono do Exército Nacional”, além de ser o autor do projeto “que se convertera na lei que criou o atual Regimento de Dragões da Independência”⁹¹⁶.

O texto mencionava ainda o destaque concedido aos assuntos militares, principalmente ao Exército, “desde o início do Museu Histórico Nacional, criado há mais de trinta anos por sua inspiração, a parte atinente às coisas militares”⁹¹⁷. Os argumentos apresentados solicitavam a “justa concessão das honras de General a esse grande entusiasta de nossa história militar e dos nossos grandes cabos de guerra”, como uma “recompensa à sua perseverante dedicação às

⁹¹⁰ *O Nordeste*, Fortaleza, 01 de janeiro de 1966.

⁹¹¹ Idem.

⁹¹² Idem.

⁹¹³ Idem.

⁹¹⁴ Idem.

⁹¹⁵ *Diário do Congresso Nacional*. Projeto N. 4.660, de 23 de outubro de 1958.

⁹¹⁶ Idem.

⁹¹⁷ Idem.

causas de interesse do Exército Nacional”.⁹¹⁸ Tal homenagem seria, ainda, uma demonstração do reconhecimento nacional ao “militar sem farda”, tantas vezes condecorado por ordens e governos internacionais por suas atividades.

O Projeto de Lei foi considerado uma homenagem “inteiramente justa” pelo General Umberto Peregrino, diretor da Biblioteca do Exército, que afirmou que, “mais do que General, Marechal seria o autor de ‘O Brasil em face do Prata’”⁹¹⁹. Peregrino, ao mencionar as obras de caráter histórico, destacou os estudos sobre os uniformes militares, assim como o livro “História Militar do Brasil”, que “continua a ser obra de grande valia no gênero”⁹²⁰. Sobre a dedicação de Barroso ao passado militar, Peregrino asseverou não haver “ninguém melhor conhecedor das nossas jornadas de glória, ninguém mais ardorosamente consagrado à defesa dos nossos feitos guerreiros, ninguém mais afeiçoado às nossas tradições militares”⁹²¹. Atributos que motivaram o Exército a “reconhecer-lhe tudo isso”, sendo “franca e calorosamente solidário com as homenagens que ora lhe prestam”, resultado de uma trajetória de “setenta anos de vida limpa, laboriosa, ilustre e vitoriosa”⁹²².

Ao longo de sua trajetória profissional, Barroso reuniu mais de cem diplomas que foram depositados no MHN, organizados em três categorias: diplomas de medalhas, diplomas de condecorações e certificados diversos⁹²³. Desse total, 46 diplomas foram concedidos por instituições estrangeiras e 17 estavam diretamente relacionados às Forças Armadas. Entre eles, constava o diploma da Medalha Comemorativa do Sesquicentenário do Arquivo do Exército, concedido durante a comemoração do septuagésimo aniversário do escritor, festejado no Museu Histórico Nacional. Nessa ocasião, o Coronel Arcy da Rocha Nóbrega, secretário do Ministério da Guerra, “reconheceu publicamente que o Exército muito deve ao ‘soldado de alma e coração, civil porque não veste farda’”⁹²⁴. O secretário “enunciou os inumeráveis serviços” prestados pelo “historiador honesto” ao Exército Brasileiro⁹²⁵. Informou que a “Esquematização da História Militar do Brasil” que planejou, “para ser uma verdadeira Enciclopédia do Exército Brasileiro”, estava em “plena realização pela Biblioteca do Exército”⁹²⁶. Ao afinal, reafirmou a dívida do Exército àquele que, “à paisana, integra suas

⁹¹⁸ Idem.

⁹¹⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1958.

⁹²⁰ Idem.

⁹²¹ Idem.

⁹²² Idem.

⁹²³ Processos de Entrada de Acervo. Proc. nº 01/60, Museu Histórico Nacional, 1960.

⁹²⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

⁹²⁵ Idem.

⁹²⁶ Idem.

fileiras espirituais e delas jamais se afastou”, de tal forma que “suas ideias e sugestões vingam sempre”, pois “o Exército não o esquece”⁹²⁷. Barroso foi o primeiro civil a receber a medalha.

O Ministro Matoso Maia também compareceu à solenidade no Museu Histórico Nacional, ocasião em que entregou “ao escritor a condecoração máxima que a Marinha de Guerra lhe concedia”⁹²⁸. A Biblioteca do Exército prestou tributo a Barroso, inaugurando uma exposição no Palácio da Guerra com livros, cartas, documentos e objetos do escritor⁹²⁹. O General Batista Matos afirmou que Barroso “muito tem feito pelo Exército com suas obras”, que demonstram um “nacionalismo muito diferente do que hoje se ensaia”, sem “intuitos demagógicos e eleitoreiros”⁹³⁰. Em resposta, Barroso agradeceu à homenagem que, de todas as que foram prestadas, “era aquela a que mais emocionava porque era chamado de militar, dentro de um prédio militar”⁹³¹. Após recordar a infância, quando desejava seguir a carreira militar, o escritor afirmou sua confiança no futuro do país, que desejava ver “caminhando a passos de gigante”, momento em que seus “ossos na sepultura tremerão de prazer”⁹³².

As relações de Barroso com a Biblioteca do Exército vinham de longa data e foram especialmente fortalecidas ao longo da década de 1950, quando o General Umberto Peregrino assumiu a direção da instituição⁹³³. Entre os meses de março e abril de 1952, a Editora da Biblioteca do Exército publicou o livro “O Brasil em Face do Prata”, de Gustavo Barroso⁹³⁴. Alguns anos depois, lançou o livro “Osório: o homem, o soldado, o político e o parlamentar”, que Barroso publicou em coautoria com Umberto Peregrino e R. Magalhães Júnior⁹³⁵. Além disso, Barroso foi o prefaciador da obra “Fortificações do Brasil”, de autoria do Coronel Annibal Barreto, publicada pela editora da Biblioteca do Exército, em 1958⁹³⁶.

⁹²⁷ Idem.

⁹²⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

⁹²⁹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1958.

⁹³⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

⁹³¹ Idem.

⁹³² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1959.

⁹³³ A Biblioteca do Exército descende, em alguma medida, da Biblioteca Militar, inaugurada durante a monarquia. Oficialmente, a Biblioteca foi fundada em 1881, pelo então Ministro da Guerra, Franklin Dória, o barão de Loreto. Desde então, suas atividades se limitaram ao empréstimo de obras militares e da literatura mundial, e, somente em 1937, ela se tornou uma editora. Nessa época, a Biblioteca se tornou “um mecanismo utilizado pelo Exército no processo de construção de sua identidade social e também em sua afirmação como corporação”, especialmente porque, “para os oficiais que estiveram à frente dos novos órgãos do Exército nos anos 1930, o Exército possuía a tarefa de educar e civilizar o país” (BERKOWICZ, 2014: 118). O general Umberto Peregrino foi diretor da instituição entre 1950 e 1960 e, em meados de 1980, com idade avançada, escreveu “História da Biblioteca do Exército”. Hoje denominada Biblioteca do Exército Editora – Bibliex – esta instituição continua em plena atividade editorial.

⁹³⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1953.

⁹³⁵ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1959.

⁹³⁶ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1958.

Nessa época, Barroso era um escritor consagrado e experiente. Em sua última década de vida, recebeu muitos convites e, entre eles, consta a solicitação para participar da elaboração de um número da *Revue Internationale d'Histoire Militaire*. Dedicada às Forças Armadas brasileiras, essa edição teve, como seus principais organizadores, o General Antônio de Souza Júnior e o Coronel Ivano Gomes⁹³⁷. Esse número da revista ficou a cargo da 5ª seção da Subchefia Executiva do Estado-Maior do Exército e apresentou “farta colaboração sobre a evolução das Forças Armadas”⁹³⁸. Tal produção atendia a um pedido da “Comission d’Histoire Militaire Comparée”, feito à Embaixada do Brasil na França. E, ao final do ano de 1952, “sob os auspícios e responsabilidade do Exército”, o governo do Brasil publicou um número da *Revue Internationale d'Histoire Militaire*⁹³⁹. Entre seus colaboradores, constava o nome de Gustavo Barroso, cujo estudo versava sobre a “A Armaria do Museu Histórico Nacional”⁹⁴⁰.

O escritor foi convidado pela Biblioteca do Exército para participar como orador da solenidade inaugural da Exposição Venezuelana⁹⁴¹, organizada por Josefina de Almeida, fundadora da Biblioteca Venezuelana no Rio de Janeiro⁹⁴². A presença de Barroso na Biblioteca do Exército foi constante ao longo do ano de 1956, especialmente devido ao Prêmio General Tasso Fragoso, criado pela instituição e que concedia o valor de Cr\$50.000,00 ao ganhador⁹⁴³. O Prêmio era destinado a estudo inédito de “cultura militar” e constava, na comissão julgadora do evento, o nome de Gustavo Barroso e do General Humberto Castelo Branco, além de outras personalidades estudiosas dos assuntos militares⁹⁴⁴.

A entrega do prêmio ocorreu em janeiro do ano seguinte, quando a instituição comemorou o aniversário de sua fundação, em 1882, com o lançamento do primeiro volume da reedição da obra “História da Guerra entre e Tríplice Aliança e o Paraguai”, do General Tasso Fragoso. No programa das festividades estava previsto que Gustavo Barroso faria a saudação aos autores premiados e, em seguida, o General Humberto Castelo Branco faria o discurso oficial alusivo à nova edição da obra⁹⁴⁵. O diretor da Biblioteca, Umberto Peregrino, “expediu convites às autoridades civis e militares e à imprensa para assistirem à referida solenidade”

⁹³⁷ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1953.

⁹³⁸ *Idem*.

⁹³⁹ *Idem*.

⁹⁴⁰ *Idem*.

⁹⁴¹ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1956.

⁹⁴² *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de maio de 1956.

⁹⁴³ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1956.

⁹⁴⁴ *Idem*.

⁹⁴⁵ *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1956.

que, embora comportasse a presença de civis, demonstrava abertamente a tipologia do estrato social que ambicionava reunir⁹⁴⁶. Em reunião secreta na Biblioteca do Exército, a comissão julgadora classificou em primeiro lugar o trabalho do General Estevão Leitão de Carvalho, intitulado “A Paz do Chaco”, e concedeu menções honrosas aos trabalhos classificados em segundo e terceiro lugares.

Gustavo Barroso foi convidado para proferir uma conferência no auditório da Biblioteca do Exército. A solenidade fazia parte de um conjunto de comemorações pelo sesquicentenário do nascimento de Osório, planejadas para ocorrer em maio de 1958, sob a denominação de “Semana de Osório”. A instituição decidiu organizar um “Curso sobre Osório”, com três conferências e, em cada uma delas, “se focalizava aspecto distinto da personalidade de Osório”⁹⁴⁷. A conferência “O soldado” foi pronunciada por Barroso; “O homem”, pelo General Umberto Peregrino; e “O político e o estadista”, pelo acadêmico R. Magalhães Júnior⁹⁴⁸. Todas as conferências tiveram “assistência numerosa e interessada”⁹⁴⁹. É importante ressaltar que o evento foi organizado por uma instituição militar e realizado em um prédio militar, no entanto, coube a um historiador civil a responsabilidade de apresentar a feição militar de uma das principais figuras da história militar nacional. Tal aspecto merece ser realçado no intuito de compreender a importância que Barroso foi adquirindo no interior das Forças Armadas, chegando, até mesmo, a falar sobre eles e por eles, em espaços que são, inclusive, interditados à maioria dos civis.

Acerca da palestra, Barroso relatou ao *Jornal do Brasil* que “falar de Osório é falar das muitas batalhas que ele venceu”, feitos que o tornaram um “soldado admirável”, o que se pode perceber “desde o seu ingresso na tropa aos 15 anos, até o ápice de sua carreira, quando, com 71 anos, recebeu do Brasil as mais altas homenagens”⁹⁵⁰. As festividades do presente eram, aos seus olhos, resultado de “veneração e respeito, prêmio de uma vida inteira dedicada à sua pátria”⁹⁵¹. Conforme Barroso, um dos maiores feitos de Osório foi a organização dos Voluntários da Pátria, quando estava aquartelado em território argentino e se apresentaram “homens vindos de todos os pontos de nosso território”⁹⁵². Apenas civis, “não conheciam nada da vida militar” e, desses civis, Osório “formou 76 batalhões de soldados valentes e

⁹⁴⁶ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1956.

⁹⁴⁷ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1958.

⁹⁴⁸ *Idem*.

⁹⁴⁹ *Idem*.

⁹⁵⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 de maio de 1958.

⁹⁵¹ *Idem*.

⁹⁵² *Idem*.

fortes, que cobriram de glória a história do Brasil”⁹⁵³. Para além da parcialidade quanto à atuação brasileira na Guerra do Paraguai, é interessante notar a percepção de Osório como uma liderança educativa e formadora. Valores que se estenderiam ao presente, disseminando uma versão das Forças Armadas como instituições dedicadas ao aperfeiçoamento técnico e moral da nação.

A dedicação de Barroso às Forças Armadas foi tematizada por Antônio da Silva Melo, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, quando passou a ocupar a vaga deixada por Gustavo Barroso. Ao traçar o elogio de seu antecessor, o acadêmico afirmou que Barroso seria o “escritor brasileiro que mais estudou e exaltou as nossas tradições militares”⁹⁵⁴. Inclusive porque “ele, anonimamente, procurou colaborar na reforma dos uniformes do Exército, efetuada em 1907”⁹⁵⁵. Nessa época, Barroso teria auxiliado “enviando ao Ministério da Guerra, pelo correio, uma série de desenhos com projetos de fardamento, tendo sido aceitas algumas de suas sugestões”⁹⁵⁶. O orador consideraria que “a obra máxima de Gustavo Barroso, que foi a criação do Museu Histórico, veio, sem a menor dúvida, da sua vocação militar”, o que poderia ser observado em seus textos em defesa das tradições militares⁹⁵⁷.

O Curso de Museus, que funcionava nas dependências do MHN, possuía em seu currículo a disciplina história militar do Brasil, ministrada por Barroso que, além de lecionar as aulas, elaborou um conjunto de textos que deveria funcionar como material de apoio. Posteriormente, esses textos foram compilados na obra “História Militar do Brasil”. Após a morte de Barroso, o General Umberto Peregrino reivindicou a cadeira para as Forças Armadas, informando o desejo de que o Exército indicasse “aquele que, capacitado intelectualmente para lecionar a matéria, pudesse fazê-lo dentro do espírito desejável, isto é, valorizando as nossas tradições militares e extraíndo delas saudáveis ensinamentos cívicos”⁹⁵⁸. Peregrino temia que a disciplina caísse sob o “domínio de algum professor que não tivesse no devido apreço as nossas tradições militares, nem considerasse com justiça o papel histórico das Forças Armadas”⁹⁵⁹.

O contra-almirante César Augusto Machado de Fonseca, diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha, dirigiu uma carta a Peregrino considerando que “a história militar se

⁹⁵³ Idem.

⁹⁵⁴ *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1961.

⁹⁵⁵ Idem.

⁹⁵⁶ Idem.

⁹⁵⁷ Idem.

⁹⁵⁸ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1960.

⁹⁵⁹ Idem.

desenvolve pelos três setores distintos de que se compõem as Forças Armadas”, de tal forma que lhe parecia justo “entregar o ensino de cada um daqueles setores aos historiadores que neles se especializassem, indicados pelos respectivos Estados-Maiores”⁹⁶⁰. E ainda, o curso deveria “ministrar a história militar universal”⁹⁶¹. Por outro lado, por se tratar de uma instituição civil em que o ensino deveria ser ministrado por um único professor, o missivista aconselhou que fosse realizado um “concurso com a participação de civis e militares”⁹⁶². A questão teve fim com a informação de que não se tratava de uma cátedra, mas apenas de aulas, cujo professor recrutado atuava sob a condição de “extra-numerário”⁹⁶³. Dessa forma, com a morte de Barroso e a extinção dos “extra-numerários”, a cadeira deveria ser extinta⁹⁶⁴.

A disciplina foi inserida no currículo por Barroso e, no terceiro ano, os alunos recebiam aulas sobre história militar e naval do Brasil, que priorizavam a história do armamento (armas, fortalezas e navios - na Colônia, no Império e na República). A principal queixa era a de que a disciplina contava com 28 aulas, sendo apenas 4 delas destinadas a temas específicos da Marinha. Assim, o curso, que foi ministrado pelo “ilustre e saudoso historiador”, carecia de reorganizações orientadas pelos “especialistas”, pois parecia “óbvia” a necessidade de dar a ele, “no futuro, organização mais lógica e produtiva”⁹⁶⁵. Dessa maneira, é possível perceber que, tanto o currículo do curso quanto a organização das disciplinas, eram resultado de inclinações e veleidades de Barroso.

Barroso orquestrava praticamente todas atividades empreendidas no âmbito do Museu Histórico e muitas iniciativas assumiam um caráter acentuadamente pessoal, como resultado das alianças que o diretor buscou reunir ao longo de sua trajetória profissional. Cumpre ressaltar que essas alianças eram cultivadas nas instâncias pessoais e profissionais, de tal forma que não é possível precisar os limites entre a intimidade e a vida pública de Barroso. Tais laços possibilitaram ganhos para o Museu, tanto pelas vultosas coleções ofertadas por famílias abastadas, quanto pelas organizações que passaram a contar com o MHN na composição de atividades conjuntamente. Após o falecimento de Barroso, tais organizações mantiveram suas relações com o Museu. A esse respeito, merece destaque a instituição do Prêmio na Escola Naval, criado no final da década de 1960, na Gestão Léo Fonseca e Silva, e instituído na década de 1970, através do convênio entre o MHN e a Escola Naval. “O prêmio

⁹⁶⁰ Idem.

⁹⁶¹ Idem.

⁹⁶² Idem.

⁹⁶³ Idem.

⁹⁶⁴ Idem.

⁹⁶⁵ Idem.

era constituído de um espadim, de modo que era conferido aos alunos do 3º ano que estivessem matriculados na Seção de Museus Históricos e obtivessem a maior nota na disciplina História Militar e Naval” (SIQUEIRA, 2011: 94).

A Biblioteca do Exército manteve a avaliação positiva da obra de Barroso e, na ocasião de sua morte, recordou que, “recentemente”, ele foi o “orador oficial na abertura da solenidade de transladação dos despojos de Deodoro para o monumento da Praça Paris”⁹⁶⁶. Nesse evento, o escritor “produziu discurso notável em que dava definitiva interpretação da questão militar”, de tal forma que sua morte “desfalca as letras militares de um dos escritores que lhe deram mais numerosa e expressiva contribuição”⁹⁶⁷. Da Biblioteca do Exército, Barroso era “o ilustre pesquisador da nossa história militar”, além de “grande amigo, que lhe prestigiava a ação calorosamente”⁹⁶⁸. A obra “História Militar do Brasil” ocupava, na perspectiva da instituição, “lugar até agora insubstituível na bibliografia militar brasileira, como especial é o sabor do retrato que compôs de Osório”⁹⁶⁹. Acerca de sua vasta produção, os redatores comentaram que, “embora tenha sido romancista, contista, folclorista, historiador, eram os temas de história militar que mais assiduamente o atraíam”⁹⁷⁰. Ao final, a reportagem listou as obras de história militar, os pseudônimos usados por Barroso e “as obras que considerava as principais da sua copiosa bagagem intelectual”⁹⁷¹.

Pelo que foi exposto até o momento, é possível perceber que Gustavo Barroso foi alinhavando relações com setores militares diversos ao longo de sua trajetória. Desde os projetos apresentados à Câmara dos Deputados, ainda em 1917, até os convites para atuar como orador oficial da Biblioteca do Exército, a temática militar foi uma constante em sua atuação profissional. Tanto na criação do Museu Histórico Nacional, pensado inicialmente como um museu militar, quanto na cadeira de história militar do Curso de Museus, ou mesmo na chefia das milícias integralistas, Barroso foi um intelectual dedicado à história militar. Se tal dedicação era fruto de uma inclinação natural desde a infância, urdida por meio de um devotamento e destituída de interesses mundanos, como o próprio autor insistiu várias vezes, não nos cabe julgar. Contudo, é importante assinalar que essa afeição “desinteressada” oportunizou retornos significativos, tanto do ponto de vista simbólico, por meio de

⁹⁶⁶ *Biblioteca do Exército*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1959.

⁹⁶⁷ Idem.

⁹⁶⁸ Idem.

⁹⁶⁹ Idem.

⁹⁷⁰ Idem.

⁹⁷¹ Idem.

condecorações, quanto pela oportunidade de publicar suas obras junto a uma editora prestigiada entre os militares.

De forma bastante velada, era por meio dessas trocas de elogios que os “espaços” se abriam. Espaços interditados à maioria dos civis e que denotavam prestígio, algo que Barroso ambicionava, além da autoridade que passava a gozar ao falar por uma instituição que era emblema de autoridade e tradição. Essa “troca de favores”, que fazem lembrar a noção de dádiva, foi algo fortemente presente na trajetória de Barroso e que ele soube mobilizar com relativo sucesso, talvez por se tratar de um hábito arraigado nos segmentos tradicionais da sociedade brasileira. Grupos que reivindicavam a observância de determinados códigos de conduta típicos de uma sociedade nobiliárquica que, mesmo décadas após o fim do Império, permanecia saudosa desses elementos de distinção. Essa dinâmica simbólica foi mobilizada por Barroso de forma evidente na aquisição de coleções para o Museu Histórico e de maneira não menos expressiva em suas investidas junto às Forças Armadas. Embora em contextos históricos diversos, o sepultamento e a transladação ofereceram a Barroso o “retorno simbólico” de uma “dívida” que as Forças Armadas contraíram com o “militar sem farda”.

É importante recordar que a ritualística empregada durante a transladação dos restos mortais de Gustavo Barroso esteve bastante próxima das características que marcaram os funerais de presidentes militares do pós-1964. Nesse caso, o caráter apoteótico do evento estaria “mais relacionado à suntuosidade e à rígida ordenação cerimonial do que à consagração popular, em vários casos pretensamente sobrepujada pela pomposidade do arsenal cívico-militar mobilizado” (MARCELINO, 2015: 269). No caso de Barroso, chama a atenção o fato de ter recebido “honras de chefe de Estado”, inclusive a presença do presidente da República e autoridades, sem ter ocupado esse posto ao longo de sua trajetória pública. Segundo Gonçalves (2000: 247), durante a Primeira República, várias personalidades tiveram os funerais pagos pelo Estado, mas poucos, como Rui Barbosa e Rio Branco, tiveram honras de chefe de Estado sem o ser. Além disso, seu funeral contou com “honras militares”, o que tornou o ritual ainda mais suntuoso, do ponto de vista simbólico, embora Barroso nunca tenha pertencido às Forças Armadas. Tais elementos sugerem uma enorme disposição dos poderes instituídos em favor da sua “consagração cívica”, dando o tom de uma festa nacional.

Os funerais de ex-presidentes da República civis ocorridos nesse período receberam um investimento simbólico menor se comparados ao de Barroso, ao menos do ponto de vista do aparato cívico-militar empregado pelos organizadores. As exéquias de Juscelino Kubitschek e de João Goulart foram exemplos de casos em que o “afastamento compulsório da vida pública

seria um elemento marcante, assim como a intransigência do governo militar para evitar a elaboração de faustosos funerais” (MARCELINO, 2015: 257). Nesses funerais, os “populares se tornariam claramente o elemento principal, conformando-se como atores fundamentais na ressignificação dos aspectos próprios ao cerimonial”. (MARCELINO, 2015: 257). No sepultamento de Juscelino Kubitschek não havia qualquer representante do governo e no caso de João Goulart, além de não decretar luto oficial, o governo impediu que seu velório fosse realizado nas grandes cidades e proibiu a veiculação de maiores informações sobre sua vida pública na imprensa⁹⁷².

Segundo Douglas Attila Marcelino (2015: 263), João Goulart seria o “único presidente do pós-1930 a não contar com qualquer cerimonial oficial de homenagem a um chefe de Estado”. Várias iniciativas do governo demonstravam a intenção de esvaziar o sentido simbólico daquele evento. Atitudes que destoam da atenção concedida a Barroso, em duas ocasiões, tanto em seu sepultamento no Rio de Janeiro, quando no traslado para Fortaleza. Em ambos os eventos, os presidentes da República estiveram presentes e foram realizadas honras militares, com tiros de canhões e toques de clarim. Os Dragões da Independência carregaram a urna funerária, gesto que não foi dispensado a nenhum civil e, inclusive, a nenhum dos ex-presidentes mencionados.

Outro elemento que sobressai nos funerais de Barroso é a organização da comissão responsável pela transladação dos restos mortais, composta na sua quase totalidade por militares de alta patente, incluindo o irmão do presidente da República, o que parecia reforçar ainda mais a aparência de “honras de chefe de Estado”. A título de comparação, é interessante recordar o processo de traslado dos despojos de Pedro II e Teresa Cristina, ocorrido na década de 1920, quanto coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro organizar as exéquias. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2009: 78), naquela ocasião, temia-se que o evento tomasse a conotação de um tributo à extinta monarquia, o que levou as autoridades do governo a manterem um distanciamento “estrategicamente calculado”.

Inclusive, o presidente da República Epitácio Pessoa, que se mostrou interessado na revogação do banimento da família imperial e no repatriamento dos despojos mortais dos imperadores, não compareceu às exéquias. Ao conferir ao IHGB a organização das exéquias “evitava-se que o funeral se confundisse com uma questão de Estado” (GUIMARÃES, 2009:

⁹⁷² No funeral de Castelo Branco, primeiro ex-presidente militar a ser sepultado no pós-1964, é possível observar diferentes formas de aparição e de representação do poder, sobressaindo elementos que “ênfatizam a hierarquia e a forma solene de lidar com ele” (MARCELINO, 2015: 272).

77). Desse modo, torna-se ainda mais evidente o quanto os funerais podem tocar em questões sensíveis no imaginário político e, exatamente por isso, a participação ativa dos militares na organização do translado dos restos mortais de Barroso informa sobre o quanto eles estavam comprometidos com o ritual.

A comissão organizadora acabou conferindo um claro acento militar ao evento. A esse respeito, Roberto da Matta (1996: 56), em seu estudo sobre os três modos básicos por meio dos quais se pode ritualizar no mundo brasileiro (a procissão, a parada militar e o carnaval), demonstra que, nos eventos organizados pelas Forças Armadas, o ritual assume “um princípio organizatório hierárquico”. Além da hierarquia, nesses eventos são acentuadas as noções de ordem, solenidade e respeito. No caso de Barroso, é possível notar o reforço da hierarquia, evidente na centralidade conferida às autoridades, que são as condutoras do evento, reservando pouco espaço para a intimidade.

Desde a exumação dos restos mortais e a exposição no Museu Histórico até a transladação e a deposição da urna funerária no monumento ao escritor, é possível notar um ritual “rigidamente” organizado sem uma orientação evidente da família. A esposa e os filhos participaram do evento em uma posição bastante passiva, na condição de convidados que assistem ao ritual e não na situação daqueles que assumem a direção dele. Tal condição não implica na falta de importância dos familiares na solenidade, uma vez que são frequentemente mencionados e a viúva tem sua presença registrada nas fotografias ao lado das autoridades.

Ao mencionarmos a posição da família nesses relatos, desejamos, fundamentalmente, explicitar que os organizadores afastaram a ideia de uma cerimônia íntima, conferindo um caráter acentuadamente público à solenidade. Tal desejo por publicidade é, de fato, o que nos interessa. Uma hipótese a ser considerada é a de que, durante os eventos, os valores cultivados por determinadas instâncias da sociedade foram intensificados, pois mais que elogiar o morto, os oradores louvaram seus lugares de pertencimento. Espaços consagrados até o começo dos anos 1920, como a Academia Brasileira de Letras, não gozavam do mesmo prestígio durante a década de 1960. Assim, a promessa de imortalidade conferida pela instituição encontrava o momento adequado para se afirmar.

Nesse sentido, é importante considerar que, apesar da pluralidade de atores presentes na cerimônia fúnebre, “as decisões sobre onde, quando e como eles tomariam lugar neste *ritual cívico* republicano cabiam aos promotores da encenação” (BONAFÉ, 2008: 102). Havia grande investimento no caráter militar da obra de Barroso, aspecto valorizado tanto pelos

discursos pronunciados durante o funeral e pelas notas publicadas pela imprensa, quanto pela participação dos militares no féretro. A análise dessa questão deve levar em consideração o contexto em que a transladação ocorreu e, fundamentalmente, o valor da obra de Barroso para as Forças Armadas. Tratava-se de um “pensador” que, ao longo de sua vida, adquiriu notoriedade entre os militares como porta-voz de sua história e de seus emblemas, além de ter se intitulado como guardião de suas tradições. As honrarias concedidas pelas Forças Armadas ao longo de sua vida seriam um atestado de que não eram indiferentes ao seu esforço e, inclusive, o simbolismo que cercava esses rituais de reconhecimento remetia a valores divulgados por Barroso. Cumpre recordar que, ao desembarcar em Fortaleza, a urna funerária foi saudada por militares das três Armas, algo inédito nos funerais civis.

Ao dedicar a Barroso as honras repletas do simbólico que ele tanto valorizou em vida, as Forças Armadas, ao mesmo tempo, expunham o poder que lhes era inerente. Tal esforço nos faz crer que havia forte interesse dos militares, no momento em que ocupavam o poder, em reconhecer os investimentos de Barroso e, sobretudo, em ostentar poder. Assim, é possível que as instituições militares tenham assumido uma participação ativa no funeral como uma estratégia de autopromoção, afinal, Barroso era um autor relativamente conhecido e com uma produção abundante. A transladação parece ainda mais adornada do ponto de vista simbólico. Tal investimento nos leva a considerar a hipótese de que, ao mobilizar suas forças e seu aparato simbólico, as instituições militares estabelecidas no poder louvavam a si mesmas.

A esse respeito, é importante recorrer à investigação conduzida por David Cannadine sobre os rituais da monarquia britânica – seus sentidos e suas transformações. Cannadine (2015: 190) demonstra que, embora os britânicos se considerem bons organizadores de rituais, “porque sempre o foram”, as provas históricas atestam o contrário. Na verdade, novos rituais foram inventados e as antigas cerimônias foram adaptadas, de maneira a proporcionar a impressão de “estabilidade em períodos de mudanças internas, e de continuidade e conforto em tempos de tensão e declínio internacional” (CANNADINE, 2015: 190).

Por essa via de análise, ao organizar o cerimonial de transladação, seis anos após o falecimento de Barroso, as Forças Armadas poderiam ambicionar trazer à lembrança uma figura que estivesse um pouco esquecida. Nessa perspectiva, Barroso representaria um alicerce que precisava ser cultivado, afinal, naqueles primeiros momentos do governo militar, poderia ser interessante divulgar um autor cuja obra constituía um elogio às Forças Armadas, tornando-se necessário reavivá-la. Talvez, as forças políticas instituídas, por carecerem de

legitimidade, almejassem despertar alguma forma de apoio popular, a partir da popularidade de determinadas personalidades que lhes eram favoráveis.

Esse “contrato simbólico”, em que o poder instituído era reafirmado à medida em que evocava a memória do autor, poderia ser uma explicação para a disponibilidade de Castelo Branco para ir à Fortaleza e interromper o seu “descanso e visita a parentes” para “assistir a chegada dos restos mortais do escritor”⁹⁷³. O que se percebe nos jornais do período é uma tentativa constante de enaltecer a figura de Barroso anos após a sua morte. Além das matérias jornalísticas reconstituindo positivamente sua biografia, alguns eventos foram organizados pelas instituições das quais Barroso fizera parte, contribuindo para essa evocação memorialística.

Na historiografia militar, Barroso foi reconhecido como uma importante referência pelo General Francisco de Paula Cidade, diretor da *Revista Militar Brasileira*, que, em sua obra “Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira”, publicada em 1959, considerou Gustavo Barroso como “um velho historiador e apaixonado de nossas glórias militares” (CIDADE, 1998: 526). Segundo Paula Cidade, o maior mérito de Barroso seria a criação do Museu Histórico Nacional, “onde os estudiosos encontram coleções que são únicas em nosso país” e que incluem armamentos usados em “todas as nossas guerras do passado” (CIDADE, 1998: 526). O Museu que “ele criou, quase sem o auxílio do tesouro”, configurava uma “obra magnífica” que, aos seus olhos, era, “na sua parte militar, superior ao famoso Museu Militar de Madrid” (CIDADE, 1998: 526).

Ainda conforme Paula Cidade, outra importante contribuição de Barroso foi o livro “Uniformes do Exército Brasileiro”, estudo das “sucessivas transformações de nosso Exército”, trabalho que “antes e depois dele outros já tentaram realizar, sem que até hoje se possa considerar completa” (CIDADE, 1998: 526). Mais importante do que a parte atinente aos uniformes, o essencial do livro seria o “estudo das tradições e do espírito utilitário ou de imitação, que presidiu à introdução em nosso Exército de determinado tipo de uniforme” (CIDADE, 1998: 526). Dessa maneira, Barroso acabou por produzir “um trabalho excelente, pois fixou orientações gerais e particularidades” (CIDADE, 1998: 526). Essas interpretações a respeito da obra de Barroso permaneceram nas edições sucessivas do livro de Paula Cidade, contribuindo para que Barroso permanecesse como um autor respeitado no âmbito das Forças Armadas.

⁹⁷³ *A Gazeta Esportiva*, São Paulo, 27 de dezembro de 1965.

No começo dos anos 2000, a Editora da Biblioteca do Exército publicou uma nova edição da obra “História Militar do Brasil” (originalmente publicada em 1938), o que demonstra a permanente acolhida de sua produção entre os militares. É curioso notar que, nessa mesma época, o Programa Editorial Casa José de Alencar, mantido pela Universidade Federal do Ceará, reeditou as biografias de militares produzidas por Barroso, como parte da Coleção Alagadiço Novo. A proposta desse projeto, idealizado por Antônio Martins Filho, foi reproduzir trabalhos de autores cearenses, iniciando com a edição e publicação de “Iracema”, de José de Alencar, em 1983. A Coleção foi encerrada com a veiculação de “O povoamento da solidão”, de José Costa Matos, no ano de 2002.

Ao todo, foram produzidos 308 livros pela Imprensa Universitária, o que nos leva a considerar a pertinência dos estudos de Barroso em outros espaços, para além daqueles estritamente militares. Se a inserção do nome de Barroso nessa coleção se devesse ao fato de se tratar de um autor nacionalmente reconhecido, cuja produção contemplava temáticas cearenses, a escolha dos livros de “sociologia sertaneja”, como “Terra de Sol” ou “Ao Som da Viola”, seriam mais compreensíveis. Contudo, a preferência pela reimpressão das biografias militares nos permite considerar que sua historiografia militar ainda possui um público leitor, formado não apenas por militares.

A coletânea “Nova História Militar Brasileira”, organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay e publicada em 2004, apresentou um conjunto de textos com um olhar mais atento às relações entre as instituições militares e as demais esferas da sociedade. Segundo os autores, o que atualmente é considerado como história militar tradicional, “os estudos minuciosamente documentados das instituições, guerras, campanhas, batalhas e táticas, apareceu pela primeira vez no Brasil nos anos 1890, alcançando seu apogeu na primeira metade do século XX” (CASTRO et al. 2004: 13). Este seria o “território de historiadores militares e, ocasionalmente civis” que, durante as décadas de 1910 e 1920, foram atraídos pelos “aspectos românticos e patrióticos da história militar” (CASTRO et al. 2004: 15). Entre esses autores, foi incluído Gustavo Barroso, “a quem o Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro deve a sua enorme coleção de *militaria*”, autor que “publicou uma série de histórias anedóticas das campanhas militares, além de uma *História militar do Brasil*, assim colaborando também para a ressurreição de antigas tradições militares” (CASTRO et al. 2004: 15).

Nesse sentido, é interessante notar que, apesar das transformações historiográficas ocorridas nas últimas décadas, que colocaram em foco setores das Forças Armadas percebidos como

subalternos até então, como os homossexuais e as mulheres, a produção de Barroso passou por reedições significativas, apesar de seu viés assumidamente tradicional. Por essa via, cumpre refletir acerca da continuidade de determinadas visões de mundo disseminadas por Barroso no imaginário social. Vale ressaltar a retomada de valores conservadores por determinadas instâncias da sociedade brasileira nos últimos anos, especialmente entre segmentos religiosos que promovem um discurso voltado para a moralidade e a ordem social. Tais setores se opõem às conquistas dos governos recentes, especialmente àquelas que contemplam a diversidade sexual e a afirmação das mulheres. Entre as Forças Armadas, historicamente comprometidas com a ordem e a hierarquia, a situação não é diferente.

Na véspera do julgamento do pedido de habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal, o General Eduardo Villas Bôas, ocupante do posto mais alto do Exército, teceu comentários de “repúdio à impunidade e de respeito à Constituição”⁹⁷⁴. A mensagem foi postada na página do militar no *Twitter* e recebeu apoio e manifestações públicas de cinco generais da ativa em diferentes partes do país. Entre os apoiadores estava o comandante da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, no Amazonas, o General Cristiano Pinto Sampaio, que afirmou, em resposta a Villas Bôas: “como disse o consagrado historiador Gustavo Barroso, ‘todos nós passamos. O Brasil fica. O Brasil é eterno. E o Exército deve ser o guarda vigilante da Eternidade do Brasil’”. A citação foi retirada do artigo “Esquematização da História Militar Brasileira”, publicado em 1941, nos *Anais do Museu Histórico Nacional*.

Conforme o jornalista Elio Gaspari, do jornal *Folha de São Paulo*, “não se conhece o grau de familiaridade do general Pinto Sampaio com a obra de Gustavo Barroso”⁹⁷⁵ e, ao que parece, a menção a Barroso chocou a opinião de parcela da sociedade devido ao passado integralista⁹⁷⁶ e antissemita do escritor⁹⁷⁷. É interessante perceber que, a despeito de seu posicionamento antissemita, rechaçado no pós-guerra, Barroso permanece como um autor cujas ideias são recuperadas de acordo com os interesses do presente. Nesse sentido, importa refletir acerca da ascensão da extrema direita e os diversos usos do passado que esse processo tem mobilizado.

Conforme Enzo Traverso (2019: 12), o surgimento da direita radical é uma das mais notáveis características de nosso momento histórico. Em 2018, oito países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia) foram governados por

⁹⁷⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04 de abril de 2018.

⁹⁷⁵ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de abril de 2018.

⁹⁷⁶ *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 de abril de 2018.

⁹⁷⁷ *Diário do centro do mundo*, 05 de abril de 2018.

partidos da extrema-direita, nacionalistas e xenófobos. Esses partidos também polarizaram a disputa política em três das maiores nações da União Europeia⁹⁷⁸ e, com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba, tornou-se um fenômeno global. Conforme Levi e Rothberg (2018: 365), a expansão da extrema direita se manifesta de formas divergentes em todo o mundo e, por essa razão, é importante considerar a história mais profunda de crises e emergências que permitiu reivindicações autoritárias sobre o poder do Estado. Cumpre ressaltar que, desde os anos de 1930, o mundo ainda não havia experimentado um similar crescimento da direita radical, algo que desperta a memória sobre o fascismo, cujo “fantasma ressurgiu nos debates contemporâneos e reabriu a antiga questão da relação entre a historiografia e o uso público do passado” (TRAVERSO, 2019: 13).

As diferenças entre esses novos movimentos e os seus antepassados dos anos 1930 são notáveis, embora qualquer tentativa de compreensão desse novo fenômeno deva necessariamente levar em consideração o período do entreguerras. Dessa forma, Traverso optou por definir o momento atual como um período de *pós-fascismo*, conceito que enfatiza sua particularidade cronológica e o localiza em uma sequência histórica marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação. Especialmente porque, no século XXI, o fascismo não terá a face de Mussolini, Hitler e Franco. Por outro lado, vale recordar “que há muitas formas de se destruir a democracia” e, nesse sentido, importa não esquecer a “lição fundamental da história do fascismo: que a democracia pode ser destruída a partir de dentro” (TRAVERSO, 2019: 13).

Dessa forma, embora o pós-fascismo não envolva a totalidade dos valores de seus ancestrais da década de 1930, convém atentar para sua pretensão de “preencher o vácuo aberto pela política reduzida ao impolítico” (TRAVERSO, 2019: 32). No Brasil, o “pós-fascismo” cresce não apenas pela forma cada vez mais conflituosa das relações políticas, mas fundamentalmente “por uma questão política substantiva, que inclui como é formulado o discurso” (REIS; SOARES, 2017: 55). A definição de inimigos como bodes-expiatórios, apontados como culpados por todos os males e que devem ser destruídos, é central. Entre os inimigos, evidentemente, está a esquerda, mas também toda política organizada

⁹⁷⁸ Na França, a *Frente Nacional* perdeu as eleições presidenciais de 2017, mas alcançou extraordinários 33,9% dos votos; na Itália, a *Liga do Norte* tornou-se a força hegemônica da direita ao criar um novo governo e marginalizar a *Forza Italia* de Silvio Berlusconi; e na Alemanha o *Alternativa para a Alemanha* assumiu cadeiras no *Bundestag* em 2017 com quase 13% dos votos, resultado que enfraqueceu sobremaneira a Chanceler Angela Merkel e levou a *União Democrática Cristã* (CDU) a renovar sua coalisão com o *Partido Social Democrata* (SPD).

institucionalmente, vista como precisando ser rompida. Como seus adeptos são mais mobilizados pelo lado emocional do que racional, o “pós-fascismo” tende a um forte anti-intelectualismo, a uma rejeição ao acumulado conhecimento acadêmico, que refuta suas teses (REIS; SOARES, 2017: 55).

A eleição de Jair Messias Bolsonaro coloca no centro do debate político esses valores historicamente defendidos pela extrema-direita, especialmente um forte personalismo, via idealização de sua liderança, em um discurso repetitivo. Embora o presidente da República seja um capitão reformado há 30 anos e com uma trajetória de insubordinação nas Forças Armadas, ele afirma ser o representante dessa ala política no poder. No discurso proferido durante o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, Bolsonaro recordou o seu passado de militância durante a Ditadura Militar ao saudar o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido por ser um torturador implacável. O evento, que demonstra a fragilidade das instituições democráticas brasileiras, foi ovacionado por parcela da sociedade que tem expressado saudade dos “anos de Chumbo”.

Para além do caráter marcadamente fascista dessa questão - uma vez que a idealização do passado é um de seus matizes - vale ressaltar a importância das Forças Armadas no imaginário político brasileiro. Nesse sentido, é possível considerar que a obra de Barroso venha a passar por reeleituras no presente, marcado pela ascensão de forças políticas de tendência fascista e, especialmente, pelo protagonismo que as Forças Armadas assumiram no atual momento histórico. No tocante à área de museus, é importante chamar a atenção para o fato de que, recentemente, o Museu Histórico Gustavo Barroso, estabelecido nas dependências do Colégio Militar de Fortaleza, obteve recursos para revitalização de seu prédio e de suas estruturas⁹⁷⁹. Na memória nacional, a memória de Barroso foi evocada por prismas distintos e, contraditoriamente às expectativas tecidas nas últimas décadas, a reedição de suas obras vem demonstrando que suas tonalidades conservadoras ainda encontram um público leitor.

⁹⁷⁹ O Museu Histórico Escolar Gustavo Barroso foi instituído em 1º de junho de 1964, pelo Coronel Raimundo Telles Pinheiro, nas dependências do Colégio Militar de Fortaleza, estabelecido no mesmo prédio em que funcionou a mais antiga escola de formação superior militar da capital. O museu está subordinado ao Comando do Exército e seu acervo é composto por itens do universo militar. Conforme Regina Cláudia da Silva, a “escolha do nome do museu homenageou o mais reconhecido cearense na área da museologia” e “não bastasse ser um escritor de primeira grandeza, com vasta obra publicada, era reconhecidamente um apaixonado pelas Forças Armadas” (SILVA, 2012: 221). Além disso, “à época, faziam-se cinco anos de sua passagem e este deve ter sido mais um motivo para escolher tão nobre cearense para patrono do museu do Colégio Militar de Fortaleza” (SILVA, 2012: 221). Recentemente, foi aprovado um projeto de revitalização do museu junto ao Ministério da Cultura, via lei Rouanet, a fim de ampliar e proporcionar nova estrutura ao espaço físico, modernizando-o e restaurando documentos históricos, como os boletins internos de 1919 a 1939.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta tese, procuramos contribuir para as reflexões já realizadas sobre Gustavo Barroso, buscando inspiração nos estudos realizados nos campos da cultura material, das comemorações cívicas, das biografias, da memória e da história dos intelectuais. Muitas foram as referências que sugeriram interpretações e permitiram deduções. Nestas considerações finais, buscamos, portanto, retomar algumas interpretações inquirindo os próprios limites desta pesquisa e identificando aspectos que sugerem novas vias de investigação.

A esse respeito, destacamos que a historiografia brasileira atual tem produzido trabalhos significativos voltados para a investigação do fazer biográfico. Contudo, apesar da relevância das pesquisas realizadas, consideramos essa produção ainda incipiente se comparada à pertinência deste gênero no começo do século XX, ao volume de publicações ainda por serem analisadas e à carência de informações acerca de autores consideramos como “menores”. Escritores, tal como Gustavo Barroso, cuja marginalidade deve ser relativizada, afinal seus livros alcançavam uma tiragem de milhares de exemplares, indício de que possuíam um público leitor expressivo.

Tais publicações não foram, até o momento, fontes de estudo. Ao contrário, os trabalhos que analisaram a produção barroseana se voltaram para a investigação de sua trajetória política, vinculada ao Integralismo, ou de seus trabalhos no âmbito do patrimônio, relacionados ao Museu Histórico Nacional - notadamente sobre as políticas de aquisição de acervos, práticas de conservação e formação de profissionais. Há poucos trabalhos que investigam sua proposta historiográfica e, especificamente, não identificamos pesquisas voltadas para a compreensão de sua escrita biográfica.

Assim, empreendemos a análise dessa escrita objetivando desvelar um autor pouco debatido nos círculos historiográficos, como forma de mitigar as carências identificadas e, da mesma forma, compreender como estes discursos atuavam naquele contexto. Importou-nos perceber, neste olhar sobre o passado, os diálogos com correntes diversas de pensamento. Por essa perspectiva, sugerimos que sua proposta historiográfica obedecia a um princípio narrativo próximo às teorizações românticas em torno da “cor local”, entendidas como diretrizes capazes de tornar mais atrativa a leitura da história nacional ao expor fontes inusitadas, porém

conservando sua dimensão criativa. O uso da cor local, como estratégia textual da narração histórica, implicava certo valor poético, acompanhado de um apelo à imaginação, onde importava o prazer estético.

Assim, propomos que Barroso, ao seguir essas premissas, almejava cativar seus leitores com uma história que fosse verdadeira e agradável de se ler, o que não dispensava as pesquisas. Defendemos que havia, em Barroso, certa inspiração romântica, perceptível na forma como estruturava o texto, como “pintava” suas personagens e, sobretudo na maneira como estas se desenvolviam ao longo da narrativa. Não se tratava de mera influência ou simples imitação de um modelo historiográfico oitocentista, mas antes de certas referências deste que continuavam válidas, atuantes, oferecendo alguma segurança para aqueles que desejavam se voltar para uma escrita que era, não obstante, literária.

Ao tomar a produção barroseana em sua historicidade, que envolvia combates pela história e memória, segundo interesses políticos e sociais, procuramos reconstituir os processos que presidiram à criação e à inauguração do Museu Histórico Nacional, idealizado por Gustavo Barroso e, efetivamente, fundado no bojo das comemorações do Centenário da Independência, pelo governo de Epitácio Pessoa. Nesse contexto, a Capital Federal sediava a Exposição Internacional, uma das mais ambiciosas atividades comemorativas e que deveria ser, aos olhos de seus idealizadores, uma expressão da grandeza e da unidade nacional.

A representação que se oferecia ao visitante era a de uma nação coesa, tanto pela integração de suas diversas regiões, quanto pela suposta harmonia entre os seus habitantes. Harmonia que deveria se estender ao passado, uma vez que um de seus monumentos, o Morro do Castelo, fora destruído para dar lugar ao moderno, levantando a suspeita de que o Brasil seria uma nação pouco apegada à própria história. A inauguração do Museu Histórico Nacional representou, portanto, parte indispensável deste esforço de “diluir” conflitos e “conciliar” passado, presente e futuro. Exemplo dessa questão foi a escolha do prédio do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, edificação remanescente do período colonial, para o estabelecimento do Museu.

Durante a gestão de Barroso, verificamos a exaltação dos vultos da história nacional, com destaque para personalidades que se distinguiram pelas armas. A intenção foi pensar o Museu como *narrativa*, tanto da história de vida dos soldados - consagrados mediante a incorporação de objetos pessoais ao acervo, o que assinalava a monumentalização destas personagens - quanto dos conflitos em que alcançaram relevo, cujos fragmentos, ao serem introduzidos na

instituição, assumiram o *status* de troféus ou relíquias de um passado a ser enaltecido. Inquietou-nos inicialmente o fato de que a história produzida naquele espaço era *submissa* aos objetos, selecionados entre aqueles capazes de corporificar a saga dos heróis que Barroso desejava enaltecer.

A proposta de representar o passado o mais fielmente possível, acessando os sentidos quando necessário, levou-nos a investigar outra produção de Barroso que, até o momento, não foi objeto significativo de estudos: o livro *Uniformes do Exército Brasileiro*. Nessa obra, a história da indumentária portuguesa foi recuperada de forma a elucidar aspectos pouco documentados da história nacional. Identificamos a descrição minuciosa das formas de recrutamento, acompanhada por uma exposição acerca da origem social e étnica dos milicianos, com a identificação dos requisitos necessários para as funções consideradas superiores.

Observamos a preocupação em demonstrar a influência da moda civil nos uniformes militares, além das interferências estrangeiras no fardamento nacional. Percebemos, em um primeiro momento, a defesa de uma suposta tradição dos trajes militares e, ao final, um lamento acerca das modificações empreendidas ao longo do tempo, responsáveis pela perda de emblemas e símbolos nacionais. Por essa via, consideramos que Barroso valorizava os uniformes por acreditar que eles eram capazes de evocar a presença do passado e, essencialmente, a figura dos *grandes homens* que os vestiram, personagens que, desde o período primordial de criação da nação, figuravam como os seus grandes artífices, conforme sua leitura.

A inserção de estampas nessa obra, documentando visualmente o passado, levou-nos a considerar a importância que o autor atribuía ao diálogo entre texto e imagem, enquanto artifício para mobilizar o público. Sugerimos que essas imagens atuavam sobre o leitor, convocando outras imagens, vistas ou simplesmente imaginadas, ajudando a construir sentidos, além de representações sobre aspectos relativos à identidade pessoal e coletiva. Outra *sedução* do livro seria, possivelmente, sua capacidade de reprodução, o que ampliava o acesso à *visualidade do passado*, até então disponível apenas a poucos iniciados, fomentando a imaginação e o prazer dos olhos.

Interessa-nos ressaltar a importância que a *visão* e a *imaginação* assumiram em sua produção, enquanto instâncias fundamentais para evocar o passado, mobilizadas por suportes diferenciados, que incluíam os objetos materiais, as biografias romanceadas, as imagens e as comemorações cívicas. A *tangibilidade* também foi outra dimensão profundamente valorizada

como via de acesso ao passado, alcançada mediante o contato com os documentos e os objetos históricos.

Nesse sentido, a “Sala Osório” constituía um espaço por excelência de *imersão* no passado, pois continha objetos de uso pessoal do General Osório, além de esquirolas do seu maxilar ferido em batalha. A “caixinha de vidro”, por guardar partes do corpo de Osório, foi interpretada como um relicário, algo capaz de suscitar a admiração e a devoção ao herói redivivo naquele espaço de consagração da história nacional. Oriundos da guerra, estes artefatos tiveram sua utilidade no *calor* da batalha, mas a entronização no Museu dotava-os de uma aura de sacralidade e, associados a eles, prestígio e honra, virilidade e heroísmo. *Imantavam* o Museu, tornando-o uma extensão desses valores. As relíquias, energizadas pelo contato com o sagrado, constituíam marcas tangíveis do passado que, por sobreviverem à passagem do tempo, ofereciam acesso à temporalidade e à materialidade da história – essenciais à museologia de Barroso.

A materialidade do objeto convidava a uma relação tangível com o passado no campo das sensações que, ao ser incorporada ao relato escrito, parecia assegurar a *realidade da história*, colocando em ação dispositivos de imaginação. Nesse ponto, pensamos ser possível observar certa similaridade entre as formas de narrar o passado, empreendidas por Gustavo Barroso, e as características da cultura histórica oitocentista, no tocante ao tratamento conferido ao passado, o que poderia ser identificado, principalmente, nas biografias publicadas ao longo da década de 1930. Chama a atenção o fato de que Barroso transferiu para as páginas das biografias que escreveu a história produzida no Museu Histórico Nacional, exposta em suas galerias e publicada em seu principal órgão de divulgação: os Anais.

Dentre as práticas memorialísticas, que se expressavam por meio de narrativas, pontuamos os múltiplos esforços desempenhados por Barroso para a criação dos Dragões da Independência, enquanto parte integrante de um projeto, complexo e multifacetado, voltado para a ritualização da história, por meio das comemorações e práticas cívicas. Em diálogo com tradições comemorativas estrangeiras, a proposta de Barroso para a criação do “Dia do Soldado”, enquanto festividade nacional, foi compreendida como parte de um esforço pela institucionalização de um calendário republicano. Atentos à especificidades nacionais, partimos do princípio de que, no caso brasileiro, a República precisou conciliar ruptura e continuidade.

Embora o projeto apresentado por Barroso à Câmara dos Deputados tenha sido rejeitado e, posteriormente adotado com modificações substanciais, o Dia do Soldado figurou como uma realização sua. A repetição ritual dessa festividade foi percebida, assim, como um artifício que permitiria ao seu autor ser perenizado na memória nacional, estendendo-se, por meio da festa, à eternidade e, assim, vivenciando uma ruptura com a perecibilidade da vida humana. Se, em um primeiro momento, Barroso não fora reconhecido e reverenciado por seu projeto, por outro lado, ele fora bastante habilidoso em suas articulações, movendo-se às margens de outras *intenções de memória*, chegando a assumir um lugar de destaque nas comemorações que se seguiram após 1925. Participou ativamente na organização das solenidades pelo 150º aniversário de Caxias e recebeu homenagens e condecorações em várias ocasiões. Importa registrar a atenção que ele conferira a tais distinções, especialmente a de “Grande Oficial”, geralmente ofertada apenas a militares.

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que Gustavo Barroso foi alinhavando relações com setores militares diversos ao longo de sua trajetória. Desde os projetos apresentados à Câmara dos Deputados, ainda em 1917, até os convites para atuar como orador oficial da Biblioteca do Exército, a temática militar foi uma constante em sua atuação profissional. Tanto na criação do Museu Histórico Nacional, pensado inicialmente como um museu militar, quanto na cadeira de história militar do Curso de Museus, ou mesmo na chefia das milícias integralistas, Barroso foi um intelectual dedicado à história militar. Se tal dedicação era fruto de uma inclinação natural desde a infância, urdida por meio de um devotamento e destituída de interesses mundanos, como o próprio autor insistiu várias vezes, não nos coube julgar. Contudo, foi importante perceber que essa afeição “desinteressada” oportunizou retornos significativos, tanto do ponto de vista simbólico, por meio de condecorações, quanto pela oportunidade de publicar suas obras junto a uma editora prestigiada entre os militares.

De forma bastante velada, foi por meio das trocas de elogios que os “espaços” se abriram. Espaços interditados à maioria dos civis e que denotavam prestígio, algo que Barroso ambicionava, além da autoridade que passava a gozar ao falar por uma instituição que era emblema de autoridade e tradição. Essa “troca de favores”, que faz lembrar a noção de dádiva, foi algo fortemente presente na trajetória de Barroso e que ele soube mobilizar com relativo sucesso, talvez por se tratar de um hábito arraigado nos segmentos tradicionais da sociedade brasileira. Essa dinâmica simbólica foi mobilizada por Barroso de forma evidente na aquisição de coleções para o Museu Histórico e de maneira não menos expressiva em suas investidas junto às Forças Armadas. Embora em contextos históricos diversos, o sepultamento

e a transladação ofereceram a Barroso o “retorno simbólico” de uma “dívida” que as Forças Armadas contraíram com o “militar sem farda”.

No caso de Barroso, chama a atenção o fato de ter recebido “honras de chefe de Estado”, inclusive a presença do presidente da República e autoridades, sem ter ocupado esse posto ao longo de sua trajetória pública. É importante recordar que a ritualística empregada durante a transladação dos restos mortais de Gustavo Barroso esteve bastante próxima das características que marcaram os funerais de presidentes militares do pós-1964. Além disso, seu funeral contou com “honras militares”, o que tornou o ritual ainda mais suntuoso, do ponto de vista simbólico, embora Barroso nunca tenha pertencido às Forças Armadas. Tais elementos sugerem uma enorme disposição dos poderes constituídos em favor da sua “consagração cívica”, dando o tom de uma festa nacional.

Ao dedicar a Barroso as honras repletas do simbólico que ele tanto valorizou em vida, as Forças Armadas, ao mesmo tempo, expunham o poder que lhes era inerente. Tal esforço nos faz crer que havia forte interesse dos militares, no momento em que ocupavam o poder, em reconhecer os investimentos de Barroso e, sobretudo, em ostentar poder. Assim, é possível que as instituições militares tenham assumido uma participação ativa no funeral como uma estratégia de autopromoção, afinal, Barroso era um autor relativamente conhecido e com uma produção abundante. A transladação parece ainda mais adornada do ponto de vista simbólico. Tal investimento nos leva a considerar a hipótese de que, ao mobilizar suas forças e seu aparato simbólico, as instituições militares estabelecidas no poder louvavam a si mesmas.

Por essa via de análise, ao organizar o cerimonial de transladação, seis anos após o falecimento de Barroso, as Forças Armadas poderiam ambicionar trazer à lembrança uma figura que estivesse um pouco esquecida. Nessa perspectiva, Barroso representaria um alicerce que precisava ser cultivado, afinal, naqueles primeiros momentos do governo militar, poderia ser interessante divulgar um autor cuja obra constituía um elogio às Forças Armadas, tornando-se necessário reavivá-la. Talvez, as forças políticas constituídas, por carecerem de legitimidade, almejassem despertar alguma forma de apoio popular, a partir da popularidade de determinadas personalidades que lhes eram favoráveis.

Na historiografia militar, Barroso foi reconhecido como uma importante referência pelo General Francisco de Paula Cidade, diretor da *Revista Militar Brasileira*, que, em sua obra “Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira”, publicada em 1959, considerou Gustavo Barroso como “um velho historiador e apaixonado de nossas glórias militares”

(CIDADE, 1998: 526). No começo dos anos 2000, a Editora da Biblioteca do Exército publicou uma nova edição da obra “História Militar do Brasil” (originalmente publicada em 1938), o que demonstra a permanente acolhida de sua produção entre os militares. É curioso notar que, nessa mesma época, o Programa Editorial Casa José de Alencar, mantido pela Universidade Federal do Ceará, reeditou as biografias de militares produzidas por Barroso, como parte da Coleção Alagadiço Novo. Tais elementos permitem considerar que sua historiografia militar ainda possui um público leitor, formado não apenas por militares.

Nesse sentido, é interessante notar que, apesar das transformações historiográficas ocorridas nas últimas décadas, que colocaram em foco setores das Forças Armadas percebidos como subalternos até então, como os homossexuais e as mulheres, a produção de Barroso passou por reedições significativas, apesar de seu viés assumidamente tradicional. Vale ressaltar a retomada de valores conservadores por determinadas instâncias da sociedade brasileira nos últimos anos, especialmente entre segmentos religiosos que promovem um discurso voltado para a moralidade e a ordem social. Tais setores se opõem às conquistas dos governos recentes, especialmente àquelas que contemplam a diversidade sexual e a afirmação das mulheres. Entre as Forças Armadas, historicamente comprometidas com a ordem e a hierarquia, a situação não é diferente.

É interessante perceber que, a despeito de seu posicionamento antisemita, rechaçado no pós-guerra, Barroso permanece como um autor cujas ideias são recuperadas de acordo com os interesses do presente. Nesse sentido, é possível considerar que a obra de Barroso venha a passar por releituras no presente, marcado pela ascensão de forças políticas de tendência fascista e, especialmente, pelo protagonismo que as Forças Armadas assumiram no atual momento histórico. E, por essa razão, procuramos estudar - através da interface entre a história da historiografia, a literatura, as práticas museais, os ritos de comemoração e as práticas cívicas - as possíveis relações entre a sua narrativa e o seu público, na constituição de um saber histórico politicamente comprometido com o passado militar da nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo. Imprensa ilustrada e cultura histórica: a visão da história nacional na revista *Ilustração Brasileira* (1935-1945). In: *Anais do XVII Simpósio Nacional de História*. Natal-RN, 2013.
- ABREU, Marcelo. Luto e Culto Cívico dos Mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932 (São Paulo, 1932-1937). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 105-123 – 2011.
- ABREU, Marcelo. Além do 09 de Julho: as comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932, as ritualizações da história e a escrita nacional da história. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 40, 2008.
- ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- ABREU, Regina. Transbordamentos do Nacional: Vestígios de Memórias Coletivas nos Museus Fluminenses. In: *Livros dos Seminários Internacionais 2011 - Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo*. Publicação Oficial do Museu Histórico Nacional, RJ, 2011.
- AGUIAR, Alexandra do Nascimento. Afonso Celso Junior: um jovem republicano conservador. *Intellêctus*, Ano XVI, n. 2, 2017.
- AGULHON, Maurice. *Marianne au combat*. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880. Paris, Flammarion, 1988.
- ALBERONI, Francesco. Observações Sociológicas sobre o Vestuário Masculino. In: ECO, Umberto. *Psicologia do Vestir*. 2ª ed. Lisboa, Assírio e Alvim, 1982.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas: História, prosopografias e biografemas. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Festas Para Que Te Quero: Por Uma Historiografia Do Festejar*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 134-150, jun. 2011.
- ALENCAR, Manoel Carlos F. de. A cultura popular sertaneja em José de Alencar e Juvenal Galeno. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, PPGHIS/UFMG, 2015.
- ALMEIDA, Adilson José. *Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852)*. A Indumentaria na Organização e Funcionamento de uma Instituição Armada. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGHIS/USP, 1998.
- ALMEIDA, AnaMaria Rego de. Uma Exposição Internacional no Rio de Janeiro. In: *Anais Eletrônicos do Museu Histórico Nacional*, 2002.
- ALMEIDA, Milene Suzano. Humanismo Satírico em Lima Barreto e Anatole France. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São, São Paulo, 2013.
- ALONSO, Ângela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALONSO, Ângela. Arrivistas e Decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos*, Nov., 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANKERSMIT, Frank. *Sublime Historical Experience*. Stanford University Press, 2005.
- ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea*. RJ: EdUERJ, 2010.

- ARNAUD, Claude. Le retour de la biographie: d'un tabou à l'autre. *Le Débat*, n. 54, mar./abr. 1989.
- ASSMAN, Aleida. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AVELLAR, Alexandre de Sá. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. In: *Revista História da Historiografia*, n. 9, agos. 2012a, pp. 129-143.
- AVELLAR, Alexandre de Sá. Escrita biográfica, escrita da História: Das possibilidades de Sentido. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012b.
- AVELLAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Revista Dimensões*, vol. 24, 2010a, p. 157-172.
- AVELLAR, Alexandre de Sá. Subjetividades contemporâneas e escrita biográfica: limites, desafios e possibilidades. In: *Revista História Oral*, v. 13, n. 2, p. 33-51, jul-dez. 2010b.
- AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e Sociedade para o Rio Grande do Sul Castilhistas-Borgistas. In: *MÉTIS: história & cultura* – v. 1, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2002a, pp. 39-69.
- AXT, Gunter. Os guardiões da lei: aspectos da influência política e cultural dos positivistas religiosos sobre os governos republicanos no Rio Grande do Sul. *MÉTIS: história & cultura* – v. 2, n. 2, p. 33-52, jul./dez. 2002b.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BACZKO, Bronislaw. *Le Calendrier Républicain: Décréter l'éternité*. In: NORA, Pierre (Ed.). *Les lieux de mémoire: la République*. Paris: Gallimard, 1984. p. 37-83.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5. Anthropos Homem. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.
- BAGGIO, Kátia Gerab. Brasil e Hispano-América: representações e trocas intelectuais. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- BARANTE, Prosper de. *Histoire des Ducs de Bourgogne de la Maison de Valois*. Paris: Ladvocat Librairie, Palais Royal, 1826.
- BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: MAUAD X: 2007.
- BATINDER, Elisabeth. *As paixões intelectuais*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio d'Água editores, 1991.
- BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BEN-AMOS, Avner. Les funérailles de Victor Hugo: apothéose de l'événement spectacle. In: NORA, Pierre (Ed.). *Les lieux de mémoire: la République*. Paris: Gallimard, 1984. p. 473-522.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERKOWICZ, Clarice. Da Biblioteca do Exército à Biblioteca Militar: o lugar ocupado pela instituição no Estado Novo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo - SP, 2011.
- BERKOWICZ, Clarice. A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército brasileiro: 1937-1942. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRRJ, 2014.
- BERKOWICZ, Clarice. O projeto editorial da Biblioteca Militar no Estado Novo: educação e ação política. In: *Anais do XVIII Simpósio Nacional de História*. Santa Catarina: Florianópolis, 2015.

- BEZERRA, R. Z.; JOÃO, C. R. V.; LENZI, M. I. (Orgs.). *Tão Importante tão Esquecido: o Bairro da Misericórdia*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016.
- BEZERRA, Zamorano Rafael. Autoridade e Função de Autor na Valorização de Objetos Históricos. O caso das traves da Força de Tiradentes. In: *Livros dos Seminários Internacionais 2011 - Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo*. Publicação Oficial do Museu Histórico Nacional, RJ, 2011.
- BITTENCOURT, José Neves. Um Museu de História do Século Passado. Observações sob a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, 1865-1902. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29, 1997.
- BOEIRA, Nelson. O positivismo do Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; FÉLIX, Loiva Otero (org). RS: 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org). RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BOJUNGA, Cláudia Barroso Roquette-Pinto; MAGALHÃES, Aline Montenegro. Segredos da história do Brasil revelados por Gustavo Barroso na revista O Cruzeiro (1948-1960). In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, pp. 345-364, julho-dezembro de 2014.
- BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese de doutorado. Niterói: PPGHIS/UFF, 2008.
- BONAFÉ, Luigi. Um herói em dois tempos: apontamentos para uma história da memória de Joaquim Nabuco. In: Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo. (Org.). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BONNET, Jean-Claude. Les morts illustres. In: NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire: la Nation*. Paris: Gallimard, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. RJ: Bertrand Brasil, 2001.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 19, 1997.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. A história como experiência estética: o conceito de cultura histórica na obra de Manoel Salgado Guimarães. In: FREIXO, André [et al]. *Experiências de formação: um tributo ao professor Manoel Salgado*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/FGV, 2015.
- CANNADINE, David. Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a invenção da tradição. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CANCELLI, Elizabeth. O Mundo da Violência: Repressão e Estado Policial na Era Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado. PPG/HIS: UNICAMP, 1991.
- CARDOSO, Ângela Miranda. Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras. JANCÓS, István. Brasil: *Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CARVALHO, Aline; FUNARI, Pedro Paulo. Museu e Identidade Nacional: Reflexões e Propostas. In: *Livros dos Seminários Internacionais 2011 - Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo*. Publicação Oficial do Museu Histórico Nacional, RJ, 2011.
- CARVALHO, José. Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

- CASTRO, Adler Homero Fonseca. “Quase Guerra”: mobilização brasileira para atacar o Paraguai em 1857-1858. *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 26, p. 74-88, 2017.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca. Uniformes da Guerra do Paraguai. In <<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/guerradoparaguai/artigos>> . Acesso em 03 de outubro de 2018.
- CASTRO, Celso. *Exército e Nação: Estudos sobre a História do Exército Brasileiro*. RJ: FGV, 2012.
- CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório. A Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. *Estudos Históricos*, 2000.
- CASTRO, Luiz Fernando de Valle. As colunas do templo: o folclore no pensamento de Gustavo Barroso. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 35. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2002.
- CASTRO, Isis Pimentel de. *Entre Batalhas: de relíquias ao revival da arte acadêmica*. As Pinturas Históricas e sua relação com a trajetória institucional do Museu Histórico Nacional (MHN) e do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), entre 1922 e 1994. Tese de Doutorado. Mariana: PPG/HIS: UFOP, 2018.
- CASTRO, Isis Pimentel de. Entre a *opsis* e a *akôe*: as marcas de enunciação na pintura histórica e na crítica de arte do oitocentos. *História da Historiografia*, n. 02, 2009.
- CASTRO, Isis Pimentel de. *Os Pintores de História: a relação entre arte e história através das telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.
- CATROGA, Fernando. *A geografia dos afectos pátrios*. As reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX), Coimbra, Almedina, 2013.
- CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. Lisboa: Casa das Letras, 2010a.
- CATROGA, Fernando. O valor epistemológico da história da história. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010b.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Org.). *Comunidades imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil*. Uma perspectiva histórica. Coimbra: Almedina, 2006a.
- CATROGA, Fernando. Ainda Será a História Mestra da Vida? *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 7-34, 2006b.
- CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: uma perspectiva histórica e conceptual. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 25, p. 51-127, 2004a.
- CATROGA, Fernando. O magistério da História e exemplaridade do ‘grande homem’. A biografia em Oliveira Martins. In: PÉRES JIMENÉS, A.; FERREIRA J. Ribeiro e FIALHO, Maria do Céu (ed.). *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra: Málaga, 2004b.
- CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo/RS, v. 8 n. 10, jul-dez 2004, pp. 11-34.

- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história e cultura*, v.2, n 3, jan-jul. 2003.
- CHAGAS, Mário de Souza. Imaginação Museal. Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese de doutorado. PPGHIS: UERJ, 2003.
- CHOUAY, Françoise. *Alegorias do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A pintura de história no Brasil do século XIX: panorama introdutório. *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*, CLXXXV 740, noviembrer-diciembre, 2009, pp. 1147-1168.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Pintura, História e Heróis no século XIX: Pedro Américo e “Tiradentes Esquartejado”*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2005.
- CHUVA, Márcia. Intelectuais e Estado. Disputas em torno da noção de Patrimônio Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 37, 2005.
- CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- COELHO, Sérgio Veludo. Uniformologia: o Jogo da Aparência e da Realidade. In: *População e Sociedade*, Nº 4, 1998.
- COLI, Jorge. Pedro Américo, Victor Meirelles, entre o passado e o presente. In: *Caiana*. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigaciones de Arte (CAIA), nº 3, dez 2013.
- COLI, Jorge. Introdução à pintura de História. In. *Anais do Museu Histórico Nacional*. História e Patrimônio vol. 39. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2007, p.49-58.
- CONNERTON, Paul. *Como as Sociedades Recordam*. Lisboa: Celta, 1999.
- CORREIA, Sílvia; MORELI, Alexandre. *Tempos e espaços de violência: a primeira guerra mundial, a desconstrução dos limites e o início de uma era*. Rio de Janeiro: Autografia: PPGHIS, 2019.
- CORREIA, Sílvia. *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933)*. Entre a Experiência e o Mito. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra, 2010.
- CRISTOVÃO DOS SANTOS, P. A. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Morais lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 6, n. 13, p. 45-62, 3 set. 2013.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DANTAS, Elynaldo G. Gustavo Barroso e a Fabricação da História: costuras entre política e literatura no discurso barrosiano 1917-1920. *Clio*, Recife, n. 36, p. 219-233, 2018.
- DANTAS, Elynaldo G. Gustavo Barroso e a busca pela sacralização do integralismo e pela integralização do catolicismo no livro “integralismo e catolicismo”. In: *MÉTIS: história & cultura – DANTAS, Elynaldo G. – v. 14, n. 28. jul./dez. 2015*
- DANTAS, Elynaldo. G. *Gustavo Barroso, o Führer Brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937*. Dissertação de Mestrado. Natal: PPGHIS/UFRN, 2014.
- DEBOM, Paulo. O Império da Aparência: um estudo sobre moda e poder no Governo de Napoleão III. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*, 2012.
- DEBOM, Paulo [et al] (Org.). *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- DE GROOT, Jerome. Empathy and Enfranchisement: Popular Histories. In: *Rethinking History*, Vol. 10, N. 3, 391-413, September 2006.
- DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

- DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DORFLES, Gillo. Fatores Estéticos no Vestuário Masculino. In: ECO, Umberto. *Psicologia do Vestir*. 2ª ed. Lisboa, Assírio e Alvim, 1982.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico – escrever uma vida*. SP: Edusp, 2009.
- DUTRA, Eliana. História e historiadores na Coleção Brasileira: o presentismo como perspectiva? In: _____. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 1930*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- DUTRA, Eliana. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora, 2005.
- ELKIN, Noah Charles. 1922. O Encontro do Efêmero com a Permanência. As Exposições (Inter)Nacionais, Os Museus e As Origens do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29, 1997.
- ENDERS, Armelle. *Os Vultos da Nação: Fábrica de Heróis e Formação dos Brasileiros*. RJ: FGV, 2014.
- ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro. A produção de vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000.
- FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu Reinado sob olhares republicanos*. Curitiba: Prismas, 2017.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB). In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.889-909: jul/dez 2012.
- FERTIG, André; Junior, Eduardo Rouston. O Partido Federalista na Assembleia dos Representantes: ideias e discursos (1913 e 1916). *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010, p. 531.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo. *MÉTIS: história & cultura* – v. 2, n. 4, p. 263-271, jul./dez. 2003, p. 268.
- FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional – (1936-1959)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PPGHIS/USP, 2006.
- GAUCHER, Elisabeth. *La biographie chevaleresque. Typologie d'un genre (XIIIe-XVe siècle)*. Paris: Honoré Champion [Nouvelle Bibliothèque du Moyen Âge], 1994.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. RJ: LTC Editora, 1989.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. In: *Estudos Históricos*, 2000.
- GONÇALVES, Márcia. *Em terreno movediço: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15 – 36, 2010.
- GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, ‘pensador da História’ na Primeira República. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, PP. 129 – 154, 2003.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel [et al]. *Mitos projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2009.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949)*. In: Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Por uma história ultramontana: Afonso Celso. *Intellèctus*, vol. 02, n.01, 2003.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, 2012.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o Passado: representação e escrita da história. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.15, n.2, pp.11-30, 2007.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: _____. (org.) *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Expondo a história. Imagens construindo o passado. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 34, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-14, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HANSEN, Patrícia Santos. João Ribeiro, historiador. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 454, jan./mar., 2012
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Varia História*, vol. 22, n. 36, jul/dez. 2006.
- HARTOG, François. O retorno de Ulisses. In: *Memória de Ulisses. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. In: *Revista de História*, n. 148, 2003.
- HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- HARTOG, François. O tempo desorientado: tempo e história. ‘Como escrever a história da França?’ In: *Anos 90*, vol. 5, n. 7, 1997.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- HOLANDA, Cristina Rodrigues. O mundo Material: documento e objeto para o historiador. In: *Cadernos Tramas da Memória*, Fortaleza: INESP, 2011.
- KARAWEJCZYK. Mônica. O Voto e as Saias: as repercussões do projeto de Lacerda sobre o alistamento feminino (1917). *Revista Autos & Baixos*, v. 3, p. 68-84, 2015.
- KARAWEJCZYK. Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.
- KESSEL, Carlos. Vanguarda Efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, 2002, p. 110-128.
- KESSEL, Carlos. A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio, 1996.

- Dissertação de Mestrado – IFICS/UFRJ, 1996.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de representar o futuro. A estátua equestre de D. Pedro II e os sentidos da escultura monumental no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol.37, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: sobre a patogênese do mundo Burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. De W. P. Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUCRio: Contratempo, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. “La Transformación de Los Monumentos Políticos a los Caídos em el siglo XX”. In: *Modernidad, Culto a La Muerte y Memoria Nacional. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales*, 2011.
- JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “Cidade Maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, maio/ago. 2011.
- JOÃO, Maria Isabel da Conceição. *Memória E Império Comemorações Em Portugal (1880-1960)*. Tese de Doutorado. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1999.
- JULIAO, Leticia. Biografia Monumento: Machado de Assis na Coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LEAL, Elisabete da Costa. *Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. Tese de Doutorado. PPGHIS/UFRJ, 2006a.
- LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. In: *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006b.
- L’ESTOILE, Benoîte. O Paradigma do Museu Nacional: o caso do “Museu Nacional dos Outros”. In: *Livros dos Seminários Internacionais 2011 - Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo*. Publicação Oficial do Museu Histórico Nacional, RJ, 2011.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- LEVY, Ruth. O Rio e a Exposição do Centenário. In: MAGALHAES, A. M.; BEZARRA, R. Z. (Orgs.) *90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2014.
- LEVY, Ruth. *A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: EBA, 2010.
- LIMA, Luiz Costa. Poesia e experiência estética. *Revista De Teoria Da História - Journal of Theory of History*, n. 20, vol. 2, pp. 29-40, 2018.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIMA, Janilson Rodrigues. Jornal O Nordeste e a Ação Laica Católica: imprensa e intelectualidade leiga católica no controle comportamental da sociedade fortalezense (1936-1941). In: *Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia*. UFC, Fortaleza, 01 a 03 de outubro de 2012.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LIVOLSI, Marino. Moda, Consumo e Mundo Jovem. In: ECO, Umberto. *Psicologia do Vestir*. 2ª ed. Lisboa, Assírio e Alvim, 1982.
- LOMAZZI, Giorgio. Um Consumo Ideológico. In: ECO, Umberto. *Psicologia do Vestir*. 2ª ed. Lisboa, Assírio e Alvim, 1982.
- LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. Rio, Editora 34, 1994.

- LORIGA, Sabina. Memória, história e literatura. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, pp. 19-30, jul.-dez. 2017.
- LORIGA, Sabina. Biografias Paralelas: reflexões em torno de Hannah Arendt e Siegfried Kracauer. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LORIGA, Sabina. *O Pequeno X: da Biografia à História*. BH: Autêntica, 2011.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.
- LOURENÇO, Mariana Simões. “A grande casa oficial da história pátria”: o Arquivo Nacional e as discussões sobre um museu histórico nacional em um folheto de 1919. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 46, 2014.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- LURIE, Alison. *A Linguagem das Roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MACENA, Fabiana Francisca. *Madames, mademoiselles, melindrosas: “feminino” e modernidade na Revista Fon-Fon (1907-1914)*. Dissertação de Mestrado. PPPGHIS/UNB, 2010.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000.
- MADÉLENAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.
- MAGALHAES, J. B. “Estudo sobre o patronato do Exército”, *Revista do IHGB*, n. 202, 1949, p. 234-251.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. RAMOS, Francisco Regis Lopes. A lição da pedra: usos do passado e cultura material. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, dezembro de 2013.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever a história nos museus. In: *Cadernos Tramas da Memória*. Fortaleza: INESP, 2011.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da Saudade na Casa do Brasil*. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza, Museu do Ceará, 2006.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2004.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A construção de um cânone republicano: a escrita da história escolar na virada do século XIX para o XX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, julho 2011.
- MAIO, Marcos Chor. *Nem Rothschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Historiografia, morte e imaginário: estudo sobre racionalidades e sensibilidades políticas*. São Paulo: Alameda, 2017.
- MARCELINO, Douglas Attila. Experiências primárias e descontinuidades da recordação: notas a partir de um texto de Reinhart Koselleck. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 338 - 373. set./dez. 2016a.
- MARCELINO, Douglas Attila. Rituais políticos e representações do passado: sobre os funerais de “homens de letras” na passagem do império à república. In: *Revista Tempo*. Vol. 22 n. 40. p.260-282, mai-ago., 2016b.
- MARCELINO, Douglas Attila. Morte do rei, incorporação do poder e representação histórica: entre uma poética da ausência e uma poética do saber?. In: *Revista de História das Ideias*. Vol. 34. 2ª série, 2016c, 113-135.

- MARCELINO, Douglas Attila. *O corpo da nova República: funerais presidenciais, representação histórica e imaginário político*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- MARCELINO, Douglas Attila. A figura do escritor nas biografias de Machado de Assis e Euclides da Cunha das coleções *Brasiliense* e *Documentos Brasileiros* nos anos 1930 e 1940. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas*, 2014.
- MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 125-144- 2011.
- MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores. Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGHIS/USP, 2011.
- MEGID, Daniele Maria. De homem a personagem: As construções sobre Machado de Assis nas biografias. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- MENDES, Teixeira. *Ainda o Militarismo perante a Política Moderna*. Rio de Janeiro: Boletim nº249, Apostolado, 1908.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36, 2003.
- MENESES, Ulpiano. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. *Estudos Históricos*, Vol. 21, 1998.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Development of Greek Biography*. Cambridge University Press, 1991.
- MORETTIN, Eduardo V. As Exposições Universais e o Cinema: História e Cultura. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 31, núm. 61, junho, 2011, pp. 231-249.
- MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. 129 p.
- NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias. O “Brasil Colonial” e a exposição do mundo português de 1940. Tese de Doutorado. Salvador: PPGHIS/UFBA, 2008.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. In: *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. de 1993.
- OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert. *O Conservadorismo a serviço da memória: Tradição, Museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/ PUCRIO, 2003.
- OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO, Monica; LINS, Vera. *O Moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- OLIVEIRA, Lúcia. Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia. Lippi. As Festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 4, 1989.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. As vidas de um gênero: biografia, história, ficção. *Diálogos*, v.21, n.2, 2017, pp. 22-31.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009.
- OLIVEIRA, Sarah Luna de. *A Exploração Simbólica Do Brasil Em Defesa Do Império Lusitano: Uma Análise Das Comemorações Cívicas E Da Literatura Escolar Portuguesa (1880- 1960)*. Tese de Doutorado. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014.
- ORIÁ, Ricardo. *A Construção da Memória Nacional: os Heróis no Panteão da Pátria*. Brasília: Edições da Câmara dos Deputados, 2010.

- OZOUF, Mona. *Festivals and the French Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) *História: Novos Objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989, p. 216-232.
- OZOUF, Mona. Le Panthéon, l'École Normale des morts. In: NORA, Pierre (Ed.). *Les lieux de mémoire: la République*. Paris: Gallimard, 1984. p. 139-166.
- OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire, 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.
- PARADA, Maurício. *Educando Corpos e Criando a Nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. RJ: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009a.
- PARADA, Maurício. Cultura Cívica E Memória No Estado Novo Brasileiro. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 13, n. 2, p. 401-412, 2009b.
- PARRELA, Ivana. Coleções e publicações documentais no Brasil: estratégias e temporalidades. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PEREIRA, José Esteves. Positivismo e República em Portugal e no Brasil. In: MORAIS, Ana Paiva et all (Orgs.). *Pensar a República, 1910-2010*. Coimbra: Almedina, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992.
- POMIAN, Krzysztof. *Coleção*. In: Enciclopédia Einaudi. v. 1: Memória–História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- PONTES, Heloísa. O uso da biografia coletiva na história social da cultura e dos intelectuais. Conferencia pronunciada en la Mesa Redonda de Cierre “Biografias Intelectuales en América Latina” del II Congreso de Historia Intelectual de América Latina, realizado en Buenos Aires los días 12, 13 y 14 de noviembre de 2014.
- POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46, jul/dez 2011.
- POULOT, Dominique. Museu, Nação, Acervo. In: *História Representada: o Dilema dos Museus*. Rio de Janeiro: *Anais do Museu Histórico Nacional*, 2003.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. A pedagogia dos antiquários: Gustavo Barroso e o passado que objetos e palavras podem conter. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 51, p. 25-43, 2019a.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. Hoje, o que fazer com Gustavo Barroso? Ou: como lembrar a memória sem esquecer a história? In: MENESES, Sônia (Org). *História, memória e direitos*. São Paulo: Letra e Voz, 2019b.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Tentação do tempo: a máquina museológica na fabricação do passado / Francisco Régis Lopes Ramos - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016a.*
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objeto Gerador: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. *Revista Historiar*, Vol. 08, N. 14, Ano 2016b, pp. 70-93.
- RAMOS, C. A. O. Evocações sobre o Morro do Castelo: de berço da cidade a obstáculo ao progresso. In: In: MAGALHÃES, A. M.; BEZARRA, R. Z. (Orgs.) *90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2014a.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A poeira do passado: tempo, saudade e cultura material*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014b.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. A Poeira do Museu no Nariz da História: Saberes, Odores e Usos do Passado. In: *Livros dos Seminários Internacionais 2011 - Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo*. Publicação Oficial do Museu Histórico Nacional, RJ, 2011.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. Cultura Material e Escrita da História: a imposição da palavra na exposição do objeto. In: *Livros dos Seminários Internacionais 2010 - Museus e*

- Comunicação Exposições como Objeto de Estudo. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 2010.
- REIS, Guilherme Simões; SOARES, Giovanna. O Fascismo no Brasil: o ovo da serpente chocou. *Desenvolvimento em Debate*. v.5, n.1, p.51-71, 2017.
- REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. São Paulo/Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências*. São Paulo: Ed. Senac SP, 2007.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. Traços biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João Viva a São João. In: *História* (São Paulo) v.32, n.1, p. 377-400, jan/jun, 2013.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem – uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.
- ROTHBERG, Michael; LEVI, Neil. Memory studies in a moment of danger: Fascism, postfascism, and the contemporary political imaginary. *Memory Studies*, 2018, Vol. 11, pp 355-367.
- ROTHBERG, Michael. Trauma, memory, holocaust. In: NIKULIN, Dmitri. *Memory: a history*. Oxford: University Press, 2015.
- ROTHBERG, Michael. Introduction: Between Memory and Memory From Lieux de mémoire to Noeuds de mémoire. In: *Yale French Studies*, n. 118/119, Noeuds de mémoire: Multidirectional Memory in Postwar French and Francophone Culture, 2010, pp. 3-12.
- ROTHBERG, Michael. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford University Press, 2009.
- SALGUEIRO, Valéria. *De Pedra e Bronze*. Um estudo sobre monumentos. O monumento a Benjamin Constant. Niterói, EdUFF, 2008.
- SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, 2002, p. 03-22.
- SAHLINS, Marshall. Notas sobre o sistema de vestuário americano. In: *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SALADINO, Alejandra. O Patrimônio Cultural e sua relação com a criação de um projeto de nação e identidade nacional. In: *Livros dos Seminários Internacionais 2011 - Museus Nacionais e os Desafios do Contemporâneo*. Publicação Oficial do Museu Histórico Nacional, RJ, 2011.
- SANT'ANA, Thaís Rezende da S. de. A Exposição Internacional de 1922: Nação e Modernidade. In: *Anais Eletrônicos do Museu Histórico Nacional*, 2008.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. *A Escrita do Passado em Museus Históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- SANTOS, Evandro dos. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PPGHIS/UFRGS, 2014.
- SANTOS, Evandro dos. *Temp(l)os da pesquisa, temp(l)os da escrita. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPGHIS/UFRGS, 2009.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado. Cultura de la Memoria y Giro Subjetivo. Uma Discusión*. México: Siglo XXI Editores, 2006.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. *Diálogos*, v.21, n.2, 2017, pp 44-49.
- SCHMIDT, Benito Bisso; CASTELLUCCI, Aldrian. Dossiê Biografia e História do Trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 8, n. 15, janeiro-junho de 2016.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e

- ética. *História* (São Paulo) v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Escrever biografias no Brasil hoje: entre inovações e modelos tradicionais. In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Grades invisíveis para rebentar: memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões argentinas (1975-1979). In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*, São Leopoldo, n. 10, v. 8, jul./dez. 2004, p. 140.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p.3-21. 1997.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Iluminuras, 1995, p. 29-71.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SIGURTÁ, Renato. Delineamentos Psicológicos da Moda Masculina. In: ECO, Umberto. *Psicologia do Vestir*. 2ª ed. Lisboa, Assírio e Alvim, 1982.
- SIQUEIRA, Carla. A Imprensa Comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7., n. 14, 1994, pp. 161-181.
- SIQUEIRA, Graciele. História e Trajetória da Formação em Museologia através do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional - MHN - 1932/1978. In: *Cadernos Tramas da Memória*, Fortaleza: INESP, 2011.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472p.
- SILVA, Wilton C. L. Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias. *Diálogos*, v.21, n.2, 2017, pp. 32-43.
- SILVA, Wilton C. L. Espelhos de Palavras: Escritas de si, autoetnografia e ego-história. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- SILVA, Giovane José da. *O Batismo de Clío: Catolicismo-Social e História em Jonathas Serrano (1908-1931)*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS: UFSJ, 2011.
- SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 15, Set/Out/Nov/Dez, 2000.
- SOUZA, Adriana Barreto de. Francisco Lima e Silva na Confederação do Equador: Biografia e escrita da História. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 90-111.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: a memória militar que a república manda guardar. In: *Varia História*. Nº 25. Belo Horizonte, UFMG, julho de 2001. p.231-251.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Entre o Mito e o Homem. Caxias e a Construção de uma Heroicidade Moderna*. *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.4, n. 1, 1998.

- SOUZA, Adriana Barreto de. Caxias na memória biográfica. A construção de uma heroicidade moderna. *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 24, Jan/01, p.210-227, 2001.
- SVENDSEN, Lars. *Moda uma filosofia*. RJ: Jorge Zahar, 2010.
- TAMBARA, Elomar. Apresentação: o Centro Republicano Conservador e a Reforma de Ensino Propostas por Tavares de Lyra - 1907. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 23, p. 227-239, Set/Dez 2007.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. 1986. “A instituição dos patronos: reminiscências”, *Revista do Clube Militar*, n. 277, p. 7-9.
- TEIXEIRA, Alanna de Jesus. *Futuro Passado de uma crítica: tempo, utopia e história na obra ficcional de Anatole France*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPGHIS/UFRGS, 2018.
- TERÁN, Oscar (org.). *Ideas en el siglo. intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Do ceticismo aos extremos: Cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2016.
- TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de Tinta e Papel: Cultura Política na Criação Biográfica da coleção Brasileira (1935-1950)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2009.
- TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira O Espetáculo do Império Eterno: as relações entre cultura, política e propaganda no contexto dos Centenários de 1940 em Portugal. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGHIS/UFRGS, 2017.
- TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O Museu Histórico Nacional e seu Conjunto Arquitetônico: Preservação e Resgate. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZARRA, R. Z. (Orgs.) *90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2014.
- TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Museu Histórico Nacional, A. D. 2002. Oito décadas de um projeto museológico em movimento. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa do MHN, 2003.
- TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao Pós-Fascismo. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, V.13, n. 2, 2019.
- TRILLING, Lionel. *Sinceridade e Autenticidade: a vida em sociedade e a afirmação do eu*. São Paulo: Realizações Editora, 2014.
- VALE, Nayara Galeno do. Um Retrato Inteiro e Harmônico da Nação: identidade do historiador e escrita da história do Brasil na obra de Pedro Calmon. Tese de Doutorado. PPGHIS/UFF, 2018.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Brasileira segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956 – 1993). In: DUTRA, Eliana. (Org). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na Trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. . Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2003.
- VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de Mulher é... Na fábrica. Estado e Trabalho Feminino no Brasil (1910-1934). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e quixotes*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- VIEL MOREIRA, Luiz Felipe. Debates contemporâneos da historiografia latino-americana, *Diálogos* PPGHIS/UEM Maringá, vol. 21, núm. 1, pp. 49-56, 2017.
- VIEL MOREIRA, Luiz Felipe. A Historiografia Brasileira e o Revisionismo Histórico Platino. In: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Vitória, 2008.

VIEL MOREIRA, Luiz Felipe. Historiadores e atores políticos: a historiografia paraguaia na era liberal (1904-1936). In: *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*, Belo Horizonte, 2000.

WEHLING, A. Ruptura e continuidade no Estado brasileiro 1750-1850. *Historia Constitucional. Revista Eletrônica*, Universidade de Oviedo, v. 5, 2004.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

WILLIAMS, Darylle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

FONTES DOCUMENTAIS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos acadêmicos (1920-1923)*. v. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

Hemeroteca Gustavo Barroso. Cadernos de recortes de Jornais GB 01 (nov. 1907 a nov. 1910) a GB 101 (jul. a dez. 1969).

Coleção Gustavo Barroso. Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

LIVRO DE OURO Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1923.

Catálogos

BARROSO. Catálogo Geral – Primeira Secção: Archeologia e História. Rio de Janeiro, 1924.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Guia do Visitante do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1955.

Legislação

BRASIL. Decreto-lei nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento. Rio de Janeiro, RJ, agosto 1922.

BRASIL. Decreto Lei 21.129, de 07 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o “Curso de Museus”.

BRASIL. Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do “Museu Histórico Nacional”.

BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública.

Processos de Entrada de Acervo

Processos de Entrada de Acervo -1922 -Proc. nº 01 -22 - Barão do Pontal -Alm. Tamandaré - Conde da Motta - Gen. Canabarro.

Processos de Entrada de Acervo 1923 Proc. nº 03/23 – Carta de Manoela Osório.

Processos de Entrada de Acervo 1923 Proc. nº 03/23 - Manoela Osório – Carta de Gustavo Barroso.

Processos de Entrada de Acervo\1927\Proc. nº 17/27. Museu Histórico Nacional.

Processos de Entrada de Acervo 1930 Proc. nº 11/30 – Diversos

Livros e Artigos

BARROSO, Gustavo. *Heróis e bandidos: os cangaceiros do nordeste*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

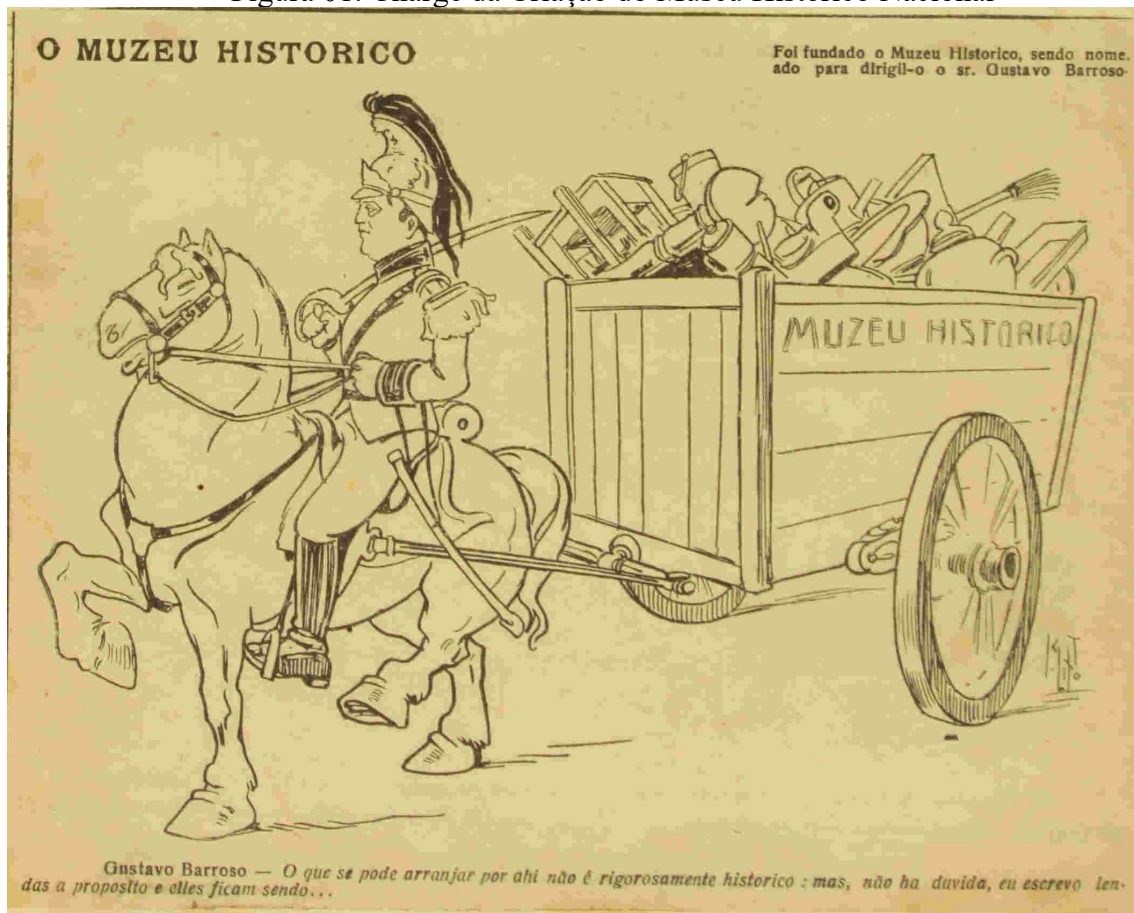
BARROSO, Gustavo. *Uniformes do Exército Brasileiro, 1730-1922*. Aquarelas e documentação de J. Wash Rodrigues. Texto organizado por Gustavo Barroso. Publicação Oficial do Ministro da Guerra Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Paris: Ferroud, F. Ferroud, 1922.

BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1928.

- BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Rosas: contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina – (1851-1852)* – 1ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1929.
- BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Flôres: contos e episódios da campanha do Uruguai (1864-1865)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.
- BARROSO, Gustavo. *Osório, o centauro dos pampas*. Rio de Janeiro: G. M. Costa, 1932.
- BARROSO, Gustavo. *Tamandaré: O Nelson Brasileiro*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1933.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- BARROSO, Gustavo. A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.
- BARROSO, Gustavo. Biografia do Marechal de Campo José Luiz Menna Barreto. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- BARROSO, Gustavo. História e Tradição. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- BARROSO, Gustavo. Museu Militar. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1942.
- BARROSO, Gustavo. Os museus e a guerra. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- BARROSO, Gustavo. Esquematização da história militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- BARROSO, Gustavo. *Nos Bastidores da História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- BARROSO, Gustavo. *Caxias*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1945.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1954.
- DUMANS, Adolpho. A ideia de criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.
- LOBATO, Monteiro. Prefácios e entrevistas. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. v. 13. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

ANEXOS

Figura 01. Charge da Criação do Museu Histórico Nacional



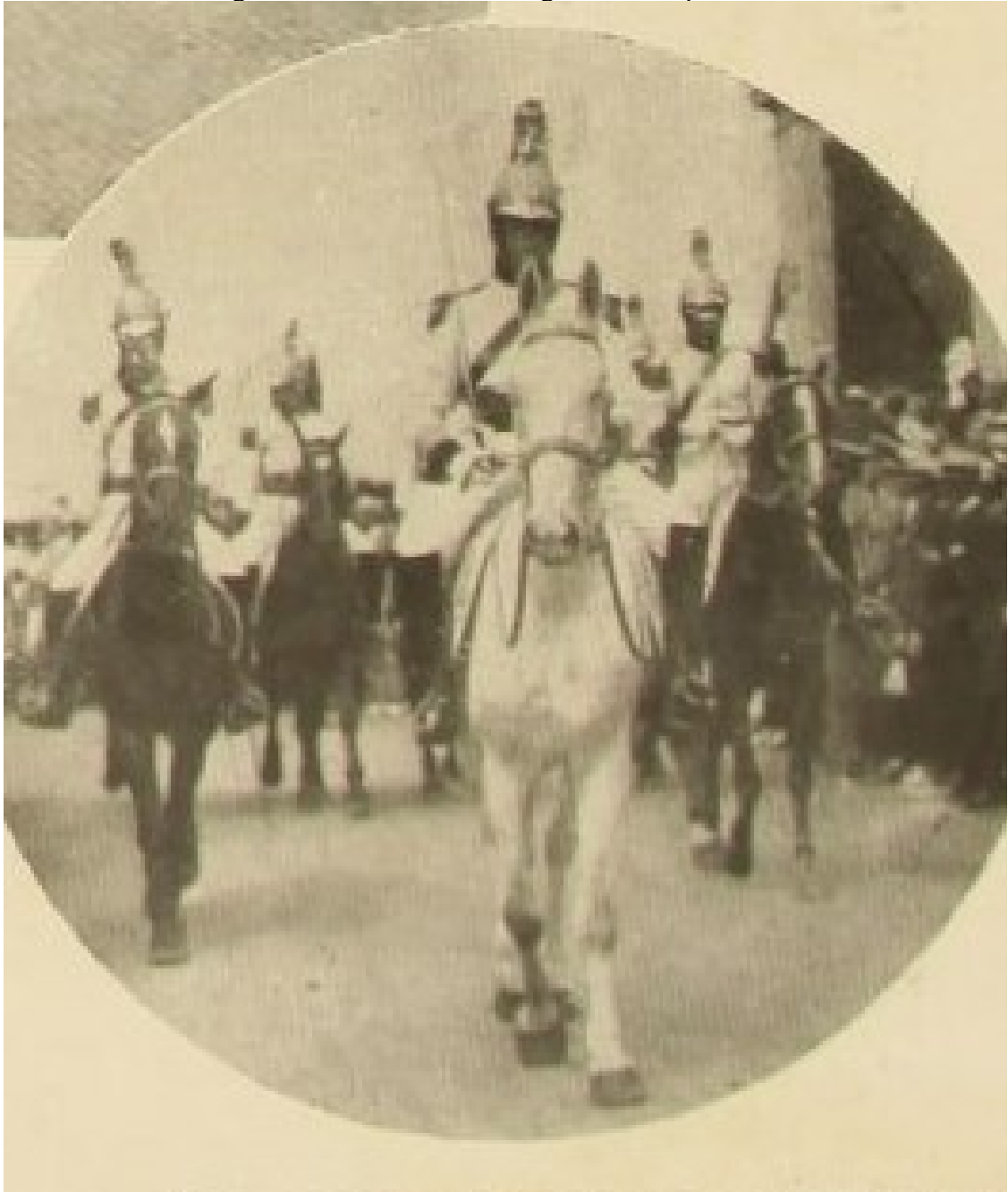
Fonte: Hemeroteca Gustavo Barroso\11 - 1921 1º Semestre a 1922 2º Semestre.

Figura 02. Charge: Dragões e Dragonas.



Fonte: Dragões e Dragonas, Dom Quixote, 19 de julho de 1917.

Figura 04. O Desfile dos Dragões da Independência



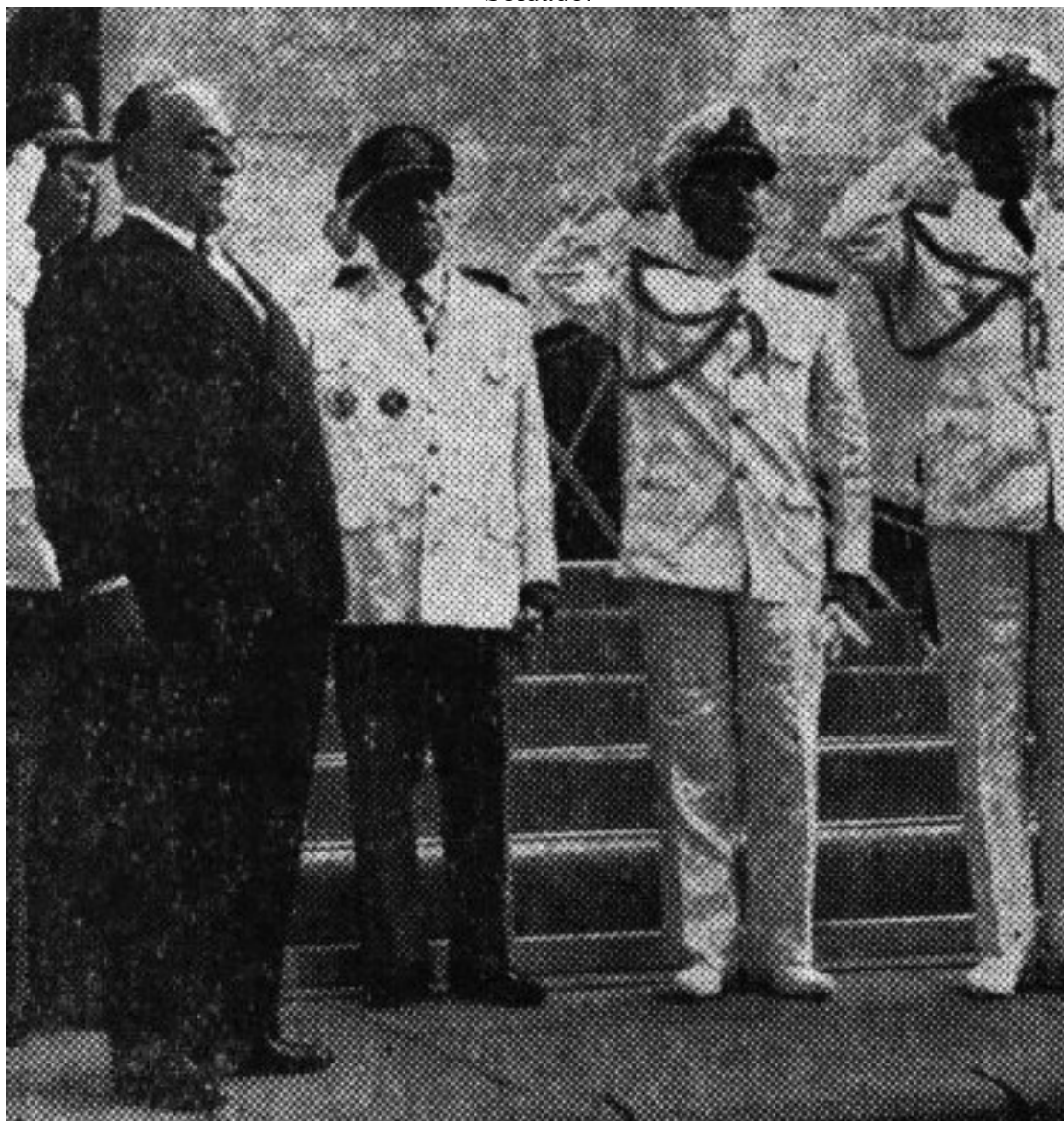
Fonte: A Parada Militar. Fon-Fon, 11 de setembro de 1926.

Figura 05. Gustavo Barroso e os Dragões da Independência.



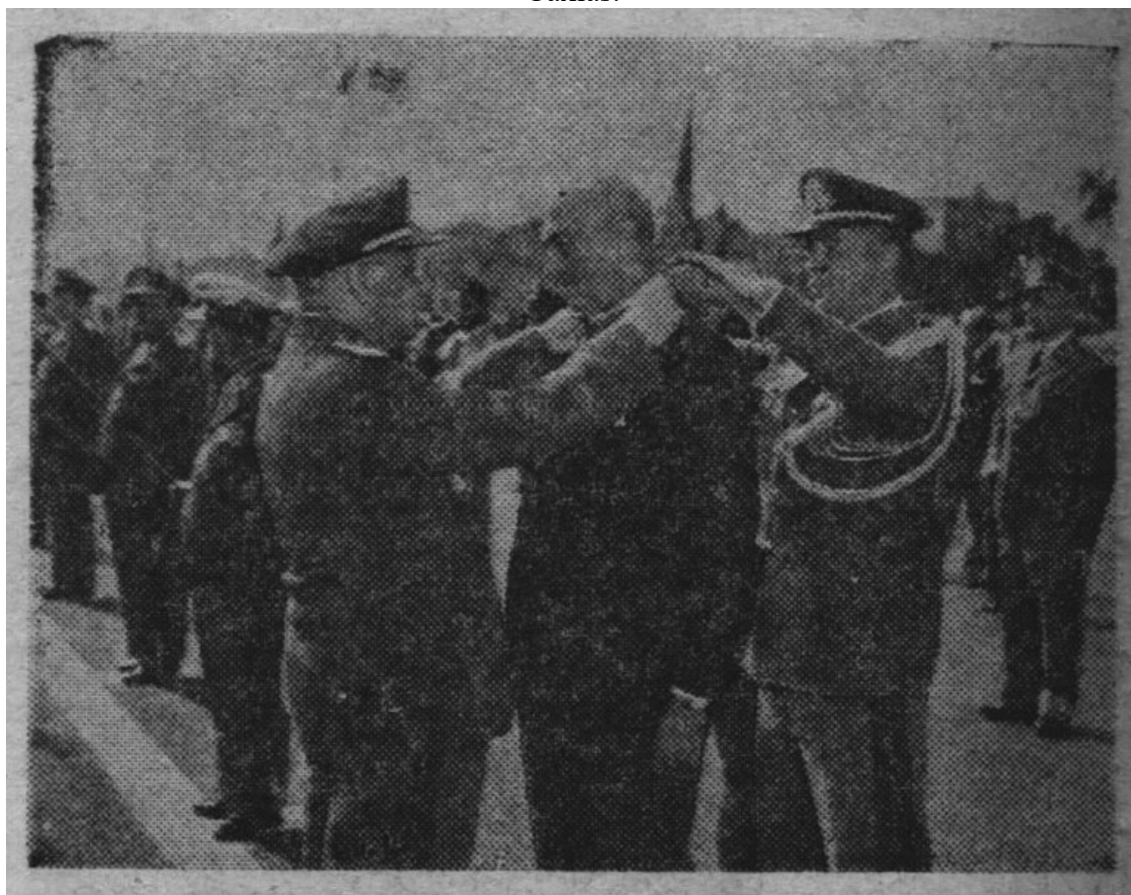
Fonte: A Parada Militar. Fon-Fon, 11 de setembro de 1926.

Figura 06. O presidente Getúlio Vargas e autoridades militares nas festividades do Dia do Soldado.



Fonte: Imponente a Solenidade de Hoje Junto ao Panteão Militar. *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1953.

Figura 07. Gustavo Barroso recebe a medalha do Mérito Militar das mãos do então Ministro da Guerra General Ciro do Espírito Santo, no Dia do Soldado, em frente ao Panteão de Caxias.



Fonte: Gustavo Barroso: Já nas Dezenas do Sete. Maquis, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1959.

Figura 08. Festa no Museu Histórico Nacional. Comemoração pelo aniversário de 70 anos de Gustavo Barroso. Homenagem dos Dragões da Independência no Pátio de Minerva.



Fonte: Festa no Museu pelos 70 anos de Gustavo Barroso. *Diário da Noite*, 30 de dezembro de 1958.

Figura 09. Gustavo Barroso hasteando a bandeira do I Regimento de Cavalaria de Guardas.
Dragões da Independência.



Fonte: Festa no Museu pelos 70 anos de Gustavo Barroso. Diário da Noite, 30 de dezembro de 1958.

Figura 10. Homenagem a Gustavo Barroso no I Regimento de Cavalaria de Guardas. Dragões da Independência.



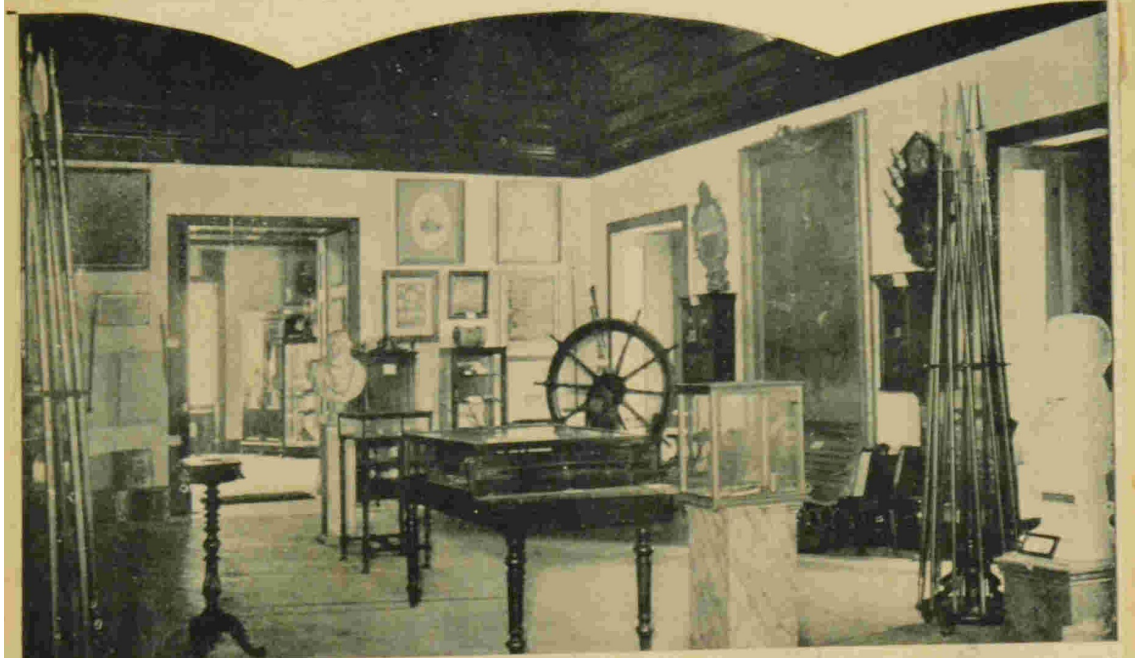
Fonte: Festa no Museu pelos 70 anos de Gustavo Barroso. Diário da Noite, 30 de dezembro de 1958.

Figura 11. Inauguração do Museu Histórico Nacional



Fonte: Hemeroteca Gustavo Barroso\11 - 1921 1º Semestre a 1922 2º Semestre.

Figura 12. Sala do Museu Histórico Nacional



Fonte: Hemeroteca Gustavo Barroso\11 - 1921 1º Semestre a 1922 2º Semestre.

Figura 13. Estampa N. 23 - Bahia, 1798.

Oficial do 1º Regimento de Milícias, chamado de Úteis; Soldado do 2º Regimento de Milícias, também chamado de Úteis; Soldado do 5º Regimento de Milícias, chamado de Henriques; Oficial da Companhia de Familiares; Oficial da Companhia de Assalto.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 155.

Figura 14. Estampa N. 86. Rio Grande do Sul 1857

Praça do Regimento de Artilharia; Praça do 3º Batalhão de Fuzileiros, segundo uniforme; Praça do Piquete do Presidente, mesmo uniforme; Praça do 4º Regimento de Cavalaria, mesmo uniforme; Praça do 5º Regimento de Cavalaria, mesmo uniforme.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro p. 201

Figura 15. Estampa N. 93. Corpo de Saúde, 1858.
Capitão Médico em Grande Uniforme; Major Médico em Pequeno Uniforme; Farmacêutico em Pequeno Uniforme.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro p. 219

Figura 16. Estampa N. 94. Capelães.
Capelão Mor do Exército, em 1825; Capelão Mor do Exército em Grande Uniforme, em 1858; Capelão Mor do Exército em Pequeno Uniforme, em 1858.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 219.

Figura 17. Estampa N. 61. Artilharia a Pé, de 1845 a 1850.
Músico do 2º Batalhão (1845); Músico do 4º Batalhão.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 187.

Figura 18. Estampa N. 129. Ano de 1876
Soldado de Infantaria Pesada em Segundo Uniforme; Porta Machado da mesma Arma em Primeiro Uniforme; Soldado de Infantaria Ligeira em Segundo Uniforme.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 254.

Figura 19: Estampa N. 206. 1917

Soldado do 43º Batalhão de Caçadores de São Paulo, farda de parada; Clarim de Cavalaria, primeiro uniforme, parada de 1917; Tenente de Infantaria, primeiro uniforme, parada de 1917; Soldado de Infantaria, primeiro uniforme, parada de 1917.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 330.

Figura 20. Estampa N. 207. 1918

Soldado de Cavalaria, uniforme de Campanha; Cabo de Metralhadoras, uniforme de Campanha; Oficial em Comissão na Europa, uniforme permitido no estrangeiro, durante a Guerra Europeia; Capitão de Engenheiros, fardamento de flanela cáqui.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 331.

Figura 21: Estampa N. 160. Colégio Militar, 1893.
Aluno-Tenente; Aluno-Cabo; Inspetor.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 284.

Figura 22: Estampa N. 48. Imperial Guarda de Honra, 1825.
Guarda a Cavalo, Grande Gala; Capitão (Tenente Coronel de Milícias), Grande Gala.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 173.

Figura 23. Estampa N. 50. Bahia, 1824.
Jagunço da Guerra de Independência; “Couraça” da mesma Guerra; General do Estado Maior do Exército; Soldado de Caçadores em Pequeno Uniforme.



Fonte: BARROSO, Gustavo. Uniformes do Exército Brasileiro, p. 174.

Figura 24. Poncho do General Osório na Guerra do Paraguai



Fonte: Catálogos de Exposições e outras publicações do MHN Catálogo geral 1º seção arqueologia e história

Figura 25. Carro do General Osório



Fonte: Catálogos de Exposições e outras publicações do MHN Catálogo geral 1º seção arqueologia e história

Figura 26. Sala Osório



Fonte: Catálogos de Exposições e outras publicações do MHN Catálogo geral 1º seção arqueologia e história

Figura 27. Sala Caxias



Fonte: BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional - Guia do Visitante. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

Figura 28. Visita dos alunos do Colégio Salesiano Santa Rosa.



Fonte: Tocante Solenidade. Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. 3, 1942.

Figura 29. Gabinete do Diretor do Museu Histórico Nacional



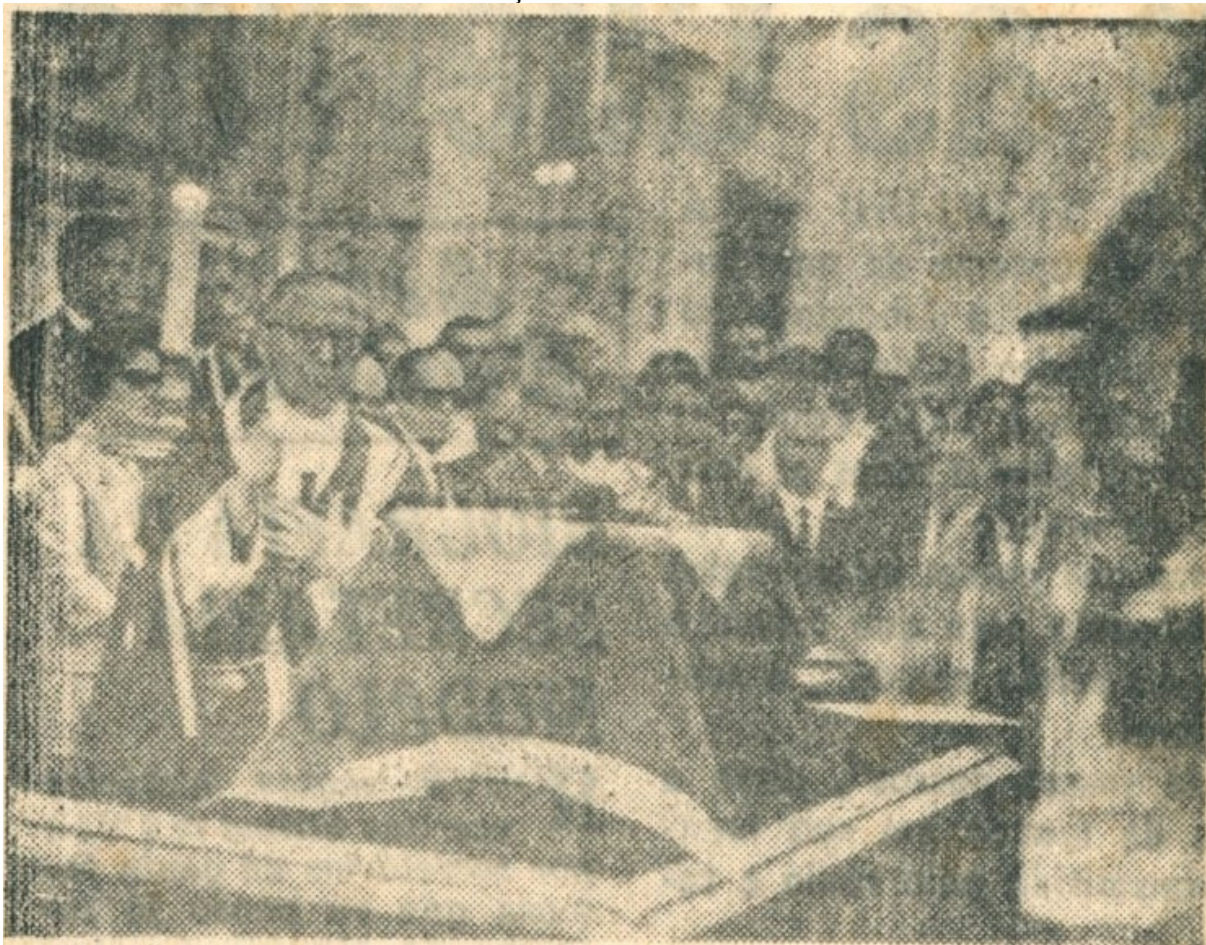
Fonte: Catálogos de Exposições e outras publicações do MHN Catálogo geral 1º seção arqueologia e história

Figura 30. Enterro de Gustavo Barroso – O toque do Clarim



Fonte: Gustavo Barroso foi sepultado às 18 horas no São João Batista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1959.

Figura 31. Translação dos Restos Mortais de Gustavo Barroso – o cônego Francisco Freire abençoa a urna funerária



Fonte: Benção. Última Hora, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1965.

Figura 32. Soldados do Regimento de Dragões da Independência conduzem a urna os despojos mortais de Gustavo Barroso



Fonte: Os despojos de Gustavo Barroso esperam no Museu que ele fundou sua transladação para Fortaleza. *O Globo*, 21 de setembro de 1965.

Figura 33. Soldados do Regimento de Dragões da Independência conduzem a urna com os despojos mortais de Gustavo Barroso para o Museu Histórico Nacional



Fonte: No Museu Histórico Nacional despojos de Gustavo Barroso. *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1965.

Figura 34. Nair de Moraes Carvalho discursa entre Austregésilo de Ataíde e Antonieta Barroso



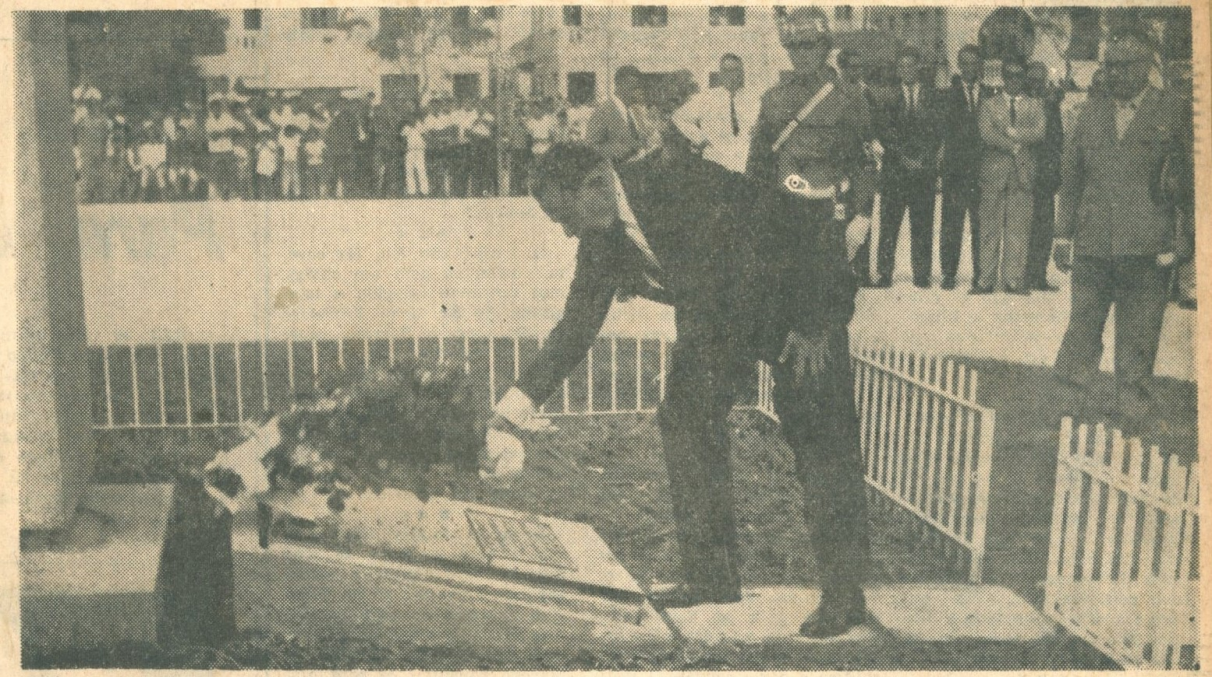
Fonte: No Museu Histórico Nacional despojos de Gustavo Barroso. *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1965.

Figura 35. A urna mortuária é carregada por marinheiros até o navio com destino a Fortaleza



Fonte: Translados para Fortaleza a bordo do Pará os restos mortais de Gustavo Barroso. *O Globo*, 24 de dezembro de 1965.

Figura 36. O Presidente da República Castelo Branco deposita flores no túmulo de Gustavo Barroso



Fonte: Na praça do Liceu restos mortais de Gustavo Barroso. *Correio do Ceará*. Fortaleza, 29 de dezembro de 1965.